

Estado da Alimentação Escolar no Mundo em 2024



Publicado em 2025 pelo Programa Mundial de Alimentos
Via C.G. Viola, 68-70, Roma 00148, Itália

Citação recomendada:

WFP. 2024. Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024. Roma, Programa Mundial de Alimentos.

<https://doi.org/10.71958/wfp130772>

ISBN 978-92-95050-27-3 (impresso)

ISBN 978-92-95050-31-0 (online)

Esta publicação é produto da equipe do Programa Mundial de Alimentos (WFP) com contribuições externas. As descobertas, interpretações e conclusões expressas nesta publicação não refletem necessariamente a posição oficial do WFP, do seu Diretor Executivo, da sua Diretoria Executiva ou dos seus parceiros.

A menção ou omissão de empresas específicas, seus produtos ou marcas comerciais não implica qualquer apoio ou julgamento por parte do WFP.

As designações utilizadas e o material apresentado nesta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte do WFP a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou divisas.

- Os limites e nomes mostrados e as designações usadas no(s) mapa(s) não implicam apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.
- A linha tracejada representa aproximadamente a Linha de Controle em Jammu e Caxemira acordada pela Índia e pelo Paquistão. O status final de Jammu e Caxemira ainda não foi acordado pelas partes.
- A fronteira definitiva entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul ainda não foi determinada.

O WFP adotou todas as medidas possíveis para confirmar as informações apresentadas nesta publicação. No entanto, o material publicado está sendo distribuído sem garantia de qualquer tipo, expressa ou implícita. A responsabilidade pela interpretação e uso do material cabe ao leitor. Em nenhuma hipótese o WFP será responsável por danos decorrentes do seu uso.

© Programa Mundial de Alimentos 2025 Todos os direitos reservados.

A cópia e distribuição do conteúdo deste produto informativo para propósitos educativos ou outros usos não lucrativos são permitidas sem a necessidade de autorização prévia por escrito dos detentores dos direitos autorais, contanto que a fonte seja devidamente identificada. A reprodução do material deste produto informativo para revenda ou outros fins comerciais é proibida sem permissão por escrito. Os pedidos de tal permissão devem ser endereçados ao Diretor da Divisão de Comunicações, Representação e Marketing: e-mail wfp.publications@wfp.org.

Foto de capa: WFP/Joel Ekström/Uganda - World Vision/Dara Chhim, Ben Adams, Elissa Webster/Camboja - WFP/Gabriela Vivacqua/República do Congo - WFP/Sayed Asif Mahmud/Ucrânia - WFP/Irshad Khan/Cuba - WFP/Darapech Chea/Camboja

Impresso em: setembro de 2025

Estado da Alimentação Escolar no Mundo em 2024



Conteúdo

Agradecimentos	10
Prefácio	20
Mensagens principais	22
Sumário Executivo	27
Introdução	39
Capítulo 1	
Programas de alimentação escolar em 2024: escala, cobertura e tendências	47
1.1 Número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar	52
1.2 Cobertura dos programas de alimentação escolar	60
1.3 Investimento financeiro anual em alimentação escolar	68
1.4 Fontes de financiamento	70
1.5 Institucionalização da alimentação escolar: estruturas de políticas públicas e desenho do programa	73
1.6 Alimentação escolar e emprego	76
1.7 Programas integrados de saúde e nutrição escolar	78
1.8 Soluções lideradas pela cidade: promovendo a alimentação escolar no nível subnacional	81
1.9 Próximos passos	84
Capítulo 2	
A Coalizão para a Alimentação Escolar: um movimento global pela alimentação escolar	89
2.1 A Coalizão para a Alimentação Escolar: governos alcançam progressos sem precedentes com o apoio de parceiros	92
2.2 Um novo modelo colaborativo: como funciona a Coalizão para a Alimentação Escolar e suas redes	99
2.3 A Coalizão para a Alimentação Escolar em ação: enfrentando os desafios por meio de iniciativas globais	113
2.4 A Coalizão para a Alimentação Escolar em ação: parceiros que impulsionam o progresso	132
2.5 Próximos passos: preparando o caminho para a alimentação escolar universal	142
Capítulo 3	
Novos avanços no entendimento da alimentação escolar: inovação e programação sustentável	151
3.1 Novas evidências sobre os benefícios multisectoriais e os retornos sobre o investimento nos programas de alimentação escolar	154
3.2 Novas evidências sobre a prática de planejamento	170
3.3 Financiamento de um avanço – o papel das finanças inovadoras	188
3.4 Próximos passos	195

Capítulo 4	
O papel global e estratégico do WFP na saúde e nutrição escolar	201
4.1 O papel do WFP como Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar e a expansão das suas capacidades de advocacy	206
4.2 Contribuição do WFP para a expansão e fortalecimento dos programas nacionais de alimentação escolar	210
4.3 Apoio operacional do WFP aos países	218
4.4 O papel do WFP na implementação da alimentação escolar em emergências	225
4.5 Empoderamento de mulheres e meninas por meio da alimentação escolar	229
4.6 Inovação do WFP na alimentação escolar	235
4.7 Próximos passos	237
<hr/>	
RELATÓRIO ESPECIAL	
Uma nova estrutura conceitual e operacional para a alimentação escolar e os sistemas alimentares: repensando as implicações dos programas nacionais de alimentação escolar para o clima, o meio ambiente, a biodiversidade e a soberania alimentar	
SR.1 Uma nova estrutura para entender o papel da alimentação escolar no contexto dos sistemas alimentares	I
SR.2 Alimentação escolar sustentável: políticas orientadas pela demanda para um consumo saudável e sustentável	III
SR.3 O poder das compras: aproveitar a alimentação escolar como uma ferramenta para melhorar a agricultura local, o desenvolvimento sustentável social e econômico e promover a biodiversidade	VI
SR.4 Duas questões políticas importantes na abordagem dos sistemas alimentares e da saúde pública	XVI
Conclusões	XXI
<hr/>	
Referências	280
Lista de siglas	295
Glossário	296
<hr/>	
Anexo	
Anexo I Publicações recentes do WFP e parceiros	299
Anexo II Metodologia e fontes utilizadas para estimar o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar, cobertura e investimento	312
Anexo III Indicadores específicos de cada país sobre a alimentação escolar	327

Quadros, estudos de caso, figuras e tabelas

Quadros

Quadro 1.1	Um marco para crianças em idade escolar: rumo a um indicador global sobre a cobertura da alimentação escolar	66
Quadro 1.2	Políticas, legislação e o caminho até uma base jurídica para a alimentação escolar	74
Quadro 2.1	A Segunda Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar	101
Quadro 2.2	Primeira Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar	103
Quadro 2.3	OSCs – Food 4 Education (em tradução livre, Alimentação pela Educação) impulsiona a inovação e a implementação	135
Quadro 2.4	Advocacy em ação – O caminho liderado pela CSO para o Programa de Alimentação Escolar do Canadá	136
Quadro 3.1	O papel dos programas de alimentação escolar na proteção social e na facilitação de uma transição justa	164
Quadro 3.2	Teste para alimentação escolar nutricionalmente ideal no Camboja	169
Quadro 3.3	Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar – Experiência do país no uso da ferramenta política SABER para autoavaliação e benchmarking de programas nacionais de alimentação escolar	179
Quadro 3.4	O Centro Global de Alimentação Escolar	182
Quadro 3.5	Indicadores recomendados pela Ação Global para Medição da Saúde do Adolescente (GAMA) da Organização Mundial da Saúde	185
Quadro 4.1	As Normas e Diretrizes Mínimas da ASEAN para o Pacote de Nutrição Escolar	215
Quadro 4.2	Guia de Saúde e Nutrição Escolar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	217
Quadro 4.3	Atividades de alimentação escolar do WFP em 2023	224
Quadro 4.4	Lições aprendidas com o projeto Quebrando Barreiras para a Educação de Meninas – uma abordagem multisectorial para a educação de meninas em contextos frágeis	231
Quadro 4.5	Capacitação de meninas e meninos por meio de programas de alimentação escolar na Ásia e no Pacífico	232
Quadro A2.1	Classificação de renda dos países	322

Estudos de caso

Estudo de caso 1	A ambiciosa visão do Quênia de alimentar 10 milhões de crianças em idade escolar, ao mesmo tempo em que fortalece os sistemas alimentares locais e a resiliência em tempos de crise até 2030	85
Estudo de caso 2	Da visão à ação: o roteiro de Ruanda para um programa de alimentação escolar universal e sustentável	87
Estudo de caso 3	Como Milão vem liderando o caminho da inovação da alimentação escolar	130

Estudo de caso 4	A revolução da alimentação escolar no Brasil: um exemplo global para combater a fome, apoiar os agricultores e impulsionar da cooperação internacional	144
Estudo de caso 5	A visão ousada da Somália para a educação por meio do seu programa de alimentação escolar	147
Estudo de caso 6	Ação europeia para a alimentação escolar: impulsionando mudanças nacionais e no exterior	149
Estudo de caso 7	Investimento do Peru em prontidão para desastres para garantir que a alimentação escolar chegue às populações vulneráveis	196
Estudo de caso 8	Reforma da nutrição escolar na Ucrânia em meio à guerra: preparando-se para a recuperação	197
Estudo de caso 9	A Guatemala se digitaliza: o novo aplicativo móvel de alimentação escolar impulsiona o programa de alimentação escolar	199
Estudo de caso 10	Lesoto aprofunda o compromisso multissetorial com a alimentação escolar com compras locais por meio de uma política de alimentação escolar atualizada	200
Estudo de caso 11	A jornada do Camboja em direção à alimentação escolar local sustentável até 2028	239
Estudo de caso 12	Armênia assume liderança total da alimentação escolar: um modelo de compromisso nacional e desenvolvimento sustentável	241
Estudo de caso 13	O poder da alimentação escolar na transformação do Haiti	244
Estudo de caso 14	A jornada do Iraque para a liderança nacional da alimentação escolar	246
Estudo de caso 15	Transição para a gestão nacional do programa de alimentação escolar no Benim	249

Figuras

Figura 1.1	Divisão dos países por fontes de dados	55
Figura 1.2	Crescimento do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar em países selecionados da União Africana	57
Figura 1.3	Variação do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar por região entre 2022 e 2024	59
Figura 1.4	Variação do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar por faixa de renda entre 2022 e 2024	59
Figura 1.5	Crianças matriculadas em escolas primárias em todo o mundo	61
Figura 1.6	Cobertura nacional dos programas de alimentação escolar por faixa de renda	62
Figura 1.7	Cobertura em 2024 por categoria de renda	64
Figura 1.8	Fontes de investimento financeiro em alimentação escolar (apenas 2024)	71
Figura 1.9	Fontes de investimento financeiro na alimentação escolar em 2022 e 2024	71
Figura 1.10	Proporção de países com políticas de alimentação escolar por nível de renda em 2020, 2022 e 2024	73

Figura 1.11	Empregos gerados por cada 100.000 crianças beneficiadas pela alimentação escolar	77
Figura 1.12	Programas complementares de saúde e nutrição	79
Figura 1.13	Adoção de programas complementares de saúde e nutrição	80
Figura 2.1	Número de países que aderiram à Coalizão para a Alimentação Escolar por ano e apresentação de compromissos	92
Figura 2.2	Número total de crianças beneficiadas pela alimentação escolar nos estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar em comparação com os estados não membros, Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022 e 2024 (em milhões)	93
Figura 2.3	Compromissos nacionais com a Coalizão para a Alimentação Escolar, discriminados por categorias	94
Figura 2.4	Como funciona a Coalizão para a Alimentação Escolar	100
Figura 2.5	O ecossistema da Coalizão para a Alimentação Escolar: colaboração multisectorial do nível local ao global	106
Figura 2.6	Principais eventos da Coalizão para a Alimentação Escolar 2023–2024	108
Figura 3.1	Relações de custo-benefício estimadas do programa de alimentação escolar em educação, saúde e nutrição combinadas, por sub-regiões (distritos) no Malawi	157
Figura 3.2	Comparação de LAYS (Anos de Escolaridade Ajustados pela Qualidade) obtidos por 100 dólares investidos em diferentes intervenções de saúde baseadas na escola	161
Figura 3.3	Visão geral das fases e etapas para desenvolver diretrizes e padrões nacionais de nutrição para a alimentação escolar	174
Figura 3.4	Situação das diretrizes e padrões nutricionais da alimentação escolar em países que participaram do exercício de inventário	175
Figura 3.5	Número de países-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar com compromissos relevantes para as diretrizes e padrões nutricionais para a alimentação escolar	176
Figura 3.6	Número acumulado de exercícios de Saúde e Alimentação Escolar do SABER concluídos desde 2012 globalmente e na África Subsaariana, por ano	180
Figura 3.7	Domínios do indicador GAMA	186
Figura 4.1	Número de crianças atendidas por programas de alimentação escolar em países apoiados pelo WFP	210
Figura 4.2	Número de crianças atendidas por programas de alimentação escolar em países apoiados pelo WFP (2020–2024) por grupo de renda	211
Figura 4.3	Investimento em programas de alimentação escolar em países apoiados pelo WFP	212
Figura 4.4	Mudança nas fontes de financiamento em países apoiados pelo WFP	213
Figura 4.5	Mudança nas estruturas políticas em países apoiados pelo WFP	214
Figura 4.6	Evolução dos beneficiários diretos da alimentação escolar do WFP entre 2013 e 2023 (por região)	222

Figura 4.7	Número de crianças em idade escolar diretamente atendidas pela alimentação escolar do WFP ao longo do tempo (2013–2023), por contexto nacional	223
Figura 4.8	Progressão da cobertura do programa de alimentação escolar na Armênia	243
Figura 4.9	Orçamento alocado pelo governo para o ano letivo (180 dias de refeição) em USD	243
Figura 4.10	Histórico da alimentação escolar no Iraque	248
Figura SR.1	Marco conceitual e operacional para sistemas alimentares e alimentação escolar	IV
Figura A2.1	Divisão dos países por fontes de dados	314

Mapas

Mapa 1.1	Crianças beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo (milhões)	52
Mapa 1.2	Inovação no nível municipal em programas de alimentação escolar: um retrato subnacional	82
Mapa 4.1	Visão geral dos programas de alimentação escolar implementados pelo WFP ao redor do mundo em 2023	220

Tabelas

Tabela 1.1	Quatro estimativas dos investimentos anuais na alimentação escolar (em USD)	69
Tabela 1.2	Comparação do investimento financeiro entre 2022 e 2024 (em USD)	72
Tabela 2.1	Exemplos de compromissos nacionais com a Coalizão para a Alimentação Escolar	95
Tabela 2.2	Declarações emitidas ou influenciadas pela Coalizão para a Alimentação Escolar em 2023–2024	109
Tabela 2.3	Resumo dos esforços regionais	111
Tabela 2.4	Eventos organizados pela Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão para a Alimentação Escolar	129
Table A2.1	Fontes utilizadas para dados de alimentação escolar	315
Table A2.2	Possíveis configurações de programas de alimentação escolar com a finalidade de calcular o número total líquido de crianças beneficiadas pela alimentação escolar	318
Table A2.3	Estimativas de cobertura pública (países selecionados na região da América Latina e Caribe)	321
Table A2.4	Quatro estimativas do investimento anual total em alimentação escolar	324
Table A2.5	Custo médio por grupo de renda usado para estimar o investimento global	325

Agradecimentos

A publicação *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* 2024 é resultado da colaboração de várias instituições e indivíduos. Agradecemos o apoio e a todos que dedicaram seu tempo e experiência para a realização da publicação.

A análise e a abordagem apresentadas nesta publicação são baseadas em uma visão global desenvolvida por Carmen Burbano de Lara (WFP) e Donald Bundy (London School of Hygiene and Tropical Medicine, em tradução livre, Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres), que também orientaram todos os aspectos da elaboração e produção. A publicação foi preparada sob a orientação geral e aprovação final de Valerie Guarnieri, Diretora Executiva Adjunta do Departamento de Operações do Programa. O prefácio foi elaborado por Cindy McCain, Diretora Executiva, e pelo Gabinete da Diretora Executiva.

As contribuições estratégicas para a publicação foram fornecidas por um Conselho Consultivo. Agradecemos aos membros do Conselho Consultivo por suas contribuições para a publicação: Robert Jenkins (UNICEF), Victor Aguayo (UNICEF), Dr. Francesco Branca (OMS), Lynnette Neufeld (FAO), Corinna Hawkes (FAO), Dra. Priyadarshani Joshi (Relatório GEM, UNESCO), Arlene Mitchell (GCNF), Ayala Wineman (GCNF), Bibi Giyose (AUDA-NEPAD), Sarah Beardmore (GPE), Joseph Nhan-O'Reilly (IPNEd), Amanda Rives (WVI), Diane De Bernardo (USDA), Molly Kairn (USDA), Liesbet Steer (SFI) e Filippo Gavazzeni (Cidades que Alimentam o Futuro).

Equipe editorial da publicação *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*

Diretora: Carmen Burbano de Lara
(Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social do WFP)
Conselheiro Sênior: Donald Bundy
(London School of Hygiene and Tropical Medicine)

Marekh Khmaladze, Azinwi Ngum Nkwah, Espedito Nastro, Maria-José Rojas, Sophie Jenter, Peter Holtsberg, Soha Haky, Luis Benitez, Adeline Uwonkunda, Sasinat Chindapol e Anna Hamilton

Esta publicação é um bem público global viabilizado por meio da parceria estratégica entre o Programa Mundial de Alimentos e a Dubai Cares. Foi desenvolvida no âmbito do projeto Scaling Up School Health and Nutrition

Across Africa (em tradução livre, Ampliação da Saúde e Nutrição Escolar na África) – capacidades técnicas e evidências para otimizar o programa nacional e com o apoio financeiro da Dubai Cares. O Programa Mundial de Alimentos agradece o apoio do Conselho de Administração da Dubai Cares, do Diretor Executivo Tariq Al Gurg, do Diretor de Programas e de sua equipe.

Esta publicação baseia-se em várias fontes de dados, incluindo a Pesquisa Global dos Programas de Alimentação Escolar da Fundação Global de Nutrição Infantil (GCNF). Esta pesquisa produziu um recurso de dados abrangente e padronizado sobre a alimentação escolar no mundo, detalhando um amplo conjunto de atividades e condições relacionadas à alimentação escolar em cada país. A pesquisa foi realizada três vezes, possibilitando acompanhar como os programas de alimentação escolar em todo o mundo evoluíram desde o início da pesquisa. Agradecemos à equipe da GCNF, incluindo Arlene Mitchell (Diretora Executiva), Heidi Kessler, Ayala Wineman e Yale Warner pelo apoio e colaboração nesta publicação e ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e à Fundação Rockefeller pelo financiamento desses esforços. Outras fontes de dados utilizadas nesta publicação são citadas no Anexo II.

A publicação foi revisada de forma independente por: Sylvie Avallone (Universidade de Montpellier), Dirce Marchioni (Universidade de São Paulo), Sangchul Yoon (Universidade de Yonsei) e Francis Zotor (Universidade de Gana). Seus valiosos comentários ajudaram a melhorar a qualidade da publicação.

A publicação do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* é liderada por Marekh Khmaladze, com apoio direto de gestão de projetos de Azinwi Ngum Nkwah. A análise de dados e o apoio editorial também foram fornecidos por Espedito Nastro, Luis Benitez, Adeline Uwonkunda, Sophie Jenter, Soha Haky, Peter Holtsberg, Sasinat Chindapol, Anna Hamilton, Julia Kammermeier, Seoyoon Sofia Shin e Amadou Boucar Thiam. Nossos sinceros agradecimentos a Niamh O'Grady por lançar as bases da publicação geral, Maria-José Rojas, que realizou a revisão interna e compartilhou comentários. Gostaríamos também de agradecer a todos os escritórios regionais e nacionais do WFP que contribuíram para o processo de validação de dados. A orientação estratégica geral, edição, revisão e as observações técnicas foram fornecidas pelo professor Donald Bundy (Diretor do Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar; Professor de Epidemiologia e Desenvolvimento, Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres; e Consultor Sênior do Programa Mundial de Alimentos).

Gostaríamos de agradecer aos seguintes líderes dos capítulos e colaboradores de cada capítulo.

- **Capítulo 1:** Espedito Nastro, Luis Benitez, Adeline Uwonkunda, com contribuições importantes de:
 - Joseph Nhan-O'Reilly (cofundador e diretor executivo da Rede Parlamentar Internacional para a Educação) no Quadro 1.2 Políticas, legislação e o caminho até uma base jurídica para a alimentação escolar.
 - Filippo Gavazzeni (Diretor da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, Prefeitura de Milão), Andrea Magarini (Conselheiro Sênior da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, Prefeitura de Milão), Serena Duraccio (Diretora de Parcerias da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, Prefeitura de Milão) e Mara Petruzzelli (Diretora Sênior da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, Prefeitura de Milão) sobre soluções lideradas pela cidade: avançando a alimentação escolar no nível subnacional e o estudo de caso de Milão.
- **Capítulo 2:** Sophie Jenter, com contribuições importantes de Maria-José Rojas, Àngela Corbalán, Emilie Sidaner e Carlo Luciani. Adicionalmente:
 - Filippo Gavazzeni, Andrea Magarini, Serena Duraccio e Mara Petruzzelli sobre a visão geral da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro.
 - Donald Bundy, Linda Schultz (Líder do Secretariado, Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar), Kate Morris (Líder de Comunicações, Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar) e Jasmine Catmull (Oficial de Comunicações, Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar) sobre a visão geral do Consórcio de Pesquisa.
 - Espedito Nastro sobre a visão geral da Iniciativa de Dados e Monitoramento e os dados para a figura 2.2.
 - Mohamed Abdiweli (Líder de Advocacy e Pesquisa, Iniciativa de Financiamento Sustentável), Helene Gourichon (Líder de Financiamento do País, Iniciativa de Financiamento Sustentável), Katherine Kullman (Diretora Associada de Projetos de Saúde e Nutrição Escolar, Iniciativa de Financiamento Sustentável) e Kevin Watkins (Conselheiro Sênior, Iniciativa de Financiamento Sustentável) sobre a visão geral da Iniciativa de Financiamento Sustentável.
 - Antoine Chaussinand e Flavia Brunetti (Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social, WFP) na seção sobre instituições financeiras internacionais.
 - Leonie Werner e Parviz Abduvahobov (UNESCO) na seção sobre Agências da UN.
 - Dra. Amberley T. Ruetz (Bolsista de Pós-Doutorado, Universidade de Saskatchewan; representante canadense do Consórcio Global de Pesquisa

em Saúde e Nutrição Escolar; Copresidente do Grupo de Trabalho de Alimentação Escolar da Associação Canadense de Estudos Alimentares) para o Quadro 2.4: Advocacy em ação – O caminho liderado pelas CSOs para o Programa de Alimentação Escolar do Canadá.

- Charlotte Masiello-Riome (WFP) na seção sobre organizações da sociedade civil e dados sobre comunicações.
- Mirna Noaman sobre o mapa de sistemas da Coalizão de Alimentação Escolar e os dados em torno das comunicações.

- **Capítulo 3:** Donald Bundy e Linda Schultz, com contribuições importantes de:

- Stéphane Verguet (Professor Associado de Saúde Global, Harvard T.H. Chan School of Public Health (em tradução livre, Escola de Saúde Pública Chan); Copresidente da Comunidade de Prática de Análise e Métricas do Consórcio de Pesquisa) para a seção 3.1.1 sobre a relação custo-benefício dos programas nacionais de alimentação escolar.
- Noam Angrist (Diretor Acadêmico do What Works Hub for Global Education e Pesquisador Sênior, Universidade de Oxford; Copresidente da Comunidade de Prática de Análise e Métricas do Consórcio de Pesquisa) sobre alimentação escolar e resultados educacionais na seção 3.1.
- Biniam Bedasso (Pesquisador do Centro de Desenvolvimento Global) sobre alimentação escolar e resultados de proteção social na seção 3.1.
- Simone Lombardini (Responsável pela Avaliação de Impacto, WFP), que lidera a Janela de Avaliação de Impacto do Programa Baseado na Escola e forneceu o resumo com as principais descobertas emergentes. As descobertas são o esforço coletivo de vários colegas que trabalham na Janela de Avaliação de Impacto, incluindo Jonas Heirman, Minh Phuong La e Armand Degla do WFP, assim como Florence Kondylis, Astrid Zwager, Roshni Khincha, Cox Bogaards, Dahyeon Jeong, Benedetta Lerva, Erin Kelley, Hannah Irmela Uckat, Paul Christian e Thiago De Gouvea Scot de Arruda do Banco Mundial.
- Dominic Richardson (Diretor Administrativo, Instituto de Aprendizagem para o Bem-Estar) e Ian Orton (Especialista Regional em Proteção Social para os Estados Árabes, OIT) para o Quadro 3.1: O papel dos programas de alimentação escolar na proteção social e na facilitação de uma transição justa.
- Melissa Vargas Araya (FAO, Assessora Técnica de Diretrizes e Padrões Nutricionais) e Fatima Hachem (FAO, Oficial Sênior de Nutrição e Líder de Equipe do Grupo de Educação Nutricional e Conscientização do Consumidor) para a seção 3.2 sobre o estabelecimento de novas diretrizes e padrões holísticos nutricionais para a alimentação escolar: o ponto de

partida para alcançar melhores resultados nutricionais, Quadro 3.2: Teste para alimentação escolar nutricionalmente ideal no Camboja e Quadro 3.4: O Centro Global de Alimentação Escolar.

- Linda Schultz para o Quadro 3.3: Experiência do país no uso da ferramenta política SABER para autoavaliação e benchmarking de programas nacionais de alimentação escolar.
 - Sylvie Avallone (Professora, Institut Agro, Montpellier; Copresidente da Comunidade de Prática de Bons Exemplos do Consórcio de Pesquisa), Heli Kuusipalo (Pesquisadora Sênior, Instituto Nacional de Saúde e Bem-Estar, Finlândia; Copresidente da Comunidade de Prática de Bons Exemplos do Consórcio de Pesquisa) e Aurelie Fernandez (Coordenadora da Comunidade de Prática de Bons Exemplos do Consórcio de Pesquisa) para a seção 3.2 sobre exemplos emergentes de boas práticas em programas nacionais.
 - Filippo Gavazzeni, Andrea Magarini, Serena Duraccio e Mara Petruzzelli para a seção sobre a prática de programas no nível municipal: novas evidências da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro.
 - Dra. Regina Guthold (Organização Mundial da Saúde, Departamento de Saúde Materna, Neonatal, Infantil e Adolescente e Envelhecimento, Cientista) para o Quadro 3.5 A Ação Global para Medição da Saúde do Adolescente (GAMA) da Organização Mundial da Saúde recomendou indicadores.
 - Harold Alderman (Pesquisador Emérito, Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares) e Aulo Gelli (Pesquisador Sênior, Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares) sobre as evidências de impacto e lacunas de pesquisa que fomentaram o marco do Capítulo 3.
 - Mohamed Abdiweli, Helene Gourichon, Katherine Kullman e Kevin Watkins para a seção 3.3 sobre Financiamento de um avanço – o papel das finanças inovadoras.
- **Capítulo 4:** Soha Haky, com contribuições importantes de Peter Holtsberg, Matthew Dearborn, Carolina Botter, Tristan Schouten, Peter Haag, Isabelle Lacson, Damien Fontaine, Ruusa Mushimba, Raffaella Bellanca, Genesis Maynard, Udaya Sharma, Ananda Paez, Julia Kammermeier, Thomas Deville, Karen Kestler, Maria Muradyan, Jacques Sezikeye e Giorgio Sirtorti. A análise e visualização de dados para este capítulo foi apoiada por Espedito Nastro, Luis Benitez e Sasinat Chindapol. As contribuições dos estudos de caso regionais e nacionais são detalhadas abaixo.

- **Relatório especial:** Silvia Pastorino (London School of Hygiene and Tropical Medicine e Copresidente, Comunidade de Prática de Dieta e Saúde Planetária do Consórcio de Pesquisa) e Samrat Singh (Codiretor, Parceria para o Desenvolvimento Infantil, Imperial College London e Copresidente, Comunidade de Prática de Transformação de Sistemas Alimentares do Consórcio de Pesquisa) com contribuições importantes de Luana F.J. Swensson (FAO, Especialista em Políticas para Compras Públicas Sustentáveis) e Florence Tartanac (FAO, Dirigente Sênior), bem como a equipe do Programa de Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social do WFP na transformação de sistemas alimentares por meio de refeições escolares caseiras.

O relatório apresenta vários estudos de caso nacionais e regionais. Assim, gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão a todos que contribuíram com dados e ideias para o processo de redação e revisão.

Armênia

- Satenik Mkrtchyan, Diretora da Agência de Alimentação Escolar e Bem-Estar Infantil
- Equipe de Alimentação Escolar do WFP na Armênia

Ásia e Região do Pacífico

- Vera Mayer, Conselheira Regional de Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP para a Ásia e o Pacífico
- Chitraporn Vanaspongse, Oficial de Políticas e Programas – Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP para a Ásia e o Pacífico

Brasil

- Maria Giulia Senesi, Oficial de Programas, WFP/Brasil - Centro de Excelência contra a Fome
- Daniel Balaban, Diretor e Representante, WFP/Brasil - Centro de Excelência contra a Fome
- Daniela Costa, Chefe de Comunicação, WFP/Brasil - Centro de Excelência contra a Fome
- Karine Silva dos Santos, funcionária pública e coordenadora geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Funcionária Pública na carreira de especialista em financiamento e implementação de programas e projetos educacionais, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão autônomo do Ministério da Educação do Brasil

- Felipe Leal Ribeiro de Albuquerque, Funcionário Público na carreira de especialista em financiamento e implementação de programas e projetos educacionais, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão autônomo do Ministério da Educação do Brasil
- Saulo Ceolin, Coordenador Geral de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE)
- Laura Delamonica, Vice-chefe do Coordenador Geral de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE)
- Cecilia Malaguti do Prado, Ponto Focal para a Cooperação Sul-Sul Trilateral com Organizações Internacionais, Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE)
- Paola Barbieri, Analista de Projetos, Cooperação Sul-Sul Trilateral com Organizações Internacionais, Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE)

Benim

- Sr. Ali Ouattara, Representante Residente, WFP Benim
- Sr. Alain Hinkati, Diretor Geral, Agência Nacional de Alimentação e Nutrição (ANAN)

Camboja

- Sr. Ven Thol, Vice-Diretor do Departamento de Educação Primária
- Sr. Kann Puthy, Diretor do Departamento de Educação Primária
- Escritório Nacional do WFP no Camboja

Países europeus

- Charlotte Cuny, Assessora de Parcerias, Escritório do WFP em Bruxelas
- Camille Fogtdal, Assessora de Parcerias, Escritório do WFP nos Países Nórdicos (Dinamarca)
- Lina Nesheim, Assessora de Parcerias, Escritório do WFP nos Países Nórdicos (Noruega)
- Katariina Ainamo, Assessora de Parcerias, Escritório do WFP nos Países Nórdicos (Finlândia)

Guatemala

- Direção-Geral de Fortalecimento da Comunidade Educativa (DGEFOCE)
- Direção-Geral de Participação Comunitária e Serviços de Apoio (DGEPSA)

Haiti

- Programa Nacional de Cantinas Escolares (PNCS)

Iraque

- Aymen Abbas Aswad, Diretor de Educação Física e Atividades Escolares, Ministério da Educação
- Nahid Ayad, Chefe do Departamento de Educação Ambiental e Saúde Escolar, Ministério da Educação
- Samer Lateef, Diretor da Divisão de Nutrição Escolar, Ministério da Educação
- Juan Gonzalo Jaramillo Mejia, Chefe de Proteção Social, WFP Iraque
- Dina Abdulrazzaq, Assessora de Políticas e Programas - Alimentação Escolar, WFP Iraque
- Tara Khdahairi, Assistente do Programa de Proteção Social, WFP Iraque
- Soha Haky, Oficial de Políticas e Programas - Fortalecimento da Capacidade do País, Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social do WFP
- Michael Abdalah, Oficial de Políticas e Programas - Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP no Oriente Médio, Norte da África e Europa Oriental

Quênia

- Sra. Carola Kenngott, Chefe de Proteção Social e Redes de Segurança Climática Sustentáveis, WFP Quênia
- Sra. Lilian Matama, Diretora de Gestão do Conhecimento de Proteção Social, WFP Quênia
- Governo do Quênia

Lesoto

- Thuto Ntsekhe, Diretor de Educação Primária, Ministério da Educação e Treinamento
- Sr. Rats'iu Majara, Secretário Principal, Ministério da Educação e Treinamento

Oriente Médio e Norte da África

- Rizwan Bajwa, Oficial de Políticas e Programas - Proteção Social e Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP no Oriente Médio, Norte da África e Europa Oriental
- Stefano Santoro, Chefe de Proteção Social e Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP no Oriente Médio, Norte da África e Europa Oriental
- Michael Abdalah, Oficial de Políticas e Programas - Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP no Oriente Médio, Norte da África e Europa Oriental

Peru

- Lena Arias, Chefe de Programas, WFP Peru

- Ivan Bottger, Oficial de Políticas e Programas – Gestão de Riscos de Desastres, Proteção Social e Adaptação às Mudanças Climáticas, WFP Peru
- Rolando Wilson, Chefe de Unidade – Nutrição, Saúde Pública e Agricultura Familiar, WFP Peru
- Giulia Baldi, Chefe de Proteção Social, Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social do WFP
- Manucheher Shafee, Consultor de Evidências e Inovação, Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social do WFP
- Clare O'Brien, Conselheira Sênior de Proteção Social, Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social do WFP

Ruanda

- Sr. Pascal Gatabazi, Conselheiro Técnico Chefe, Ministério da Educação, Governo de Ruanda.

Somália

- Saadiq Hurre Dirie, Conselheiro de Alimentação Escolar, Ministério da Educação, Cultura e Ensino Superior do Governo Federal da Somália
- Isse Mire Nor, Coordenador de Alimentação Escolar, Ministério da Educação, Cultura e Ensino Superior do Governo Federal da Somália
- Hannah Peterson, Oficial de Políticas e Programas (Alimentação Escolar), WFP Somália
- Ahmed Saney, Oficial de Políticas e Programas (Alimentação Escolar), WFP Somália

Sudão

- Merlyn Chapfunga, Chefe de Nutrição e Programa Escolar, WFP Sudão
- Edna Kalaluka, Chefe Regional de Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP para a África Oriental e Meridional

África Ocidental

- Karen Ologoudou, Conselheira Regional de Alimentação Escolar, Escritório Regional do WFP para a África Ocidental e Central

Ucrânia

- Andrii Stashkiv, Vice-Ministro, Ministério da Educação e Ciência
- Orest Stepanyak, Chefe do Escritório de Reforma da Nutrição Escolar
- Juliana F.W. Cohen, professora adjunta, Harvard T.H. Chan School of Public Health
- Myles Bremner, CEO e Consultor de Política Alimentar, Bremner & Co

Agradecemos às seguintes pessoas que facilitaram o envio de contribuições externas: Sophie Jenter, Soha Haky, Matthew Dearborn, Genesis Maynard, Carolina Botter, Giulia Baldi, Manucheher Shafee, Clare O'Brien e todos os escritórios regionais e nacionais que lideraram essa coordenação. Gostaríamos de agradecer ao Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da República Popular da China pelo apoio na coleta de dados na China.

Estendemos nosso sincero agradecimento aos membros do Serviço de Gênero, Proteção e Inclusão (GPI) do WFP, particularmente Brenda Behan e Elizabeth Burges-Sims, por sua orientação estratégica e por garantir a integração de temas transversais ao longo do relatório. Agradecemos a Amelia Stewart (Líder de Políticas de Mudanças Climáticas e RRD, Serviço de Clima e Resiliência, WFP) pelo fornecimento de uma revisão de terminologia relacionada ao clima para os Capítulos 3 e 5. O apoio administrativo foi prestado por Constantine Akeibar, Madeline Tejada e Reverie Calibo, com a ajuda do WFP, Aquisição de Bens e Serviços.

Gostaríamos de agradecer ao Comitê de Revisão de Publicações do WFP e ao Escritório de Comunicações e Mídia do WFP pelo apoio na produção e disseminação desta publicação.

Agradecemos aos escritórios nacionais do WFP e à World Vision International por fornecerem conteúdo fotográfico. Agradecimentos especiais também a Charlotte Masiello-Riome, Tsitsi Matope e Kaijie Yan pela seleção de fotos, desenvolvimento de legendas e revisão do layout geral da publicação. Gostaríamos de agradecer a Asja Hadzihasanovic, Eleonora Dionisi e à equipe de Inovação e Gestão do Conhecimento da INK por seu apoio com os serviços de ISBN, direitos autorais e biblioteca. A publicação foi editada por Catherine Simes e projetada por Sixelevens s.r.l. As traduções foram fornecidas pela Translated SRL. As diferentes versões linguísticas foram revisadas e editadas por: francês: Antoine Chaussinand e Tiphaine Ferry; espanhol: Luis Benitez; russo: Nadya Frank; chinês: Xinyue Zhao; português: Vitoria Rufino e Beatriz Pimentel; e árabe: Soha Haky e Michael Abdalah.

Prefácio

Nos últimos quatro anos, governos de todo o mundo demonstraram liderança e compromisso inspiradores com o objetivo de moldar um futuro melhor para as crianças. Em todos os continentes e faixas de renda, os países ampliaram os programas de alimentação escolar, aumentando em 20% o número de estudantes beneficiados e alcançando o marco histórico de 466 milhões de alunos atendidos. Essas conquistas são ainda mais notáveis por terem ocorrido em um período marcado por profundas interrupções nas economias e nos sistemas educacionais provocadas pela pandemia da COVID-19.

A determinação dos governos em se manterem no caminho certo reflete o crescente consenso global sobre o valor dos programas de alimentação escolar, que oferecem muito mais

do que apenas um prato de comida. As refeições escolares proporcionam às crianças o precioso dom da educação e um passaporte para sair da pobreza rumo a uma vida com mais oportunidades. Além disso, permitem que os governos fortaleçam os sistemas alimentares, apoiando comunidades, pequenos agricultores e as economias nacionais.

A Coalizão para a Alimentação Escolar tem sido um motor dinâmico que impulsiona esse ímpeto e mobiliza os países em torno da agenda de alimentação escolar. Tenho grande orgulho de que o Programa Mundial de Alimentos tenha desempenhado um papel essencial no trabalho da Coalizão e siga comprometido em apoiar esse modelo inovador de parceria multilateral.

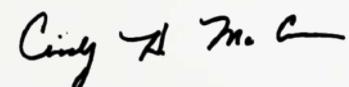


Alunos no Camboja lêem na biblioteca da escola.
WFP/Darapech Chea

Até o momento, 108 nações aderiram à Coalizão, que também é apoiada por 144 organizações parceiras e seis órgãos regionais. Mais de 50 países-membros se comprometeram a expandir ou melhorar seus programas de alimentação escolar, representando cerca de dois terços do progresso global nos últimos anos. Mais do que isso, o trabalho coletivo da Coalizão ajudou a mover corações e mentes em favor da alimentação escolar além da afiliação.

O Estado da Alimentação Escolar no mundo 2024 homenageia as conquistas de formuladores de políticas, instituições nacionais e locais, escolas, educadores, agricultores e comunidades locais. Esses esforços e vozes coletivas têm contribuído para transformar a realidade de crianças em todo o mundo, uma refeição por vez.

Ainda há um longo caminho a percorrer e muito a fazer para que a alimentação escolar esteja disponível para todos, especialmente nos países mais pobres e frágeis. No entanto, estou confiante de que alcançaremos o nosso objetivo. Agora, mais do que nunca, devemos aproveitar o impulso dos últimos anos e colaborar para garantir que todas as crianças, em todos os cantos do mundo, tenham esperança de um futuro melhor – o que começa com uma alimentação saudável na escola.



Cindy H. McCain
Diretora Executiva



Mensagens principais

Quase 80 milhões de crianças a mais foram beneficiadas pelos programas nacionais de alimentação escolar nos últimos quatro anos, alcançando um novo marco global de 466 milhões de crianças.

- Em todos os continentes e faixas de renda, a maioria dos programas de alimentação escolar já alcançou ampla cobertura ou continua em processo de expansão. Vale destacar que os avanços mais significativos ocorreram justamente onde as necessidades são mais urgentes, com os países de renda baixa registrando a taxa de crescimento mais acelerada, cerca de 60% nos últimos dois anos.
- O continente africano registrou o maior progresso, com quase 20 milhões de crianças a mais beneficiadas pelos programas. Nos últimos dois anos, Etiópia, Quênia, Madagascar e Ruanda expandiram sua cobertura entre 1,5 e 6 vezes.
- Vários países lançaram programas nacionais de alimentação escolar pela primeira vez, incluindo Canadá, Indonésia e Ucrânia. Entre os países que estão tomando medidas significativas em direção a programas nacionais de alimentação escolar está a Dinamarca, que se comprometeu a estabelecer um Esquema Piloto Nacional para alimentação escolar, com o objetivo de criar uma base de conhecimento e experiência para informar o futuro programa nacional. Embora ainda não incorporada às estimativas atuais, a cobertura proporcionada pelos novos programas representa uma base para uma potencial expansão dos futuros níveis globais de acesso à alimentação escolar.
- O investimento mundial dos países em programas de alimentação escolar aumentou para apoiar uma cobertura mais ampla, chegando agora a 84 bilhões de dólares por ano. Como observado nos anos anteriores, esses investimentos são majoritariamente nacionais, com 99% deles provenientes de orçamentos nacionais.
- Apesar desse progresso, ainda há desafios importantes. Em particular, estima-se que metade das crianças do ensino primário ainda não é beneficiada – e elas são, em grande parte, as mais necessitadas: a cobertura é de apenas 27% nos países de renda baixa, em comparação com 80% nos países de renda alta.
- Em todas as regiões e faixas de renda, os países se concentraram no fortalecimento da qualidade da alimentação escolar por meio da institucionalização e adoção de políticas e estruturas jurídicas. Globalmente, 107 países relataram ter uma política de alimentação escolar em vigor, com os países de renda média-baixa apresentando o maior aumento desde a edição anterior desta publicação.
- Embora os governos nacionais definam estruturas de ação, as entidades subnacionais (incluindo os municípios) muitas vezes desempenham um papel muito direto na entrega da alimentação escolar. Pela primeira vez, esta publicação destaca dados e exemplos de cidades de todo o mundo.
- Mudanças recentes na arquitetura da ajuda internacional e reduções na Assistência Oficial ao Desenvolvimento podem atrasar o progresso. Embora o financiamento de doadores internacionais tenha crescido mais de 20%, particularmente em países de renda baixa e média-baixa, isso continua representando apenas um investimento modesto em comparação com a escala das contribuições do governo.

A expansão sem precedentes dos programas nacionais reflete a consolidação da Coalizão para a Alimentação Escolar, com 108 países, como uma das iniciativas multilaterais mais bem-sucedidas e proativas em nível global surgidas após a pandemia de COVID-19.

- A Coalizão continua crescendo rapidamente. Atualmente, ela inclui 108 governos-membros, 144 organizações parceiras e seis órgãos regionais que trabalham para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma alimentação saudável e nutritiva na escola até 2030.
- Os países-membros da Coalizão lideram a ação. Até o momento, quase metade dos países-membros começou a buscar compromissos ambiciosos para ampliar e melhorar os programas de alimentação escolar. Como resultado, cerca de 32 milhões de crianças a mais estão se beneficiando: cerca de dois terços do aumento global total nos últimos dois anos.
- As iniciativas da Coalizão desempenharam um papel fundamental ao atrair e conectar redes de experiência e conhecimento em escala global. O Consórcio de Pesquisa agora se beneficia de uma Academia Global de quase 1.200 professores e profissionais de aproximadamente 330 organizações em 110 países, enquanto a iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro conecta mais de 300 cidades por meio do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão.
- Esse forte multilateralismo, liderado por governos e apoiado por redes de conhecimento, levou ao aumento do reconhecimento da alimentação escolar como um importante contribuinte para as políticas públicas governamentais. Por exemplo, Brasil e Quênia assumiram o compromisso de ampliar a participação dos agricultores em seus programas, adotando uma abordagem sustentável. Já Burundi, Etiópia e Ruanda priorizaram a sustentabilidade e a expansão dos programas por meio do aumento das alocações de seus orçamentos nacionais. Enquanto isso, Indonésia e Ucrânia lançaram recentemente seus programas nacionais de alimentação escolar e se comprometeram a ampliá-los rapidamente, visando promover diversas metas de desenvolvimento.

Os benefícios agregados em vários setores tornam a alimentação escolar um investimento excepcionalmente rentável para o desenvolvimento nacional.

- Evidências recentes de estudos em países com boa relação custo-benefício, considerando os benefícios adicionais em diversos setores, indicam retornos consistentes entre 3 e 9 dólares para cada dólar investido, tanto em níveis nacionais quanto subnacionais.
- Programas eficientes de alimentação escolar demonstraram contribuições para todos os seguintes setores:
 - **Aprendizagem:** além dos recentes anúncios da UNESCO sobre a importância do bem-estar do aluno para o desempenho educacional, uma revisão sistemática dos estudos disponíveis mostra que os programas de alimentação escolar têm impacto nos resultados de aprendizagem.
 - **Proteção social:** os dados mais recentes do Banco Mundial confirmam que a alimentação escolar continua a ser a rede de segurança social mais difundida no mundo. A pandemia de COVID-19 e a crise econômica de 2008 forneceram evidências contrafactualis do papel da rede de segurança da alimentação escolar, bem como evidências da adaptabilidade e resiliência dos programas de alimentação escolar e sua capacidade de expandir temporariamente e resistir a crises.
 - **Geração de empregos:** os programas de alimentação escolar desempenham um papel fundamental na geração direta e indireta de empregos. Os programas nacionais normalmente geram aproximadamente 1.500 empregos por cada 100.000 crianças que recebem alimentação escolar. Esta estimativa não inclui as oportunidades significativas de emprego indireto para os agricultores locais e os profissionais da cadeia de suprimentos.
- **Saúde e nutrição:** o acesso regular a alimentação nutritiva na escola tem sido associado à redução das deficiências de micronutrientes, ao tratamento da desnutrição e à redução da incidência de anemia. Dietas melhoradas têm sido associadas ao aumento da atenção, maior função cognitiva e redução do absenteísmo. Os programas de alimentação escolar também contribuem para melhores práticas de higiene e segurança alimentar, particularmente em contextos de renda baixa.
- **Dietas sustentáveis:** o artigo técnico de referência sobre alimentação escolar e clima, elaborado por 164 especialistas de 85 organizações, demonstra que a alimentação escolar pode transformar as preferências alimentares ao longo da vida, promovendo escolhas mais saudáveis e sustentáveis. A experiência direta com alimentos saudáveis como parte da alimentação escolar, combinada com a educação alimentar durante a idade escolar e a adolescência, pode ser um importante impulsionador da mudança de comportamento e ajuda a transformar a relação da sociedade com a alimentação.
- **Agricultura e sistemas alimentares:** a compra de alimentos alinhados a dietas mais saudáveis e sustentáveis é também uma importante estratégia para transformar os sistemas alimentares. Há também um papel emergente importante para o incentivo a práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas. A compra local de alimentos escolares pode criar mercados confiáveis e previsíveis para pequenos agricultores e agricultores familiares, incentivando

a diversificação das culturas e impulsionando as economias rurais.

- **Empoderamento de meninas e mulheres:** as meninas experimentam um efeito diferenciado e maior em relação à alimentação escolar do que os meninos, especificamente quando se trata de frequência escolar, diversidade alimentar e resultados gerais de saúde e bem-estar. Em vários contextos, a alimentação

escolar contribui para superar as barreiras ao acesso das meninas à educação continuada. Para as mulheres, a alimentação escolar pode estar ligada ao empoderamento econômico, por meio do fortalecimento de sua participação nas cadeias locais de abastecimento de alimentos e da geração direta de empregos.



Um menino em Cuba apresenta o macarrão com vegetais que ele preparou. WFP/Yursys Miranda

O papel do WFP evoluiu e continua a se adaptar a um novo modelo de desenvolvimento liderado por países e comunidades por meio do movimento global multilateral em favor da alimentação escolar.

- O WFP desempenha um papel de apoio na alimentação escolar global, com os governos no centro dessa notável expansão. O WFP está intensificando seu papel como organizador e facilitador de parcerias, pesquisas e promoção, além de investir no apoio aos sistemas nacionais por meio de assistência técnica e apoio de políticas públicas.
- Como Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar, o WFP tem apoiado a Coalizão em todas as etapas desde a sua criação em 2021, ajudando a criar as condições certas para que a Coalizão funcione e prospere, promovendo um ecossistema colaborativo entre o número crescente de governos, parceiros e rede de especialistas.
- O WFP aumentou o investimento no apoio a políticas e contribuiu para a institucionalização a longo prazo dos programas nacionais de alimentação escolar em todos os contextos operacionais. A proporção de países de renda baixa apoiados pelo WFP sem uma política nacional caiu de 40% em 2020 para 15% em 2024.
- Em 2024, 139 milhões de crianças foram beneficiadas pela alimentação escolar em países com apoio do WFP, em relação aos 108 milhões de 2020. Esse aumento se deve principalmente a programas liderados pelo governo e apoiados pela assistência técnica do WFP, destacando o crescente investimento nacional e a sustentabilidade.
- Em resposta ao cenário de políticas públicas em transformação e ao aumento da liderança nacional da alimentação escolar, o WFP transitionou seus programas nos países de renda média para priorizar contextos frágeis e de renda baixa. Em 2023, das 21 milhões de crianças atendidas diretamente pelo WFP, 15 milhões estavam em regiões consideradas de alta vulnerabilidade.
- O WFP continuará a priorizar as crianças nos contextos mais vulneráveis e frágeis para a entrega direta de alimentação escolar, a fim de salvaguardar o acesso à educação e à nutrição, na sequência do aumento das incertezas globais e das reduções no financiamento externo. Ao mesmo tempo, o WFP trabalhará com os governos e parceiros para apoiar a capacidade dos programas nacionais de se expandirem rapidamente e resistirem às crises.



Sumário Executivo

Crianças brincando ao ar livre na Venezuela.
World Vision/Luis Colmenarez

Sumário executivo

O *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* foi publicado pela primeira vez em 2013. Desde 2020, tornou-se uma emblemática publicação bienal do WFP. A edição de 2020 celebrou uma década de crescimento consistente na oferta da alimentação escolar, ao mesmo tempo em que observou a chegada da COVID-19 e a preocupação com o fechamento subsequente das escolas. A edição de 2022 destacou as consequências destrutivas desses fechamentos de escolas: o quase colapso dos programas de alimentação escolar em todo o mundo, as consequências sociais para o desenvolvimento do capital humano e, em seguida, os esforços extraordinários dos países para reabrir escolas, reconstruir sistemas (incluindo a alimentação escolar) e não apenas restabelecer, mas expandir seus programas de alimentação escolar.

Nesta edição do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, exploramos o status dos programas de alimentação escolar dois anos depois, usando os dados mais recentes disponíveis, pois os países tiveram a oportunidade de refletir sobre experiências passadas e tomar decisões sobre seus programas de alimentação escolar. A combinação dos dados, estudos de caso, pesquisas e evidências mais recentes apresentados nesta edição aponta claramente para uma mudança na forma como os países percebem a alimentação escolar, não apenas como a maior e mais eficaz rede de segurança do mundo, da qual os governos dependem durante as crises, mas como um dos principais contribuintes para o desenvolvimento nacional, que ajuda a resolver problemas de toda a sociedade.

O progresso geral superou as expectativas: os dados mais recentes revelam que aproximadamente 466 milhões de crianças estão recebendo alimentação escolar em todo o mundo. Isso representa um aumento de quase 80 milhões de crianças, ou uma expansão de 20%, nos últimos quatro anos. Esses números destacam o sucesso sem precedentes da agenda de alimentação escolar no espaço de políticas e desenvolvimento internacional, comparável aos sucessos das campanhas globais de vacinação.

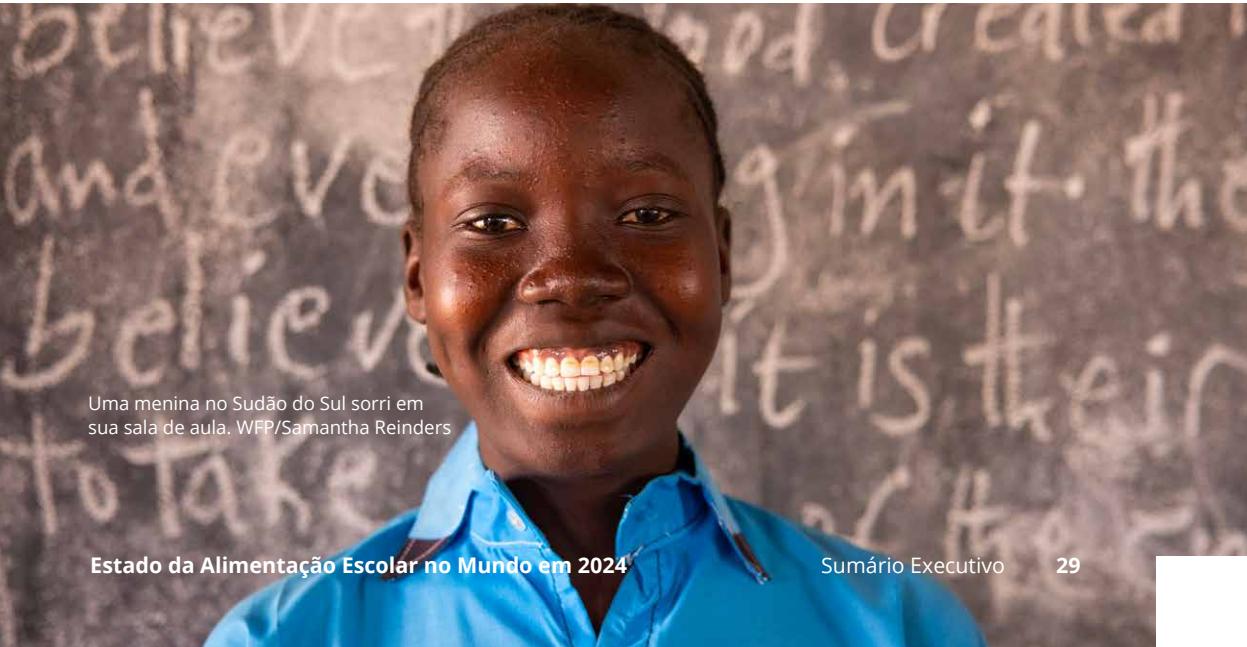
Essa tendência positiva continuou, apesar dos resultados mistos do relatório anterior, que apontava que os países de renda baixa ainda não haviam conseguido restabelecer plenamente seus programas de alimentação escolar aos níveis pré-COVID-19, ficando, assim, em desvantagem. As estatísticas mais recentes indicam que, nos últimos dois anos, as melhorias mais significativas ocorreram onde as necessidades eram maiores, com os países de baixa renda ampliando sua cobertura de alimentação escolar em quase 60%.

Esta publicação conta uma história de sucesso global que abrange países com diferentes níveis de renda e regiões, com novos países adotando programas nacionais de alimentação escolar, incluindo Canadá, Indonésia e Ucrânia.

Entre os países que estão dando passos significativos em direção a programas nacionais de alimentação escolar está a Dinamarca, que se comprometeu a estabelecer um Esquema Piloto Nacional para alimentação escolar, com o objetivo de criar uma base de conhecimento e experiência para informar o futuro programa nacional.

No que diz respeito à recente e rápida expansão, o continente africano representa a mais significativa história de sucesso, com 20 milhões de crianças a mais recebendo alimentação escolar nos últimos dois anos. Quênia, Madagascar, Etiópia, Benim e Ruanda lideram os campeões continentais, com aumentos de 1,5 a 6 vezes nos seus programas de alimentação escolar em apenas dois anos. Nem todas as conquistas podem ser mensuradas através de números; por exemplo, a maior parte dos países de renda alta e média-alta possui níveis estáveis e elevados de cobertura de alimentação escolar, focando na eficiência e na qualidade.

A explicação para essa história de sucesso global está significativamente ligada à mobilização sem precedentes dos países por meio de novos mecanismos multilaterais, principalmente a Coalizão para a Alimentação Escolar e a Aliança Global contra a Fome. Esses movimentos globais são inspirados e liderados por governos e sinalizam uma clara mudança no diálogo global em torno da alimentação escolar, passando de programas liderados por doadores e financiados externamente para uma política priorizada internamente.



Uma menina no Sudão do Sul sorri em sua sala de aula. WFP/Samantha Reinders

O forte impulso e a demanda por esse multilateralismo reinventado são vistos por meio da rápida expansão da Coalizão para a Alimentação Escolar. Desde a sua criação em 2021, a Coalizão agora reúne 108 países em vários estágios de desenvolvimento nacional, 144 parceiros e seis órgãos regionais. A Coalizão para a Alimentação Escolar e suas iniciativas consolidaram o papel da alimentação escolar como um instrumento de política pública global que pode ser uma das melhores soluções para alguns dos problemas sociais mais intratáveis do mundo. Em vários contextos nacionais, os programas de alimentação escolar são agora reconhecidos como uma política governamental habitual, fornecendo aos governos instrumentos de políticas públicas em vários setores, incluindo educação, saúde, economias locais e sistemas alimentares.

No entanto, ainda há muito a ser feito, pois ainda existem grandes desigualdades em todo o mundo. Nos países de renda baixa, estima-se que a cobertura da alimentação escolar no ensino fundamental seja de apenas 27%, em comparação com 80% nos países de renda alta. Os países de renda baixa ainda dependem de forma significativa da assistência externa para seus programas de alimentação escolar. A comunidade de desenvolvimento internacional atendeu ao chamado à ação formulado na edição anterior desta publicação e elevou a Assistência Oficial ao Desenvolvimento destinada à alimentação escolar em cerca de 20%. Contudo, em termos absolutos, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento corresponde a apenas cerca de 1% do investimento mundial em alimentação escolar. Isso indica que, com exceção de países de renda baixa e contextos vulneráveis, a alimentação escolar encontra-se amplamente resguardada das incertezas e variações provenientes da assistência externa.

No momento da redação deste relatório, a comunidade de desenvolvimento internacional está passando por uma mudança de paradigma e a Assistência Oficial ao Desenvolvimento deve diminuir drasticamente. É importante reconhecer os riscos que essas mudanças representam e as oportunidades potenciais de melhorar o desenvolvimento. O novo apelo à ação para a comunidade de desenvolvimento é concentrar os recursos cada vez menores onde eles são mais necessários para proteger os ganhos recentes e se adaptar aos mecanismos multilaterais em rápida evolução e às novas formas de colaboração, inclusive oferecendo orientação sistemática e holística, pesquisa rigorosa e assistência técnica.

Conclusões principais

A Coalizão para a Alimentação Escolar surgiu como um mecanismo único e multilateral de colaboração, inovação e aprendizagem, contribuindo para a integração da alimentação escolar na agenda política global. A Coalizão para a Alimentação Escolar e outros mecanismos multilaterais marcam uma mudança significativa que estimulou a ação global, refletida na recente expansão sem precedentes da alimentação escolar.

A Coalizão para a Alimentação Escolar é uma rede colaborativa em rápida expansão que agora inclui 108 governos-membros, 144 organizações parceiras e seis órgãos regionais unidos para garantir que todas as crianças tenham acesso a refeições saudáveis e nutritivas na escola até 2030. Desde a criação da Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021, a rápida expansão da alimentação escolar em todo o mundo acelerou para níveis comparáveis às maiores histórias de sucesso recentes em desenvolvimento (campanhas globais de vacinação, aumento do número de matrículas escolares). No geral, quase 80 milhões de crianças a mais se beneficiam com a alimentação escolar desde o relatório de 2020 sobre o *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, o que equivale a um aumento de 20%. Das 48 milhões de crianças a mais que recebem a alimentação escolar desde 2022, 32 milhões são de países que fazem parte da Coalizão. Até o momento, mais de 50 países apresentaram compromissos ambiciosos para ampliar e melhorar seus programas de alimentação escolar, de acordo com os objetivos da Coalizão. Por meio dessa participação ativa, os países estão contribuindo para um diálogo global e reconhecendo a Coalizão para a Alimentação Escolar como um fórum eficaz de intercâmbio e aprendizagem.

A mais recente avaliação global indica que cerca de 466 milhões de crianças estão sendo beneficiadas por programas de alimentação escolar em todo o planeta, evidenciando sucessos notáveis em diversas faixas de renda, com as melhorias mais significativas registradas nas áreas com maiores necessidades.

Dados de 174 países indicam que aproximadamente 466 milhões de crianças nos níveis pré-primário, primário e secundário são agora beneficiadas pelos programas de alimentação escolar. Parte do aumento pode ser atribuída a melhorias na qualidade dos dados. Uma análise mais aprofundada indica diferenças significativas por faixas de renda e geografias. Os países de renda baixa com a menor cobertura de alimentação escolar mostraram o maior aumento, de quase 60%, nos últimos dois anos. Em termos de regiões, a África fez o maior progresso, representando aproximadamente 20 milhões das crianças a mais beneficiadas pelos programas de alimentação escolar desde o último relatório.

Uma nova onda de países adotou programas nacionais de alimentação escolar em todas as faixas de renda. Em países de renda alta e média-alta, onde a cobertura já é relativamente alta, os esforços se concentraram no fortalecimento da eficiência e institucionalização dos programas existentes, inclusive por meio da adoção e/ou fortalecimento de políticas nacionais de alimentação escolar e estruturas jurídicas.

O investimento em alimentação escolar aumentou significativamente, com a nova estimativa global de 84 bilhões de dólares representando uma expansão aproximada de 36 bilhões de dólares desde a última estimativa, com 99% desse aumento proveniente de orçamentos domésticos.

A maior parte do crescimento estimado no investimento em alimentação escolar é creditada ao financiamento interno, que ainda é a principal fonte de financiamento para a alimentação escolar globalmente. Apesar do financiamento de doadores internacionais ter aumentado mais de 20%, especialmente para países de renda baixa e média-baixa, isso representa apenas um pequeno acréscimo no montante global de 364 milhões de dólares para 445 milhões de dólares, quando comparado ao tamanho das contribuições governamentais. Essa baixa dependência geral do financiamento externo indica que, globalmente, a alimentação escolar não é suscetível às incertezas e variações do investimento em desenvolvimento internacional. No entanto, é necessário cautela para garantir que os países que são mais dependentes de financiamentos externos e enfrentam restrições de capacidade e fragilidade possam continuar expandindo a alimentação escolar e sejam apoiados em sua transição gradual para a propriedade nacional.

Em todas as regiões e faixas de renda, os países se concentraram no fortalecimento da qualidade da alimentação escolar por meio da institucionalização e adoção de políticas e estruturas jurídicas.

Globalmente, 107 países relataram ter uma política de alimentação escolar em vigor, com os países de renda média-baixa apresentando o maior aumento desde a edição anterior desta publicação. Da mesma forma, a alimentação escolar é normalmente combinada com outras atividades complementares e intervenções políticas para atender às necessidades dos alunos, dependendo do contexto. Em geral, apenas 8% dos países informaram não possuir nenhum programa complementar em vigor; 23% possuíam de um a três programas complementares; e aproximadamente 69% haviam relatado quatro ou mais atividades extras fornecidas com a alimentação escolar. Esforços mais detalhados e granulares para alcançar diferentes objetivos políticos por meio de programas de alimentação escolar são evidenciados por meio dos compromissos da Coalizão para a Alimentação Escolar.

Pesquisas ampliadas mostram que vários setores se beneficiam dos programas de alimentação escolar e que os benefícios agregados entre os setores tornam a alimentação escolar um investimento excepcionalmente rentável para o desenvolvimento nacional.

Evidências emergentes dos estudos mais recentes sobre custo-benefício, baseados nos benefícios somados em vários setores (incluindo saúde e nutrição, educação, proteção social, agricultura e economias locais), mostram que o investimento em programas de alimentação escolar traz retornos positivos em todos os estudos, tanto em nível nacional quanto subnacional – chegando a até 30 dólares para cada dólar investido, com a maioria dos benefícios variando entre 3 e 9 dólares.

Além de evidências já consolidadas sobre o impacto positivo da alimentação escolar nos resultados educacionais, uma revisão sistemática dos estudos disponíveis sobre os efeitos da alimentação escolar na aprendizagem mostra que, em termos de impacto e custo-benefício, os programas de alimentação escolar superam algumas outras intervenções educacionais populares, como o treinamento de professores e insumos adicionais fornecidos separadamente, como livros didáticos ou redução do tamanho das turmas. As revisões sistemáticas mais recentes confirmam o impacto significativo e positivo da alimentação escolar na segurança alimentar, na diversidade alimentar e no bem-estar mental. Além disso, reforçam a base de evidências sobre os efeitos positivos na agricultura local e nas oportunidades econômicas para agricultores e para outros atores das cadeias de suprimentos locais. Os dados mais recentes também confirmam que os programas de alimentação escolar são importantes geradores de empregos diretos, na faixa de 1.000 a 2.000 postos de trabalho diretos para cada 100 mil crianças atendidas.

Agricultores locais cultivam frutas e vegetais em Cuba. WFP/Irshad Khan



A Coalizão para a Alimentação Escolar e suas iniciativas continuaram a atrair especialistas globais e compartilhamento de conhecimentos, o que tem gerado novas descobertas e inovações refletidas nos compromissos governamentais.

As quatro iniciativas da Coalizão continuaram a expandir seu alcance e a avançar em direção aos seus respectivos objetivos.

- O Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar continuou seu trabalho por meio de seis comunidades de prática. O Consórcio de Pesquisa cocriou uma Academia Global que reúne cerca de 1.200 acadêmicos e profissionais de aproximadamente 330 organizações em 110 países. Até o momento, a Academia Global organizou mais de 40 eventos virtuais para mais de 4000 especialistas. Mais da metade dos países-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar desenvolveram estudos de caso de seus programas nacionais de alimentação escolar para identificar e compartilhar boas práticas.
- A Iniciativa de Financiamento Sustentável concentrou-se em abrir novos caminhos de financiamento para garantir a sustentabilidade dos programas de alimentação escolar. Desde a finalização da estratégia de financiamento de Ruanda, a demanda por essa pesquisa prática cresceu rapidamente, com dez novas estratégias adicionais de financiamento de países atualmente em andamento, incluindo em Serra Leoa e Gana.
- A Iniciativa de Dados e Monitoramento estabeleceu mecanismos de governança de múltiplas partes interessadas, incluindo um grupo de trabalho sobre indicadores que revisou mais de 250 indicadores existentes sobre alimentação escolar; desenvolveu a metodologia para um indicador de alimentação escolar no âmbito do Marco de Educação de Qualidade da UNESCO; e lançou uma primeira versão do banco de dados da Coalizão para a Alimentação Escolar.
- Desde o seu lançamento, a Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro coletou pela primeira vez dados sobre o papel e a importância das entidades subnacionais na formulação e implementação de programas de alimentação escolar, enquanto o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão mobilizou mais de 300 cidades para trocarem experiências entre si.

Os compromissos assumidos pelos países-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar variam significativamente em termos de alcance, dependendo dos diferentes níveis de maturidade dos seus programas de alimentação escolar. Por exemplo:

- **Brasil:** comprometeu-se a aumentar ainda mais a participação de agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar, elevando o percentual mínimo de recursos financeiros destinados à compra de produtos da agricultura familiar acima da atual cota de 30%.
- **França:** comprometeu-se a ampliar o acesso à alimentação escolar para todas as crianças, por meio do estabelecimento de uma ajuda de 50 milhões de dólares para cantinas escolares em municípios rurais.
- **Quênia:** comprometeu-se a ampliar seu programa nacional de alimentação escolar para alcançar cobertura universal até 2030, expandindo o número de crianças atendidas de 2,3 milhões em 2022 para 10 milhões até 2030. Essa expansão está planejada para ser realizada de forma sustentável, promovendo a inclusão econômica de pequenos agricultores.
- **Etiópia:** prêve investir 110 milhões de dólares em 2025. O orçamento do governo para alimentação escolar aumentou de 45 milhões de dólares em 2022 para 84 milhões de dólares em 2024.
- **Burundi:** por meio da Lei de Finanças, comprometeu-se a aumentar gradualmente o orçamento nacional anual destinado à alimentação escolar, com o objetivo de alcançar 50% de cobertura em 2027 e 100% até 2032. O Burundi mais do que triplicou seu investimento desde 2022, agora alocando 9,5 milhões de dólares ao seu programa de alimentação escolar.
- **Ruanda:** assumiu o compromisso de manter o orçamento anual destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. O orçamento aumentou de 25 milhões de dólares em 2021 para 72 milhões de dólares em 2024.
- **Ucrânia:** sediou a Cúpula Regional Europeia de Alimentação Escolar em 2024, mostrando a liderança da Ucrânia no avanço da alimentação escolar e do bem-estar das crianças. No mesmo ano, a Ucrânia introduziu refeições gratuitas para todas as crianças do 1º ao 4º ano e planeja estender as refeições gratuitas a todas as crianças em idade escolar até 2025.
- **Indonésia:** lançou o Programa Makan Bergizi Gratis (Programa de Refeições Nutritivas Gratuitas) em janeiro de 2025, com o objetivo de alcançar 78 milhões de crianças em idade escolar até 2029.

Este relatório apresenta um novo marco conceitual e operacional sobre a relação entre a alimentação escolar e os sistemas alimentares, em resposta à crescente demanda dos governos.

O relatório especial apresenta um novo marco conceitual sobre a relação entre a alimentação escolar e os sistemas alimentares que a abastecem. O marco demonstra que as compras públicas de alimentos para abastecer programas nacionais de alimentação escolar podem ter um impacto significativo nos esforços globais para lidar com alguns dos maiores desafios ambientais mundiais. Esse marco é o resultado de dois anos de análise e representa o trabalho conjunto de 164 autores de 85 organizações diferentes em todo o mundo, representando a extraordinária importância e amplo alcance do tema.

A alimentação escolar é cada vez mais reconhecida como um investimento estratégico por parte dos governos, oferecendo uma plataforma para a transformação dos sistemas alimentares. O principal desafio é avançar em direção a dietas mais saudáveis com menor impacto ambiental, ao mesmo tempo em que se aprimora a economia local e nacional, incluindo a renda dos agricultores.

O marco conceitual e operacional apresentado no capítulo especial propõe mudanças em dois conjuntos de políticas: (i) aquelas direcionadas a fazer mudanças imediatas nos programas de alimentação escolar em quatro áreas principais: cardápios, energia para cozinhar, desperdício e educação alimentar; e (ii) políticas de compras públicas orientadas pela demanda e alinhadas com a sustentabilidade do planeta, que promovam práticas agrícolas agroecológicas, além de desenvolver sistemas alimentares sustentáveis.

O WFP continua a adaptar seu papel de liderança nos programas de alimentação escolar, respondendo ao próspero ecossistema global que ajudou a criar.

Como a principal agência da ONU na área de alimentação escolar, o WFP continua a desempenhar vários papéis no avanço da agenda de alimentação escolar em todo o mundo. Desde que ajudou a lançar a Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021, o WFP tem direcionado estrategicamente seu foco para a advocacy, a apropriação nacional e a transformação de sistemas por meio da assistência técnica, em parceria com outras partes interessadas, enquanto continua a oferecer programas integrados multissetoriais em contextos de emergência e fragilidade.

O papel do WFP como secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar é emblemático dessa mudança e do papel aprimorado na promoção da

alimentação escolar em nível global, fomentando redes de colaboração e facilitando parcerias, pesquisas e advocacy. Além disso, a Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão para a Alimentação Escolar, organizada pelo WFP, está trabalhando com governos e parceiros para aprimorar a arquitetura global de dados para alimentação escolar. A Iniciativa de Dados e Monitoramento continuará publicando relatórios do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* a cada dois anos e manterá e melhorará o Banco de Dados de Alimentação Escolar Global para garantir que todos os governos e parceiros tenham acesso a dados de alimentação escolar de qualidade e às evidências e pesquisas mais recentes.

Uma mudança e recalibração adicionais no portfólio operacional do WFP se manifestam em um compromisso renovado com a institucionalização dos programas de alimentação escolar em todas as faixas de renda e apoio aos programas nacionais fornecidos por meio de sistemas e instituições locais. Desde 2020, mais 31 milhões de crianças receberam alimentação escolar em 78 países apoiados pelo WFP, principalmente por meio da expansão de programas administrados e financiados pelo governo, enquanto o WFP forneceu apoio em políticas públicas e assistência técnica. Além de priorizar a ampliação do alcance dos programas nacionais de alimentação escolar, o WFP também apoia a melhoria de sua qualidade e eficiência, inclusive por meio da diversificação e localização de alimentos nutritivos, bem como de aprimoramentos nutricionais, como a fortificação.

No que diz respeito à implementação direta de alimentação escolar, o WFP acelerou a transição de programas em países de renda média para a plena gestão governamental, continuando a priorizar contextos frágeis e de renda baixa com restrições significativas de segurança e capacidade. Em 2023, 15 milhões das 21 milhões de crianças apoiadas diretamente pelo WFP estavam nessas áreas vulneráveis. À medida que o financiamento humanitário e de desenvolvimento diminui e a insegurança alimentar continua a aumentar, com riscos de crises e interrupções novas e profundas, inclusive no comércio e nas cadeias de suprimentos globais, o fornecimento de alimentação escolar nos contextos mais frágeis será essencial para proteger a educação, a nutrição e o bem-estar das crianças. O WFP continuará priorizando as crianças nos contextos mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, à medida que os governos reconhecem a alimentação escolar como uma rede de proteção social eficiente durante as crises, a colaboração multissetorial, incluindo governos, comunidades e parceiros internacionais, será fundamental para expandir e sustentar esses programas. Tais programas também visam ter a capacidade de responder de forma flexível por meio de sistemas escaláveis, financiamento de contingência e modelos de entrega adaptáveis.

Prioridades de ação

1. Continuar a expandir a cobertura da alimentação escolar e melhorar a qualidade das refeições servidas.
2. Aprimorar as redes e parcerias existentes e implantar conhecimentos especializados para apoiar os esforços nacionais e subnacionais para encontrar soluções específicas do contexto para melhorar os programas de alimentação escolar.
3. Expandir a adesão à Coalizão para a Alimentação Escolar como um meio de acelerar a ação do governo, permitir a aprendizagem e aumentar a disponibilidade de evidências para informar políticas e programas.
4. Libertar o poder dos programas de alimentação escolar como um facilitador fundamental para a transformação do sistema alimentar e uma estratégia de investimento na prosperidade econômica e no capital humano da próxima geração.
5. Preparar-se para futuras crises e interrupções na cadeia de suprimentos e proteger os mais vulneráveis por meio da alimentação escolar como a maior rede de proteção social do mundo.

Estado da Alimentação Escolar no Mundo em 2024

Esta publicação faz parte de uma série de relatórios do WFP, conforme anunciado na estratégia de 2020, *Uma chance para Cada Aluno (A Chance for Every Schoolchild)*, para garantir que uma base de conhecimento atualizada esteja disponível nos programas de alimentação escolar. As conclusões da publicação são apresentadas nos quatro capítulos a seguir, com um Relatório Especial no final da publicação:

Capítulo 1 - Programas de alimentação escolar em 2024: escala, cobertura e tendências

Capítulo 2 - A Coalizão para a Alimentação Escolar: um movimento global pela alimentação escolar

Capítulo 3 - Novos avanços na compreensão da alimentação escolar: inovação e programação sustentável

Capítulo 4 - O papel global e estratégico do WFP na saúde e nutrição escolar

Relatório Especial - Uma nova estrutura conceitual e operacional para a alimentação escolar e os sistemas alimentares: repensando as implicações dos programas nacionais de alimentação escolar para o clima, o meio ambiente, a biodiversidade e a soberania alimentar

Para esta publicação, será disponibilizado material extra na versão online no site do WFP. Cada capítulo estará disponível como um relatório independente com conteúdo adicional. Também será possível obter estudos de caso de países e relatórios sobre tópicos relacionados.

Introdução



Uma menina estuda na escola no Nepal.
WFP/Samantha Reinders

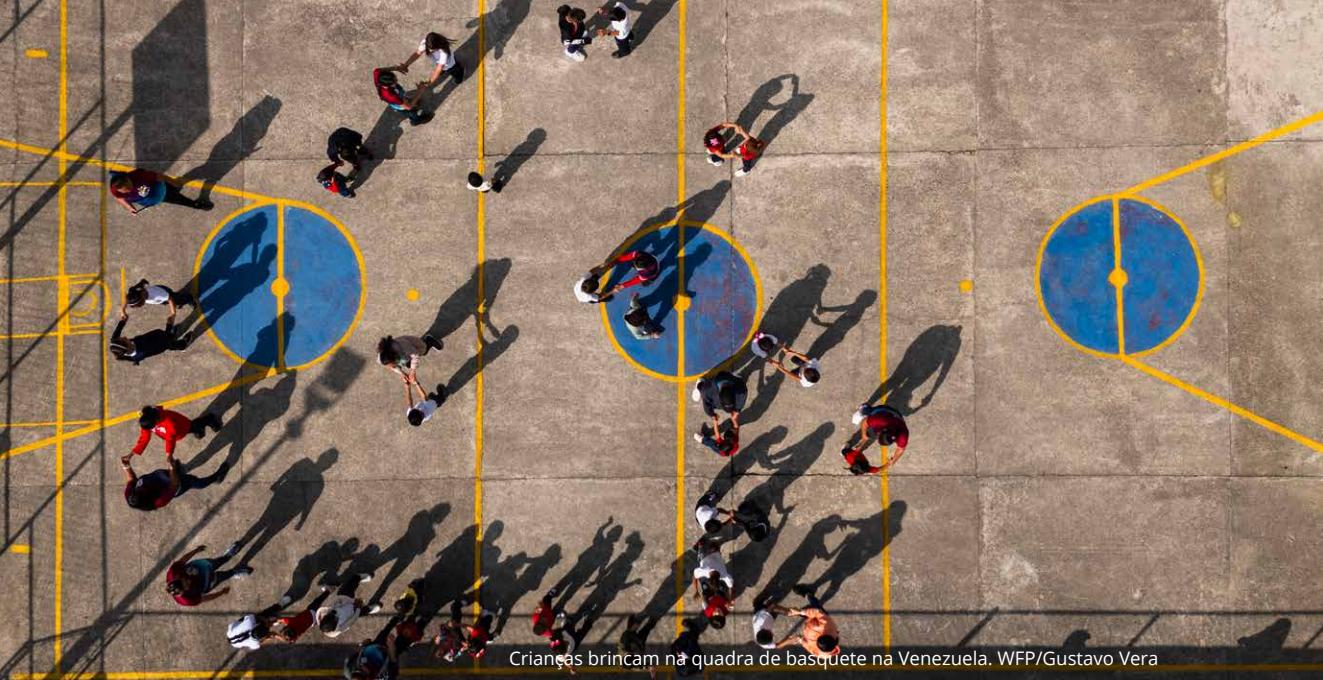
Introdução

Esta é a publicação oficial do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas sobre o *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024*.

Quando o relatório anterior foi publicado em 2023, as escolas haviam reaberto após fechamentos sem precedentes durante a pandemia de COVID-19, que levou a uma crise de aprendizagem e à remoção de uma rede de proteção social essencial na alimentação escolar. Os números globais de 2022 sobre o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar contaram uma história positiva de recuperação da cobertura global, superando os níveis pré-COVID. No entanto, a velocidade da recuperação foi desigual, com os países de renda baixa em desvantagem significativa. Ao mesmo tempo, os governos reconheceram cada vez mais a necessidade de uma nova abordagem para apoiar as crianças em idade escolar e a importância da alimentação escolar como um programa que contribui para vários objetivos essenciais. O relatório de 2022 (WFP, 2022) anunciou a criação da Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021, sua rápida transformação em um movimento verdadeiramente global e suas contribuições iniciais para a agenda da alimentação escolar.

Dois anos depois, deixamos para trás a fase de recuperação e observamos um novo impulso global que fortalece o apoio aos programas de alimentação escolar. Os programas de alimentação escolar se expandiram além de todas as expectativas e agora estão alcançando um novo marco histórico de 466 milhões de crianças em todo o mundo. Diversos países estão apenas começando a anunciar e implementar uma rápida expansão de seus programas, o que nos enche de esperança para o futuro. Quatro anos após a criação da Coalizão para a Alimentação Escolar, o verdadeiro potencial transformador da iniciativa é evidente. Além das ações dos membros da Coalizão, esta edição do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* marca uma clara mudança na percepção global da alimentação escolar, passando de uma prioridade impulsionada por doadores para uma poderosa alavanca política de propriedade nacional em todas as faixas de renda e contextos nacionais.

O *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024* explora o status global dos programas de alimentação escolar, à medida que os governos e seus parceiros, incluindo o WFP e a sociedade civil, continuam investindo nessa poderosa política de desenvolvimento nacional. A publicação de 2024 também faz um balanço dos compromissos e ações da Coalizão para a Alimentação Escolar e de como essa complexa rede de parcerias está causando um impacto global para crianças e sociedades em todo o mundo.



Crianças brincam na quadra de basquete na Venezuela. WFP/Gustavo Vera

O papel do Estado da Alimentação Escolar no Mundo como indicador global da alimentação escolar

Um relatório periódico sobre os dados mais atuais sobre o status global dos programas de alimentação escolar é uma ferramenta essencial que fornece aos formuladores de políticas e ao público uma compreensão dos principais números e tendências globais. Ele também descreve a evolução na compreensão da alimentação escolar como uma poderosa alavanca política para o desenvolvimento nacional. Em 2013, pela primeira vez, o WFP publicou um relatório global sobre programas de alimentação escolar, que ainda serve como referência mundial. Desde 2020, a publicação *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* tornou-se uma emblemática publicação bienal do WFP. Com a edição de 2024 (a quarta da série), o WFP honra seu compromisso de fornecer relatórios regulares sobre a evolução dos programas de alimentação escolar ao redor do mundo.

Cada relatório subsequente continuará a seguir um formato e estrutura semelhantes e usará as melhores mais recentes fontes de dados disponíveis para descrever a escala e a cobertura dos programas de alimentação escolar. A série não pretende oferecer uma perspectiva geral abrangente sobre todos os progressos na alimentação escolar, mas visa apresentar atualizações e um resumo dos avanços na pesquisa e na prática. Não se trata de um relatório sobre as atividades do WFP em matéria de alimentação escolar, mas sim de uma visão geral de todo o trabalho realizado neste âmbito em todo o mundo, centrada nas conquistas dos atores nacionais e subnacionais e no apoio de todos os parceiros e partes interessadas.

Retrospectiva sobre escolas e alimentação

A alimentação escolar tem uma história rica: mesmo as primeiras escolas tiveram que considerar como as crianças poderiam ser alimentadas durante o dia letivo. O pensamento moderno sobre saúde e nutrição escolar vai além desse conceito simples e reconhece que a alimentação escolar tem benefícios específicos e mais amplos para as crianças e suas comunidades. No início do século XX, houve tentativas geograficamente direcionadas de abordar a proteção social, como a lei de 1907 no Reino Unido, que buscava fornecer alimentos por meio de escolas em algumas das comunidades mais pobres. Na década de 1940, essa abordagem foi ampliada para incluir programas nacionais universais, como na Finlândia e na Suécia, e muitas vezes foi combinada com uma visão da alimentação escolar como um estímulo para a produção agrícola, como nos Estados Unidos da América (EUA).

A alimentação escolar é cada vez mais vista como um direito humano: a Índia liderou o caminho ao declarar as refeições na escola uma obrigação legal para aqueles que fornecem educação; o Brasil e o México incorporaram a alimentação escolar às redes de proteção social e ao desenvolvimento comunitário; e os primeiros 100 dias de planejamento de Nelson Mandela na África do Sul viram a alimentação escolar para os pobres como fundamental para lidar com as oportunidades perdidas e investir na próxima geração.

Em 2009, o Banco Mundial e o WFP, em colaboração com a Parceria para o Desenvolvimento Infantil, publicaram uma análise chamada *Repensando a Alimentação Escolar* (Bundy et al., 2009). A análise foi desencadeada pelas crises alimentar, de combustível e financeira de 2008, durante as quais os governos reconheceram que os programas de alimentação escolar ofereciam múltiplos benefícios aos mais vulneráveis, por exemplo, apoio em espécie para as famílias; aprendizagem e acesso à educação; e manutenção da saúde e do bem-estar. Como resultado, os governos viram cada vez mais a alimentação escolar como um investimento atraente e de longo prazo em proteção social, assim como uma rede de proteção social de curto prazo. Houve pedidos de maior rigor na análise de questões políticas, da escala e qualidade das avaliações e do desenho do estudo (Alderman & Bundy, 2011; Kristjansson et al., 2007). Ficou claro que os governos investem em alimentação escolar não porque ela atende a um único objetivo, mas porque atende a vários.

Uma história de publicações sobre alimentação escolar

Na última década, houve uma melhoria sustentada na qualidade e quantidade dos programas de alimentação escolar fornecidos por governos e parceiros de desenvolvimento, e um aumento concomitante na quantidade e qualidade da pesquisa. A análise contida no *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* (WFP, 2013, 2020b) foi uma parte fundamental desse renascimento do interesse, assim como a análise aprofundada do Livro de Referência da Alimentação Escolar (School Feeding Sourcebook) dos programas nacionais em 14 países (Drake et al., 2016). A Parceria para o Desenvolvimento Infantil, com a ajuda da Fundação Bill e Melinda Gates (entre outros), apoiou novos ensaios randomizados de alimentação escolar, que se tornaram fundamentais para a compreensão de programas em situações estáveis. Por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Gana (Gelli et al., 2019) e os campos de pessoas deslocadas internamente em Uganda (Adelman et al., 2019); e em situações emergenciais, como quando o programa nacional de alimentação escolar foi interrompido por um golpe de estado no Mali (Aurino et al., 2018). Em 2017, a terceira edição das Prioridades de Controle de Doenças do Banco Mundial (Jamison et al., 2017) incluiu uma análise detalhada dos benefícios e custos dos programas de saúde e nutrição escolar e esclareceu ainda mais o caso dos programas de saúde e nutrição escolar como um investimento em capital humano.

Essa evolução refletiu a abordagem do WFP em relação à alimentação escolar. O WFP adotou sua primeira Política Global de Alimentação Escolar em 2009, reconhecendo que a alimentação escolar é essencial para a segurança alimentar das famílias e serve como uma rede de proteção social eficaz para famílias vulneráveis. A política foi atualizada em 2013 para alavancar ainda mais a alimentação escolar como uma intervenção multisectorial que beneficia a educação, a saúde e a nutrição, a proteção social e a agricultura local, com um foco particular na assistência técnica aos governos e no fortalecimento dos programas nacionais de alimentação escolar liderados pelo governo.

Em 2020, o WFP adotou uma nova Estratégia de Alimentação Escolar, sinalizando um compromisso renovado de liderar os esforços globais. A estratégia de dez anos reforçou o paradigma dos 8 mil dias (WFP, 2022), fortaleceu a abordagem para a transição dos programas de alimentação escolar para a propriedade nacional e enfatizou a ligação essencial entre a alimentação escolar e os sistemas alimentares sustentáveis.

A Política de Alimentação Escolar de 2024 atualizada reforçou o papel do WFP como organizador no ecossistema global de alimentação escolar, promovendo parcerias em contextos frágeis e estáveis, ao mesmo tempo em que enfatizou o compromisso do WFP em apoiar crianças em idade escolar em situações frágeis e de emergência.

Esta publicação faz parte de um esforço conjunto para fortalecer a base de conhecimento e evidências sobre a alimentação escolar.



Produtos frescos para alimentação escolar no Benim. WFP/Bismarck Sossa

Estrutura desta publicação

Esta publicação é composta por quatro capítulos e um Relatório Especial que abrange os seguintes tópicos:

- **Capítulo 1 Programas de alimentação escolar em 2024: escala, cobertura e tendências** fornece uma visão geral atualizada do status dos programas de alimentação escolar em todo o mundo, com uma amostra maior de países, mais dados de fontes e pesquisas oficiais e um novo panorama dos dados subnacionais sobre alimentação escolar em nível municipal.
- **Capítulo 2 A Coalizão para a Alimentação Escolar: um movimento global pela alimentação escolar** detalha o novo modelo colaborativo da Coalizão e o progresso acelerado feito por governos, iniciativas e parceiros em direção aos seus objetivos compartilhados.
- **Capítulo 3 Novos avanços na compreensão da alimentação escolar: inovação e programação sustentável** é um resumo das mais recentes evidências e pesquisas sobre programas de alimentação escolar, incluindo atualizações sobre os benefícios multisectoriais e retornos sobre o investimento, novas práticas de programas e financiamento inovador para a alimentação escolar.
- **Capítulo 4 O papel global e estratégico do WFP na saúde e nutrição escolar** captura o compromisso contínuo do WFP com a alimentação escolar por meio de seu papel como secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar, um parceiro estabelecido na assistência técnica e um participante importante no fornecimento de apoio operacional.
- **Relatório Especial Um novo marco conceitual e operacional para a alimentação escolar e os sistemas alimentares: repensando as implicações dos programas nacionais de alimentação escolar para o clima, o meio ambiente, a biodiversidade e a soberania alimentar** descreve uma estrutura para vincular a alimentação escolar e os sistemas alimentares que os abastecem, ilustrando o papel das políticas orientadas pela demanda e o poder das compras na transformação do sistema alimentar.

A publicação também contém estudos de caso nacionais e regionais de todo o mundo, além de quadros para destacar algumas questões setoriais e temáticas importantes. Para além da visão geral global, essas contribuições fornecem um mergulho mais profundo nas experiências, desafios e lições únicas aprendidas por países, formuladores de políticas, parceiros e especialistas técnicos em alimentação escolar.

Os quadros e estudos de caso apresentam:

- Progresso e conquistas dos programas de alimentação escolar em mais de 15 países de todas as regiões e faixas de renda, ilustrando a diversidade de experiências e práticas.
- Políticas, ferramentas programáticas e inovações para melhorar a qualidade e a sustentabilidade dos programas de alimentação escolar, juntamente com seus benefícios multissetoriais.
- Esforços e eventos globais e regionais que contribuem para o impulso por trás da alimentação escolar.

Terminologia

A terminologia apresenta desafios especiais ao escrever sobre programas de alimentação escolar e seu impacto em vários setores. Alimentação escolar, refeições escolares e programas escolares são termos que continuam a ser usados globalmente. O termo mais comumente utilizado agora está convergindo para “alimentação escolar” ou “programas de alimentação escolar”. No entanto, dependendo do contexto do país, do nome e da longevidade dos programas existentes e de quais outras atividades complementares podem ser realizadas, diferentes termos continuam a ser usados.

Embora esse desafio já tenha sido abordado em edições anteriores desta publicação, sua conexão com a transformação dos sistemas alimentares traz novas problemáticas. O grande número de organizações e acadêmicos que investem em pesquisas sobre sistemas alimentares levou a uma expansão da terminologia usada.

Os mesmos termos, como agricultura regenerativa, ou mesmo compras locais, podem ser entendidos ou interpretados de forma muito distinta em diferentes contextos. Esta edição tenta equilibrar a amplitude do pensamento e da pesquisa emergentes com uma terminologia clara. No entanto, será necessário mais trabalho no futuro para uniformizar a terminologia.

O WFP recebe com satisfação comentários e sugestões sobre esta publicação. A correspondência pode ser enviada para wfp.publications@wfp.org ou para o Programa Mundial de Alimentos, Via C.G. Viola, 68-70, 00148 Roma, Itália.

Capítulo 1

Programas de alimentação escolar em 2024: escala, cobertura e tendências



Um menino come sua refeição escolar na Ucrânia.
WFP/Anastasiia Honcharuk

Este primeiro capítulo, juntamente com os Anexos II e III no final da publicação, fornece uma visão geral do status atual dos programas de alimentação escolar em todo o mundo, com base em dados de 176 países e estados. O Anexo III fornece dados e fontes detalhados por país e estado, mostrando o progresso feito em direção ao objetivo da Coalizão para a Alimentação Escolar de fornecer alimentação escolar nutritiva todas as crianças.¹ Os dados e as perspectivas contidos neste capítulo baseiam-se na metodologia e análise usadas no *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020 e 2022* (WFP, 2020b, 2022) e destinam-se a fornecer aos leitores uma avaliação atual das principais métricas globais sobre alimentação escolar, incluindo a proporção de alunos que recebem alimentação escolar, o alcance das iniciativas nacionais e a escala do investimento nacional doméstico e internacional.

Os dados fornecidos aqui representam as informações mais atualizadas sobre a alimentação escolar. Em comparação com publicações anteriores, há mais dados de fontes e pesquisas oficiais e menos estimativas.

O relatório de 2024 é mais um passo para entender a trajetória dos programas de alimentação escolar em todo o mundo e se beneficia dos conjuntos de dados dos relatórios anteriores de 2020 e 2022. Uma explicação mais completa da coleta de dados e estimativas é fornecida no Anexo II.

Em 2013, o WFP publicou o primeiro relatório desta série (WFP, 2013). Foi o primeiro esforço global de fato para descrever os programas de alimentação escolar em todo o mundo e forneceu uma referência inicial valiosa e única. No entanto, as metodologias evoluíram e melhoraram desde então. Portanto, a principal análise para esta publicação se concentra nas mudanças desde 2020.

¹ Os dados relativos a pelo menos um indicador-chave da alimentação escolar estão disponíveis para um total de 176 países. Para cada indicador específico, o total do país irá variar.

Desde a criação da Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021, os dados indicam um aumento considerável no número de crianças beneficiadas pelos programas de alimentação escolar em todo o mundo. As evidências atuais indicam que aproximadamente 466 milhões de crianças da educação infantil, do ensino primário e do ensino médio são atualmente atendidas pelos programas de alimentação escolar em todo o mundo — um aumento de cerca de 48 milhões em relação às 418 milhões de crianças indicadas na publicação de 2022. O aumento anterior de dois anos foi de 30 milhões em relação às 388 crianças indicadas como beneficiadas pela alimentação escolar em 2020. Este é um aumento geral de aproximadamente 20% no número de crianças que recebem alimentação escolar desde o relatório de 2020. Esse crescimento sustentado nos últimos quatro anos, totalizando 78 milhões de crianças a mais, ilustra uma grande e bem-sucedida mobilização para ampliar os programas de alimentação escolar e a clara priorização dos governos em relação à saúde e ao bem-estar das crianças.

É importante notar que parte do aumento pode ser atribuída a uma melhoria na coleta de dados e na cobertura de mais países, e mesmo pequenas mudanças em alguns dos maiores programas, como Índia, Brasil e China, podem ter um impacto nos números globais.

Todas as regiões registraram aumentos no número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar ou mantiveram um nível estável de cobertura. Os avanços mais significativos foram registrados em países de baixa renda, onde as necessidades são mais urgentes, com um aumento de 60% no número de crianças atendidas desde o último relatório. O continente africano, que tem a menor cobertura, teve a maior ampliação de programas (um aumento de 21,1 milhões de crianças, ou +32% desde o último relatório). Outras regiões com maior cobertura, incluindo a América Latina e o Caribe, onde muitos países alcançaram cobertura universal ou quase universal, tiveram espaço limitado para novos aumentos. Em vez disso, estudos de caso e dados qualitativos sugerem que o foco nesses países mudou para melhorar a qualidade e a eficiência.

O investimento global estimado em alimentação escolar aumentou de 48 bilhões de dólares em 2022 para 84 bilhões de dólares em 2024. Em todo o mundo, 99% do financiamento para programas nacionais de alimentação escolar vem de orçamentos nacionais. Isso reafirma a realidade contínua de que os programas de alimentação escolar em todo o mundo são operados e financiados pelos governos nacionais.

Os dados mais recentes disponíveis apontam para uma participação relativamente estável do financiamento interno em todas as faixas de renda, com uma ligeira diminuição observada nos países de renda média-baixa, de 91% para 80%.

É necessária uma análise adicional para entender melhor se essa diminuição aparente se deve a lacunas de dados ou representa uma diminuição real no espaço fiscal para esses países. O apoio internacional aos programas de alimentação escolar aumentou de 364 milhões de dólares em 2022 para 445 milhões de dólares em 2024.

Os governos continuam a demonstrar um forte interesse pela alimentação escolar, como evidenciado pela taxa de adoção de políticas e leis que regem a alimentação escolar. A proporção de países de renda média-baixa e média-alta que implementam políticas específicas de alimentação escolar continua a convergir com a dos países de renda alta. No entanto, os países de renda baixa ainda apresentam atraso na adoção de políticas e leis que regulam a alimentação escolar.

Este relatório reestimou o número de empregos diretos gerados por meio de programas de alimentação escolar, que se enquadra na mesma faixa de estimativa do relatório de 2022. Com base nos dados mais recentes, os programas de alimentação escolar levaram à geração de quase 2,25 milhões de empregos diretos (cozinheiros) em 76 países, o que equivale a 1.591 cozinheiros por cada 100.000 crianças que recebem alimentação escolar. Nesta edição, o cálculo para empregos diretos refere-se apenas a cozinheiros devido aos relatórios limitados dos países sobre outras categorias de empregos diretos. Com base nesses dados mais recentes, o número total estimado de cozinheiros necessários para as 466 milhões de crianças que recebem alimentação escolar em todo o mundo é de aproximadamente 7,4 milhões.

Os programas de alimentação escolar raramente são implementados como intervenções isoladas — eles servem como plataformas fundamentais para a oferta de importantes ações complementares nas áreas de educação, nutrição e saúde. A proporção de programas nacionais que oferecem intervenções complementares em 2022 e 2024 foi de 80% e 92%, respectivamente. Isso confirma que a maioria dos países usa uma abordagem integrada à saúde escolar para garantir a saúde, a nutrição e o bem-estar de crianças e adolescentes.

Pela primeira vez desde o lançamento da publicação *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, este relatório oferece um panorama dos dados subnacionais sobre alimentação escolar em nível municipal. Essa adição reconhece a importância da localização e o papel significativo dos municípios na implementação de programas de alimentação escolar. Desde a sua criação em 2023, a Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão para a Alimentação Escolar está abrindo caminho para mudanças no nível municipal. O Capítulo 2 oferece uma visão geral detalhada da iniciativa, o Capítulo 3 descreve seus esforços de coleta de dados, e este capítulo destaca os principais pontos de dados das cidades participantes. Espera-se que os dados em nível subnacional sejam incorporados e disponibilizados no banco de dados da Coalizão para a Alimentação Escolar.

Uma cozinheira prepara refeições escolares em um campo de refugiados no Chade.
World Vision/Amy Van Drunen



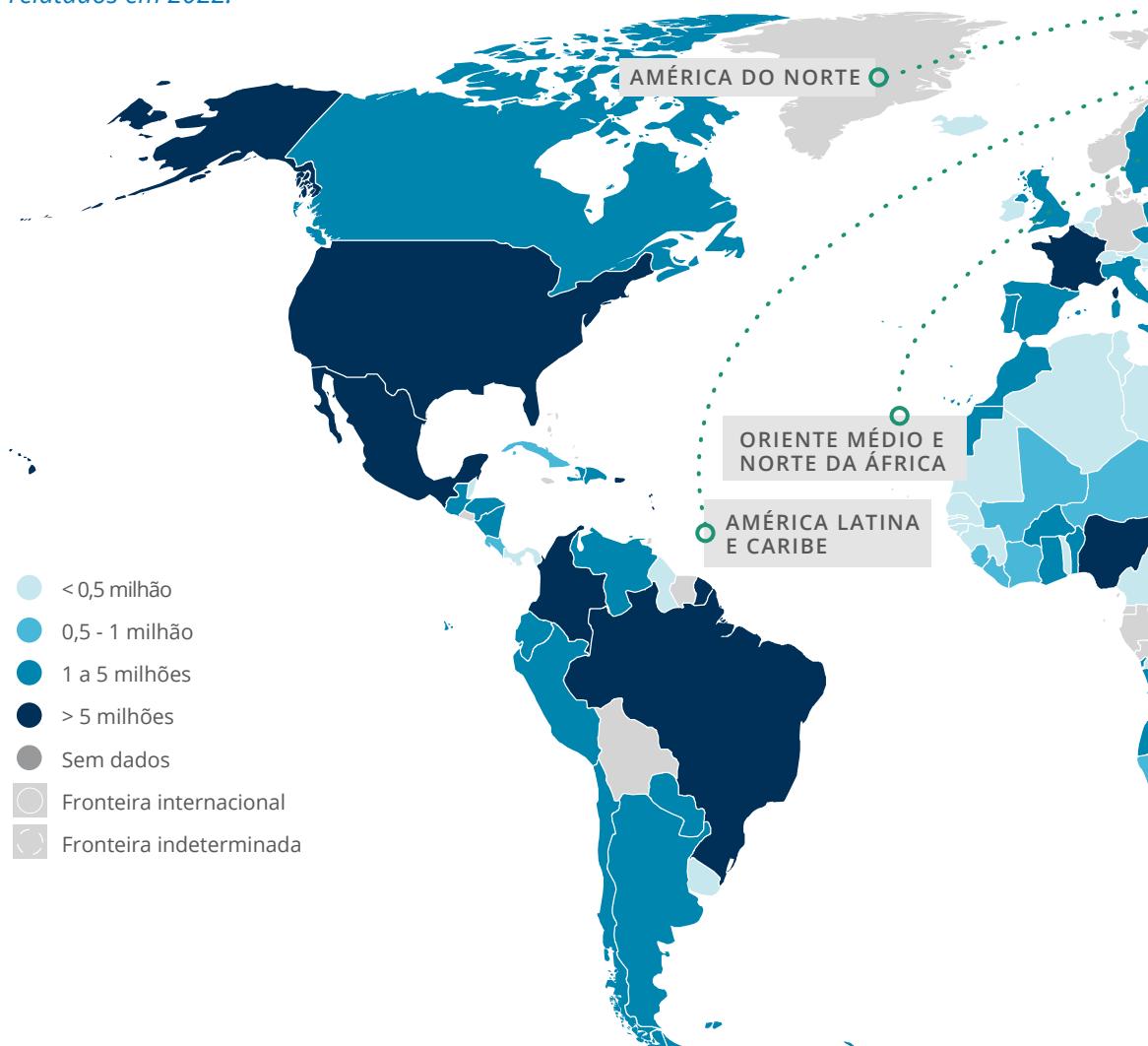
1.1 Número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar

Os dados globais mais recentes sugerem que pelo menos 466 milhões de crianças em idade pré-escolar, primária e secundária estão sendo beneficiadas pela alimentação escolar com base em informações disponíveis de 174 países.

Mapa 1.1

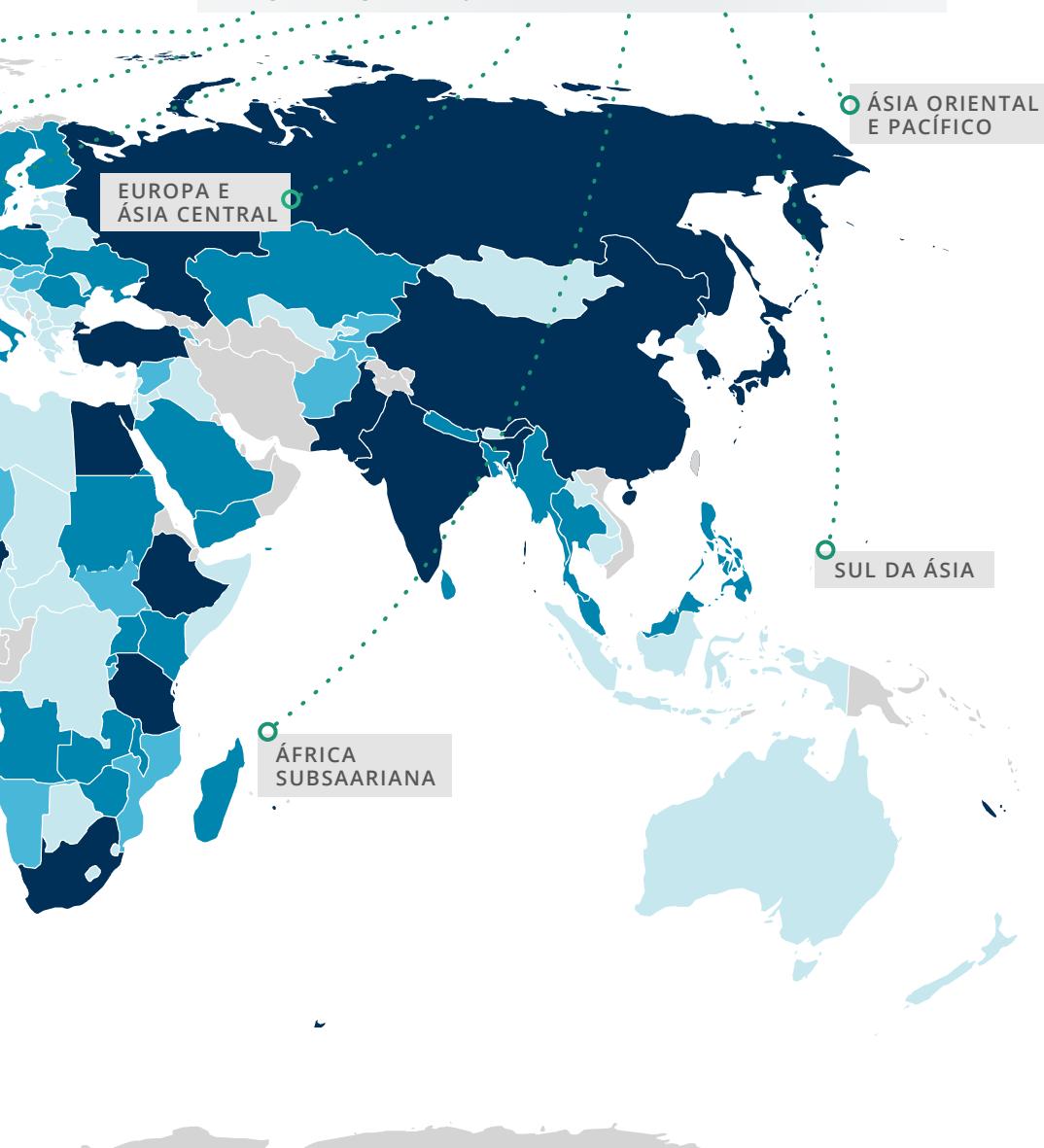
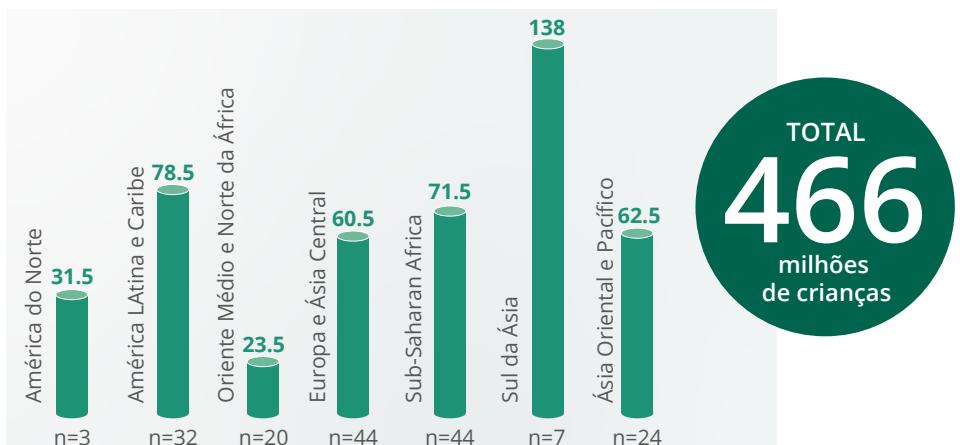
Crianças beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo (milhões)

Aproximadamente 466 milhões de crianças são beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo, um aumento de 48 milhões em relação aos 418 milhões relatados em 2022.



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, WFP (estimativas, Relatórios Anuais por País), Banco Mundial (2018).





Fontes de dados

Para esta edição do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, os dados apresentados foram extraídos de fontes oficiais acessíveis ao público, incluindo estatísticas oficiais do governo, Banco Mundial, WFP e a Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar do Fórum Global de Nutrição Infantil (GCNF) (de todas as três rodadas realizadas em 2024, 2021 e 2019², financiadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos [USDA]).

Quando disponíveis várias fontes de dados para um mesmo país, foram adotadas as informações mais recentes (ver Anexo III para os anos de referência). Da mesma forma, as estatísticas governamentais foram priorizadas quando disponíveis. Dos 176 países incluídos neste relatório, 48 países não tinham dados oficiais do governo, nem relataram o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar por meio da última pesquisa do GCNF. Para preencher essas lacunas, foi usada uma combinação de outras fontes, incluindo pesquisas anteriores do GCNF, dados do Banco Mundial publicados em relatórios anteriores, dados do WFP de relatórios anuais de países, dados estimados do WFP com base em dados de governos e outros parceiros e dados estimados por meio de uma metodologia usando médias globais por faixa de renda.

No geral, a análise de 2024 baseia-se numa amostra de 176 países. Em comparação com a amostra de 2022, há menos dependência de dados estimados. O número de países para os quais foi necessário utilizar metodologias de estimativa diminuiu de 73 países em 2020 para 30 em 2022 e 23 em 2024. Das 23 estimativas restantes, 16 foram mantidas da edição de 2020, enquanto para sete países foi possível gerar novas estimativas utilizando os dados disponíveis dos escritórios nacionais do WFP e das organizações parceiras. A metodologia detalhada é descrita no Anexo II.

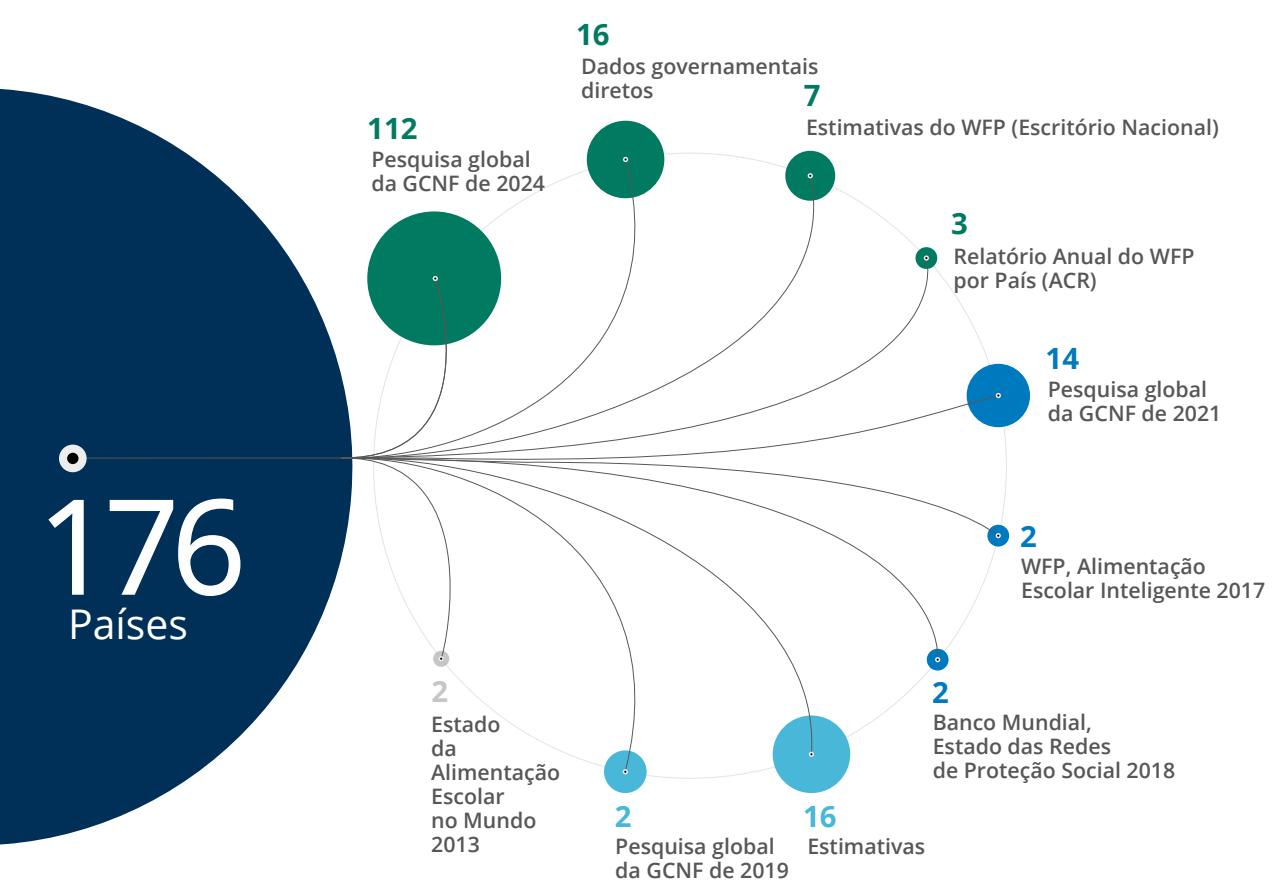
² Mais informações sobre a pesquisa podem ser acessadas no site da [Global Child Nutrition Foundation | GCNF](https://www.globalchildnutrition.org/gcnf).

Figura 1.1

Divisão dos países por fontes de dados

Aproximadamente 10% dos dados foram obtidos de estatísticas governamentais e cerca de 73% da última pesquisa global da GCNF.

- Nova fonte de dados
- Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022
- Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020
- Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2013



Fonte: Compilado pelos autores utilizando dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, estimativas do WFP e Relatórios Anuais por País e dados do Banco Mundial de 2018.

Número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar

Os dados mais recentes disponíveis compilados neste relatório sugerem que aproximadamente 466 milhões de crianças são beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo (consultar o Mapa 1.1). Isso representa um aumento de 48 milhões (aproximadamente 12%) em relação às 418 milhões de crianças relatadas na edição de 2022 deste relatório (WFP, 2022). Desde a criação da Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021, esta é uma expansão notável de mais de 78 milhões de crianças que se beneficiam de programas de alimentação escolar em todo o mundo, ressaltando o impulso global nessa área.

Inúmeros fatores explicam o aumento do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar. Uma análise mais detalhada dos dados identifica as seguintes tendências:

- Das 48 milhões de crianças a mais beneficiadas pela alimentação escolar, os países africanos respondem por aproximadamente 20 milhões. Isso inclui esforços significativos de ampliação de países em todo o continente (a Figura 1.2 apresenta exemplos de esforços em países africanos).
- Aproximadamente 32 milhões de crianças a mais são beneficiadas pela alimentação escolar em países que são membros da Coalizão para a Alimentação Escolar, de acordo com os compromissos que assumiram quando se juntaram.
- Algumas mudanças se devem a variações no número de crianças beneficiadas em países com grandes populações, como Brasil, África do Sul e China. Os dados do Brasil e da África do Sul são comparáveis aos incluídos no relatório de 2022. Embora o Brasil continue a fornecer cobertura universal para crianças em escolas públicas, a redução observada se deve a uma variação normal. Na China, há uma redução contínua no número de crianças beneficiadas pelos programas de alimentação escolar (semelhante ao período anterior), de 40 milhões em 2020 para 37 milhões em 2022 e 34,5 milhões em 2024. Os dados da China referem-se especificamente a um programa direcionado a crianças pobres e vulneráveis em áreas rurais, e essa diminuição reflete a contínua urbanização e as famílias que se emancipam de programas direcionados aos mais pobres.
- As reduções na cobertura em alguns países se devem ao fim das ampliações temporárias de programas suplementares como parte da resposta à COVID-19. Tais exemplos incluem o Chile, e pesquisas adicionais são necessárias para entender as variações que surgiram devido a essa resposta.

Figura 1.2

Crescimento do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar em países selecionados da União Africana

Os países da União Africana aumentaram significativamente a oferta de alimentação escolar, representando 20 milhões das 48 milhões de crianças a mais atendidas globalmente desde 2022.



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF (2021 e 2024).



Variação do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar desde 2022

A mudança na escala dos programas de alimentação escolar entre 2022 e 2024 é examinada nas Figuras 1.3 e 1.4 por região e faixas de renda. A comparação não inclui a Coreia do Sul porque os dados só estão disponíveis para 2024; Índia e China são excluídas como casos atípicos devido ao seu tamanho populacional. Devido à falta de dados recentes, a Venezuela não tem mais uma classificação de renda do Banco Mundial e, portanto, está excluída da análise da faixa de renda (consultar o Anexo II).

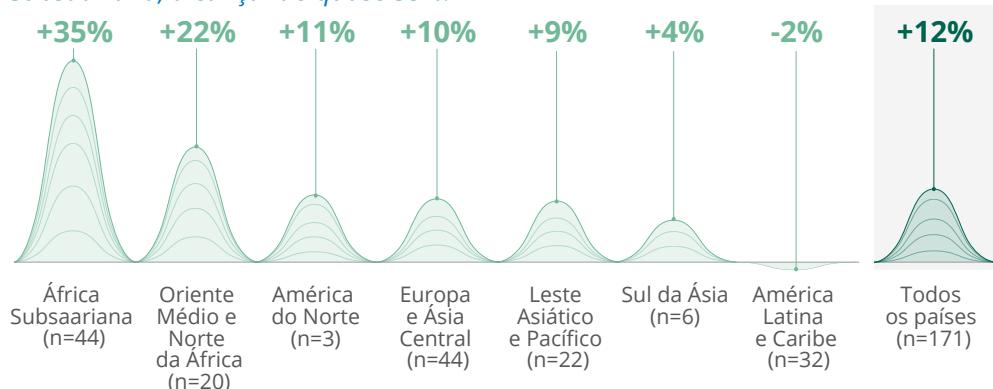
Os dados mais recentes disponíveis sugerem que o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo aumentou aproximadamente 12% desde 2022, mas essa tendência não é consistente entre regiões e grupos de renda. Os países de renda baixa, onde as necessidades são maiores, registraram um aumento significativo no número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar, cerca de 60%. Isso é impressionante, pois esses países também enfrentam os maiores desafios em termos de espaço fiscal.

A região da América Latina e Caribe teve uma pequena diminuição no número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar, o que se deve principalmente a uma variação normal do número de crianças atendidas em alguns grandes países da região. Portanto, isso deve ser interpretado como “nenhuma mudança” em relação ao período anterior. Como a região tem alta cobertura de programas de alimentação escolar, o nível estável de cobertura mostra que a região manteve e continuou investindo nessa rede de proteção social essencial, apesar dos desafios e do espaço fiscal cada vez menor. Uma explicação semelhante pode ser dada para a ligeira variação nos números dos países de renda média-alta.

Figura 1.3

Variação do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar por região entre 2022 e 2024

Entre 2022 e 2024, o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo aumentou em 12%. O maior aumento se registra na África Subsaariana, alcançando quase 35%.³

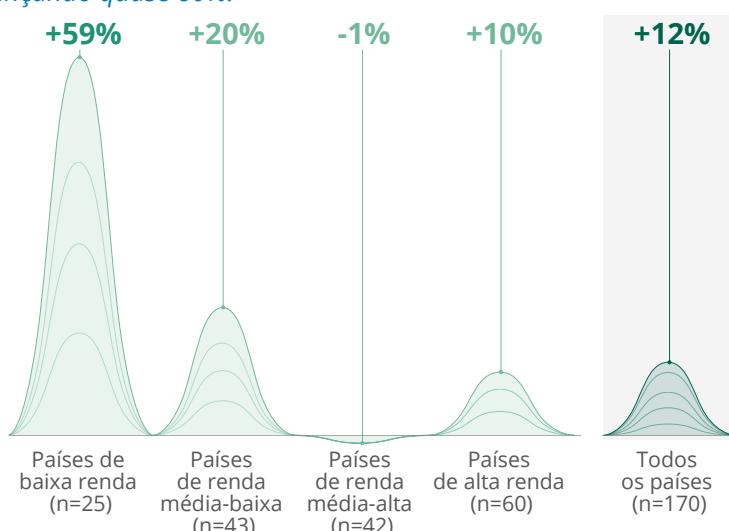


Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, WFP (estimativas, Relatórios Anuais por País), Banco Mundial (2018).

Figura 1.4

Variação do número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar por faixa de renda entre 2022 e 2024

Entre 2022 e 2024, o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo aumentou em 12%. O maior aumento se registra nos países de renda baixa, alcançando quase 60%.⁴



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, WFP (estimativas, Relatórios Anuais por País), Banco Mundial (2018).

³ Índia e China excluídas da análise.

⁴ Índia e China excluídas da análise. A Venezuela não possui uma classificação de renda.

1.2 Cobertura dos programas de alimentação escolar

De acordo com a edição de 2022 do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, a cobertura é definida neste relatório como a proporção de crianças matriculadas na escola que se beneficiam de um programa de alimentação escolar. Embora os dados de alimentação escolar apresentados na Seção 1.1 abranjam a educação infantil, o ensino primário e o ensino médio, a análise dos dados de cobertura é limitada apenas a crianças do ensino primário, devido à menor disponibilidade de dados consistentes para as dois outros níveis escolares.

Para melhorar a qualidade das estimativas de cobertura desde o relatório de 2022, os dados do Instituto de Estatística da UNESCO são usados para o denominador (número de crianças matriculadas na escola primária – consultar a Figura 1.5). Isso é consistente com a metodologia proposta para o indicador do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (consultar o Quadro 1.1). A mudança na metodologia introduzida no relatório de 2022 e o aumento da precisão tiveram o efeito de reduzir a cobertura aparente em todas as estimativas em comparação com a publicação de 2020. As estimativas apresentadas neste relatório seguem a mesma metodologia utilizada na edição de 2022, com a cobertura limitada a um máximo de 100%.⁵

⁵ As estimativas de cobertura são calculadas apenas para os países em que estão disponíveis tanto o número de crianças que recebem alimentação escolar (numerador) como o número total de matrículas no ensino primário (denominador). Nos casos em que não estavam disponíveis dados sobre matrículas para o mesmo ano de referência, as estimativas foram calculadas utilizando os números relativos às matrículas até um ano antes do período de referência dos dados sobre alimentação escolar. Os países aos quais este ajustamento foi aplicado estão assinalados com um asterisco no anexo III.

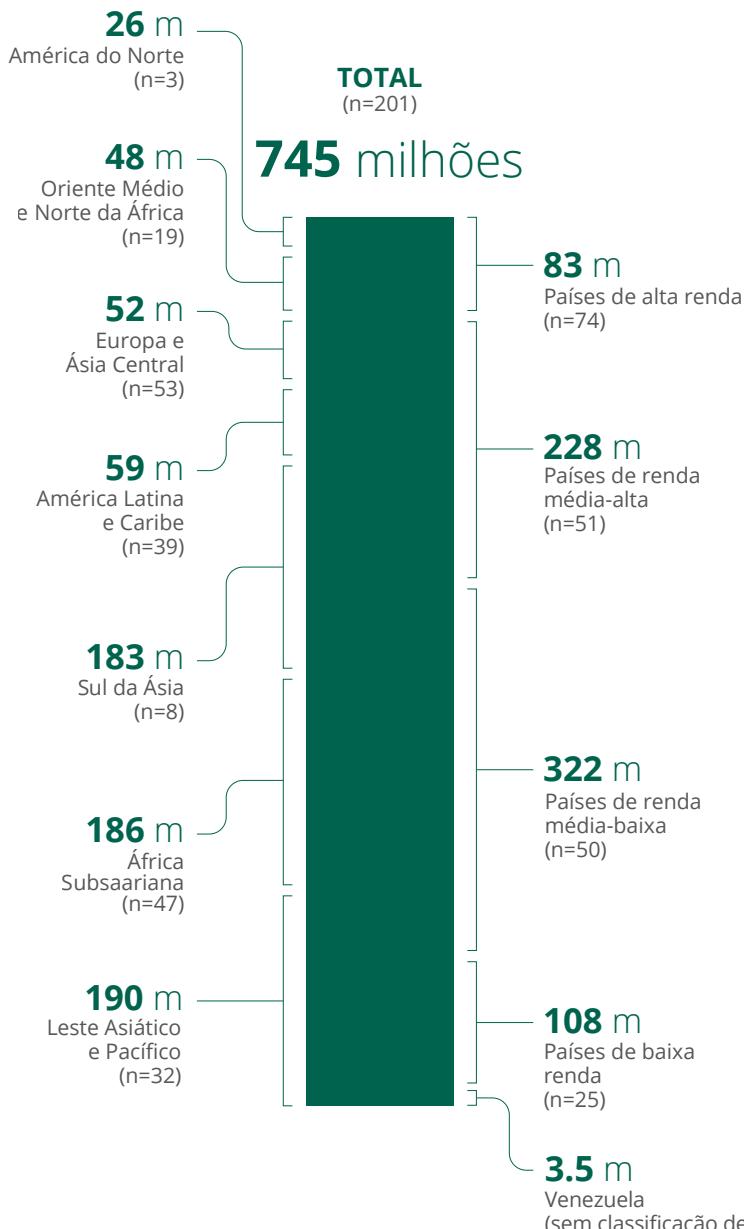
Uma menina nepalesa faz o dever de casa depois da escola. WFP/Samantha Reinders



Figura 1.5

Crianças matriculadas em escolas primárias em todo o mundo

745 milhões de crianças estão matriculadas em escolas primárias em todo o mundo, das quais 108 milhões se encontram em países de renda baixa; 322 milhões em países de renda média-baixa; 228 milhões em países de renda média-alta; e 83 milhões em países de renda alta.

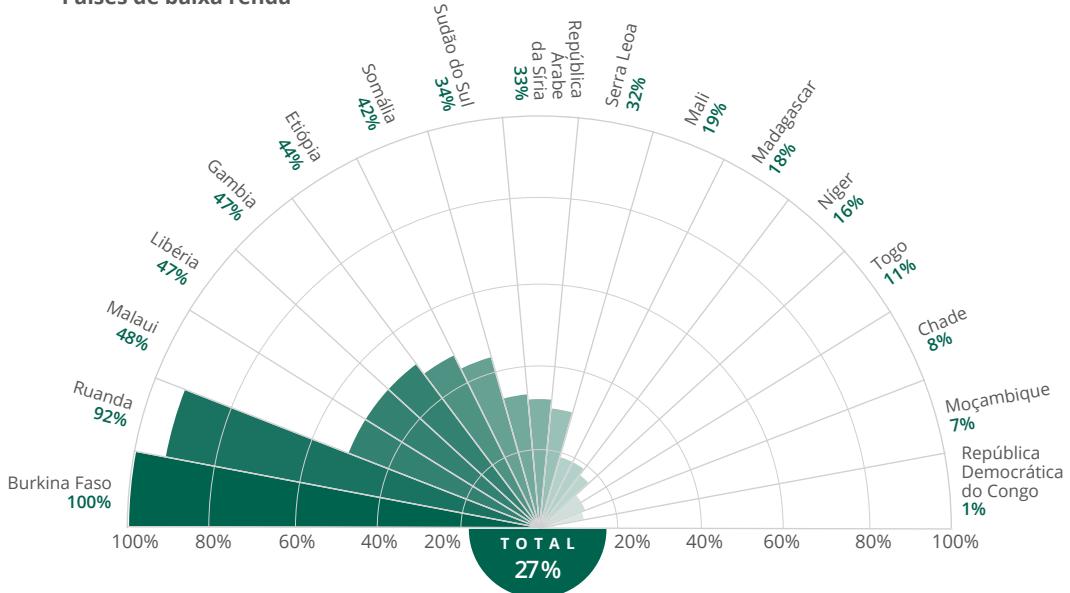


Fonte: UNESCO.

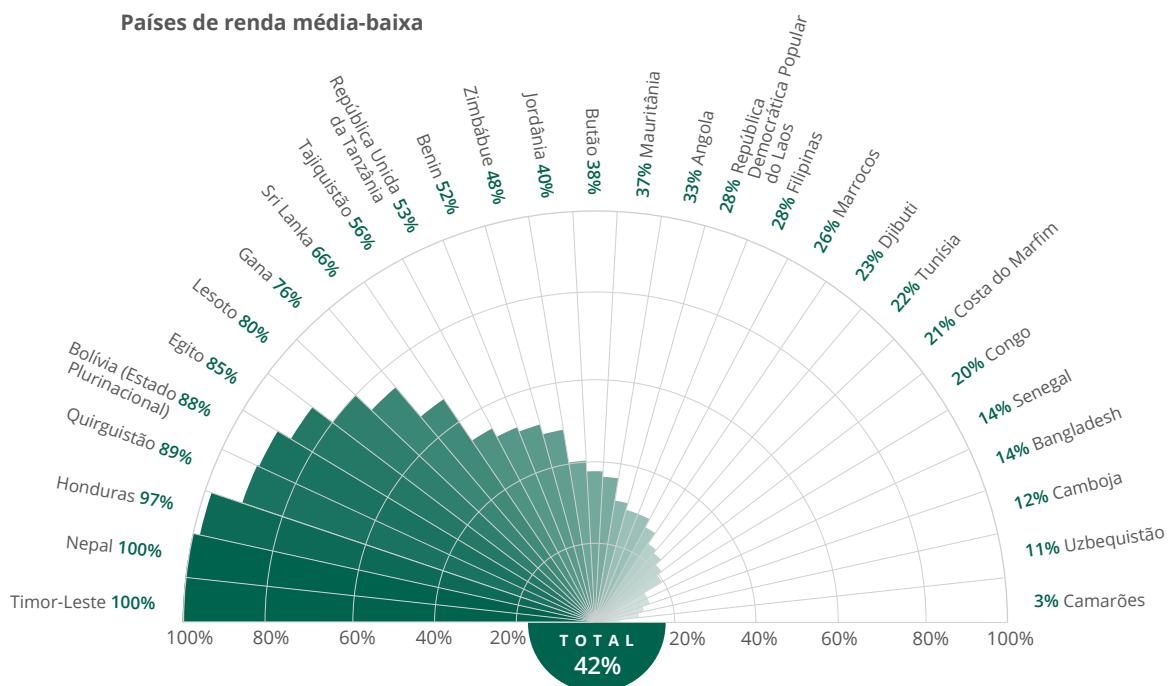
Figura 1.6

Cobertura nacional dos programas de alimentação escolar por faixa de renda
Em média, 27% das crianças do ensino fundamental em países de renda baixa são beneficiadas pela alimentação escolar, em comparação com 42% em países de renda média-baixa, 58% em países de renda média-alta e 79% em países de renda alta.

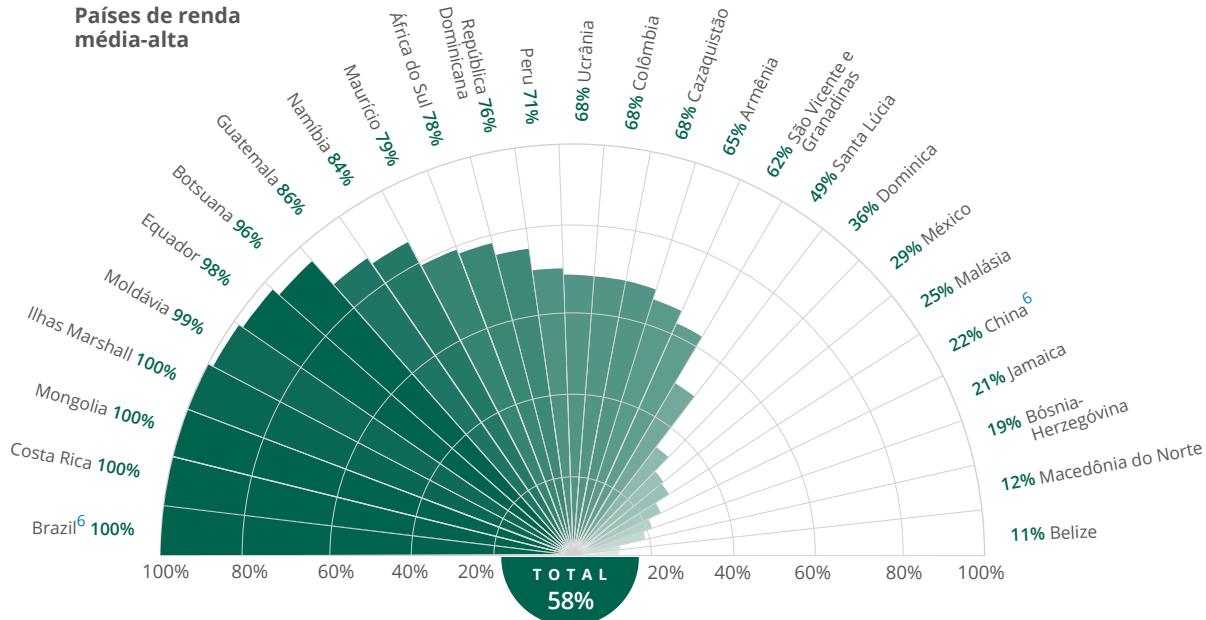
Países de baixa renda



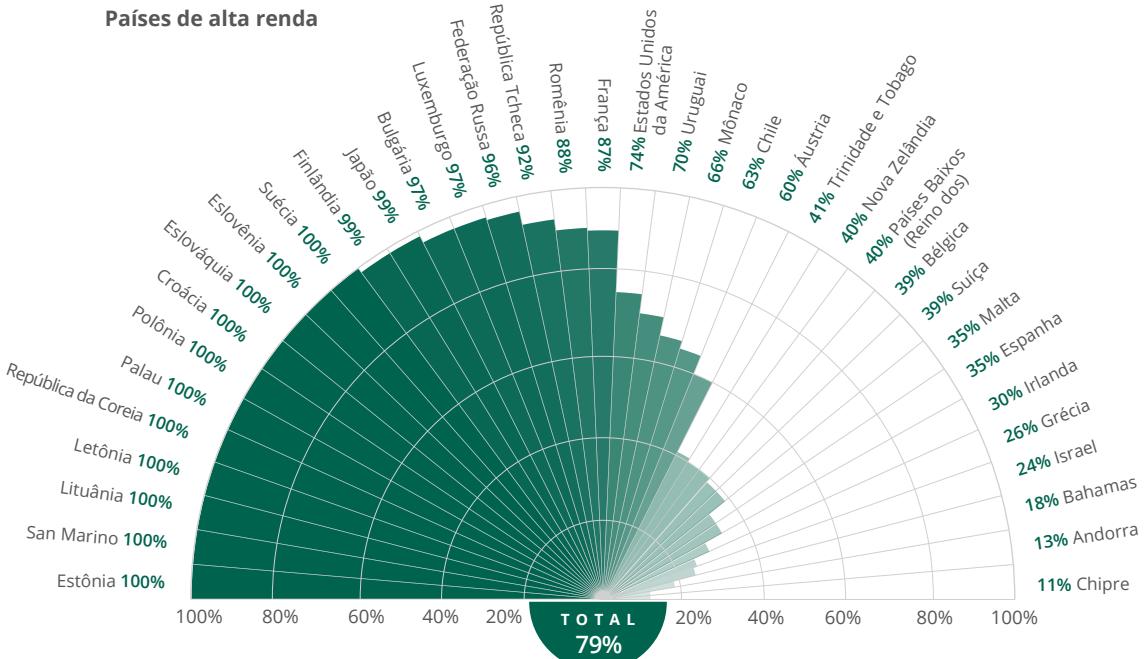
Países de renda média-baixa



Países de renda média-alta



Países de alta renda



Fontes: Dados diretos do governo, Pesquisa Global da GCNF 2024, estimativas do WFP, UNESCO.

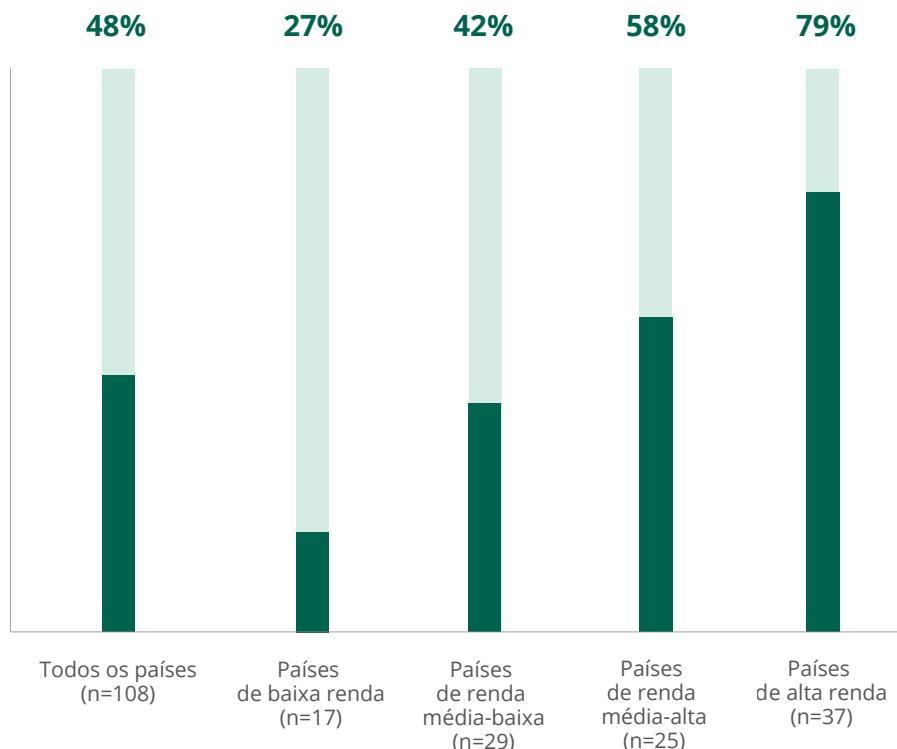
No geral, aproximadamente 50% das crianças matriculadas na escola primária se beneficiam de programas de alimentação escolar em todo o mundo. Os dados indicam que a cobertura tende a aumentar conforme a faixa de renda do país: países de renda baixa, média-baixa, média-alta e alta apresentam, respectivamente, coberturas de 27%, 42%, 58% e 79% (consultar a Figura 1.7).

⁶ O Brasil e a China não estão incluídos na estimativa do total (58%) desse grupo de renda.

Figura 1.7

Cobertura em 2024 por categoria de renda

Em média, a cobertura da alimentação escolar para o ensino primário permanece mais baixa nos países de renda baixa e mais alta nos países de renda alta.⁷



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, estimativas do WFP, UNESCO.

O indicador de cobertura da alimentação escolar e sua inclusão na estrutura do ODS 4 (consultar o Quadro 1.1) é um passo importante para avançar na coleta sistemática de dados padronizados ao nível global; aumentar a visibilidade da alimentação escolar; progredir em relação aos compromissos em diferentes países; e nos esforços para melhorar a qualidade dos dados ao nível nacional. No entanto, o indicador é limitado a informações ao nível do ensino primário devido à qualidade dos dados atualmente disponíveis para outros níveis de ensino e, portanto, fornece apenas uma imagem parcial. Para fornecer uma imagem mais granular da cobertura geral, os esforços futuros da Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão para a Alimentação Escolar se concentrarão na desagregação adicional de dados por níveis escolares e na captura do número de crianças que não são beneficiadas por não ter acesso às escolas.

⁷ China e Brasil excluídos da análise. A Venezuela não possui uma classificação de renda.

Para fornecer uma imagem mais clara do que os programas nacionais cobrem, são necessárias pesquisas adicionais, informações qualitativas e estudos de caso. O direcionamento e a elegibilidade para programas de alimentação escolar variam entre regiões e faixas de renda. Por exemplo, em vários países, a alimentação escolar tem as comunidades rurais como alvo principal. Para entender se os programas estão cobrindo totalmente o grupo-alvo pretendido, pode ser necessária uma desagregação adicional. Em contextos onde os programas têm cobertura universal, o governo pode estar coletando dados apenas para escolas públicas. Uma descrição ilustrativa e um cálculo mais detalhado da cobertura em escolas públicas, para uma amostra de países, estão disponíveis no Anexo II.4.

Uma menina na Zâmbia tem acesso a água potável na escola.
World Vision/Kambani Phiri



Quadro 1.1

Um marco para crianças em idade escolar: rumo a um indicador global sobre a cobertura da alimentação escolar

Durante décadas, as estruturas globais de monitoramento careceram de indicadores para capturar o alcance dos programas de alimentação escolar, apesar das fortes evidências dos benefícios multissetoriais para a saúde, nutrição, educação das crianças e para as economias e sistemas alimentares locais. A introdução de um indicador global de cobertura da alimentação escolar, como parte da estrutura do ODS 4, é um avanço: pela primeira vez, a comunidade internacional poderá acompanhar quantas crianças do ensino primário são beneficiadas pela alimentação escolar. Esse poderoso mecanismo de compromisso global traz nova visibilidade para as crianças em idade escolar e fortalece o incentivo para que os governos monitorem e relatem o progresso na cobertura de alimentação escolar.

Esse marco representa um passo crucial e reflete os esforços coordenados da Coalizão para a Alimentação Escolar — por meio do Consórcio de Pesquisa e da Iniciativa de Dados e Monitoramento — para colaborar com governos e parceiros no teste e na introdução de novos indicadores. O objetivo é compreender melhor os resultados relacionados ao bem-estar de crianças em idade escolar, fortalecer a base de evidências e aprimorar os sistemas de dados em escala global.

Contexto: A Força-Tarefa Ministerial da Coalizão para a Alimentação Escolar propôs a inclusão do indicador de cobertura da alimentação escolar no Quadro de Educação de Qualidade. O Grupo de Cooperação Técnica da UNESCO concordou com a inclusão do novo indicador de alimentação escolar em 2023. No momento da redação deste relatório, a metodologia do indicador foi submetida ao Instituto de Estatística da UNESCO e apresentada aos membros do conselho. O conjunto de dados mais recente disponível será enviado à UNESCO em meados de 2025 para divulgação no final de 2025.

Meta: até 2030, garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de receber uma refeição segura, saudável e nutritiva nas escolas

Indicador: proporção de crianças do ensino primário beneficiadas pela alimentação escolar (cobertura)

Definição: proporção de crianças matriculadas na escola beneficiadas pela alimentação escolar nas escolas primárias (cobertura)

Equação para calcular o indicador:

$$C_i = \frac{B_i}{P_i} * 100$$

C_i; taxa de cobertura da alimentação escolar nas escolas primárias no país i

B_i; número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar nas escolas primárias no país i em um determinado ano

P_i; número total de crianças matriculadas em escolas primárias do país i no mesmo ano

Fontes de dados

Numerador: estatísticas oficiais do governo ou Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar

Denominador: UNESCO UIS⁸

Limitações

Lacunas de dados e falta de dados desagregados. A Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão para a Alimentação Escolar planeja aumentar a frequência da coleta de dados e introduzir desagregação adicional além do nível primário.

⁸ O banco de dados oficial do Instituto de Estatística da UNESCO pode ser acessado usando este [link](#).

1.3 Investimento financeiro anual em alimentação escolar

De acordo com os dados mais recentes disponíveis, em 2024, o investimento global em alimentação escolar variou entre 65,6 bilhões de dólares e 84 bilhões de dólares por ano, a maioria proveniente de orçamentos domésticos. As estimativas são baseadas em despesas relatadas de 116 países. A mesma metodologia foi usada nos relatórios anteriores do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* (2022 e 2020) para estimar os gastos ausentes usando os custos médios, conforme detalhado no Anexo II. As estimativas para mais 57 países foram calculadas com base no custo médio per capita da alimentação escolar (por grupo de renda, derivado das despesas relatadas) multiplicado pelo número de crianças que recebem alimentação escolar em cada um dos 57 países.

A Tabela 1.1 mostra o investimento anual em 116 países com base nas despesas reais relatadas de 65,6 bilhões de dólares; e uma combinação de despesas reais e estimadas para 173 países, usando uma combinação de despesas reais e estimadas de cerca de 84 bilhões de dólares. Isso é apresentado como quatro cenários que fornecem estimativas dos investimentos anuais na alimentação escolar. Apenas 173 países foram incluídos no total, pois dois países não tinham o número de crianças e a Venezuela não é mais classificada pelo Banco Mundial em nenhuma categoria de renda.

É importante notar que os quatro cenários não podem ser comparados diretamente com os da edição anterior, pois se baseiam em amostras diferentes de países com dados reportados. No entanto, o *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* 2022 calculou 48 bilhões de dólares como a estimativa de linha de base global para financiamento. A nova estimativa global atual é de 84 bilhões de dólares. Esse novo número indica um aumento significativo no financiamento global para a alimentação escolar. Mais pesquisas são necessárias para entender os impulsionadores desses aumentos e o quanto é atribuível às flutuações de preços, mudanças na composição da alimentação escolar e mudanças na escala do programa. Da mesma forma, há uma clara necessidade de atualizar os números de custos da alimentação escolar.

Um novo estudo será conduzido pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares, pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar e pelo WFP para abordar essa questão.

Tabela 1.1

Quatro estimativas dos investimentos anuais na alimentação escolar (em USD)

	Estado da Alimentação Escolar 2022	Estado da Alimentação Escolar 2024
	100 países	116 países
Países com financiamento declarado	Cenário 1 Financiamento declarado	35,3 bilhões 65,6 bilhões
	Cenário 2 Financiamento estimado com base no custo por grupo de renda	34 bilhões 65,6 bilhões
Todos os países	Cenário 3 Financiamento declarado + estimativas para os países restantes usando o custo por grupo de renda	176 países 49 bilhões 84 bilhões
	Cenário 4 Estimativa de financiamento para todos os países com base no custo por grupo de renda	173 países 48 bilhões 84 bilhões

Fontes: Dados diretos do governo, Pesquisa Global da GCNF 2024, estimativas do WFP, Estado da Alimentação Escolar no Mundo em 2022.

1.4 Fontes de financiamento

Como no relatório de 2022, as evidências sobre as fontes de financiamento para programas de alimentação escolar em 2024 são baseadas principalmente na Pesquisa Global de Alimentação Escolar de 2024 (Global Child Nutrition Foundation (GCNF, 2024) realizada pela GCNF. Esses números relatados incluem três tipos de financiamento, em ordem decrescente de escala: financiamento interno de orçamentos nacionais; contribuições de doadores internacionais, canalizadas por meio de agências da ONU, incluindo o WFP, e outros parceiros; e financiamento de doadores nacionais e do setor privado (consultar a Figura 1.9).

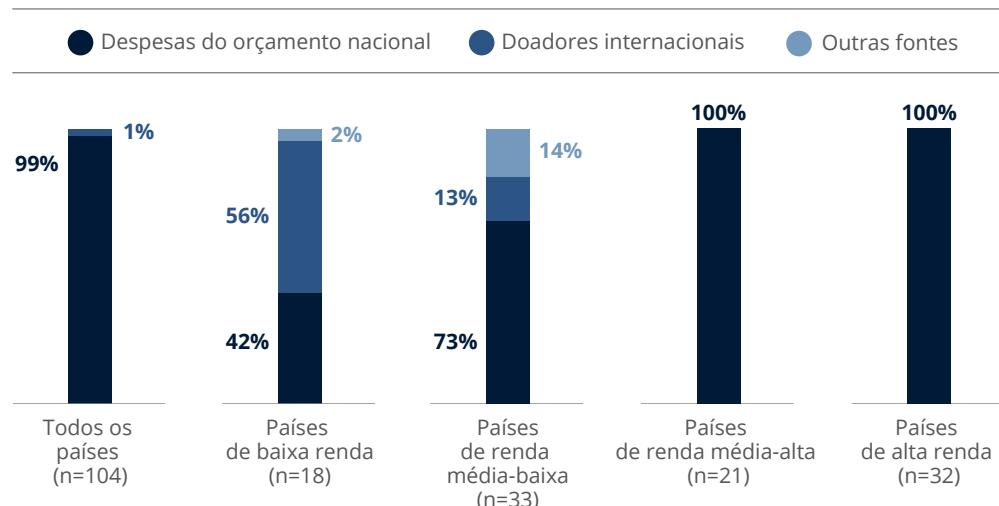
Os recursos internos são a principal fonte de financiamento para programas de alimentação escolar em todos os países, exceto nos países de renda baixa, onde os doadores internacionais ainda são os principais investidores financeiros. Ao comparar a mesma amostra de países na categoria de renda baixa, entre 2022 e 2024, não há mudança significativa na proporção de financiamento interno, que permaneceu estável em cerca de 34% (consultar a porcentagem de financiamento na Figura 1.9).

Em comparação com os dados de 2022 (ver Figura 1.9), ao comparar a amostra de países com dados para todos os anos, não há mudança observável para nenhuma das faixas de renda, exceto para países de renda média-baixa, onde a proporção de investimento em alimentação escolar de fontes nacionais diminuiu ligeiramente. No entanto, essa mudança não é estatisticamente significativa e pode ser explicada principalmente por um aumento no financiamento externo para esse grupo de renda (consultar a Tabela 1.2).

Figura 1.8

Fontes de investimento financeiro em alimentação escolar (apenas 2024)

Os recursos internos são a principal fonte de financiamento para programas de alimentação escolar em todos os países, exceto nos países de renda baixa, onde os doadores internacionais ainda são os principais investidores financeiros.

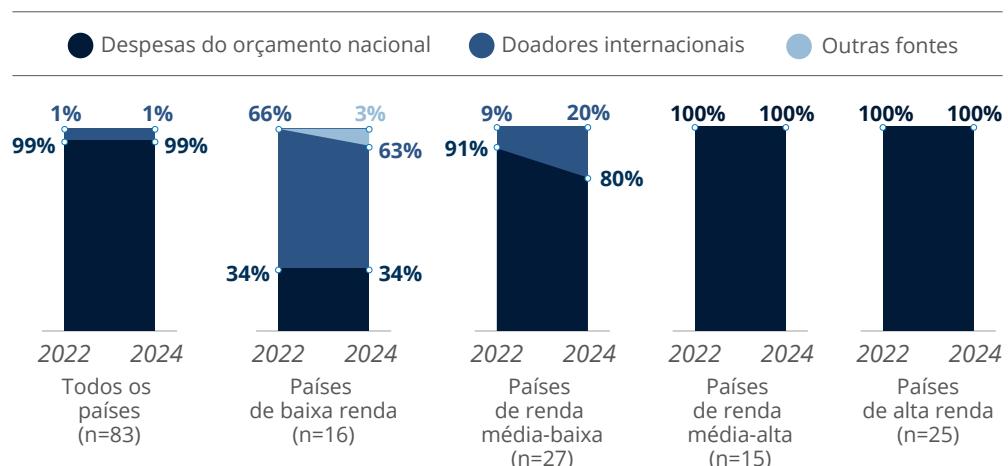


Fontes: Dados diretos do governo, Pesquisa Global da GCNF 2024.

Figura 1.9

Fontes de investimento financeiro na alimentação escolar em 2022 e 2024

O padrão de fontes de investimento financeiro na alimentação escolar permaneceu consistente entre 2022 e 2024.



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF (2021 e 2024).

Tabela 1.2

Comparação do investimento financeiro entre 2022 e 2024 (em USD)

Estado da Alimentação Escolar 2022					
Renda nível	Governo orçamento	Internacional doadores	Doadores nacionais e setor privado	Outras fontes	Total
Baixa	107 milhões	204 milhões	-	-	311 milhões
Média-baixa	778 milhões	75 milhões	2 milhões	-	855 milhões
Média-alta	3 bilhões	-	-	-	3 bilhões
Alta	21 bilhões	85 milhões	-	-	21 bilhões
Total	25 bilhões	364 milhões	2 milhões	-	25 bilhões

Estado da Alimentação Escolar 2024					
Renda nível	Governo orçamento	Internacional doadores	Doadores nacionais e setor privado	Outras fontes	Total
Baixa	141 milhões	264 milhões	1 milhão	11 milhões	417 milhões
Média-baixa	674 milhões	173 milhões	0.5 milhão	1 milhão	848 milhões
Média-alta	3 bilhões	4.5 milhões	5 milhões	-	3 bilhões
Alta	32 bilhões	3.5 milhões	7 milhões	77 milhões	32 bilhões
Total	36 bilhões	445 milhões	14 milhões	89 milhões	37 bilhões

Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF (2021 e 2024).

Como visto na seção anterior deste relatório, os investimentos gerais na alimentação escolar aumentaram globalmente, enquanto, ao mesmo tempo, a proporção de investimentos nacionais permaneceu praticamente a mesma, demonstrando a priorização da alimentação escolar pelos governos, inclusive em ambientes de renda baixa. Parte do aumento da participação do financiamento internacional na faixa de renda média-baixa pode ser explicada pelo aumento do apoio internacional à alimentação escolar: um aumento de 364 milhões de dólares em 2022 para 445 milhões de dólares em 2024. Embora isso represente um aumento aproximado de 20%, em termos de valor absoluto, a participação geral dos investimentos externos na alimentação escolar permanece modesta.

Também vale a pena destacar que os países de renda alta aumentaram significativamente suas alocações domésticas para alimentação escolar, passando de 21 bilhões de dólares em 2022 para 32 bilhões de dólares em 2024. Esse crescimento substancial sinaliza um forte reconhecimento da alimentação escolar como um investimento público impactante.

1.5 Institucionalização da alimentação escolar: estruturas de políticas públicas e desenho do programa

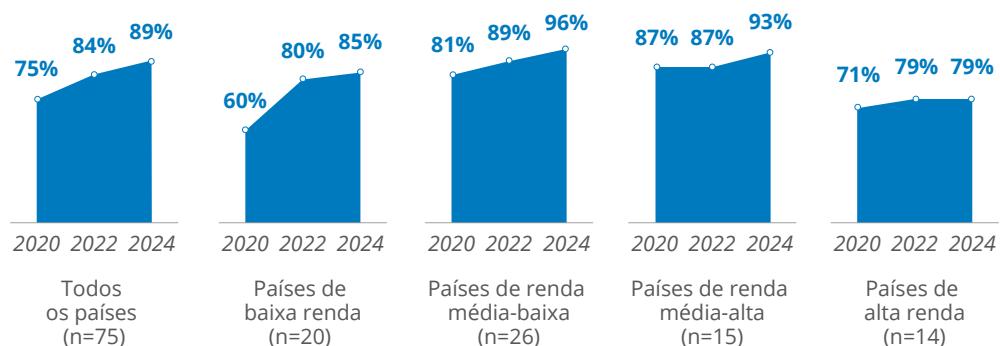
Os dados recém-disponíveis mostram a tendência contínua dos dois relatórios anteriores de países que fortalecem e ampliam suas políticas e estruturas jurídicas que regem os programas de alimentação escolar. Um total de 107 países relataram ter uma política de alimentação escolar, dos quais 19 eram países de renda baixa, 36 eram países de renda média-baixa, 22 países de renda média-alta e 30 países de renda alta.

Como mostrado na Figura 1.10, outros países adotaram políticas de alimentação escolar. A porcentagem total de países com políticas de alimentação escolar entre os relatados é de 89% e é consistentemente alta em todas as faixas de renda. Outros países que adotaram novas políticas de alimentação escolar incluem a Ucrânia (consultar o estudo de caso de país 8), República Centro-Africana, Nigéria, Senegal e China.

Figura 1.10

Proporção de países com políticas de alimentação escolar por nível de renda em 2020, 2022 e 2024

O número de países com uma política de alimentação escolar aumentou globalmente desde 2020 em todas as faixas de renda.



Fontes: Pesquisas globais da GCNF, WFP.

O aumento contínuo do número de países que adotam políticas, estratégias e leis de alimentação escolar é animador. No entanto, nem todas as políticas são iguais e nem todas demonstram necessariamente um compromisso de longo prazo, por poderem ser limitadas no tempo. Um sinal adicional de compromisso é ser membro da Coalizão para a Alimentação Escolar, onde os países fazem compromissos detalhadas sobre as melhorias que pretendem fazer na política e na legislação (consultar a Figura 2.3 no Capítulo 2 para obter mais detalhes e exemplos). O Quadro 1.2 sobre políticas públicas e legislação fornece exemplos de boas práticas, inclusive do Brasil (consultar o estudo de caso do país 4).

Quadro 1.2

Políticas, legislação e o caminho até uma base jurídica para a alimentação escolar

Com o objetivo de fortalecer e tornar mais eficaz a legislação sobre alimentação escolar, a Coalizão para a Alimentação Escolar uniu-se à Rede Parlamentar Internacional para a Educação em 2024 para desenvolver um kit de ferramentas⁹ dedicado a parlamentares, em colaboração com o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar. Esse recurso equipa os legisladores com orientações práticas e evidências para defender leis que garantam a sustentabilidade a longo prazo dos programas de alimentação escolar.

Embora presidentes e chefes de Estado defendam programas de alimentação escolar ao adotar políticas, são as leis que transformam esses compromissos políticos em ações sustentáveis. Os programas de alimentação escolar incorporados à legislação oferecem várias vantagens, incluindo:

- financiamento previsível e sustentado além dos ciclos políticos;
- funções e responsabilidades claramente definidas;
- supervisão legislativa da implementação do programa; e
- transparência, envolvimento público e propriedade da comunidade.

⁹ “Alimentação escolar: um kit de ferramentas para parlamentares” produzido pela Rede Parlamentar Internacional para a Educação, pelo WFP e pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar fornece orientações detalhadas sobre a elaboração de legislação sobre alimentação escolar. Esta publicação pode ser acessada em www.ipned.org/schoolmeals.

Uma estrutura jurídica sólida para a alimentação escolar pode consistir em vários tipos de legislação, cada uma abordando diferentes aspectos do programa. Estes podem ser agrupados em três grandes categorias:

- Uma legislação básica destinada a regulamentar o fornecimento de alimentação escolar, bem como outros serviços de saúde e nutrição no ambiente escolar que podem ser incorporados ao programa.
- Leis que estabelecem o direito à alimentação escolar. Estas são frequentemente incluídas como disposições sob uma legislação mais ampla.
- Leis que estabelecem vínculos com a alimentação escolar e múltiplos setores. Por exemplo, proteção social, padrões alimentares, aquisições, produção agrícola ou legislação de uso da terra.

Muitos países começam com uma estrutura de política pública de alimentação escolar e gradualmente estabelecem leis para reforçar e institucionalizar seus programas de alimentação escolar. Por exemplo, em 1979, o pequeno estado insular de Cabo Verde, ao largo da costa oeste africana, lançou um programa nacional de alimentação escolar com o apoio do WFP. Trinta e seis anos depois, em 2015, Cabo Verde promulgou uma lei de alimentação escolar, que garantiu a propriedade nacional total e efetiva do programa.

A lei de alimentação escolar do Brasil é um exemplo mundialmente reconhecido de legislação bem-sucedida que apoia a qualidade e a sustentabilidade da alimentação escolar. A lei estabeleceu diretrizes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil e descreve os principais elementos do programa de alimentação escolar do Brasil, incluindo cobertura, gestão, padrões de tempo de entrega, tipos de alimentos que podem ser servidos, participação pública, modelos de compras, monitoramento e ferramentas pedagógicas, como hortas escolares.

À medida que os países se movem para criar, expandir e melhorar seus programas de alimentação escolar, estabelecer uma base legislativa pode ser um passo importante para o impacto a longo prazo. Como parte do compromisso da Coalizão para a Alimentação Escolar de melhorar a disponibilidade de dados críticos sobre programas de alimentação escolar, as futuras edições do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* incluirão cada vez mais dados qualitativos e pesquisas sobre políticas e legislação.

1.6 Alimentação escolar e emprego

Como parte da Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar de 2024, administrada pela GCNF, foram coletados novos dados sobre os empregos criados diretamente pela alimentação escolar. Esses dados visam fornecer novas informações sobre a dinâmica do emprego, mais um aspecto multisectorial dos programas de alimentação escolar.

Para esta edição, a análise é baseada em uma amostra de 76 países de todos os grupos de faixa de renda, fornecendo alimentação escolar para aproximadamente 141,5 milhões de crianças. O cálculo para empregos diretos inclui apenas cozinheiros devido aos relatórios limitados dos países sobre outras categorias de empregos diretos, condição ligada a dificuldades no rastreamento e deficiências nos sistemas nacionais de monitoramento. Esses 76 países relataram que os programas de alimentação escolar criaram diretamente cerca de 2,25 milhões de empregos (cozinheiros), o que equivale a 1.591 cozinheiros para cada 100.000 crianças que recebem alimentação escolar.

Uma cozinheira escolar no Quênia prepara o almoço.
WFP/Lisa Murray



Podemos supor que essas são estimativas conservadoras, pois se concentram apenas em uma categoria de empregos diretos. Ao mesmo tempo, os números relatados e as médias calculadas reconfirmam que os programas de alimentação escolar são uma importante fonte de emprego direto, consistente com estimativas anteriores que variam entre 1.000 e 2.000 empregos por cada 100.000 crianças. Com base nesses dados mais recentes, o número total estimado de cozinheiros necessários para as 466 milhões de crianças beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo é de aproximadamente 7,4 milhões.

Figura 1.11

Empregos gerados por cada 100.000 crianças beneficiadas pela alimentação escolar (n=76)

Em média, os programas de alimentação escolar geram cerca de 1.591 empregos diretos (cozinheiros) por cada 100.000 crianças beneficiadas pela alimentação escolar.

466 milhões → **7.4 million**
crianças cozinheiros

Por cada
100,000 → **1,591**
crianças beneficiadas cozinheiros necessários

Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, WFP (estimativas, Relatórios Anuais por País), Banco Mundial (2018).

Essas estimativas são baseadas em apenas uma categoria de emprego direto e não incluem oportunidades indiretas de emprego ou negócios geradas pela alimentação escolar, por exemplo, quando os agricultores locais se beneficiam de programas implementados sob um modelo de alimentação escolar com compras locais. É necessário um trabalho adicional não apenas para rastrear e estimar melhor os empregos diretos e indiretos ligados ao fornecimento de alimentação escolar, mas também para avaliar a qualidade desses empregos, como o nível de remuneração e sua estabilidade.

1.7 Programas integrados de saúde e nutrição escolar

Os programas de saúde e nutrição escolar normalmente incluem um pacote integrado de intervenções que, juntas, buscam atender às necessidades do aluno no contexto local. A alimentação escolar pode ser um desses componentes, outras atividades complementares podem incluir: lavagem das mãos com sabão, desparasitação, medição de peso, medição de altura, higiene menstrual, teste oftalmológico, limpeza dentária, teste auditivo, teste de anemia, hortas escolares, água potável e purificação de água.

Como parte da última Pesquisa Global sobre Programas de Alimentação Escolar da GCNF, foram coletados novos dados sobre essas 12 atividades complementares (ver Figura 1.12). Os dados foram extraídos de uma amostra de 126 países incluídos na pesquisa e estão resumidos abaixo. No geral, apenas dez países (8%) relataram não ter nenhum programa complementar em vigor; 23% dos países tinham de um a três programas complementares; e aproximadamente 69% relataram quatro ou mais atividades complementares oferecidas com as merendas escolares. Conforme mostrado na Figura 1.12, o programa complementar mais comum foi a lavagem das mãos com sabão (N. 108, 86%).

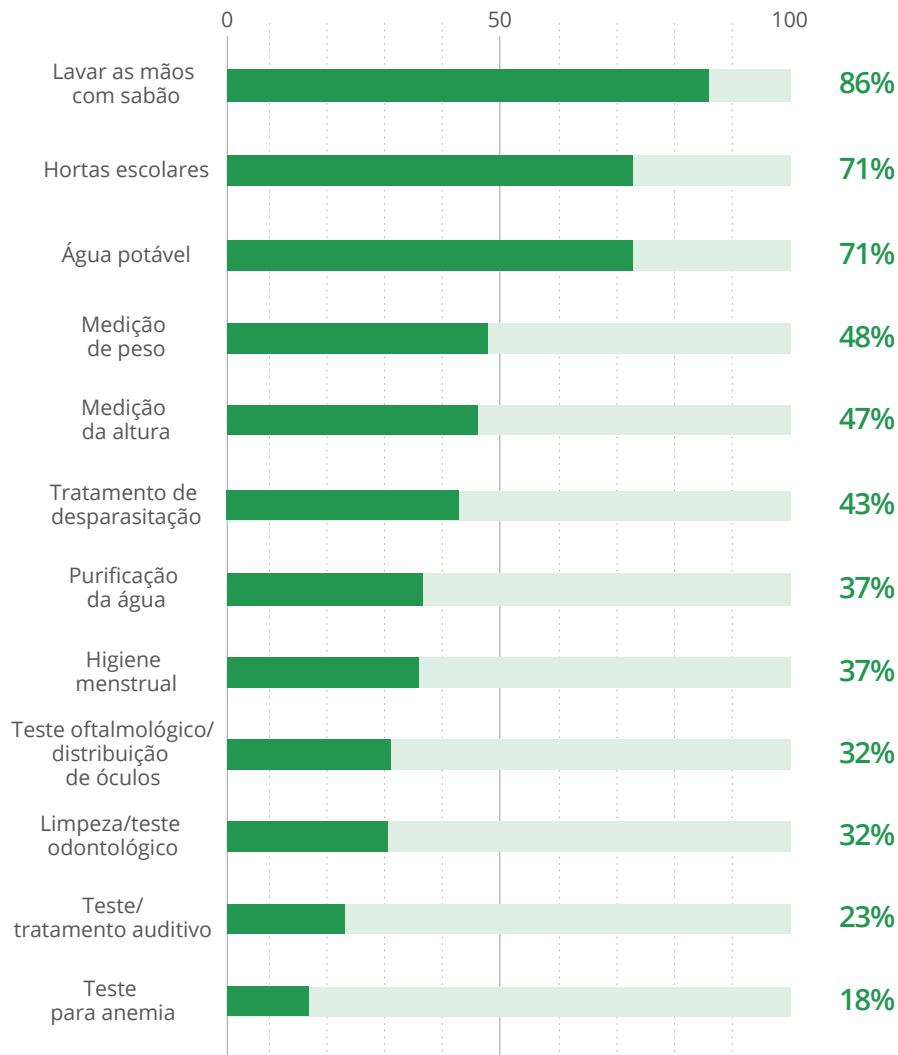
Uma menina come uma refeição quente na escola na Romênia.
World Vision/Maria Manole



Figura 1.12

Programas complementares de saúde e nutrição (n=126)

A lavagem das mãos continua a ser o programa complementar mais comum implementado em conjunto com a alimentação escolar.



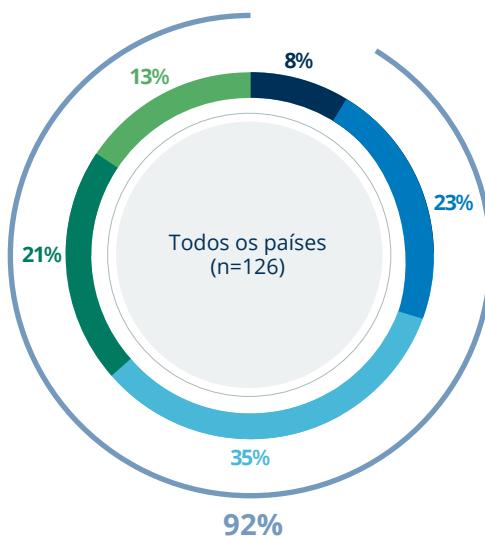
Fonte: Pesquisa Global da GCNF 2024.

Figura 1.13

Adoção de programas complementares de saúde e nutrição

Mais de 90% dos governos implementam a alimentação escolar em conjunto com intervenções complementares de saúde e nutrição. Aproximadamente 70% dos governos oferecem um pacote totalmente integrado de pelo menos quatro intervenções.

-
- Nenhuma
 - Entre uma e três
 - Entre quatro e seis
 - Entre sete e nove
 - Mais de nove
-



Fonte: Pesquisa Global da GCNF 2024.

1.8 Soluções lideradas pela cidade: promovendo a alimentação escolar no nível subnacional

Pela primeira vez desde o lançamento da publicação *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, este relatório oferece um panorama dos dados subnacionais sobre alimentação escolar em nível municipal. Essa adição reconhece a importância da localização e o papel significativo dos municípios na implementação de programas de alimentação escolar. Dado que, em muitos países, os programas de alimentação escolar são estabelecidos e geridos diretamente pelos governos locais, os prefeitos têm um contato direto diário com os usuários finais e, portanto, uma responsabilidade política primária para garantir que a infraestrutura e os serviços estejam em vigor para apoiar a entrega da alimentação escolar. Embora os governos nacionais definam a estrutura de ação e as prioridades a serem direcionadas, as cidades implementam diretamente a alimentação escolar, onde os resultados positivos podem ser observados concretamente pelos cidadãos. As cidades também possuem dados atualizados e experiências em primeira mão das necessidades de seus cidadãos em termos de sistemas alimentares e nutrição, especialmente quando relacionados à alimentação escolar.

Desde a sua criação em 2023, a Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão para a Alimentação Escolar está abrindo caminho para mudanças no nível municipal. O Capítulo 2 oferece uma visão geral detalhada da iniciativa; o Capítulo 3 descreve seus esforços de coleta de dados; e este capítulo destaca os principais pontos de dados das cidades participantes. O Mapa 1.2 explora inovações em Adis Abeba, Bangkok, Copenhague, Montpellier, Nairóbi, São Paulo e Seul.

À medida que os dados e o conhecimento sobre a alimentação escolar se tornam cada vez mais disponíveis por meio dos esforços das Iniciativas de Dados e Monitoramento e Cidades que Alimentam o Futuro, tanto em nível nacional quanto subnacional, estima-se que os dados das cidades sejam integrados e apresentados no banco de dados global da Coalizão para a Alimentação Escolar.¹⁰ A combinação de conhecimentos e dados dos níveis nacional e subnacional de governança ajudará a promover intercâmbios e aprendizagem sobre o desenho e a implementação da alimentação escolar por meio de diferenças e sinergias entre os contextos locais.

¹⁰ O banco de dados da Coalizão para a Alimentação Escolar pode ser acessado usando este link <https://www.schoolmealscoalitiondatabase.wfp.org/>

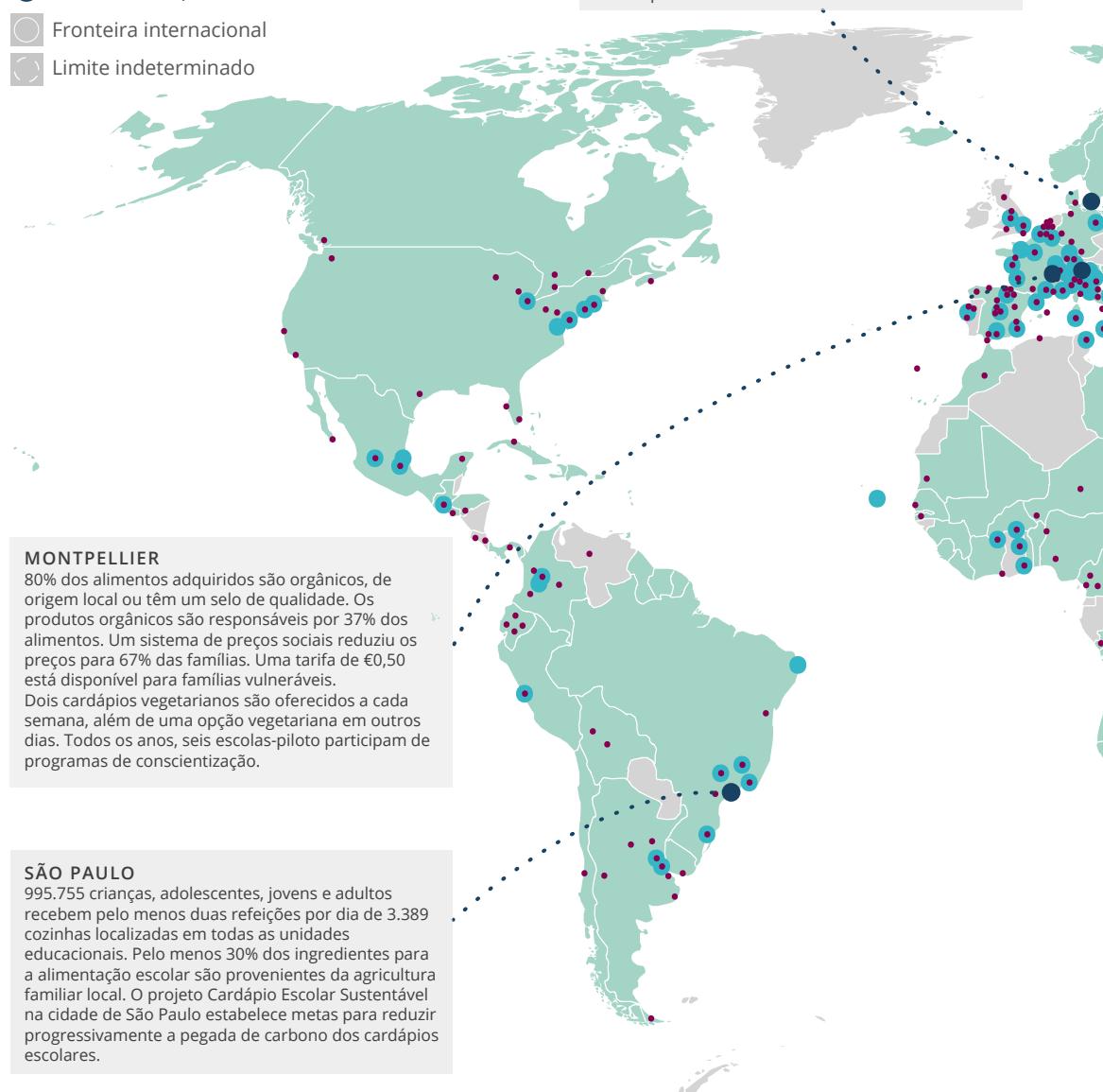
Mapa 1.2

Inovação no nível municipal em programas de alimentação escolar: um retrato subnacional

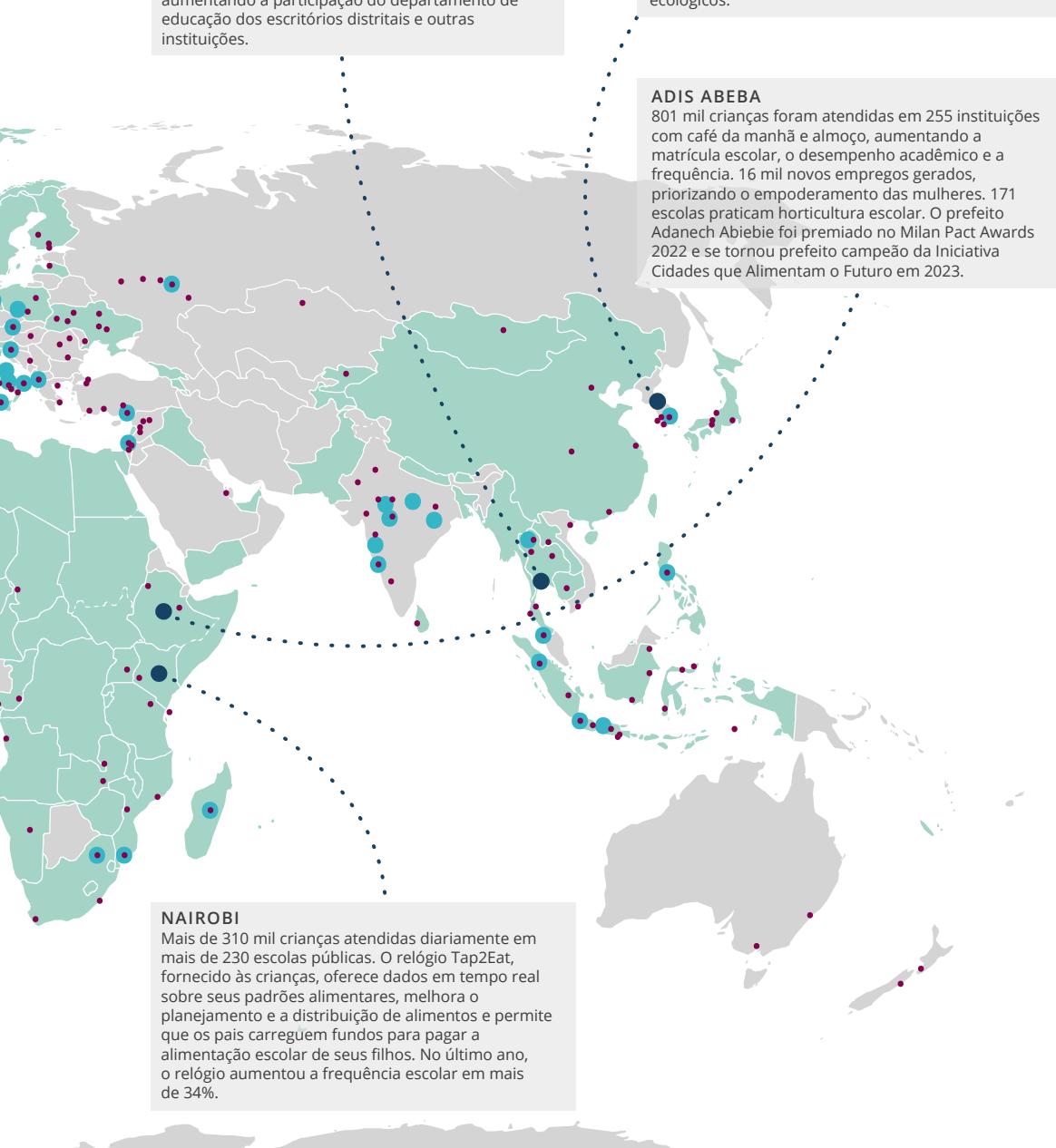
- Membro da Coalizão para a Alimentação Escolar
- Estados não membros da Coalizão para a Alimentação Escolar
- Cidade do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana com alimentação escolar
- Cidade signatária do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana
- Prefeitos campeões
- Fronteira internacional
- Limite indeterminado

COPENHAGUE

Todas as 70 escolas oferecem refeições, com alimentos preparados no local ou entregues na cozinha central da cidade. 24 são "escolas de alimentação", onde cozinhar e comer fazem parte da aprendizagem. As refeições são 100% orgânicas e seguem a estratégia alimentar da cidade. A aquisição de alimentos da cidade cobre todas as refeições públicas e equivale a 10% das compras públicas de alimentos na Dinamarca (40 milhões de euros/ano). Em 2023, o prefeito Jakob Næsager sediou a primeira conferência "Cidades que Alimentam o Futuro" na Europa.



Fonte: Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro.



1.9 Próximos passos

Os novos dados sugerem uma trajetória positiva significativa para a alimentação escolar em todo o mundo desde a criação da Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021. Desde a publicação do relatório de 2020 sobre o *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar em todo o mundo aumentou cerca de 20%. Esse nível de sucesso é sustentado pela alimentação escolar, que surge como uma clara prioridade política para países em todas as faixas de renda. Para os países de renda alta e média-alta, o foco está na mudança para ganhos de qualidade e eficiência, enquanto os países de renda baixa estão se concentrando em uma rápida ampliação.

Embora o financiamento dos doadores em termos absolutos represente uma parcela muito pequena do investimento geral em alimentação escolar, a provável diminuição significativa da ajuda internacional nos próximos anos corre o risco de perder os ganhos obtidos nos países de renda baixa. Dados de qualidade que possibilitem a tomada de decisões baseada em evidências serão, portanto, ainda mais essenciais nos próximos anos. Essa ação deve incluir:

- Desde a adoção do novo indicador ODS 4, a institucionalização contínua dos indicadores de alimentação escolar nas estruturas internacionais de monitoramento e relatórios, melhorando a qualidade dos dados (incluindo a desagregação) e a visibilidade da alimentação escolar.
- Melhoria da arquitetura global de dados para alimentação escolar; coleta de dados simplificada e padronizada; e fortalecimento da qualidade dos sistemas de monitoramento e estatísticas ao nível nacional.
- Melhoria dos dados publicamente disponíveis sobre a alimentação escolar, inclusive nos níveis subnacional e municipal. Com a criação do banco de dados da Coalizão para a Alimentação Escolar, o conjunto principal de indicadores sistematicamente relatados no *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* está disponível como um bem público global. A Iniciativa de Dados e Monitoramento garantirá que novos indicadores sejam testados e incluídos no banco de dados para preencher as lacunas de dados existentes com forte demanda do governo (alimentação escolar com compras locais, indicadores do sistema alimentar, qualidade das refeições, etc.).

Este capítulo apresentou os dados mais recentes disponíveis e tentou interpretar sua importância, mas também destaca a necessidade de pesquisas adicionais. Exemplos de pesquisas significativas necessárias para informar a programação futura incluem uma melhor compreensão dos impulsionadores de custos e modelos eficientes; e compreensão qualitativa das políticas e legislação e suas ligações com os benefícios multissetoriais da alimentação escolar.

Estudo de caso 1

A ambiciosa visão do Quênia de alimentar 10 milhões de crianças em idade escolar, ao mesmo tempo em que fortalece os sistemas alimentares locais e a resiliência em tempos de crise até 2030

O Quênia investe em alimentação escolar desde 1980, usando-a como uma ferramenta poderosa para impulsionar a educação e a segurança alimentar nas comunidades mais vulneráveis do país. O programa de alimentação escolar do Quênia inicialmente se concentrou em regiões com insegurança alimentar para aumentar a matrícula, a retenção e os resultados de aprendizagem. Em 2008, passou de 240 mil crianças para 1,2 milhão em 3.850 escolas primárias em áreas áridas e semiáridas do país.

Nesse mesmo ano, o governo do Quênia elaborou um plano estratégico com o objetivo de transferir o programa de alimentação escolar para a plena gestão governamental. Em 2018, o programa de alimentação escolar era totalmente gerenciado pelo governo, atendendo a mais de 1,5 milhão de crianças.

Desde então, o Quênia emergiu como líder regional e global no fortalecimento de programas de alimentação escolar, impulsionado por um compromisso com o bem-estar das crianças e das comunidades. Em 2021, o Quênia se juntou à Coalizão Global para a Alimentação Escolar e se tornou um dos 12 membros da força-tarefa da Coalizão.

Demonstrando a apropriação nacional da visão da Coalizão para a Alimentação Escolar, em 2024, o Governo do Quênia lançou o primeiro capítulo nacional da Coalizão para a Alimentação Escolar da África. O WFP Quênia atua como secretariado do capítulo, com base em mais de 40 anos de parceria entre o governo e o WFP no Quênia. A Coalizão Nacional para a Alimentação Escolar é uma plataforma projetada para reunir todas as principais partes interessadas dos governos e parceiros de desenvolvimento locais para garantir o apoio coordenado à ampliação do programa de alimentação escolar.

Sob a liderança do presidente Ruto, a alimentação escolar agora é fundamental para a estratégia de desenvolvimento mais ampla do Quênia. Em 2023, o presidente estabeleceu uma meta ambiciosa de prover refeições a todas as 10 milhões de crianças em idade escolar até 2030. O progresso está abem encaminhado. Entre 2023 e 2024, o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar cresceu 25%, de 1,8 milhão para 2,6 milhões.

A abordagem do Quênia não se trata apenas de escala, mas de sustentabilidade. O governo está incorporando práticas sustentáveis ao programa para reduzir o impacto ambiental e fortalecer os sistemas alimentares locais. Essa mudança é orientada pelo Plano Operacional para a Ampliação do Programa de Alimentação Escolar 2024–2030, desenvolvido com o apoio de parceiros, incluindo a Fundação Rockefeller e o WFP. Os principais elementos incluem:

- Substituir alimentos importados por alimentos cultivados e obtidos localmente, promovendo o uso de culturas tolerantes à seca e incentivando a agricultura regenerativa.
- Otimizar os cardápios da alimentação escolar, priorizando alimentos locais e sustentáveis que sejam econômicos, nutritivos e resilientes à adaptação às mudanças climáticas.
- Aquisição por meio de um “modelo agregador” para aumentar a eficiência e o envolvimento local. Essa abordagem consiste em adquirir alimentos de pequenos agricultores por meio de cooperativas nos níveis regionais, o que reduz as distâncias de transporte, diminui as emissões e fortalece os sistemas alimentares locais.
- Substituir os métodos tradicionais de cozimento por alternativas limpas e energeticamente eficientes, contribuindo para a redução do desmatamento, a diminuição das emissões de carbono e a melhoria das condições de saúde e segurança nos ambientes de preparo de alimentos nas comunidades escolares.

Para inspirar o Quênia em sua jornada para ampliar a oferta de alimentação escolar, o WFP e seu Centro de Excelência no Brasil facilitaram conjuntamente uma visita de estudo do governo queniano ao Brasil em 2024. Lições úteis em termos de alimentação escolar ecológica com compras locais e colaboração intergovernamental foram trazidas de volta ao Quênia e incorporadas ao estabelecimento e ao plano de ação da Coalizão Nacional para a Alimentação Escolar do Quênia.

A visão ousada do governo queniano está atraindo o interesse e o apoio de vários parceiros, como a Parceria Global para a Educação, a Fundação Rockefeller, a Fundação Novo Nordisk, o Centro Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento, o Fundo ODS, a França, a Alemanha, a Suécia, o Centro de Excelência do WFP no Brasil e várias iniciativas dentro da Coalizão para a Alimentação Escolar, que fornecem apoio técnico e financeiro.

Estudo de caso 2

Da visão à ação: o roteiro de Ruanda para um programa de alimentação escolar universal e sustentável

Em outubro de 2024, o Governo de Ruanda lançou dois importantes documentos estratégicos: a Estratégia Nacional de Alimentação Escolar 2023–2032 e, como uma inovação global, uma Estratégia Nacional de Financiamento do Programa de Alimentação Escolar específica, que foi aprovada e publicada pelo governo.

A Estratégia Nacional de Alimentação Escolar 2023–2032 baseia-se nas lições aprendidas durante a rápida expansão do programa nacional de alimentação escolar, passando de 796.256 alunos em 2019 para a cobertura universal de 4.475.919 milhões de crianças até 2024. A estratégia destaca a contribuição da alimentação escolar para a estratégia geral de educação da Ruanda.

Reconhecendo o papel crucial da alimentação escolar no desenvolvimento do capital humano do país, reduzindo as taxas de abandono escolar e a repetição de turmas, o programa de alimentação escolar apoia o objetivo do Ministério da Educação de melhorar os resultados de aprendizagem. A estratégia propõe um conjunto de inovações para melhorar a eficácia e a eficiência, promover a cooperação multissetorial e acomodar a crescente população escolar.

As inovações específicas incluem um ajuste mais sistemático às variações nos preços dos alimentos; um plano de resiliência para enfrentar crises externas; melhorias na gestão financeira e na transparência; práticas de compras mais econômicas; isenção de impostos para aquisições voltadas à alimentação escolar; maior alinhamento à agenda nacional de adaptação ambiental e às mudanças climáticas, incluindo uma estratégia específica para promover o uso de métodos de cozinha ecológica; além da garantia de recursos humanos suficientes e qualificados para a implementação de programas de alta qualidade. A estratégia inclui um quadro institucional abrangente e multissetorial para a cooperação, assim como um quadro de resultados em educação, saúde e nutrição, proteção social e agricultura.

A Estratégia Nacional de Financiamento do Programa de Alimentação Escolar identifica o custo total do programa nacional de alimentação escolar, incluindo alimentos, implementação, infraestrutura, gestão, monitoramento, relatórios e fortalecimento contínuo da capacidade. Os custos esperados são calculados com base no crescimento da população escolar, inflação e depreciação dos investimentos. As lacunas de financiamento são identificadas avaliando as contribuições atuais e futuras do Ministério da Educação, do Ministério da Infraestrutura e dos pais (em dinheiro e em espécie). Para reduzir a lacuna de orçamento, a Estratégia Nacional de Financiamento do Programa de Alimentação Escolar identificou várias medidas de economia de custos, como compras mais eficientes, planejamento de cardápios e uso de cozinhas centralizadas em áreas urbanas. A lacuna de financiamento restante pode ser reduzida aumentando as contribuições dos governos e dos pais, por meio de parcerias público-privadas e financiamento coletivo. Essas medidas devem permitir que o governo financie seu programa universal de alimentação escolar de forma plena e sustentável dentro de 6 a 7 anos. Até lá, será necessário apoio externo temporário.

Para desenvolver ambas as estratégias, o Ministério da Educação liderou consultas bilaterais e de grupos de trabalho para reunir uma ampla gama de vozes, incluindo ministérios setoriais, o Ministério das Finanças e Planejamento Econômico, funcionários distritais, líderes escolares, professores, pais e parceiros não governamentais, incluindo organizações da sociedade civil (OSCs) nacionais e internacionais, representantes do setor privado e agências da ONU. O WFP desempenhou um papel importante ao oferecer apoio técnico e financeiro durante todo o processo.

Capítulo 2

A Coalizão para a Alimentação Escolar: um movimento global pela alimentação escolar



O presidente do Quênia e os delegados da força-tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar após a cerimônia de abertura da Segunda Reunião Ministerial em Nairóbi, Quênia. WFP/Arete/Edwin Nyamasyo

A Coalizão para a Alimentação Escolar foi lançada por 46 países na Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU em setembro de 2021, sob a liderança da Finlândia e da França. Foi criada em resposta à crise da COVID-19, quando quase todos os países fecharam suas escolas, deixando 370 milhões de crianças em idade escolar sem acesso à única refeição por dia com a qual podiam contar (WFP, 2020a). O Brasil ingressou como Copresidente da Coalizão em 2023. Desde a sua criação, a Coalizão para a Alimentação Escolar tornou-se uma das iniciativas de maior sucesso dos últimos tempos.

Por meio de uma rede política de ação cada vez mais complexa e poderosa, representando mais de 60% da população mundial, a Coalizão para a Alimentação Escolar é um experimento em constante evolução que criou um novo modelo multilateral e multissetorial de colaboração para o século XXI. Isso se torna especialmente relevante em um momento em que paradigmas consolidados estão sendo questionados e reinventados, inclusive o da Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

A Coalizão para a Alimentação Escolar se concentra no propósito concreto e compartilhado de garantir que todas as crianças tenham acesso a uma refeição diária e nutritiva na escola até 2030. Esse objetivo global é então traduzido por cada governo em compromissos domésticos multissetoriais que refletem diversos contextos nacionais, realidades políticas e necessidades. Em muitos casos, esses compromissos já foram traduzidos em resultados significativos e em larga escala (alguns dos quais são apresentados neste capítulo).

O projeto da Coalizão para a Alimentação Escolar incorporou explicitamente conceitos de teoria e pensamento sistêmico. O objetivo é criar uma cultura de colaboração entre os países, promovendo um ambiente onde todos os governos possam compartilhar suas experiências e aprender com os outros, quebrando dicotomias ultrapassadas do norte e sul globais, ou dinâmicas de doadores e receptores entre os países. Em vez disso, a Coalizão é um espaço onde todos os países, independentemente da sua faixa de renda ou localização geográfica, têm algo a contribuir, recursos para compartilhar, disposição para receber apoio e se inspirar nos outros.

No centro do sucesso da Coalizão está seu modelo inovador de liderança distribuída. Ao ajudar a criar e capacitar redes de parceiros que não dependem de uma agência, um parceiro ou uma parte interessada, a Coalizão orquestrou uma maneira mais eficiente e descentralizada de apoiar os governos a progredir. Por meio desse ecossistema em expansão, o secretariado e as iniciativas da Coalizão ajudam a inspirar, incentivar e orquestrar ações em todo o sistema.

Medir os resultados dessa abordagem sistêmica é um desafio, até porque é difícil atribuir ou conectar um resultado específico a uma ação específica. Alguns resultados também são difíceis de medir ou monitorar de forma centralizada, como, por exemplo, o grau de mobilização da vontade política, o número de conexões estabelecidas dentro da rede da Coalizão que resultaram em parcerias produtivas, ou ainda o quanto essas conexões entre países contribuíram para o compartilhamento de conhecimento e sua aplicação prática.

Nos próximos anos, o secretariado da Coalizão buscará aprimorar a forma de medir sua abordagem sistêmica e desenvolver maneiras mais eficazes de relatar o que ocorre dentro dessa rede de redes. Esse processo contará com o apoio de parceiros especializados, focados na pesquisa e no aprimoramento de práticas de liderança sistêmica.

É importante fazer justiça e reconhecer o trabalho e as contribuições das pessoas, das comunidades, dos governos e dos parceiros que compõem o ecossistema da Coalizão e que, por meio de sua ação coletiva, estão fazendo com que ela seja bem-sucedida. Este capítulo apresenta os resultados atuais e as informações quantitativas e qualitativas existentes, ilustrando o valor que foi criado pela Coalizão para a Alimentação Escolar por meio desse novo modelo colaborativo.



Primeira Cúpula Global sobre Alimentação Escolar na França, 2023, com, da esquerda para a direita: S. Ex.^a Ihor Kuzin, Vice-Ministro da Saúde da Ucrânia; S. Ex.^a Sra. Alexis Taylor, Subsecretaria de Agricultura dos EUA; S. Ex.^a Dra. Dulce Soares, Ministra da Educação de Timor-Leste; S. Ex.^a Sra. Yasmine Sherif, Diretora Executiva, Education Cannot Wait; Sra. Isabel Maria Correia Viegas de Abreu, Ministra da Educação, Cultura e Ciência de São Tomé e Príncipe; Sr. Jean-Luc Moutou, Ministro da Educação Pré-escolar, Primária, Secundária e Alfabetização da República do Congo; Sr. Robert Jenkins, Diretor de Educação e Desenvolvimento Adolescentes da UNICEF. WFP/Rein Skulander

2.1 A Coalizão para a Alimentação Escolar: governos alcançam progressos sem precedentes com o apoio de parceiros

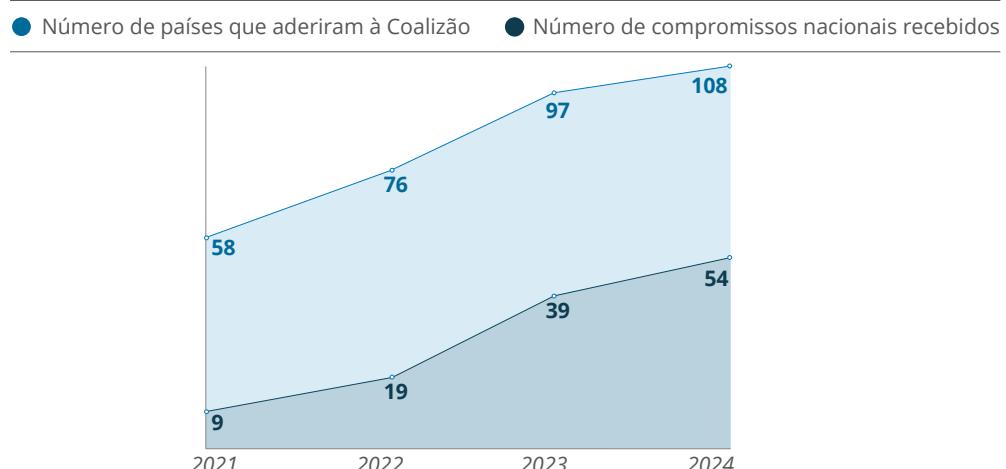
No momento em que este artigo foi escrito, a Coalizão para a Alimentação Escolar já havia unido mais de 100 governos de todas as faixas de renda, seis órgãos regionais e sub-regionais e mais de 140 parceiros diversos da sociedade civil, academia, think tanks, fundações, agências da ONU e instituições financeiras internacionais que os apoiam, refletindo o alcance verdadeiramente global da Coalizão. A Coalizão se beneficia de um nível excepcionalmente alto de apoio político sustentado, com a orientação de uma força-tarefa de ministros e o envolvimento regular de presidentes e chefes de Estado.

O objetivo geral da Coalizão é expandir a escala e a qualidade dos programas de alimentação escolar em todo o mundo como um meio de enfrentar vários desafios interconectados em educação, nutrição, sistemas alimentares e desigualdade, assim como os desafios causados por desastres e crises.

À medida que os países aderem à Coalizão, eles são encorajados a emitir compromissos nacionais que formam a base para o progresso do país e para os esforços de colaboração sub-regionais, regionais e globais. No momento em que este artigo foi escrito, 54 compromissos nacionais foram enviados à Coalizão. A Figura 2.1 ilustra o número de países que aderiram à Coalizão para a Alimentação Escolar, quando aderiram e aqueles que apresentaram compromissos.

Figura 2.1

Número de países que aderiram à Coalizão para a Alimentação Escolar por ano e apresentação de compromissos

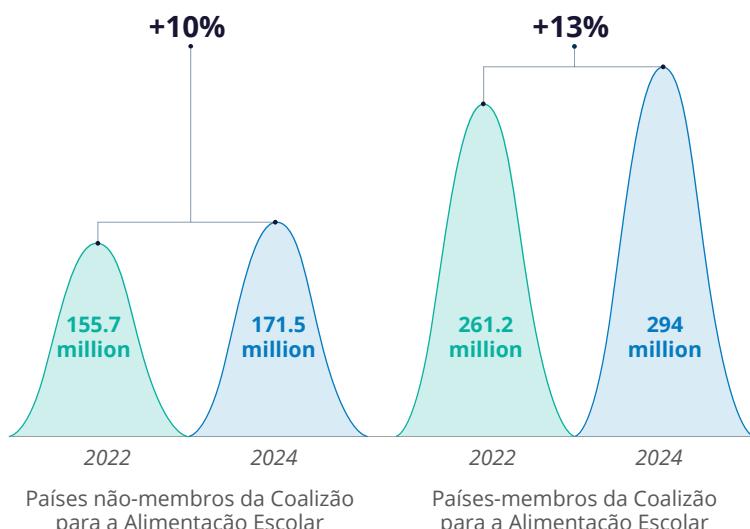


Fonte: Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar.

Os dados apresentados no Capítulo 1 revelaram que, desde 2022, aproximadamente 32 milhões de crianças a mais estão sendo beneficiadas pela alimentação escolar em países-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar. Isso representa um aumento de aproximadamente 13%, superando a expansão de 10% na oferta de alimentação escolar para países não pertencentes à Coalizão. Da mesma forma, o investimento em alimentação escolar relatado aumentou 11 bilhões de dólares nos países-membros da Coalizão, representando um aumento de 45%, em comparação com um aumento mais moderado de 35% para os países não membros. Por fim, os cinco países (Ucrânia, República Centro-Africana, Nigéria, Senegal e China) que adotaram novas políticas de alimentação escolar desde a última edição do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* são todos membros da Coalizão para a Alimentação Escolar.

Figura 2.2

Número total de crianças beneficiadas pela alimentação escolar nos estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar em comparação com os estados não membros, *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022 e 2024* (em milhões)



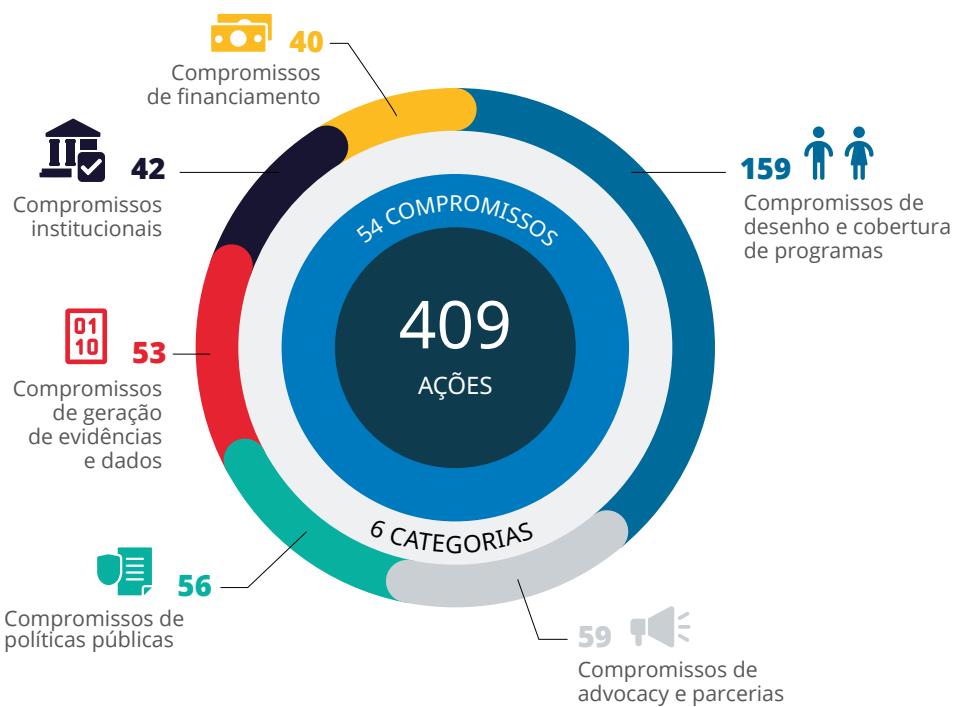
Fontes: Coalizão para a Alimentação Escolar, dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, WFP (estimativas, Relatórios Anuais por País), Banco Mundial (2018).

Além da ampliação dos programas de alimentação escolar, os países também estão se comprometendo a melhorar a qualidade e a sustentabilidade de seus programas. Por meio de seus compromissos nacionais, os países-membros da Coalizão se comprometeram com aproximadamente 409 ações em seis categorias: política, financiamento, institucional, desenho e cobertura de programas, evidências e dados, advocacy e parcerias.

Figura 2.3

Compromissos nacionais com a Coalizão para a Alimentação Escolar, discriminados por categorias

54 compromissos nacionais
409 ações em seis categorias



Fonte: Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar.

Entre os estados-membros da Coalizão que apresentaram compromissos nacionais, a maioria estabeleceu metas e cronogramas específicos, estabelecendo referências claras para o progresso. Compromissos concretos e eficazes atraem mais apoio dos parceiros, promovendo os esforços e ambições do governo.

Dependendo do contexto nacional, do estado do programa nacional de alimentação escolar e das necessidades, os compromissos podem variar desde o estabelecimento de uma base para criar um programa nacional de alimentação escolar até o compromisso com uma alimentação escolar bem projetada e universal. A Tabela 2.1 fornece exemplos de compromissos por categoria.

Tabela 2.1

Exemplos de compromissos nacionais com a Coalizão para a Alimentação Escolar

Categoria	Exemplos
 Compromissos de políticas públicas	<p>Os compromissos dessa categoria garantem que os programas nacionais de alimentação escolar sejam incorporados como prioridade em planos, políticas, estratégias, legislações ou outras estruturas jurídicas e setoriais.</p> <p>O Benin comprometeu-se a adotar e divulgar uma lei de alimentação escolar até 2025, garantindo a estabilidade financeira e a sustentabilidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar Integrada.</p> <p>O Iraque comprometeu-se a implementar uma política nacional de alimentação escolar até 2023 e a estabelecer uma lei de alimentação escolar até 2025.</p> <p>A Tanzânia comprometeu-se a incluir a alimentação escolar na Política Nacional de Alimentação e Nutrição até 2027 como uma estratégia para promover a boa nutrição entre as crianças em idade escolar.</p>
 Compromissos de financiamento	<p>Esses compromissos incluem (i) compromissos nacionais para estabelecer uma linha orçamentária dedicada ao programa nacional de alimentação escolar ou (ii) compromissos internacionais para apoiar programas em outros países que não têm os recursos necessários.</p> <p>O Sri Lanka comprometeu-se a estabelecer uma iniciativa de financiamento sustentável até 2030, com uma linha orçamentária ministerial intersetorial para o seu programa de alimentação escolar e a aumentar a alocação anual de 61 milhões de dólares para 204 milhões de dólares.</p> <p>O Chade comprometeu-se a aumentar o financiamento em 15% a cada ano a partir de 2024.</p> <p>A Alemanha tem apoiado programas de alimentação escolar em diferentes países e contextos para melhorar a situação nutricional das crianças e suas famílias. Um exemplo notável é o projeto Accelerating School Meals (Acelerando a Alimentação Escolar), uma iniciativa de cinco anos, no valor de 22 milhões de euros, em apoio à alimentação escolar com produtos cultivados localmente e sensíveis ao clima na República Democrática Popular do Laos e na Serra Leoa.</p>
 Compromissos institucionais	<p>Esses compromissos incluem o fortalecimento das capacidades institucionais e das habilidades de coordenação para liderar e fornecer programas de alimentação escolar em todos os níveis, como compromissos para estabelecer padrões e planos (orientação nutricional, por exemplo), além de comitês de trabalho multissetoriais ou grupos de trabalho.</p> <p>O Lesoto comprometeu-se a formar um comitê diretivo de alimentação escolar de alto nível presidido pelo Secretário Principal de Educação e Treinamento, composto por secretários principais ou altos funcionários dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Desenvolvimento Social, Governo Local, Comércio, Gabinete (Escritório de Coordenação de Alimentação e Nutrição) e parceiros de desenvolvimento.</p> <p>O Iraque comprometeu-se a estabelecer um comitê de coordenação interministerial sobre alimentação escolar até 2024 e a criar entidades e mecanismos de coordenação que sejam capacitados, com profissionais adequados, tenham a capacidade necessária e sejam bem financiados até 2026.</p> <p>O Tajiquistão comprometeu-se a desenvolver e endossar um plano de transição do Projeto de Desenvolvimento da Alimentação Escolar do WFP (financiado por parceiros de desenvolvimento) para um programa nacional de alimentação escolar financiado pelo orçamento do governo.</p>

Categoria	Exemplos
<p>Subcategoria 1: Compromissos de cobertura do programa</p>  <p>Compromissos de cobertura e desenho do programa</p>	<p>Esta categoria convida a compromissos destinados a ampliar o alcance dos programas de alimentação escolar. Dos 54 compromissos, mais de 30 países assumiram compromissos específicos em torno do aumento da cobertura.</p>
	<p>O Sri Lanka e o Benin comprometeram-se a alcançar a cobertura universal até 2026.</p> <p>O Quênia comprometeu-se a alcançar a cobertura universal até 2030.</p>
<p>Subcategoria 2: Compromissos de desenho do programa</p>	<p>O Tadjiquistão comprometeu-se a atender mais de 50% dos alunos do ensino primário com alimentação escolar até 2027.</p> <p>A Guiné comprometeu-se a usar 80% dos produtos locais nas cantinas escolares até 2030.</p> <p>A França comprometeu-se a servir 50% de produtos sustentáveis e pelo menos 20% de produtos orgânicos na alimentação escolar nacional.</p> <p>Luxemburgo comprometeu-se a incentivar o uso de "alimentos 0km" e a priorizar compras de curta distância, além de adotar medidas para reduzir o desperdício de alimentos e a poluição por plásticos nas cantinas escolares. As ações incluem a adaptação do cardápio escolar, a venda de excedentes a preços reduzidos, a instalação de bebedouros e a eliminação do uso de plásticos descartáveis.</p> <p>O Lesoto determinou que 80% dos alimentos usados na alimentação escolar devem ser adquiridos de pequenos agricultores locais, com ênfase em práticas agrícolas sustentáveis, segurança alimentar, nutrição e saúde.</p> <p>O Tadjiquistão comprometeu-se a atualizar 100% das cantinas escolares com ferramentas e infraestruturas modernas até 2027.</p>

Categoria	Exemplos
<p>01 10</p> <p>Compromissos de geração de evidências e dados</p>	<p>Os compromissos com a geração de evidências e dados podem incluir os esforços do país para gerar evidências e melhorar a coleta, análise e disseminação de dados e garantir sua integração nos processos de formulação de políticas e tomada de decisões.</p> <p>O Sri Lanka comprometeu-se a implementar uma estratégia e ferramenta de digitalização que permitirão que a Política Nacional de Saúde Escolar seja monitorada em todos os níveis (escolar/provincial/nacional) até 2026.</p> <p>Ruanda comprometeu-se a apoiar e construir conexões entre instituições acadêmicas nacionais e o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar, o governo e outras iniciativas relevantes relacionadas à pesquisa e aprendizagem em matéria de alimentação escolar.</p> <p>O Burundi comprometeu-se a finalizar a sua avaliação de impacto da alimentação escolar, estudos de custo-benefício e avaliação do estado nutricional das crianças em idade escolar até o final de 2025; e a mobilizar as partes interessadas, incluindo ministérios, universidades, doadores e administrações locais para realizar uma revisão informada de políticas e financiamento para implementar as recomendações dos estudos.</p>
 <p>Compromissos de advocacy e parcerias</p>	<p>Esta categoria exige compromissos em torno de advocacy de alto nível que vise elevar o perfil dos programas de alimentação escolar, destacando seus benefícios multisectoriais nos níveis nacional, regional e global.</p> <p>Honduras comprometeu-se a fortalecer as parcerias com organizações internacionais de desenvolvimento, organizações multilaterais, o sistema das Nações Unidas, a sociedade civil, a academia e o setor privado, com o objetivo de aumentar o apoio financeiro e técnico necessário para implementar o programa nacional de alimentação escolar.</p> <p>Suriname comprometeu-se a ter pelo menos dois ministros e dois especialistas relevantes representando o país nas reuniões ministeriais da Coalizão para a Alimentação Escolar e a defender refeições nutritivas saudáveis na região.</p>

Vários estados-membros também descrevem explicitamente suas ambições de trabalhar com as iniciativas e parceiros globais da Coalizão para a Alimentação Escolar, aproveitando conhecimentos, dados e mecanismos de financiamento inovadores para superar desafios e acelerar o progresso.

Quase metade dos governos que apresentaram compromissos nacionais expressou seu comprometimento com acordos regionais e internacionais, destacando o compromisso dos países com o apoio mútuo e a cooperação (triangular Sul-Sul). Por exemplo:

- **Uganda** comprometeu-se a participar e se envolver em atividades regionais e globais da Coalizão para a Alimentação Escolar para compartilhar experiências e aprender sobre as melhores práticas.
- Os **Estados Unidos** demonstraram compromisso em trabalhar com os membros da Coalizão, baseando-se nas contribuições e lições aprendidas com o Programa Internacional de Alimentos para Educação e Nutrição Infantil McGovern-Dole dos EUA, para garantir que todas as crianças sejam bem nutritidas e recebam uma educação de qualidade.

Crianças jogam futebol em um campo de refugiados no Chade. World Vision/Amy Van Drunen



2.2 Um novo modelo colaborativo: como funciona a Coalizão para a Alimentação Escolar e suas redes

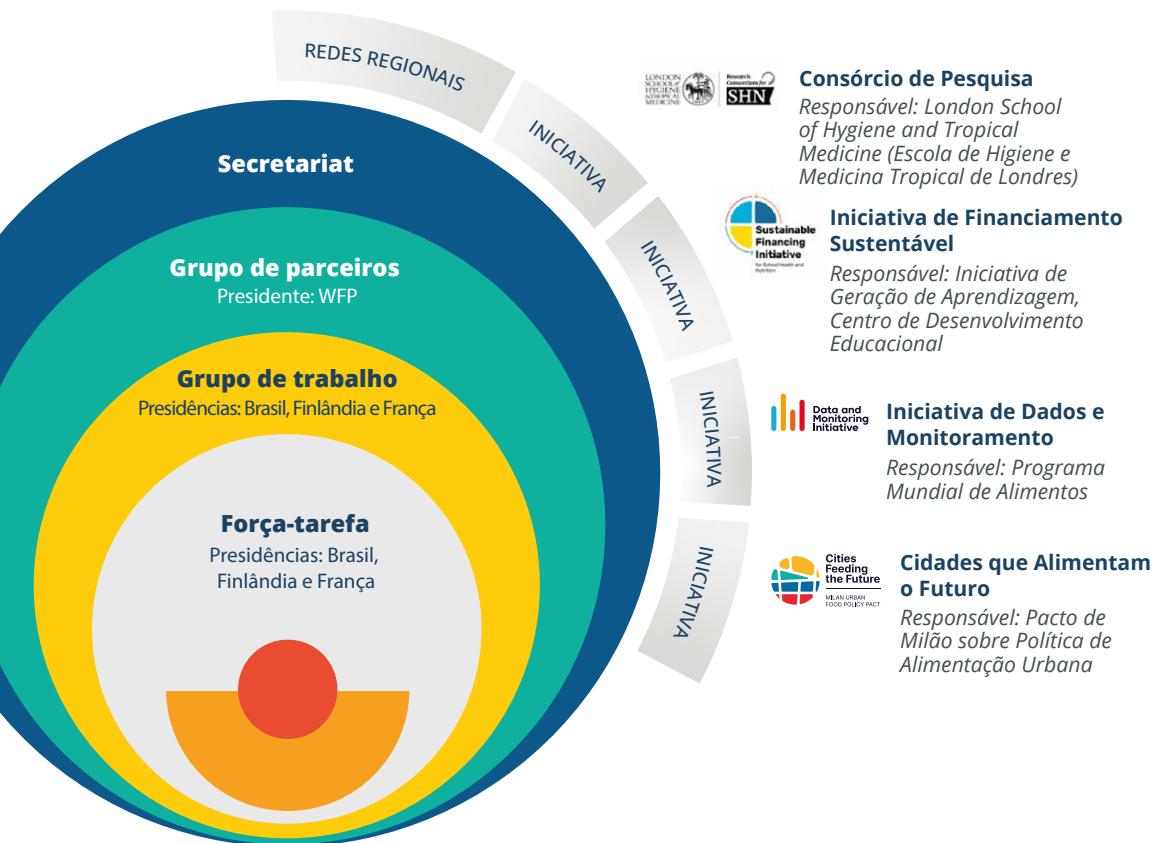
Uma definição comumente usada da palavra “coalizão” é: uma aliança de diferentes estados, organizações ou pessoas que concordam em agir juntas para alcançar algo. Outra definição interessante é: um grupo formado para empreender algo além dos recursos de qualquer membro. Ambas as definições são úteis para definir a Coalizão para a Alimentação Escolar.

A Coalizão para a Alimentação Escolar é uma estrutura de parceria voluntária e colaborativa criada por governos e para governos, na qual eles compartilham boas práticas, otimizam a cooperação e apoiam uns aos outros para ampliar seus esforços de alimentação escolar.

No nível global, a Coalizão para a Alimentação Escolar tem três órgãos principais e um secretariado que compõem sua estrutura ágil e flexível. A Coalizão também conta com quatro iniciativas de apoio aos países, formadas por amplas redes de parceiros e nações (consultar a Figura 2.4).

Figura 2.4

Como funciona a Coalizão para a Alimentação Escolar



Fonte: Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar.

A Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar é liderada pelas co-presidências da Coalizão (atualmente Brasil, Finlândia e França) de forma rotativa e é composta por pontos focais de cada um dos principais países-membros. A Força-Tarefa é o órgão de tomada de decisão da Coalizão: determina a direção estratégica geral da Coalizão; define prioridades anuais; fornece orientação e liderança para o trabalho de secretariado e das iniciativas; e lidera advocacy e posicionamento político. Os membros atuais da Força-Tarefa incluem: União Africana, Brasil, Finlândia, França, Guatemala, Honduras, Japão, Quênia, Ruanda, Senegal, Suécia e Estados Unidos. A Força-Tarefa se reúne virtualmente a cada dois meses e pessoalmente no nível ministerial a cada dois anos. A reunião inaugural ocorreu em Helsinque em outubro de 2022 e a segunda ocorreu no Quênia em outubro de 2024. Essas reuniões ministeriais servem como oportunidades cruciais para endossar as prioridades da Coalizão para o biênio (consultar o Quadro 2.1 para obter mais detalhes sobre a Reunião da Força-Tarefa Ministerial em 2024 e as prioridades da Coalizão).

Quadro 2.1

A Segunda Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar

A Segunda Reunião Ministerial foi organizada pelo governo queniano e ocorreu em Nairóbi, Quênia, em 29 de outubro de 2024.

Os participantes incluíram todos os 12 membros da Força-Tarefa e convidados especiais da Noruega, da Fundação Rockefeller, da Fundação Novo Nordisk, da Parceria Global para a Educação, do Banco Africano de Desenvolvimento e do Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Sua Excelência o Dr. William Samoei Ruto, Presidente da República do Quênia, fez o discurso principal, promovendo o compromisso do Quênia de ampliar a alimentação escolar para alcançar 10 milhões de crianças até 2030.

Durante a reunião, a Força-Tarefa aprovou seis prioridades estratégicas da Coalizão para a Alimentação Escolar no período de 2025–2026, conforme descrito na Declaração Final:¹¹

1. Tornar a alimentação escolar uma prioridade política e fiscal em todo o mundo e expandir o acesso ao financiamento sustentável: defender a alimentação escolar como um investimento de alto impacto no capital humano e no crescimento, identificar um conjunto de defensores influentes, envolver os ministros das finanças nessa discussão e envolver as instituições financeiras internacionais nos níveis mais altos para enfrentar os desafios de posicionar essa agenda como uma prioridade global. Ajudar os países a explorar opções para mobilizar financiamento interno e externo para expandir o espaço fiscal, preencher lacunas de financiamento e fazer a transição para a autossuficiência. Fortalecer a Iniciativa de Financiamento Sustentável para liderar essa prioridade e garantir uma colaboração robusta com a Aliança Global contra a Pobreza e a Fome.

2. Passar dos compromissos para a ação em nível nacional: incentivar os países a acelerar a escala e a qualidade de seus programas de alimentação escolar, conectando-os a parceiros adequados, fornecendo assistência e promovendo o envolvimento entre pares. Apoiar o lançamento da nova iniciativa da Coalizão de Alimentação Escolar para fornecer assistência técnica estratégica e orientada pela demanda a países de renda baixa e média-baixa para programas nacionais sustentáveis.

¹¹ [Leaders Statement Kenya TF Meeting 29 October 2024.29.10.24 final pub.pdf](https://leadersstatementkenyatfmeeting29october2024.29.10.24finalpub.pdf)

3. Fortalecer as evidências para uma melhor tomada de decisão e programas mais rentáveis: documentar as melhores práticas e a relação custo-benefício dos programas nacionais sustentáveis de alimentação escolar e informar as decisões políticas do governo por meio da Declaração de Pesquisa anual e da Apresentação de Evidências produzidas pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar.

4. Medir os resultados e relatar o progresso da Coalizão: apoiar o lançamento do relatório bienal sobre o *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, que resume o progresso global; relatar o novo indicador do ODS 4 sobre a cobertura da alimentação escolar e fortalecer os indicadores para medir o progresso da alimentação escolar em nível global por meio do novo banco de dados da Coalizão; e aumentar a disponibilidade e a acessibilidade de dados de alta qualidade sobre financiamento, programas nacionais de alimentação escolar, alimentação escolar em contextos urbanos e atividades complementares por meio da Iniciativa de Dados e Monitoramento.

5. Capacitar cidades e municípios para progredir: priorizar o apoio no nível subnacional, por meio da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, mobilizando um grupo de prefeitos/líderes subnacionais defensores para melhorar seus programas por meio de apoio direcionado, compartilhamento de experiências e advocacy.

6. Priorizar a participação de alto nível na próxima Reunião Global da Coalizão para a Alimentação Escolar no Brasil em 2025 e apoiar reuniões adicionais para promover advocacy: essas reuniões incluem a Presidência do G20 da África do Sul, a Presidência do G7 do Canadá, o 10º Dia Africano de Alimentação Escolar, o Segundo Momento de Levantamento de Sistemas Alimentares, a Cúpula de Nutrição para o Crescimento em Paris, a Cúpula de Desenvolvimento Social/Assembleia Geral das Nações Unidas, a COP 30 e as reuniões regionais da Coalizão para a Alimentação Escolar.

O Grupo de Trabalho: O Grupo de Trabalho da Coalizão para a Alimentação Escolar é o principal fórum totalmente inclusivo, que reúne todos os países-membros da Coalizão. O Grupo de Trabalho é copresidido pela Finlândia, França e Brasil e funciona como uma ampla plataforma para o compartilhamento de informações; disseminação de boas práticas e experiência nacionais; estabelecimento e mobilização de novas parcerias e alianças entre países e com outros parceiros; além do intercâmbio de conhecimentos e apoio institucional. Os membros da Coalizão se reúnem virtualmente a cada dois meses e, a cada dois anos, no nível ministerial, durante as Cúpulas Globais da Coalizão para a Alimentação Escolar. A primeira Cúpula Global foi organizada na França em 2023 (consultar o Quadro 2.2 para obter mais detalhes sobre a Cúpula Global de Paris). A segunda cúpula global ocorrerá no Brasil em 2025.

Quadro 2.2

Primeira Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar

A primeira Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar foi organizada pela França em outubro de 2023 em Paris, sob o alto patrocínio do Presidente da República Francesa.

A cúpula marcou a primeira convocação de todos os membros da Coalizão e representou uma oportunidade para destacar a mobilização e os compromissos dos governos em favor da alimentação escolar. Seu objetivo foi alinhar a ação global e definir coletivamente metas ambiciosas para os próximos anos.

Reunindo líderes políticos de alto nível de 66 países, quatro organismos regionais e 65 organizações parceiras, a cúpula representou um momento decisivo para a advocacy global da alimentação escolar. Entre os participantes de destaque, estava o presidente de Honduras.

O evento reafirmou a convicção compartilhada de que a alimentação escolar é um motor do progresso econômico, social e ambiental, apoiando metas em educação, segurança alimentar, nutrição, saúde, proteção social, igualdade de gênero, sistemas agroalimentares e ação climática.

Durante o evento, países, órgãos regionais e parceiros apresentaram seus esforços passados e futuros e a reunião contou com uma série de anúncios, compromissos e resultados, incluindo:

- O Brasil foi recebido como terceiro copresidente da Coalizão, ao lado da Finlândia e da França.
- Nove novos Estados-membros e parceiros foram integrados à Coalizão.
- Foi lançada a Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão.
- Mais de 100 OSCs, lideradas pela Plan International e pela World Vision International, emitiram um Apelo Conjunto das ONGs à Ação sobre Alimentação Escolar, solicitando financiamento adequado, padrões nutricionais robustos e responsabilidade independente.

A reunião também serviu como ponto de partida para a participação contínua da Coalizão para a Alimentação Escolar em 2024 e nos anos seguintes. O evento culminou em uma *[declaração final](#)*, assinada pelos três copresidentes da Coalizão: Brasil, Finlândia e França.

A próxima Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar, que será sediada pelo Brasil em setembro de 2025, aproveitará o impulso da Cúpula de 2023 e continuará a fomentar ações coletivas para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma alimentação saudável na escola.

Para obter mais informações sobre o evento, assistir às gravações e ler o relatório completo da cúpula, visite o site da Coalizão para a Alimentação Escolar: Primeira Cúpula Global de Alimentação Escolar (schoolmealscoalition.org)

O Grupo de Parceiros é presidido pelo WFP e engloba todas as organizações parceiras da Coalizão para a Alimentação Escolar. Semelhante ao Grupo de Trabalho, trata-se de um fórum amplo para o compartilhamento de informações, principalmente no nível técnico. O Grupo de Parceiros se reúne virtualmente a cada dois meses.

O secretariado é sediado pelo WFP por meio de uma capacidade ampliada no seu Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social, na sede do WFP em Roma. O secretariado atua como o órgão coordenação da Coalizão para a Alimentação Escolar, com orientação estratégica da força-tarefa. O secretariado ajuda a articular o funcionamento do ecossistema da Coalizão, incluindo o engajamento de novos membros; organização de reuniões e eventos periódicos; manutenção do engajamento, empoderamento e motivação das partes interessadas; e apoio à conexão entre iniciativas, evitando a duplicação de esforços.

As seguintes iniciativas foram estabelecidas para apoiar os governos com necessidades e desafios específicos relacionados aos seus compromissos (a Seção 2.3 abaixo fornece mais detalhes):

- O **Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar** é sediado pela London School of Hygiene and Tropical Medicine e coordena os esforços independentes e globais de redes acadêmicas, grupos de reflexão e centros de pesquisa. Ele gera evidências sobre o design, o custo, a implementação e o impacto dos programas de saúde e nutrição escolar; reforça os argumentos a favor do investimento nessa área; e oferece aos formuladores de políticas nos países da Coalizão orientações técnicas e programáticas sobre boas práticas em saúde e nutrição escolar.
- A **Iniciativa de Financiamento Sustentável** é organizada pelo Centro de Desenvolvimento da Educação e explora diferentes maneiras de apoiar os países na obtenção de fontes mais sustentáveis de financiamento para programas de alimentação escolar. Isso inclui aumentar o financiamento interno e a busca por formas mais eficazes e eficientes de utilização dos recursos de doadores.
- A **Iniciativa de Dados e Monitoramento**, sediada pelo WFP, coordena os esforços do país e dos parceiros para desenvolver e sustentar um banco de dados global sobre alimentação escolar, bem como indicadores aprimorados para acompanhar e monitorar as ações e conquistas da Coalizão.
- A **Iniciativa “Cidades que Alimentam o Futuro”** é organizada pelo Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão e compartilha boas práticas e conhecimentos de cidades de sucesso selecionadas em todo o mundo para ajudar outras cidades dos países da Coalizão a replicar esses modelos.

Figura 2.5

O ecossistema da Coalizão para a Alimentação Escolar: colaboração multisectorial do nível local ao global



Aviso legal: Esta visualização tem fins meramente ilustrativos e não abrange todos os aspectos da Coalizão para a Alimentação Escolar. A Coalizão está em rápida evolução, pelo que as informações apresentadas podem estar desatualizadas no momento da publicação.

A Coalizão para a Alimentação Escolar foi projetada para maximizar as maneiras pelas quais os países e parceiros interagem entre si; compartilham informações, recursos e capacidades; e, por meio dessas conexões, promover avanços em vários níveis. Em 2023 e 2024, mais de 5 mil pessoas participaram e ajudaram a moldar eventos virtuais e presenciais relacionados à Coalizão, que expandiram ainda mais as redes e comunidades de prática. Aproximadamente 110 governos e organismos regionais, e 116 parceiros foram mobilizados por meio de vários eventos, o que, por sua vez, contribui para moldar o discurso público e desenvolver consensos. A Figura 2.6 apresenta os principais eventos relacionados à Coalizão realizados nos últimos dois anos.

A Diretora Executiva do WFP, Cindy McCain, junta-se aos ministros e outros líderes da Coalizão para a Alimentação Escolar na 2ª Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão em Nairóbi, Quênia, 2024. WFP/Edwin Nyamasyo



Figura 2.6

Principais eventos da Coalizão para a Alimentação Escolar 2023–2024



Por meio dos esforços de advocacy dos membros e parceiros da Coalizão para a Alimentação Escolar, a alimentação escolar agora passou a ser reconhecida em importantes fóruns globais, como a COP 28, o G20, incluindo a Aliança Global contra a Pobreza e a Fome, iniciativa promovida pela Presidência do G20 do Brasil, o G7, o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e a Assembleia Geral da ONU. A Tabela 2.2 mostra as declarações e manifestações emitidas pela Coalizão para a Alimentação Escolar e seus membros, e também as discussões mais amplas que a Coalizão ajudou a influenciar.

Tabela 2.2

Declarações emitidas ou influenciadas pela Coalizão para a Alimentação Escolar em 2023–2024

2023	<u>Comunicado do 8º Dia Africano da Alimentação Escolar</u>
	<u>Capacitar o futuro: alimentação escolar baseada nas compras locais da ECOWAS para o desenvolvimento do capital humano e o crescimento econômico</u>
	<u>Comunicado dos Ministros da Agricultura do G7 Miyazaki (2023)</u>
	<u>Declaração de Paris – Primeira Reunião Global da Coalizão para a Alimentação Escolar</u>
	<u>Declaração dos Líderes do G20 em Nova Deli (2023)</u>
	<u>Declaração da COP 28 dos Emirados Árabes Unidos sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática (2023)</u>
2024	<u>Fórum Político de Alto Nível: Declaração Ministerial</u>
	<u>Declaração dos Países-Membros da Coalizão para a Alimentação Escolar: Décimo Fórum Regional sobre Alimentação Escolar na América Latina e Caribe 2024</u>
	<u>Comunicado da Reunião dos Ministros do Desenvolvimento do G7 em Pescara</u>
	<u>Encontro Global de Educação: Declaração de Fortaleza</u>
	<u>Declaração final da Reunião da Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar</u>
	<u>A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza: Conjunto de Políticas sobre Alimentação Escolar</u>
	<u>Comunicado U20 Rio/São Paulo</u>
	<u>Declaração dos Líderes do G20 no Rio de Janeiro</u>
	<u>Declaração final: Cúpula da Coalizão para a Alimentação Escolar do Sudeste Asiático</u>
	<u>III Seminário Internacional de Melhores Práticas em Alimentação Escolar na CPLP – Comunicado Final</u>

Para alcançar e engajar sua diversa comunidade internacional, a Coalizão para a Alimentação Escolar utiliza várias plataformas de comunicação para ajudar os países a se conectarem e aprenderem uns com os outros. O [site](#) da Coalizão, relançado em setembro de 2024, é um centro de dados globais, pesquisas e ações governamentais e atraiu mais de 24 mil visualizações em 183 países. A lista de e-mails da Coalizão inclui assinantes de todos os países-membros, parceiros e várias partes interessadas globais, regionais e locais. Essa lista de e-mails facilita a divulgação de um boletim informativo mensal, que já conta com 20 edições. Os destaques do trabalho realizado por países e parceiros são compartilhados por meio de canais de mídia social, que tiveram um aumento de 80% no número de seguidores em 2024.

Um dos desenvolvimentos significativos nos últimos anos foi a evolução da Coalizão em nível regional. O envolvimento com órgãos regionais e sub-regionais se fortaleceu, passando de dois para seis membros. Desde 2023, os organismos regionais organizaram e sediaram oito eventos regionais em quatro continentes, incluindo aproximadamente 80 países e quase 800 participantes. Esses eventos resultaram em quatro declarações ou manifestações regionais, que alimentaram as discussões globais (consultar a Tabela 2.3 para obter um resumo dos esforços regionais).

Os esforços regionais oferecem uma plataforma valiosa para que os países troquem boas práticas, aprendam com as experiências uns dos outros e promovam a cooperação. Ao conectar países com contextos geográficos, linguísticos ou econômicos semelhantes, esses eventos reforçam e ampliam o impacto dos compromissos nacionais, possibilitando ações mais coordenadas e eficazes.

Tabela 2.3

Resumo dos esforços regionais

Evento	Participantes, governos e parceiros	Principais resultados	Declaração/ Documento de divulgação
2024			
III Seminário Internacional de Boas Práticas em Alimentação Escolar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), São Tomé e Príncipe	43 participantes de oito países e quatro parceiros	Resultou na adesão da CPLP à Coalizão para a Alimentação Escolar e na criação de uma Rede da CPLP sobre Alimentação Escolar, Nutrição e Saúde como um espaço para o diálogo multilateral regular.	<u>III Seminário Internacional de Melhores Práticas em Alimentação Escolar na CPLP – Comunicado Final</u>
Cúpula da Coalizão para a Alimentação Escolar do Sudeste Asiático, Siem Reap, Camboja	134 participantes de sete governos e 39 organizações parceiras	Foram anunciados grandes compromissos financeiros, juntamente com esforços para desenvolver mecanismos de financiamento sustentáveis (como financiamento misto e financiamento climático) para apoiar a escalabilidade e a sustentabilidade a longo prazo. O Camboja comprometeu-se a integrar a alimentação escolar na estrutura da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), garantindo seu impacto a longo prazo como uma prioridade regional.	<u>Declaração final: Cúpula da Coalizão para a Alimentação Escolar do Sudeste Asiático</u>
Cúpula Europeia de Alimentação Escolar, Kiev, Ucrânia	88 participantes de 24 países e 14 parceiros	Posicionou a alimentação escolar como uma ferramenta para reduzir desigualdades sociais, construir sistemas alimentares sustentáveis e impulsionar o desenvolvimento do capital humano.	n/a
		Os participantes comprometeram-se a estabelecer estruturas baseadas em dados e mobilizar apoio técnico e financeiro nos níveis nacional e regional.	
		Seis municípios ucranianos (Kropyvnytskyi, Zhytomyr, Brovary, Zaporizhzhia, Sheptytskyi e Ivano-Frankivsk) aderiram ao Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão e à Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão para a Alimentação Escolar.	

X Fórum Regional sobre Alimentação Escolar na América Latina e Caribe, Cidade do México, México, 2024	131 participantes de 24 países e 31 parceiros	<p>Destacou políticas públicas abrangentes como fundamentais para programas sustentáveis de alimentação escolar.</p> <p>Consolidou o reconhecimento da região da alimentação escolar como um instrumento crucial para melhorar a nutrição e apoiar a resiliência climática e os sistemas alimentares sustentáveis.</p>	<u>Declaração dos Países-Membros da Coalizão para a Alimentação Escolar: Décimo Fórum Regional sobre Alimentação Escolar na América Latina e Caribe 2024</u>
Conferência de balanço da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) de 2024 sobre Alimentação escolar baseada nas compras locais, Dakar, Senegal	128 participantes de 21 governos e 25 parceiros	<p>As discussões se concentraram no financiamento de compromissos custeados com a alimentação escolar baseada em compras locais.</p> <p>Foi lançado o “Documento de análise do cenário de Alimentação Escolar baseada nas compras locais da ECOWAS”.</p>	n/a

2023

Conferência Técnica Regional da ECOWAS sobre Alimentação Escolar baseada em compras locais, Dakar, Senegal	Mais de 70 participantes de 14 países	<p>Foi lançada a rede regional da África Ocidental.</p> <p>Resultou na adesão da ECOWAS à Coalizão para a Alimentação Escolar.</p>	<u>Capacitar o futuro: alimentação escolar baseada nas compras locais da ECOWAS para o desenvolvimento do capital humano e o crescimento econômico</u>
O Poder das Abordagens Multissetoriais para o Desenvolvimento do Capital Humano, IX Fórum Regional da LAC, Brasília, Brasil	200 participantes de 25 países da América Latina e parceiros de instituições financeiras internacionais, organizações regionais, organizações de cooperação internacional, agências da ONU, academia e setor privado	<p>Foi lançado o relatório <i>O Estado da Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe 2022</i>.</p>	<u>Estado da Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe 2022</u>
Reunião da Rede Regional da Coalizão para a Alimentação Escolar da África Oriental, Kigali, Ruanda	39 participantes de nove países e oito parceiros	<p>Foi lançada a Rede da Coalizão para a Alimentação Escolar da África Oriental.</p>	n/a

2.3 A Coalizão para a Alimentação Escolar em ação: enfrentando os desafios por meio de iniciativas globais

A Coalizão para a Alimentação Escolar estabeleceu quatro iniciativas destinadas a apoiar países e parceiros com desafios ou necessidades específicas.

As iniciativas são redes de parceiros e ampliam o escopo, o alcance e o poder da Coalizão. Desde o lançamento da Coalizão em 2021, as iniciativas colaboraram com cerca de 48 governos e apoiaram intercâmbios entre aproximadamente 100 cidades.

Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar

Objetivos

O Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar, lançado em 2021 como a primeira iniciativa da Coalizão, foi estabelecido em resposta a um apelo dos Estados-membros para ter acesso a informações políticas baseadas em evidências sobre as abordagens mais eficazes para os programas nacionais de alimentação escolar. Para esse fim, os objetivos do Consórcio de Pesquisa são: (i) organizar e analisar evidências sobre os custos e a efetividade dos programas de alimentação escolar para a aprendizagem, cognição, resultados sociais e físicos, para esclarecer o caso de investimento; e (ii) transformar as evidências em políticas e ações que os tomadores de decisão e parlamentares possam usar para desenvolver ou fortalecer programas nacionais eficientes.

Como é o processo

O Consórcio de Pesquisa adota uma abordagem deliberadamente global para a coleta e disseminação de evidências, buscando garantir que a pesquisa seja desenvolvida por meio de um diálogo verdadeiramente internacional e seja relevante para diferentes contextos nacionais.

Para conseguir isso, o Consórcio de Pesquisa cocriou uma Academia Global de mais de 1.100 acadêmicos e profissionais de aproximadamente 330 organizações em 110 países. A pesquisa desses acadêmicos é produzida por meio de seis comunidades temáticas de prática – grupos de pesquisadores especializados em áreas distintas de saúde e nutrição escolar – estabelecidas para responder às lacunas de evidências identificadas pelos Estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar.

O Consórcio de Pesquisa também estabelece contato com os centros de conhecimento regionais e nacionais existentes para cocriar evidências e orientações contextualmente relevantes para os Estados-membros da Coalizão. Por exemplo: na África, por meio da Sociedade Africana de Nutrição e da Federação das Sociedades Africanas de Nutrição; na Ásia, por meio da rede ASEAN e da Sociedade Indiana de Nutrição; na Europa, por meio da Garantia Infantil da União Europeia; na América Latina, por meio da Rede de Alimentação Escolar Sustentável da RAES; e na América do Norte, por meio dos Institutos Nacionais de Saúde. Essa abordagem promove um intercâmbio bidirecional de conhecimento entre o Consórcio e suas partes interessadas, onde a experiência global informa a prática local e os dados das experiências locais moldam a agenda mais ampla de pesquisa e política.

O trabalho do Consórcio de Pesquisa é orientado por uma estratégia de pesquisa de dez anos projetada para apoiar o objetivo da Coalizão para a Alimentação Escolar de garantir que todas as crianças tenham acesso a uma refeição nutritiva na escola até 2030. É coordenado por um pequeno secretariado sediado na London School of Hygiene & Tropical Medicine. O secretariado desempenha um papel fundamental na coordenação de colaborações globais de pesquisa e na tradução de dados em orientações práticas para formuladores de políticas, profissionais e partes interessadas de diversos setores.

Áreas de foco da pesquisa

O Consórcio de Pesquisa criou seis comunidades de prática para orientar a pesquisa sobre evidências e políticas, com uma sétima área em desenvolvimento.

A Comunidade de Práticas de *Impacto e Evidência* realiza revisões sistemáticas da eficácia e custo-benefício dos programas de alimentação escolar, avaliando seu impacto em vários resultados, incluindo aprendizagem, crescimento físico e cognitivo e bem-estar psicossocial. Isso incluiu uma revisão¹² sistemática do Banco de Dados Cochrane sobre o impacto da alimentação escolar no bem-estar infantil, a primeira desse tipo em quase 20 anos.

A Comunidade de Práticas de *Análise e Métricas* realiza análises nacionais de custo-benefício dos programas de alimentação escolar dos Estados-membros da Coalizão, estimando os prováveis retornos sobre o investimento para os governos em quatro setores principais: saúde, educação, proteção social e agricultura.

¹² Mais informações sobre a revisão sistemática da Cochrane Database podem ser encontradas em <https://www.cochranelibrary.com/>

Estudos estão em andamento com 14 governos, incluindo oito na África Subsaariana. Na Nigéria, os resultados do estudo levaram o governo a se comprometer com a ampliação do programa nacional de alimentação escolar, passando de 10 para 20 milhões de crianças. Nas Filipinas, o estudo está servindo como base para reavaliar e redesenhar o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A Comunidade de Práticas de *Bons Exemplos* produz estudos de caso de programas nacionais, conduzidos por equipes locais de pesquisa e política usando um modelo padronizado. A Comunidade de Práticas de *Bons Exemplos* visa concluir estudos de caso para todos os 108 Estados-membros da Coalizão para documentar como eles estão organizados e identificar boas práticas. Atualmente, existem estudos de caso publicados ou em andamento em 55 países em todo o mundo. Os estudos de caso também são úteis para planejar programas em países individuais: por exemplo, na Ucrânia, um estudo de caso de *Bons Exemplos* ajudou a informar a estratégia desenvolvida pela equipe nacional de Reforma da Nutrição Escolar para alcançar crianças vulneráveis na Ucrânia durante o conflito.

A Comunidade de Práticas de *Nutrição* se envolve com redes regionais de especialistas em nutrição, incluindo a Sociedade Africana de Nutrição, a Federação das Sociedades Africanas de Nutrição, a Sociedade Indiana de Nutrição e a Sociedade de Nutrição do Reino Unido, para promover a compreensão da importância do investimento contínuo na nutrição infantil além dos “primeiros 1.000 dias” de vida, ao longo dos “próximos 7.000 dias” na infância e adolescência. Também está colaborando com parceiros como parte da Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão para identificar, pela primeira vez, um conjunto comum de indicadores nutricionais para crianças em idade escolar.

A Comunidade de Práticas de *Dietas Sustentáveis* impulsiona a inovação na alimentação escolar para melhorar a saúde planetária, trabalhando com o Quênia, Ruanda e Uganda para elaborar coletivamente percepções relevantes para políticas públicas. Isso incluiu a criação de uma caixa de ferramentas para auxiliar na criação de planos de custos para ajudar os países-membros da Coalizão a integrar cardápios ecológicos, reduzir o desperdício de alimentos, otimizar uma culinária limpa e eficiente em termos de energia e se envolver em uma educação alimentar significativa.

A Comunidade de Práticas de *Sistemas Alimentares* está trabalhando ativamente na avaliação de diferentes caminhos para a alimentação escolar transformar os sistemas alimentares, inclusive por meio da agrobiodiversidade, do empoderamento das mulheres e da promoção de culturas ricas em micronutrientes, ajudando Gana, Quênia, Nigéria, Ruanda e Senegal a transformar a agricultura local por meio de programas sustentáveis de alimentação escolar.

Uma sétima comunidade de práticas, liderada por parceiros no Brasil e com foco no uso da inteligência artificial para apoiar o design do programa, está em desenvolvimento.

Uma prioridade transversal em todas as áreas de pesquisa é a inclusão e o cultivo do talento de pesquisadores em início de carreira.

Conquistas desde a publicação do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022*

Desde o seu lançamento, o Consórcio de Pesquisa emergiu como um centro de pesquisa e diálogo sobre saúde escolar, publicando mais de 30 artigos em periódicos de renome; produzindo um artigo técnico pioneiro baseado em evidências sobre a relação entre alimentação escolar, sistemas alimentares e resiliência climática; desenvolvendo três Declarações Anuais de Pesquisa que destilam evidências para os Estados-membros da Coalizão; e contribuindo para publicações globais, como as Comissões *Lancet*, o Relatório de Monitoramento da Educação Global da UNESCO e as Prioridades de Controle de Doenças do Banco Mundial. Além de suas contribuições para a literatura, o Consórcio de Pesquisa também apoiou diretamente os países da Coalizão para a Alimentação Escolar com o objetivo de obter informações mais completas sobre os programas nacionais.

Estudos de caso nacionais foram publicados ou estão em andamento em 55 países, abrangendo todas as faixas de renda, e análises de custo-benefício foram publicadas ou estão em andamento em 14 países, oito dos quais se encontram na África Subsaariana.

Uma das principais responsabilidades do Consórcio de Pesquisa é garantir que os resultados da pesquisa sejam comunicados às partes interessadas em saúde e nutrição escolar. Até o momento, a Academia Global organizou mais de 40 eventos virtuais, atraindo mais de 4000 especialistas em mais de 100 países. Os membros do Consórcio de Pesquisa também foram convidados a falar em mais de 60 eventos nacionais, regionais e internacionais organizados por outros parceiros, incluindo governos e sindicatos políticos supranacionais, como a União Africana e a União Europeia. Todo mês de outubro, antes da Reunião Ministerial da Coalizão para a Alimentação Escolar, o Consórcio de Pesquisa realiza a Apresentação Anual, envolvendo um amplo público (incluindo formuladores de políticas, academia, agências de desenvolvimento e sociedade civil). A Apresentação Anual de 2024 atraiu um público de mais de 600 participantes de 75 países. Para ampliar o alcance junto aos públicos principais, o Consórcio de Pesquisa estabelece parcerias com o Centro Global de Alimentação Escolar da FAO, para promover publicações relevantes, e com a Rede Interparlamentar para a Educação, a fim de compartilhar pesquisas e orientações úteis com parlamentares.

No Nepal, um sistema de energia solar fornece energia para a preparação das refeições na escola. WFP/Biplob Rakhal





Uma professora numa sala de aula no Sri Lanka. World Vision/Elissa Webster

Iniciativa de Financiamento Sustentável

A Iniciativa de Financiamento Sustentável para Saúde e Nutrição Escolar da Coalizão para a Alimentação Escolar é liderada pela Iniciativa de Geração de Aprendizagem no Centro de Desenvolvimento Educacional.

Objetivos

Lançada oficialmente em 2022, a iniciativa tem como objetivo colaborar com governos e parceiros de desenvolvimento para apoiar os países na identificação de oportunidades de financiamento plurianual para programas de alimentação escolar, com foco especial em países de baixa renda e de renda média-baixa. Alcançar a cobertura universal dos programas de alimentação escolar nesses países geraria múltiplos benefícios para a educação, a saúde e o desenvolvimento humano. O objetivo da Iniciativa de Financiamento Sustentável é identificar os caminhos de financiamento para desbloquear esses benefícios. A iniciativa tem uma abordagem tripla para alcançar seus objetivos: sintetizar evidências para informar políticas e investimentos (ANALISAR); apoiar os países no desenvolvimento de estratégias de financiamento sustentáveis (AGIR); e tornar a alimentação escolar uma prioridade política e fiscal (AMPLIFICAR).

Sintetizar evidências para informar políticas e investimentos (ANALISAR)

Durante 2023–2024, a Iniciativa de Financiamento Sustentável aprofundou sua pesquisa sobre o financiamento da alimentação escolar e explorou as ligações com iniciativas mais amplas, como a reforma do sistema alimentar. Os resultados da pesquisa incluíram uma análise do financiamento de doadores para a alimentação escolar; notas técnicas sobre alívio da dívida, financiamento climático e tributação de hidrocarbonetos; e uma ampla análise de opções inovadoras de financiamento para a alimentação escolar. A análise destacou o papel potencial dos “impostos sobre produtos de alto risco à saúde” como bebidas açucaradas, alimentos ultraprocessados, álcool e tabaco no financiamento de dietas saudáveis para crianças atendidas pelos programas de alimentação escolar.

Com base em análises anteriores, a Iniciativa de Financiamento Sustentável liderou um amplo estudo que estimou os custos para acelerar o avanço rumo à cobertura universal da alimentação escolar, integrando uma perspectiva global com evidências concretas de programas implementados em nível nacional. Em todo o trabalho analítico, a Iniciativa de Financiamento Sustentável tem um forte foco na equidade e no financiamento para crianças que foram deixadas de fora e na colocação da alimentação escolar em estratégias mais amplas de reforma do sistema alimentar.

Essa pesquisa informa o desenvolvimento de estratégias nacionais e ajuda a situar a alimentação escolar na agenda mais ampla dos ODS. As publicações recentes da Iniciativa de Financiamento Sustentável incluem:

- Em julho de 2023, [School meal programmes: A missing link in food systems reform](#) (Sustainable Financing Initiative (SFI) for School Health and Nutrition, 2023) (em tradução livre, Programas de Alimentação Escolar: Um elo perdido na reforma dos sistemas alimentares) para influenciar o balanço da Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU de 2023 e posicionar a alimentação escolar como uma oportunidade única para melhorar os sistemas alimentares, a adaptação às mudanças climáticas e os resultados educacionais.
- Em maio de 2024, a [Análise Internacional de Doadores de Alimentação Escolar](#) destacou o subinvestimento em alimentação escolar por parte dos doadores e a necessidade de melhores dados e transparência nos sistemas de relatórios.
- Em outubro de 2024, com a ODI Global, [School Feeding and the Sustainable Development Goals: An agenda to combat child hunger, boost education, transform food system and strengthen equity](#) (Watkins et al., 2024) (em tradução livre, Alimentação Escolar e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Uma agenda para combater a fome infantil, promover a educação, transformar os sistemas alimentares e fortalecer a equidade), defendendo a expansão dos programas de alimentação escolar em países de renda baixa e de renda média-baixa, a Iniciativa de Financiamento Sustentável apresentou dois cenários com estimativas de custos associadas e opções de financiamento para os governos.
- Em dezembro de 2024, a Iniciativa de Financiamento Sustentável publicou um artigo sobre finanças inovadoras, com base em notas técnicas sobre trocas e alívio das dívidas, financiamento climático e destinação de impostos (Sustainable Financing Initiative for School Health and Nutrition, 2024a).

Apoiar os países no desenvolvimento de estratégias de financiamento sustentáveis (AGIR)

Usando os resultados da pesquisa, a Iniciativa de Financiamento Sustentável trabalha em nível nacional com membros do governo da Coalizão para a Alimentação Escolar, WFP, doadores, consultores locais e outras partes interessadas importantes comprometidas com a expansão dos programas nacionais de alimentação escolar e a transição para a propriedade do país e a sustentabilidade do financiamento doméstico. A “[Oferta de Serviços](#)” da Iniciativa de Financiamento Sustentável e a metodologia que a acompanha fornecem aos governos ferramentas práticas para desenvolver estratégias de financiamento sustentáveis para a alimentação escolar.

Uma nova plataforma online, atualmente em desenvolvimento, disponibilizará esses recursos como um bem público global.

A abordagem da Iniciativa de Financiamento Sustentável é trabalhar em colaboração com os governos para estimar os custos totais dos programas de alimentação escolar (e possíveis áreas de eficiência); desenvolver estratégias (com foco na equidade); alocar o financiamento existente; e identificar lacunas.

A iniciativa explora opções para fechar lacunas de financiamento de recursos internos, o financiamento de transição necessário e opções de doadores ou bancos multilaterais de desenvolvimento. Também pode explorar financiamento adicional do setor privado, financiamento filantrópico e recursos inexplorados, por exemplo, por meio de vínculos com a agricultura local e financiamento climático.

Desde que a Iniciativa de Financiamento Sustentável, em parceria com o WFP, forneceu apoio inicial à estratégia de financiamento a Ruanda em 2023, a demanda por apoio ao país aumentou rapidamente, com solicitações de governos, escritórios nacionais do WFP e organismos regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional. Em resposta, dez estratégias adicionais de financiamento de países estão atualmente em andamento ou em discussão, incluindo:

- **Serra Leoa:** a Iniciativa de Financiamento Sustentável está ajudando a expandir o Programa Integrado de Alimentação Escolar baseada em compras locais para a cobertura universal. Após uma estimativa de déficit de financiamento, a Iniciativa de Financiamento Sustentável apoiou o governo com uma análise de espaço fiscal, que identificou o financiamento disponível. Com base nisso, está sendo desenvolvida uma estratégia de financiamento, descrevendo os principais caminhos para financiar o programa de alimentação escolar, inclusive explorando uma melhor governança dos recursos nacionais para gerar receitas ou estabelecendo um fundo nacional de alimentação escolar.
- **Gana:** a Iniciativa de Financiamento Sustentável está ajudando a identificar o custo total da implementação da Estratégia de Alimentação Escolar da Gana, estimando as lacunas de desenvolvendo uma estratégia de financiamento. Para promover o diálogo intersetorial e fomentar o engajamento em torno do financiamento, foram estabelecidos um comitê técnico de trabalho e um comitê direutivo, composto pelo Ministério de Gênero, Crianças e Proteção Social; Ministério das Finanças; Ministério da Alimentação e Agricultura; Ministério da Educação; e Ministério do Governo Local e Descentralização.

Tornar a alimentação escolar uma prioridade política e fiscal (AMPLIFICAR)

Um dos principais objetivos de pesquisa da Iniciativa de Financiamento Sustentável é informar as políticas públicas e impulsionar mudanças destinadas a expandir o acesso a programas de alimentação escolar de alta qualidade. Isso envolve trabalhar com um comitê direutivo de alto nível composto por representantes de países e parceiros de desenvolvimento e o envolvimento com uma ampla gama de atores, incluindo governos nacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, agências da ONU, entre outros. A Iniciativa de Financiamento Sustentável contribui para os esforços de advocacy e comunicação por meio de mídias sociais, boletins informativos e eventos de alto nível.

O trabalho da Iniciativa de Financiamento Sustentável no âmbito do fluxo “AMPLIFICAR” se expandiu muito nos últimos dois anos, inclusive com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, estabelecida sob a Presidência do Brasil do G20, para posicionar a alimentação escolar como uma prioridade central. O envolvimento com o Banco Mundial levou a um compromisso de aumentar o financiamento para a alimentação escolar. Em novembro de 2024, a Iniciativa de Financiamento Sustentável fez parceria com a ODI Global para coorganizar um diálogo global com base no relatório conjunto School feeding and the Sustainable Development Goals: An agenda to combat child hunger, boost education, transform food systems and strengthen equity (em tradução livre, [Alimentação escolar e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Uma agenda para combater a fome infantil, impulsionar a educação, transformar os sistemas alimentares e fortalecer a equidade](#) (Watkins et al., 2024)). O evento reuniu formuladores de políticas e líderes de pensamento, incluindo o Banco Mundial, o Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares, Serra Leoa, entre outros, para explorar como a alimentação escolar pode servir como um ponto focal para a cooperação internacional e um catalisador para a transformação do sistema alimentar, vinculando as agendas de justiça alimentar e climática. A Iniciativa de Financiamento Sustentável também contribuiu com conhecimento técnico para o Projeto 17 Rooms da Brookings, no âmbito da Sala 2 e para o G20 de 2024 no Brasil, incluindo o [Sprint for School Meals de 2030](#) (em tradução livre, Corrida rumo à Alimentação Escolar 2030).

Iniciativa de Dados e Monitoramento

Objetivos

A Iniciativa de Dados e Monitoramento, liderada pelo WFP, foi lançada em resposta a um apelo dos Estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar para abordar a falta crítica de dados padronizados sobre saúde e nutrição escolar. Globalmente, os dados sobre crianças em idade escolar e programas nacionais de alimentação escolar permanecem fragmentados, coletados de forma inconsistente e mal alinhados entre os setores, prejudicando a capacidade dos governos de avaliar a cobertura, acompanhar o progresso ou elaborar políticas eficazes.

O objetivo central desta iniciativa é melhorar a disponibilidade, a acessibilidade e o uso de dados sobre programas nacionais de alimentação escolar, promovendo assim ações baseadas em evidências para crianças em idade escolar. Dados de alta qualidade permitem que as partes interessadas identifiquem lacunas, orientem a pesquisa, apoiem a formulação de políticas, acompanhem os resultados e melhorem a qualidade e a relação custo-benefício do programa.

Para alcançar esse objetivo, a Iniciativa de Dados e Monitoramento tem quatro objetivos principais:

- Definir e promover um conjunto básico de indicadores globais para a alimentação escolar, com metodologias e orientações claras, para apoiar a coleta e o uso padronizados de dados pelos governos em todo o mundo.
- Propor um novo indicador global no âmbito do ODS 4 para medir a cobertura da alimentação escolar, posicionando a alimentação escolar como um fator-chave para uma educação de qualidade.
- Desenvolver e manter um banco de dados global de alimentação escolar como um bem público confiável, garantindo que os dados sejam consistentemente armazenados, compartilhados e acessíveis às partes interessadas em todos os países e setores.
- Apoiar os governos nacionais na coleta, validação e comunicação de dados de alta qualidade sobre a alimentação escolar, reforçando a sua capacidade de conceber e implementar programas eficazes.

Com o tempo, a Iniciativa de Dados e Monitoramento visa servir como ponto de referência global para dados confiáveis, comparáveis e relevantes para as políticas sobre alimentação escolar.

Como é o processo

A Iniciativa de Dados e Monitoramento é coordenada pelo WFP e governada por um comitê diretivo multisectorial composto por especialistas de governos, agências da ONU, instituições acadêmicas e OSCs. Para alcançar seus objetivos, a iniciativa e seus parceiros colaboram por meio de dois grupos de trabalho técnicos:

- **O Grupo de Trabalho sobre Indicadores** reúne diferentes partes interessadas para definir um conjunto essencial de indicadores e acompanhar a alimentação escolar, assim como áreas correlatas, incluindo educação, saúde, nutrição, sistemas alimentares e água, saneamento e higiene (WASH). Isso inclui um conjunto dedicado de indicadores sobre a qualidade nutricional da alimentação escolar, abordando uma lacuna importante de evidências. O grupo também desenvolveu e submeteu uma proposta para a inclusão de uma meta e de um indicador de cobertura da alimentação escolar no âmbito da ODS 4 (Educação de Qualidade).
- **O Grupo de Trabalho de Banco de Dados** está desenvolvendo um repositório global para servir como um bem público confiável, garantindo que os dados sobre alimentação escolar e programas complementares sejam sistematicamente compilados, armazenados e disponibilizados às partes interessadas em todo o mundo. O banco de dados consolida dados de fontes-chave, incluindo as pesquisas do GCNF, os relatórios do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*, o Banco Mundial, a União Africana e a Coalizão para a Alimentação Escolar e continuará a expandir suas funcionalidades.

A Iniciativa de Dados e Monitoramento trabalha em estreita colaboração com uma série de iniciativas complementares dentro e fora do ecossistema da Coalizão para a Alimentação Escolar, como o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar, a Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro e a Iniciativa de Monitoramento de Dietas Saudáveis para garantir o alinhamento estratégico, promover sinergias e evitar duplicações.

Conquistas

Desde seu lançamento, a Iniciativa de Dados e Monitoramento estabeleceu-se como um ator-chave no ecossistema da Coalizão para a Alimentação Escolar, impulsionando uma arquitetura de dados global padronizada para a alimentação escolar. Ela convocou regularmente um grupo diversificado de especialistas técnicos de governos, agências da ONU, academia e sociedade civil e concluiu uma revisão abrangente de mais de 250 indicadores em 11 estruturas conceituais. Isso levou ao desenvolvimento de um conjunto de indicadores básicos para orientar o monitoramento nacional e os relatórios globais sobre a alimentação escolar, e a iniciativa está atualmente incorporando indicadores sobre tópicos complementares, incluindo educação, saúde, nutrição, sistemas alimentares e água, saneamento e higiene (WASH).

Um marco importante foi o desenvolvimento de um indicador global de cobertura da alimentação escolar no âmbito do ODS 4 (Educação de Qualidade). Em resposta à Declaração dos Líderes de 2022 da Coalizão para a Alimentação Escolar, a Iniciativa de Dados e Monitoramento liderou um processo colaborativo e multissetorial para projetar uma metodologia rigorosa. A proposta foi formalmente enviada e apresentada à Comissão de Dados e Estatísticas da Educação da UNESCO e ganhou apoio significativo entre os Estados-membros. Sua adoção representará um reconhecimento histórico da alimentação escolar como uma agenda política nacional (consultar o Capítulo 1, Quadro 1.1 para mais informações).

Em julho de 2024, a Iniciativa de Dados e Monitoramento lançou a primeira versão do Banco de Dados Global sobre Alimentação Escolar,¹³ apresentado durante um webinar conjunto com o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar, com a participação de 117 participantes de mais de 40 países. O banco de dados integra dados de várias fontes globais e é continuamente atualizado e refinado de acordo com os principais indicadores aprovados. Em colaboração com a Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, a Iniciativa de Dados e Monitoramento está integrando dados de cidades e municípios ao banco de dados, reconhecendo o papel central dos governos locais na implementação de programas de alimentação escolar e aprimorando a granularidade dos dados de alimentação escolar.

Um segundo fluxo de trabalho em parceria com o Consórcio de Pesquisa se concentra em fornecer aos usuários, acesso às publicações e evidências mais recentes e relevantes sobre alimentação escolar e intervenções complementares.

¹³ <https://www.schoolmealscoalitiondatabase.wfp.org/>

A Iniciativa de Dados e Monitoramento também iniciou discussões com parceiros sobre como fornecer apoio técnico aos governos na integração do conjunto de indicadores principais nos sistemas nacionais de monitoramento. Este trabalho visa oferecer orientação sobre a seleção de indicadores e o alinhamento com os sistemas de dados existentes, fortalecendo a apropriação do país, promovendo a colaboração e aprimorando os mecanismos de relatório de dados nacionais sobre alimentação escolar.

A Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro

Objetivos

A Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, liderada pelo [*Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão*](#) (secretariado), foi lançada em outubro de 2023 com o objetivo de melhorar os programas de alimentação escolar por meio do fortalecimento das relações entre governos locais e nacionais. A iniciativa visa conectar as políticas municipais sobre programas de alimentação escolar com os objetivos dos governos nacionais e as agendas regionais e globais.

Adota uma abordagem multidisciplinar, reconhecendo os impactos na saúde, no meio ambiente e na sociedade dos programas de alimentação escolar e sua dependência das áreas locais onde as escolas operam. A Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro tem três objetivos principais:

- capacitar o papel das cidades na implementação da alimentação escolar;
- facilitar o compartilhamento de conhecimento entre cidades e atores globais; e
- apoiar os processos de tomada de decisão no nível local.

Como é o processo

As cidades são centrais na implementação e gestão de programas de alimentação escolar que realmente atendam às necessidades locais, pois podem facilitar o retorno da comunidade e transformar as demandas dos moradores em ações concretas.

O Pacto de Milão trabalha com mais de 300 cidades, representando cerca de 500 milhões de habitantes, tornando-se a maior rede de cidades com foco em sistemas alimentares urbanos em todo o mundo. O Pacto de Milão é apoiado por parceiros que vão desde organizações internacionais a universidades, centros de pesquisa e organizações não governamentais (ONGs). Dentro do Pacto de Milão, mais de 65% das cidades fornecem alimentação escolar, tornando-se um tópico muito relevante para compartilhar as melhores práticas e trocar conhecimentos.

Os objetivos da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro são promovidos por meio de três áreas principais de atuação e suas respectivas atividades:

I. Advocacy: isso inclui trabalhar com prefeitos líderes, que dão exemplo na formulação de programas eficazes de alimentação escolar e organizar diálogos nacionais e regionais para influenciar governos e parceiros.

Exemplos excepcionais dos prefeitos líderes do Pacto de Milão que desempenharam um papel de liderança nos programas de alimentação escolar são:

- *Chadchart Sittipunt, governador de Bangkok*, que estabeleceu uma política de cantina escolar para oferecer café da manhã e almoço gratuitos para crianças em 437 escolas da cidade. A cidade também deu uma forte contribuição na apresentação das boas práticas de alimentação escolar na região. Por esse motivo, em 2024, a cidade sediou o 2º *Fórum Regional do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão na Ásia-Pacífico*, intitulado “*Nutrir cidades em crescimento: melhorar a alimentação escolar e apoiar as comunidades locais*”.
- *Adanech Abiebie, prefeito de Adis Abeba*, que iniciou um programa de alimentação escolar na cidade, que agora opera em 255 instituições, beneficiando 801 mil alunos. Esse compromisso resultou na cidade sediar o 6º *Fórum Regional do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão na África* em 2024, inteiramente dedicado à alimentação escolar. O fórum proporcionou uma plataforma para o diálogo, a colaboração e o intercâmbio de conhecimentos entre as cidades africanas.
- *Sakaja Arthur Johnson, governador de Nairóbi*, que projetou um programa de alimentação escolar sustentável para todas as escolas primárias públicas e alunos de desenvolvimento da primeira infância para garantir o acesso a uma refeição nutritiva e de alta qualidade.
- *Giuseppe Sala, Prefeito de Milão*, que demonstrou uma dedicação única à melhoria da alimentação escolar na cidade, garantindo refeições adequadas e sustentáveis a 83 mil crianças. Ele também se envolveu ativamente em importantes eventos internacionais sobre o assunto, incluindo a 58ª Reunião Anual do Banco Asiático de Desenvolvimento, onde destacou o papel fundamental de investir em programas de alimentação escolar para promover metas de desenvolvimento compartilhadas.

II. Compartilhamento das boas práticas: coleta de dados para complementar o banco de dados da Coalizão para a Alimentação Escolar, a fim de reunir as melhores práticas e necessidades específicas de aprendizagem sobre programas de alimentação escolar das cidades signatárias do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão. As boas práticas são disseminadas por meio da realização de workshops técnicos para cidades e especialistas globais (consultar a seção 1.8 no Capítulo 1).

III. Pesquisa: avançar na pesquisa é essencial para o sucesso. A Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro realiza estudos de viabilidade para projetar em conjunto programas de alimentação escolar bem-sucedidos usando uma abordagem participativa. Também oferece apoio técnico para ajudar as cidades a criar a infraestrutura necessária e fortalecer seus programas de alimentação escolar (consultar o Capítulo 3 sobre como a iniciativa impulsiona a pesquisa com as cidades).

Desde seu lançamento, a Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, juntamente com os principais parceiros, criou várias oportunidades em todo o mundo para as cidades se envolverem e aprenderem umas com as outras. Entre outros esforços, a iniciativa mobilizou mais de 200 representantes de mais de 30 cidades durante os eventos do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão e fóruns regionais (consultar a Tabela 2.4 para conferir exemplos de eventos organizados pela iniciativa).

Especificamente, desde 2023, a própria cidade de Milão recebeu 55 delegações municipais para trocar boas práticas sobre programas de alimentação escolar. As visitas de estudo incluíram viagens de campo, oficinas e seminários, fornecendo informações abrangentes sobre o sistema de alimentação escolar de Milão. Cada visita de estudo cobriu um conjunto de interesses específicos do contexto das cidades, o que garantiu um programa de aprendizagem direcionado. Recentemente, um subconjunto das delegações municipais hospedadas foi apoiado no desenvolvimento de estudos de viabilidade estruturados, com orientação técnica sobre a implementação de programas de alimentação escolar. O estudo de caso 3 traz uma análise aprofundada das inovações defendidas pela cidade de Milão.

Tabela 2.4

Eventos organizados pela Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão para a Alimentação Escolar

Evento	Participantes, governos e parceiros	Declaração/ Documento de divulgação
<p>“O Poder da Compra Pública de Alimentos para a Alimentação Escolar”, Copenhague</p>	<p>Cerca de 100 participantes de várias cidades e organizações parceiras</p>	<p><u>Report_The-power-of-public-food-procurement_light.pdf</u></p>
<p>6º Fórum Regional do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão para a África “Programas de Alimentação Escolar para Cidades Africanas Mais Saudáveis e Sustentáveis”, Adis Abeba</p>	<p>Cerca de 50 participantes de 14 cidades e várias organizações parceiras</p>	<p><u>REPORT-MUFPP-Regional-Forum-Addis-Ababa.pdf</u> <u>ENG_Summary-of-Agreement-and-Ways-Forward-3.pdf</u></p>
<p>2º Fórum Regional do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão na Ásia-Pacífico, Bangkok “Nutrir Cidades em Crescimento: Melhorar a Alimentação Escolar e Apoiar as Comunidades Locais”</p>	<p>Cerca de 70 participantes de 17 cidades e várias organizações parceiras</p>	<p><u>2nd-MUFPP-Asia-Pacific-Regional-Forum_Report_Final.pdf</u></p>
<p>Escola de Verão “Disseminação de Experiências e Conhecimentos sobre Programas de Alimentação Escolar nas Cidades da ASEAN”, Bandung</p>	<p>Reuniu 80 participantes de 30 cidades em 8 Estados-membros da ASEAN</p>	<p><u>Relatório da Escola de Verão de Alimentação Escolar nas Cidades da ASEAN</u></p>

Estudo de caso 3

Como Milão vem liderando o caminho da inovação da alimentação escolar

Milão oferece um estudo de caso valioso na evolução dos programas de alimentação escolar em todo o mundo. Iniciado por uma Resolução do Conselho Municipal em dezembro de 1900, o programa de alimentação escolar de Milão tornou-se um dos principais impulsionadores para alcançar os ambiciosos objetivos da Política Alimentar de Milão. O serviço é gerido pela agência municipal de cantinas escolares, a Milano Ristorazione, criada para fornecer às crianças refeições “saudáveis, boas, educativas e justas”. A Milano Ristorazione gerencia toda a cadeia de alimentação escolar, projetando cardápios sazonais em colaboração com especialistas em nutrição e supervisionando o fornecimento de matérias-primas, priorizando a qualidade, a sustentabilidade e a rastreabilidade da cadeia de suprimentos. A agência produz 83 mil refeições diárias, graças a 24 centros de cozinha e mais de 80 cozinhas internas.

Cada faixa etária tem uma estrutura de cardápio dedicada com base no Nível de Ingestão Nutricional recomendado para a população italiana. Dois cardápios sazonais distintos de quatro semanas são preparados para os períodos de verão e inverno. Uma refeição típica é geralmente composta por um primeiro prato, um segundo prato, um acompanhamento, pão e frutas. Os métodos de cozimento são selecionados para garantir que a refeição seja saborosa e nutritiva, incentivando o cozimento a vapor no forno e excluindo pratos fritos. A combinação de diferentes cores nas receitas, a adoção de ingredientes locais e sazonais, a introdução de receitas ligadas à cultura gastronômica milanesa e a rotatividade de uma variedade de ingredientes são particularmente incentivadas. Para atender às necessidades de crianças com condições de saúde específicas relacionadas à alimentação ou que têm dietas específicas por razões éticas/religiosas, um grande conjunto de cardápios especiais também foi incluído. Milão promoveu uma transição proteica significativa, incluindo uma ampla redução de alimentos de origem animal e um aumento de leguminosas e opções orgânicas. Em 2015, Milão aderiu à iniciativa Cool Food Pledge para monitorar o impacto dos cardápios, levando a uma redução de 36% nas emissões de gases de efeito estufa relacionadas a alimentos em 2024.

A Milano Ristorazione usa as compras públicas como uma ferramenta fundamental para influenciar e orientar os fornecedores em relação a práticas mais sustentáveis e inclusivas. Ela adotou um sistema de seleção de

fornecedores no qual os critérios de aquisição vão além do preço, colocando forte ênfase nos padrões técnicos e de qualidade. Como consequência, 26 produtos alimentícios são adquiridos em um raio de 70 km da cidade.

Por fim, a cidade trabalhou extensivamente no desenvolvimento de materiais educacionais para crianças e famílias, a fim de melhorar a conscientização sobre o consumo de alimentos e reconectá-los à produção de alimentos. Por exemplo, famílias e crianças recebem regularmente folhetos de cardápios acompanhados de informações sobre os métodos de cozimento usados, a sazonalidade dos ingredientes e o impacto ambiental geral de cada refeição diária. Uma proposta de cardápio de jantar, complementar ao cardápio de almoço escolar, também é oferecida às famílias. O envolvimento dos pais e professores é apoiado por meio da criação de Comitês de Alimentação Escolar para melhorar o ambiente alimentar dos alunos.



Legumes picados em uma travessa durante um treinamento de culinária no Senegal.
WFP/Arete/Jean-Baptiste Joire

2.4 A Coalizão para a Alimentação Escolar em ação: parceiros que impulsionam o progresso

A Coalizão para a Alimentação Escolar reúne mais de 140 parceiros da sociedade civil, do meio acadêmico, de grupos de reflexão, fundações, agências da ONU e instituições financeiras internacionais. O apoio dos parceiros aos governos varia de pesquisa e construção de evidências a advocacy, assistência técnica e implementação, e está transformando o cenário global da alimentação escolar.

A importância do trabalho dos parceiros também é destacada nos compromissos nacionais dos países, muitos dos quais fazem referência explícita a como trabalharão com as iniciativas e parceiros globais da Coalizão para aprimorar seus esforços.

Esta seção destaca como vários parceiros estão se envolvendo uns com os outros, assim como com os governos e a Coalizão para a Alimentação Escolar.

Organizações da sociedade civil: amplificando vozes, melhorando a alimentação escolar em todo o mundo

As organizações da sociedade civil (OSCs), incluindo ONGs nacionais e internacionais, instituições acadêmicas e de pesquisa, grupos comunitários e fundações, são parceiras essenciais na Coalizão para a Alimentação Escolar, fortalecendo os programas de alimentação escolar liderados pelo governo por meio de advocacy, apoio técnico e implementação. Ao aproveitar seus conhecimentos, promover a colaboração e mobilizar recursos, as OSCs aprimoram os programas nacionais de alimentação escolar. Suas contribuições abrangem os níveis nacional, regional e global, permitindo intercâmbios e redes de melhores práticas que ajudam a escalar programas sustentáveis. Mais de 80 OSCs são atualmente parceiras da Coalizão para a Alimentação Escolar, em comparação com cerca de 30 no início da Coalizão em 2021.



Na Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar de 2023 em Paris, mais de 100 OSCs emitiram um Apelo Conjunto à Ação, coordenado pela World Vision International, pela Plan International e pela Rede Parlamentar Internacional para a Educação. O apelo à ação instou os governos a honrar seus compromissos e os doadores a aumentar os investimentos em alimentação escolar, particularmente em países de baixa renda e afetados por conflitos. A advocacy ganhou força em fóruns globais, como a COP 28, o G20 e o Fórum Político de Alto Nível da ONU.

A World Vision International tem sido fundamental na coordenação dos esforços das OSCs dentro da Coalizão para a Alimentação Escolar. Como força motriz por trás do apelo à ação, a World Vision Internacional mobiliza as OSCs, alinhando as intervenções com os processos globais e as reuniões ministeriais, garantindo que a alimentação escolar permaneça central nas discussões globais.

As OSCs impulsionaram os esforços em nível nacional e regional, promovendo a colaboração entre vários países e o diálogo intersetorial, além de trazer perspectivas locais para a mesa (comunidades e escolas) por meio de eventos regionais e vários processos, incluindo:

- **África:** em uma reunião da ECOWAS de 2024 no Senegal, as OSCs orientaram as discussões sobre modelos de alimentação escolar baseados em compras locais, influenciando os compromissos de sete governos. No Quênia, a World Vision Internacional reuniu mais de 40 organizações para compartilhar experiências e integrar seus esforços para apoiar os governos em programas, operações, advocacy e comunicação em toda a região.
- **Ásia:** OSCs se reuniram com líderes governamentais de países do Sudeste Asiático, China, Japão e República da Coreia, em uma cúpula regional especial, para colaborar na identificação de prioridades políticas coerentes e integradas entre setores - fundamentais para o sucesso da implementação e da adaptação local dos programas de alimentação escolar.
- **América Latina e Caribe:** em uma reunião regional no México, as OSCs envolveram 26 países em alimentação escolar sustentável, integração de agricultores locais e resiliência climática.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2024, OSCs como a World Vision International, BRAC, Hungry for Action, ODS 2 Action Hub e Ação da Cidadania, fizeram parceria com o WFP e a Presidência do G20, Brasil, para destacar o papel transformador da alimentação escolar em países de baixa renda e afetados por conflitos.

Por meio de seu trabalho, as OSCs posicionam os programas de alimentação escolar como soluções para desafios como inclusão de gênero, desenvolvimento econômico, proteção social e segurança alimentar. Ao abordar as lacunas e fornecer conhecimentos, eles garantem que esses programas sejam sustentáveis, resilientes e impactantes, melhorando vidas e fortalecendo as comunidades.

Quadro 2.3

OSCs – Food 4 Education impulsionando a inovação e a implementação

No Quênia, a Food 4 Education (em tradução livre, Alimentação pela Educação) está transformando a nutrição escolar por meio de uma abordagem de base, garantindo que nenhuma criança passe fome na escola. Começando em 2012 com uma única cozinha que atendia 25 alunos, em 2024, a organização forneceu refeições nutritivas para mais de 450 mil crianças em 1.263 escolas.

Mas seu impacto se estende além da oferta de refeições. A Food 4 Education (em tradução livre, Alimentação pela Educação) está construindo um modelo escalável para programas de alimentação escolar em toda a África:

- Elaborar um plano replicável para programas de alimentação escolar.
- Operar em escala para refinar e demonstrar o sucesso do modelo.
- Apoiar os governos na adaptação e implementação da abordagem em seus próprios contextos.

As operações da Food 4 Education (em tradução livre, Alimentação pela Educação) são impulsionadas por dados e tecnologia, incluindo o inovador sistema Tap2Eat - pulseiras com tecnologia integrada, conectadas a carteiras digitais. Este sistema simplifica os pagamentos dos pais, acompanha a entrega de refeições e reduz o desperdício de alimentos. A organização também prioriza o fornecimento local: 80% dos ingredientes vêm da região onde a cozinha está localizada e 100% das commodities são cultivadas no Quênia, impulsionando as economias locais e promovendo a agricultura sustentável.

A Food 4 Education (em tradução livre, Alimentação pela Educação) trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais, como exemplifica sua parceria em 2023 com o governador de Nairóbi para implementar um programa de alimentação escolar em todo o condado.

A visão da organização para 2027 é ambiciosa: alcançar 1 milhão de crianças no Quênia e apoiar pelo menos dois governos africanos adicionais para replicar o modelo, impactando, em última análise, mais 2 milhões de crianças em todo o continente.

O trabalho da Food 4 Education (em tradução livre, Alimentação pela Educação) combina inovação, envolvimento da comunidade e colaboração do setor público, ilustrando o papel fundamental das OSCs na condução de soluções sustentáveis para a alimentação escolar.

Quadro 2.4

Advocacy em ação – O caminho liderado pela CSO para o Programa de Alimentação Escolar do Canadá

Após décadas de advocacy e construção de coalizões, e graças aos esforços incansáveis da Coalizão para uma Alimentação Escolar Saudável e seus parceiros, o Governo do Canadá tomou a decisão histórica de financiar um Programa Nacional de Alimentação Escolar e publicou sua Política Nacional de Alimentação Escolar em 2024. Fundada em 2014, a Coalizão para uma Alimentação Escolar Saudável, que representa organizações em todas as províncias e territórios do país, uniu centenas de grupos, incluindo ONGs de alimentação escolar, acadêmicos, conselhos escolares, municípios e agências de saúde em torno de [*oito princípios orientadores compartilhados*](#) (Coalition for Healthy School Food, 2018; Hernandez et al., 2018)

Por meio da campanha #NourishKidsNow, os membros da Coalizão para uma Alimentação Escolar Saudável envolveram os formuladores de políticas, particularmente reunindo apoio público depois que o programa foi listado como um compromisso não financiado no Orçamento Federal de 2019. Um momento de destaque da campanha foi a corrida de 200 voltas de um professor no gramado do Parlamento em 2023, simbolizando a promessa ¹⁴ de financiamento anual de 144 milhões de dólares feita em 2021.

A colaboração com pesquisadores foi fundamental para o sucesso do movimento. Patrocinado pela Arrell Family Foundation, o relatório da Dra. Amberley T. Ruetz, [*The Economic Rationale for Investing in School Meal Programs for Canada: multi-sectoral impacts from comparable high-income countries*](#) (tradução livre, A justificativa econômica para investir em programas de alimentação escolar no Canadá: impactos multisectoriais de países de alta

¹⁴ Taxa de câmbio no momento da publicação 1 dólar canadense = 0,72 dólares americanos.

renda comparáveis), apresentou evidências convincentes dos benefícios do programa, incluindo um retorno de 2,5 a 7 vezes o investimento em saúde humana e benefícios econômicos em países de renda alta comparáveis.

As principais evidências que o Governo do Canadá considerou mais persuasivas foram as seções que detalham a economia dos custos para as famílias; a alimentação escolar que aumenta os ganhos futuros dos alunos; o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no setor agroalimentar; e o impacto do aumento da participação das mães no mercado de trabalho. Um rascunho do relatório foi estrategicamente compartilhado com formuladores de políticas e colegas pesquisadores antes de ser finalizado para identificar lacunas enquanto os departamentos governamentais planejavam suas propostas de orçamento federal. Essa abordagem iterativa garantiu que o relatório fosse adaptado para responder às perguntas dos formuladores de políticas e estivesse melhor posicionado para defender o investimento em alimentação escolar.

Em 2024, o governo comprometeu 720 milhões de dólares ao longo de cinco anos para expandir o acesso à alimentação escolar a mais 400 mil crianças anualmente - um passo histórico para garantir que todas as crianças tenham acesso a alimentos saudáveis na escola.

A colaboração com pesquisadores, a liderança da OSC, o compartilhamento estratégico de evidências e a advocacy sustentada foram fatores determinantes para esse avanço histórico, destacando o poder da ação coletiva para nutrir as crianças do Canadá.

Agências da ONU – parceria para saúde, nutrição e aprendizagem

Líderes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do WFP e da Organização Mundial da Saúde (OMS) aderiram à Coalizão para a Alimentação Escolar no seu lançamento. Em uma declaração conjunta, eles se comprometeram a unir esforços para apoiar os governos na definição de prioridades, no estabelecimento de compromissos e na implementação dos planos. Essas agências fornecem apoio operacional, aconselhamento político e orientação técnica à Coalizão. Além disso, pressionam por uma melhor coleta e análise de dados, maior investimento e serviços de maior qualidade para apoiar o desenvolvimento saudável e a educação das crianças.

A parceria “Intensificar a saúde e a nutrição escolar eficazes” – liderada pela UNESCO e incluindo a Parceria Global para a Educação, o Secretariado de Nutrição da ONU, o Grupo Banco Mundial e o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar – trabalha para ampliar políticas e programas eficazes e integrados. Ao reunir especialistas de diferentes setores, esse grupo ajuda os países a desenvolver abordagens práticas e integradas que conectam educação, saúde e nutrição.

Com base nos compromissos da Cúpula de Transformação da Educação de 2022 e no relatório de status global de 2023, *Ready to learn and thrive: School health and nutrition around the world* (UNESCO et al., 2023) (em tradução livre, Prontos para aprender e prosperar: saúde e nutrição escolar em todo o mundo), o grupo interinstitucional continua a defender a saúde, a nutrição e o bem-estar como parte integrante de uma educação de qualidade. Um marco importante foi o Encontro Global de Educação de 2024 em Fortaleza, Brasil – o primeiro a destacar abordagens intersetoriais para a educação transformadora com foco no bem-estar dos alunos.

Em 2024, uma colaboração entre o UNICEF e o WFP na África Oriental e Meridional resultou em três estudos de caso nacionais (Malawi, Sudão do Sul e Zimbábue) que demonstram a colaboração em ação para crianças e adolescentes em idade escolar. O UNICEF e o WFP estão trabalhando em conjunto com os governos desses países para fornecer alimentação escolar, serviços de nutrição, água potável e saneamento, criando ambientes de aprendizagem mais saudáveis para milhares de crianças (UNICEF & WFP, 2025).

Para preencher a lacuna entre as ambições nacionais e a implementação prática, a UNESCO e seus parceiros estão desenvolvendo ferramentas para ajudar os países a integrar a saúde e o bem-estar em seus planos do setor educacional. Uma nota informativa para os formuladores de políticas descreve por que isso é essencial e como os governos podem fazer uso desses recursos. Um próximo manual fornecerá orientações práticas sobre análise setorial, revisões conjuntas, concepção, implementação, custeio, orçamento e monitoramento de programas.

Em 2025, a FAO e o WFP apresentaram um pacote de metodologia e orientação para projetar, implementar e monitorar diretrizes e padrões nutricionais baseados em dados e específicos do contexto para programas de alimentação escolar. A metodologia já foi usada para desenvolver diretrizes no Camboja e em Gana (para mais informações sobre testes no âmbito da alimentação escolar nutricionalmente ideal no Camboja, consultar o Quadro 3.2).



Na Somália, uma menina aprecia o seu almoço escolar. WFP/Mahad Said

Instituições financeiras internacionais – impulsionando investimentos em saúde e nutrição escolar

Na Segunda Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar, realizada em outubro de 2024, em Nairóbi, Quênia, os membros da força-tarefa, juntamente com convidados especiais, como o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Islâmico de Desenvolvimento, enfatizaram a importância de esforços coordenados e investimentos sustentáveis para elevar a alimentação escolar como uma prioridade global, fiscal e política. As instituições financeiras internacionais são parceiras essenciais na expansão e sustentação de programas de alimentação escolar, abordando os desafios financeiros e operacionais frequentemente enfrentados pelos governos. Embora as instituições financeiras internacionais tenham demonstrado um interesse crescente em apoiar a alimentação escolar, são necessários mais esforços para melhorar a coordenação e otimizar os recursos financeiros disponíveis para os governos. Várias instituições financeiras internacionais lançaram iniciativas que contribuem para o financiamento da alimentação escolar, mas ainda há um potencial significativo para investimentos mais estratégicos, em larga escala e sustentados.

Entre as instituições financeiras internacionais que têm contribuído de forma concreta, o Banco Africano de Desenvolvimento e a Children's Investment Fund Foundation firmaram recentemente uma parceria para criar o Fundo pelo Fim da Fome na Idade Escolar, com um compromisso inicial de 50 milhões de dólares por parte da Children's Investment Fund Foundation. Esta iniciativa visa fornecer uma combinação de subsídios e empréstimos concessionais para apoiar pilotos em dez países africanos iniciais a expandir seus programas de alimentação escolar para alcançar 10 milhões de crianças vulneráveis, apoiando os governos em sua visão de longo prazo de alcançar a cobertura universal de alimentação escolar até 2030. Espera-se que o fundo catalise mais financiamento e impulsionne uma abordagem de investimento mais estruturada na África.

O Banco Islâmico de Desenvolvimento e o WFP estão promovendo o financiamento da alimentação escolar por meio da iniciativa “Iniciativa Nutritiva para o Desenvolvimento do Capital Humano”. Esta iniciativa visa aumentar o apoio financeiro aos programas de nutrição e alimentação escolar nos países-membros da Organização de Cooperação Islâmica. No âmbito da Iniciativa de Desenvolvimento de Capital Humano, o WFP se comprometeu a arrecadar 5 milhões de dólares por ano em subsídios, enquanto o Banco Islâmico de Desenvolvimento complementará esses esforços com financiamento concessionário e não concessionário até três vezes esse valor para expandir as atividades de nutrição e a cobertura da alimentação escolar. A iniciativa está

alinhada com objetivos de desenvolvimento mais amplos para melhorar a nutrição, os resultados educacionais e promover o crescimento do capital humano a longo prazo.

As instituições financeiras internacionais também estão apoiando programas de alimentação escolar com compras locais, que enfatizam as compras locais para aumentar a resiliência econômica e os sistemas alimentares sustentáveis. Esse foco se reflete nas discussões nacionais e regionais. Por exemplo, na África Ocidental, a ECOWAS, juntamente com o Banco Africano de Desenvolvimento, facilitou os compromissos de sete governos para expandir e aprimorar os programas de alimentação escolar baseados em compras locais e enfatizou a importância do desenvolvimento robusto de políticas, financiamento sustentável e maior colaboração dentro dos setores governamentais e parceiros para fortalecer o impacto geral e a sustentabilidade das iniciativas de alimentação escolar baseada em compras locais. O Roteiro de Evolução 2023 do Banco Mundial, seu Programa de Desafio Global para a Segurança Alimentar e Nutricional e os compromissos assumidos no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza sublinham o potencial da alimentação escolar baseada em compras locais no avanço da segurança alimentar e da proteção social por meio de abordagens multisectoriais. A colaboração com parceiros-chave, como o Programa Global de Segurança Agrícola e Alimentar e a Parceria Global para a Educação – onde o WFP foi credenciado como agente de subsídios da Parceria Global para a Educação este ano – também foi fundamental. Traduzir esse impulso em ação requer um investimento direto mais forte, um alinhamento mais estreito com as estratégias nacionais e uma colaboração ampliada com os parceiros para dimensionar os programas de alimentação escolar baseada em compras locais de maneira sustentável.

Por meio da Iniciativa de Financiamento Sustentável da Coalizão para a Alimentação Escolar, as instituições financeiras internacionais têm uma oportunidade única de defender estruturas de investimento sustentáveis que se alinhem com as prioridades do governo e seus compromissos financeiros com a alimentação escolar. Um envolvimento mais forte das instituições financeiras internacionais nessa área pode impulsionar o avanço de soluções de financiamento inovadoras, como trocas de dívidas para alimentação escolar e mecanismos de financiamento relacionados ao clima, ao mesmo tempo em que promove espaço fiscal para os governos escalarem esses programas de forma sustentável e eficaz a longo prazo.

Olhando para o futuro, o crescente envolvimento de novos parceiros, como o Banco Asiático de Desenvolvimento, oferece uma oportunidade fundamental para aumentar o alcance e o impacto dos programas de alimentação escolar liderados pelo governo, mostrando exemplos poderosos de colaboração multilateral em ação.

2.5 Próximos passos: preparando o caminho para a alimentação escolar universal

A Segunda Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão em Nairóbi marcou um momento crucial para a Coalizão para a Alimentação Escolar, definindo um roteiro claro e coletivo para 2025–2026 (consultar o Quadro 2.1). O caminho a seguir é moldado pelas seis prioridades endossadas pela força-tarefa.

A próxima fase da Coalizão se concentrará em colocar esses compromissos em ação com maior ambição e coordenação.

Uma prioridade central será posicionar a alimentação escolar como um investimento fundamental no capital humano e no crescimento econômico. Isso significa ampliar a advocacy política, envolvendo ministros das finanças e instituições financeiras internacionais. A Iniciativa de Financiamento Sustentável desempenhará um papel central nesses esforços, apoiando os países na mobilização de recursos internos e externos para programas sustentáveis e de propriedade nacional.

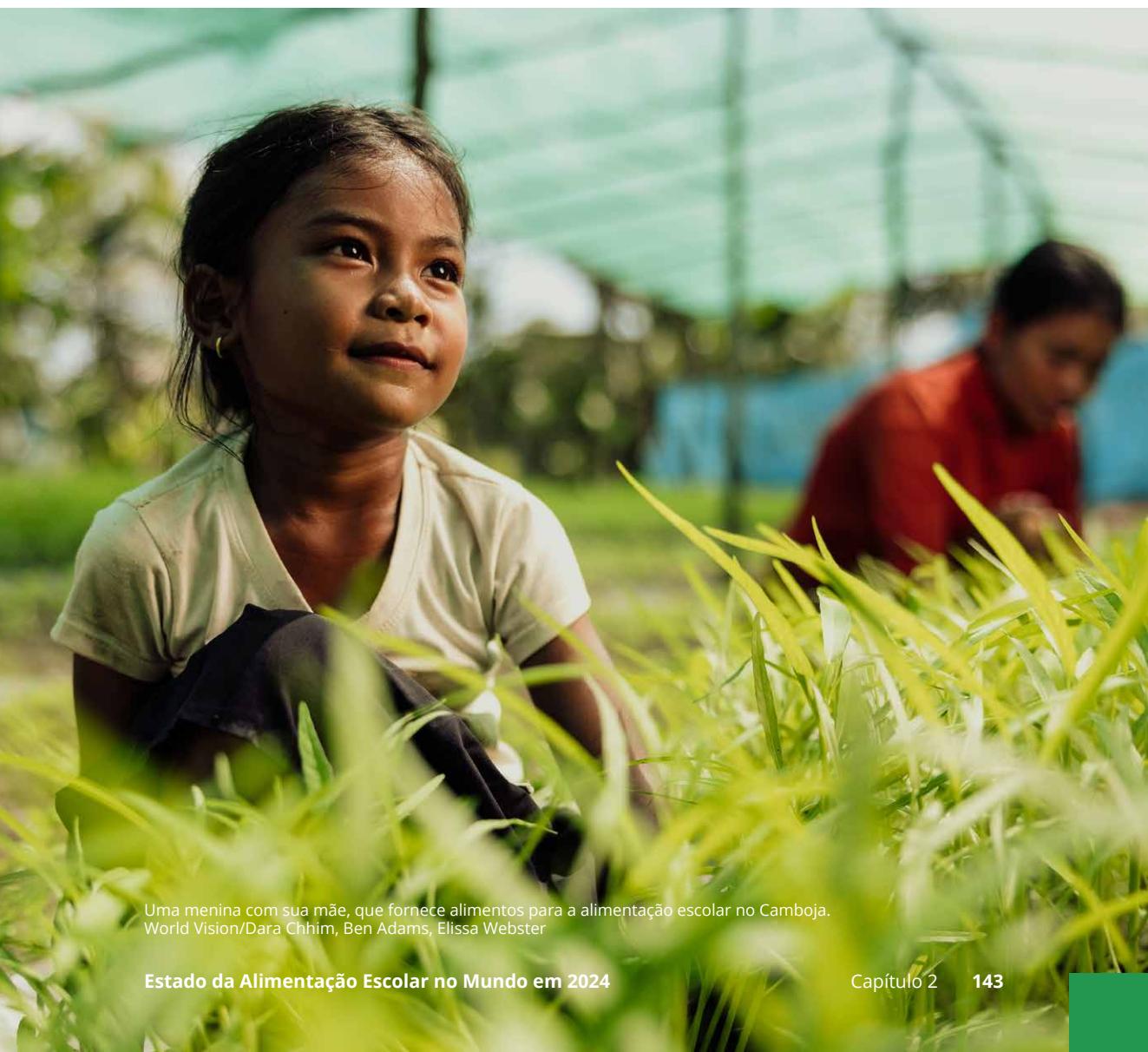
A Coalizão para a Alimentação Escolar também continuará a acelerar o apoio em nível nacional, facilitando a assistência técnica, o intercâmbio de conhecimentos e as parcerias estratégicas para ampliar os programas nacionais. A nova iniciativa da Coalizão de Alimentação Escolar será fundamental nesse trabalho, garantindo apoio orientado pela demanda a países de baixa renda e de renda média-baixa para desenvolver sistemas nacionais de alimentação escolar sustentáveis e eficazes.

As evidências e a responsabilidade permanecerão no centro da missão da Coalizão para a Alimentação Escolar. Por meio do Consórcio de Pesquisa, dos relatórios do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* e do novo banco de dados global sobre alimentação escolar criado pela Iniciativa de Dados e Monitoramento, a Coalizão melhorará o acesso a dados açãoáveis e compartilhará informações sobre o impacto, a eficiência de custos e a inovação do programa.

Reconhecendo a importância da liderança subnacional, a Coalizão também continuará a aprofundar seu envolvimento com cidades e municípios por meio de sua Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, mobilizando líderes locais e garantindo que cidades e municípios informem os diálogos regionais e globais.

Olhando para o futuro, a Coalizão para a Alimentação Escolar aproveitará as plataformas globais para amplificar sua advocacy, incluindo eventos importantes, como a Presidência do G20 da África do Sul e a COP 30 no Brasil. Essas reuniões serão estratégicas para mobilizar apoio de alto nível e promover a colaboração entre os países-membros.

Com uma visão clara e colaboração reforçada, a Coalizão para a Alimentação Escolar está preparada para transformar compromissos conjuntos em resultados concretos, promovendo programas de alimentação escolar sustentáveis, eficazes e inclusivos, que se consolidem como base essencial para o desenvolvimento.



Uma menina com sua mãe, que fornece alimentos para a alimentação escolar no Camboja.
World Vision/Dara Chhim, Ben Adams, Elissa Webster

Estudo de caso 4

A revolução da alimentação escolar no Brasil: um exemplo global para combater a fome, apoiar os agricultores e impulsionar da cooperação internacional

O programa de alimentação escolar no Brasil teve início na década de 1950, com a criação da Campanha de Alimentação Escolar. Desde então, evoluiu para um dos maiores e mais inovadores programas do mundo. Agora conhecido como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão federal vinculado ao Ministério da Educação. Por meio de um modelo de entrega descentralizado, o programa fornece refeições nutritivas para cerca de 40 milhões de alunos em aproximadamente 150 mil escolas públicas, garantindo que todas as crianças e adolescentes nos 5.570 municípios sejam alimentados em todos os 200 dias letivos do ano.

A oferta de alimentação escolar universal foi consagrada na Constituição do Brasil de 1988 como parte do direito fundamental à alimentação. Em 2009, a implementação da alimentação escolar foi transformada com a promulgação da Lei de Alimentação Escolar, que exige que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para o programa venham diretamente de agricultores familiares, preferencialmente de povos indígenas, comunidades de afrodescendentes (conhecidos como quilombolas) e grupos de mulheres formais ou informais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar também paga prêmios de até 30% por produtos orgânicos ou agroecológicos certificados. Essas medidas ajudam o Brasil a integrar mais alimentos nativos, ricos em nutrientes e biodiversos à alimentação escolar, ao mesmo tempo em que fortalecem os sistemas alimentares locais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil tornou-se um modelo global de sucesso, inspirando países em todo o mundo. Ele demonstra como a alimentação escolar pode ser adaptada para atender às necessidades específicas das populações tradicionais, como quilombolas e povos indígenas. O programa também se destaca na promoção da participação das partes interessadas e da comunidade. Por meio de suas iniciativas de cooperação Sul-Sul coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, o país também promoveu ativamente o diálogo, a capacitação e o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os países. A cooperação técnica do Brasil avançou particularmente na agenda de alimentação escolar baseada em compras locais na América Latina, Caribe e África.

Uma iniciativa regional de sucesso é a Rede de Alimentação Escolar Sustentável, conhecida como RAES, criada em 2018 pelo governo brasileiro e pela FAO. Ela reúne 17 países da América Latina e do Caribe para promover programas e políticas de alimentação escolar por meio do intercâmbio de experiências e boas práticas.

Com base em sua longa cooperação internacional em alimentação escolar, o Brasil se juntou à Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021 e se tornou um de seus copresidentes, ao lado da Finlândia e da França, durante a primeira Cúpula Global em outubro de 2023. Alinhado ao compromisso nacional de fomentar a cooperação Sul-Sul e a aprendizagem entre iguais, a realização da Segunda Cúpula Global no Brasil representa um marco no fortalecimento das parcerias internacionais em alimentação escolar.

Em 2024, durante sua presidência do G20, o Brasil enfatizou a importância da alimentação escolar no combate à fome, à pobreza e à desigualdade. Lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, trazendo a luta pela fome zero de volta à vanguarda da agenda internacional. A Aliança visa mobilizar recursos, conhecimento e impulsionar os esforços globais para erradicar a fome e a pobreza. Funcionando como uma “rede de redes”, ela galvaniza os mecanismos existentes, incluindo a Coalizão para a Alimentação Escolar, para atingir seus objetivos. O WFP se juntou à Aliança como um de seus membros fundadores.

Antes do lançamento da Aliança, a Presidência Brasileira do G20 criou os “Sprints 2030” para acelerar o progresso na luta contra a fome e a pobreza. Como parte do “2030 Sprint for School Meals”, o Brasil reuniu governos, bancos multilaterais de desenvolvimento, agências da ONU e filantropias para alcançar 150 milhões de crianças a mais até 2030 em países de baixa renda e de renda média-baixa.

Centro de Excelência contra a Fome no Brasil e as contribuições do Brasil para a agenda global de alimentação escolar

O Centro de Excelência contra a Fome do WFP no Brasil, criado e apoiado pelo governo brasileiro, é um centro global de intercâmbio de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades e assistência técnica para ajudar os países a alcançar o ODS 2 sobre fome zero. Nos últimos 13 anos, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Centro se envolveu com mais de 70 países da África, Ásia, América Latina e Caribe.

Usando a Cooperação Sul-Sul Trilateral, o Centro apresenta experiências bem-sucedidas no desenvolvimento e fortalecimento de programas de alimentação escolar e proteção social, ao mesmo tempo em que promove práticas de nutrição e desenvolvimento rural.

Essa abordagem baseia-se nas lições aprendidas no Brasil e em outros países do sul global para multiplicar o conhecimento e as inovações políticas entre os países em desenvolvimento. Com foco na alimentação escolar e suas ligações com os sistemas agroalimentares locais, nutrição e resiliência climática, o Centro apoia os governos nacionais na concepção, melhoria, expansão e execução de programas de alimentação escolar de propriedade nacional.

Desde a sua criação, inspirada nas práticas brasileiras, o Centro contribuiu diretamente para o rápido avanço da agenda de alimentação escolar em todo o mundo: 52 delegações de países em desenvolvimento visitaram o Brasil para aprender com sua experiência transversal de alimentação escolar.

Como resultado, mais de 30 países aumentaram seus investimentos em programas nacionais de alimentação escolar e 20 países fortaleceram suas estruturas regulatórias ou jurídicas.

A parceria do Centro com a União Africana levou à criação do Dia Africano da Alimentação Escolar, um compromisso em todo o continente de investir em alimentação escolar, e ao estabelecimento do grupo de alimentação escolar baseada em compras locais dentro da União Africana. Países como Togo, Senegal e Malawi receberam apoio para aprimorar suas políticas nacionais; enquanto no Quênia, o Centro contribuiu para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Saúde e Nutrição Escolar.

Esses exemplos destacam o papel do Centro de Excelência no fornecimento de soluções personalizadas, na defesa de políticas e programas sustentáveis e na facilitação da aprendizagem mútua em uma rede crescente de parceiros. Com profundo conhecimento em alimentação escolar, agricultura de pequenos agricultores e desenvolvimento de políticas, o Centro de Excelência está na vanguarda da inovação e do diálogo político global para a alimentação escolar.

Estudo de caso 5

A visão ousada da Somália para a educação por meio do seu programa de alimentação escolar

Em meio a décadas de conflito e instabilidade, a Somália está recorrendo à alimentação escolar como uma ferramenta poderosa para reconstruir seu sistema educacional e investir em capital humano. Apesar dos compromissos assumidos, a Somália ainda enfrenta grandes desafios: a pobreza, os conflitos e os choques climáticos contribuíram para que o país ocupasse a última posição no Índice de Desenvolvimento Humano¹⁵, deixando mais de 3 milhões de crianças fora da escola.¹⁶

Os programas de alimentação escolar são uma ferramenta fundamental para enfrentar esses desafios, ao oferecerem apoio educacional e nutricional a crianças vulneráveis. Durante a seca de 2021–2023, 250 escolas fecharam;¹⁷ no entanto, as escolas com programas de alimentação escolar foram significativamente mais resilientes, permanecendo operacionais e mantendo as crianças envolvidas na aprendizagem.

Lançado em 2003, o programa de alimentação escolar da Somália começou com apenas 4 mil crianças. Em 2023, com apoio internacional, o programa cresceu para alcançar 197 mil crianças, 47% das quais eram meninas. No entanto, as lacunas de financiamento e a dependência da Somália de doadores externos ameaçam a sustentabilidade do programa de alimentação escolar. As recentes reduções nas contribuições dos doadores levaram a uma queda significativa na cobertura do programa em 2024.

Um passo fundamental no avanço da alimentação escolar ocorreu em 2021, quando a Somália se juntou à Coalizão para a Alimentação Escolar, comprometendo-se com os objetivos da Coalizão de melhorar a educação e promover o crescimento do capital humano a longo prazo. Em 2022, o governo somali definiu três metas ambiciosas como parte de seu compromisso nacional:

1. Finalizar e implementar a Política Nacional de Alimentação Escolar, incorporando-a aos planos centrais, como o Plano Estratégico do Setor de Educação (2022–2026) e o subsequente Plano Nacional de Transformação (2025–2029). Desde que assumiu esse compromisso inicial, a Somália

¹⁵ *O Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024. Quebrando o impasse: reimaginando a cooperação em um mundo polarizado*

¹⁶ *Educação | UNICEF Somália*

¹⁷ *[Seca na Somália] | educationcluster.net*

finalizou a Política Nacional de Alimentação Escolar.

2. Estabelecer um mecanismo de coordenação multissetorial envolvendo novos parceiros – especialmente o setor privado – para apoiar o programa técnica e financeiramente.

3. Defender a alimentação escolar para aumentar a conscientização sobre sua importância no aprimoramento da educação e no combate à desnutrição.

A alimentação escolar tornou-se uma prioridade política nacional, bem refletida nas políticas de educação e proteção social. Para fortalecer ainda mais a coordenação intersetorial, a Somália realizou uma Reunião da Mesa Redonda Multissetorial em Mogadíscio em agosto de 2023, onde os Ministérios da Educação, Agricultura e Finanças assinaram uma Declaração de Compromisso para estabelecer mecanismos de coordenação interministerial e desenvolver um roteiro para a implementação do programa nacional de alimentação escolar baseada em compras locais.¹⁸ Em setembro de 2023, esses ministérios endossaram uma visão nacional para fornecer alimentação escolar a todas as crianças do ensino primário público até 2030, marcando um marco em direção a um programa autossustentável liderado pelo governo.

No início de 2025, o Ministério da Educação finalizou a Política Nacional de Alimentação Escolar, e os esforços estão em andamento para apoiar sua disseminação em todo o país.

Para garantir o apoio financeiro e técnico essencial, a Somália coorganizou uma Conferência Nacional de Doadores do Programa de Alimentação Escolar ao lado da Finlândia e da França, marcando um dos primeiros compromissos de advocacy da Coalizão para a Alimentação Escolar em nível nacional.¹⁹ Após esses esforços, a França prometeu 3,5 milhões de euros para ajudar a restaurar o programa da Somália após a queda do financiamento.

Por meio do seu programa de alimentação escolar e do envolvimento ativo na Coalizão para a Alimentação Escolar, a Somália está atendendo às necessidades imediatas, ao mesmo tempo em que estabelece uma base para a estabilidade social e econômica.

Ao destacar a alimentação escolar no Plano Nacional de Transformação (2025–2029), a Somália posicionou a alimentação escolar como um pilar central em sua jornada em direção à resiliência e ao desenvolvimento do capital humano.

¹⁸ [O governo da Somália estabelece parcerias para ampliar a alimentação escolar | Coalizão para a Alimentação Escolar.](#)

¹⁹ [Declaração de Resultados Conjuntos: Conferência de doadores que promovem o capital humano por meio da alimentação escolar na Somália.](#)

Estudo de caso 6

Ação europeia para a alimentação escolar: impulsionando mudanças nacionais e no exterior

O envolvimento de 19 países europeus dentro e fora da UE, na Coalizão para a Alimentação Escolar, reflete o compromisso do continente em garantir o acesso das crianças a refeições nutritivas, tanto no mercado interno quanto no mercado global. Nações como França, Alemanha, Itália, Reino Unido e países nórdicos há muito reconhecem o valor da alimentação escolar na promoção da educação, saúde e inclusão social. Muitos países europeus também priorizam a alimentação escolar em sua ajuda humanitária e de desenvolvimento.

Em novembro de 2024, os países europeus se reuniram para a Cúpula Regional Europeia de Alimentação Escolar em Kiev, na Ucrânia, ressaltando a dedicação da região aos objetivos da Coalizão.

A Comissão Europeia aderiu à Coalizão para a Alimentação Escolar em 2022 e apoia programas de alimentação escolar em um número crescente de países, incluindo República Democrática do Congo, Malaui, Afeganistão, Etiópia, Togo e Burkina Faso. Dentro da UE, a Garantia Europeia para a Infância posiciona a alimentação escolar como uma política fundamental para combater a pobreza infantil, a fome e a desigualdade.²⁰ Durante a presidência do Conselho da União Europeia da Espanha em 2023, o país pediu aos Estados-Membros que garantissem que todas as crianças tivessem acesso a pelo menos uma refeição nutritiva diariamente e organizou uma reunião regional para promover a alimentação escolar como estratégia contra a pobreza infantil e a insegurança alimentar.

Várias nações europeias fizeram progressos significativos em direção aos objetivos da Coalizão para a Alimentação Escolar. Em 2023, a Alemanha lançou o projeto Acelerando a Alimentação Escolar em apoio às refeições escolares produzidas localmente e sensíveis ao clima. Implementado através do WFP, este programa de cinco anos, no valor de 22 milhões de euros, procura ampliar os programas de alimentação escolar produzidos localmente e as soluções energéticas na República Democrática Popular do Laos e na Serra Leoa.

A Alemanha também se envolveu em mecanismos de finanças inovadoras para apoiar a alimentação escolar, incluindo vários acordos de troca de dívidas com o Egito. A Alemanha apoia o Consórcio de Pesquisa e a Iniciativa de Financiamento Sustentável da Coalizão e financia um projeto do WFP-FAO que ajuda os governos a desenvolver diretrizes nutricionais para a alimentação escolar (leia mais sobre o projeto no Capítulo 3).

²⁰ [Garantia Europeia para a Criança - Comissão Europeia](#)

A própria Alemanha criou diretrizes nutricionais para a alimentação escolar desde 2008. Em 2024, adotou a estratégia “Boa Comida para a Alemanha”,²¹ com foco especial em crianças e jovens.

Luxemburgo também assumiu compromissos significativos com programas sustentáveis de alimentação escolar. Sua estratégia Supply for the Future (em tradução livre, Abastecimento para o futuro) visa aumentar os produtos locais e orgânicos na alimentação escolar e incluir mais opções vegetarianas até 2025. Luxemburgo desenvolveu uma plataforma digital para conectar fornecedores locais a cantinas escolares, reduzindo o desperdício de alimentos e a poluição por plásticos. Desde 2022, Luxemburgo financia um projeto de três anos para fortalecer os programas de alimentação escolar em contextos frágeis. Este projeto examina como a alimentação escolar se relaciona com a paz e a coesão social em ambientes de conflito.

Outros países europeus, dentro e fora da UE, também estão fazendo progressos notáveis: a Suécia oferece alimentação escolar gratuita há mais de 70 anos e lançou recentemente “Uma Nova Receita para a Alimentação Escolar”, um projeto que vincula a transformação do sistema alimentar à educação, resiliência local e saúde pública, em quatro municípios. Por meio de sua Lei de Finanças de 2025, a Dinamarca assumiu um compromisso histórico, alocando aproximadamente 130 milhões de dólares a uma iniciativa piloto plurianual para avaliar os benefícios da alimentação escolar na saúde, no desempenho acadêmico e no bem-estar de seus alunos.

Em 2024, a Dinamarca uniu forças com a Fundação Novo Nordisk, a Grundfos e o WFP para um projeto de três anos de apoio a programas de alimentação escolar baseados em compras locais - inteligentes, sustentáveis e inclusivos - em três países da África Oriental: Quênia, Ruanda e Uganda. A Noruega está financiando um projeto plurianual para apoiar programas de alimentação escolar em toda a União Africana, enquanto a Islândia expandiu recentemente seu apoio aos programas de alimentação escolar do WFP no Malaui, Serra Leoa e Uganda.

Por meio desses diversos esforços, a Europa está desempenhando um papel central no avanço do objetivo da Coalizão para a Alimentação Escolar de fornecer refeições saudáveis e sustentáveis para todas as crianças.

²¹ [BMEL - Publicações - Boa Comida para a Alemanha - Estratégia de Alimentação e Nutrição do Governo Federal](#)

Capítulo 3

Novos avanços no entendimento da alimentação escolar: inovação e programação sustentável



Uma aluna numa aula no Maláui.
WFP/Giulio d'Adamo

O Capítulo 3 destaca áreas de pesquisa emergentes e inovadoras que o conselho editorial considera de interesse potencial para a comunidade de alimentação escolar em geral. Como a publicação deste relatório é bienal, e espera-se que permaneça relevante ao longo de dois anos, este capítulo dá ênfase especial às iniciativas recentes e em fase inicial de implementação. Para melhorar a acessibilidade da pesquisa, os estudos são apresentados como resumos de trabalhos já publicados em detalhes na literatura científica e política. Recomenda-se ao leitor consultar as publicações originais para obter referências e informações mais detalhadas. Os resumos foram encomendados pelo conselho editorial e são escritos pelos autores dos artigos originais, sendo os únicos responsáveis pelo conteúdo.

Este capítulo está organizado em três seções: investigação de novas percepções sobre o retorno do investimento, práticas de planejamento e financiamento sustentável.

A primeira seção, ***Novas evidências sobre os benefícios multissetoriais e retornos do investimento dos programas de alimentação escolar***, apresenta novas evidências de grupos técnicos especializados em todo o mundo em quatro análises separadas:

- Um resumo das análises de custo-benefício realizadas pela Comunidade de Prática de “Análise e Métricas” do Consórcio de Pesquisa. Essas análises usam dados secundários de nível subnacional de países para mostrar que os programas de alimentação escolar alcançam retornos em muitos setores, resultando em retornos positivos cumulativos na faixa de 1 a 30 dólares para cada dólar gasto, variando de acordo com a sub-região visada.
- Uma revisão sistemática dos estudos disponíveis sobre o impacto da alimentação escolar nos resultados educacionais, realizada pelo “What Works Hub” da Universidade de Oxford, que mostra que os retornos em termos de impacto e custo-benefício são semelhantes em escala aos encontrados em muitas das intervenções educacionais mais populares.
- Um resumo das análises recentes do impacto da alimentação escolar nos resultados da proteção social, incluindo o documento de trabalho do Banco Mundial de 2024, *School Meals, Social Protection and Human Development: Revisiting Trends, Evidence, and Practices in South Asia and Beyond* (Bundy et al., 2024) (em tradução livre, Alimentação escolar, proteção social e desenvolvimento humano: revisitando tendências, evidências e práticas no Sul da Ásia e além), que conclui que a alimentação escolar e as transferências de renda estão entre as rede de proteção social mais difundidas no mundo e que cada uma oferece vantagens relativas em diferentes contextos.
- Uma atualização sobre os resultados de uma nova série de ensaios clínicos randomizados, liderados por um consórcio que inclui o WFP e o Grupo Banco Mundial, que está confirmando dados antigos e fornecendo novas

informações sobre estudos de programas nacionais de alimentação escolar em vários países.

Essas análises são aprimoradas por informações em dois quadros: os dados da Organização Internacional do Trabalho sobre alimentação escolar e proteção social (Quadro 3.1); e uma atualização sobre um novo estudo em andamento no Camboja (Quadro 3.2).

A segunda seção, ***Novas evidências sobre a prática de planejamento***, explora três aspectos da implementação do programa em nível nacional:

- Uma revisão pela Comunidade de práticas de “Bons Exemplos” dos estudos de caso que realizou até o momento em 51 países. A revisão destaca as evidências emergentes de boas práticas e descreve planos para o futuro.
- Uma atualização da FAO e do WFP sobre seu programa, *Estabelecendo novas diretrizes e padrões holísticos nutricionais para a alimentação escolar*. Este programa responde a uma necessidade bem reconhecida de estabelecer padrões nutricionais significativos e confiáveis para a alimentação escolar.
- Dados da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro sobre o planejamento da alimentação escolar no nível municipal. Este relatório surge da mais nova das iniciativas da Coalizão para a Alimentação Escolar e ilustra a importância de reconhecer e entender melhor o papel dos municípios na entrega de programas de alimentação escolar.

Esses relatórios são apoiados por três quadros: a relevância da ferramenta de política SABER no desenho do programa (Quadro 3.3); o desenvolvimento contínuo do Centro Global de Alimentação Escolar da FAO como um bem global (Quadro 3.4); e a lista da OMS de indicadores de Ação Global para Medição da Saúde do Adolescente (GAMA) para avaliar a saúde e o bem-estar do adolescente (Quadro 3.5).

A terceira seção, ***Financiamento de um avanço – o papel das finanças inovadoras***, foi desenvolvida pela Iniciativa de Financiamento Sustentável da Coalizão para a Alimentação Escolar e fornece uma análise das múltiplas opções disponíveis para os países financiarem seus programas nacionais de alimentação escolar. Esta seção final explora a questão: o que seria necessário para financiar um avanço na oferta de alimentação escolar? O objetivo da Coalizão para a Alimentação Escolar é garantir que todas as crianças tenham acesso a uma refeição escolar quente todos os dias letivos até 2030. Mas traduzir esse objetivo em entrega exigirá um aumento gradual no financiamento, tanto por meio de orçamentos domésticos quanto da Assistência Oficial ao Desenvolvimento. Esta análise mostra como as finanças inovadoras podem desempenhar um papel de apoio importante.

3.1 Novas evidências sobre os benefícios multisectoriais e os retornos sobre o investimento nos programas de alimentação escolar

Esta seção destaca evidências recentes sobre os retornos dos investimentos na alimentação escolar em vários setores. Começa com uma atualização dos resultados dos “estudos de custo-benefício” em andamento, uma das áreas de apoio mais solicitadas pelo Consórcio de Pesquisa, mostrando como um programa nacional de alimentação escolar pode fornecer retornos em vários setores simultaneamente. Os retornos em dois setores muito importantes, educação e proteção social, serão explorados com mais detalhes. Por fim, a seção apresenta uma atualização com percepções e dados emergentes de novos estudos conduzidos por diversos países.



Em Bangladesh, os alunos defendem exames de saúde na escola. WFP/Mehedi Rahman

Custo-benefício dos programas nacionais de alimentação escolar

Para entender completamente os investimentos em programas de alimentação escolar e os retornos desses investimentos, é essencial avaliar os custos e benefícios abrangentes. Podem ser usados métodos de análise de custo-benefício, que documentam em termos monetários os custos e benefícios da implementação de uma determinada política. O desenvolvimento de análises de custo-benefício para avaliar os programas de alimentação escolar pode informar decisões políticas baseadas em evidências relacionadas a investimentos financeiros eficientes e econômicos; demonstrar como os retornos econômicos dos programas nacionais de alimentação escolar podem ser estimados em todos os setores; e, mais importante, destacar a alta relevância política desses programas, ajudando a identificar as principais consequências distributivas e as principais implicações de equidade, especialmente os aspectos favoráveis aos pobres e às mulheres (Verguet et al., 2023).

A Comunidade de Práticas de “Análise e Métricas” do Consórcio de Pesquisa desenvolveu modelos econômicos pioneiros para estimar os custos e benefícios totais da alimentação escolar em vários setores. Uma abordagem preliminar de análise de custo-benefício foi testada pela primeira vez em uma seleção global de países de baixa e média renda, para os quais os dados secundários de entrada estavam prontamente disponíveis. Esse modelo de análise de custo-benefício global de alto nível estimou que os benefícios obtidos nos quatro setores de saúde e nutrição, educação, proteção social e economia local excederiam em muito os custos, indicando que os programas de alimentação escolar poderiam ser substancialmente benéficos em termos de custo-benefício (Verguet et al., 2020).

Com o apoio da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento, essa abordagem agora foi contextualizada em sete países em todo o continente africano, onde os governos expressaram uma forte demanda pela aplicação dessa forma de análise. A avaliação econômica da alimentação escolar é liderada por parcerias de grupos interdisciplinares de acadêmicos, pesquisadores e formuladores de políticas de instituições nos países em questão e combina modelagem inovadora com dados empiricamente fundamentados e validados localmente. O forte envolvimento no país ao longo do processo permite que os tomadores de decisão percebam o potencial

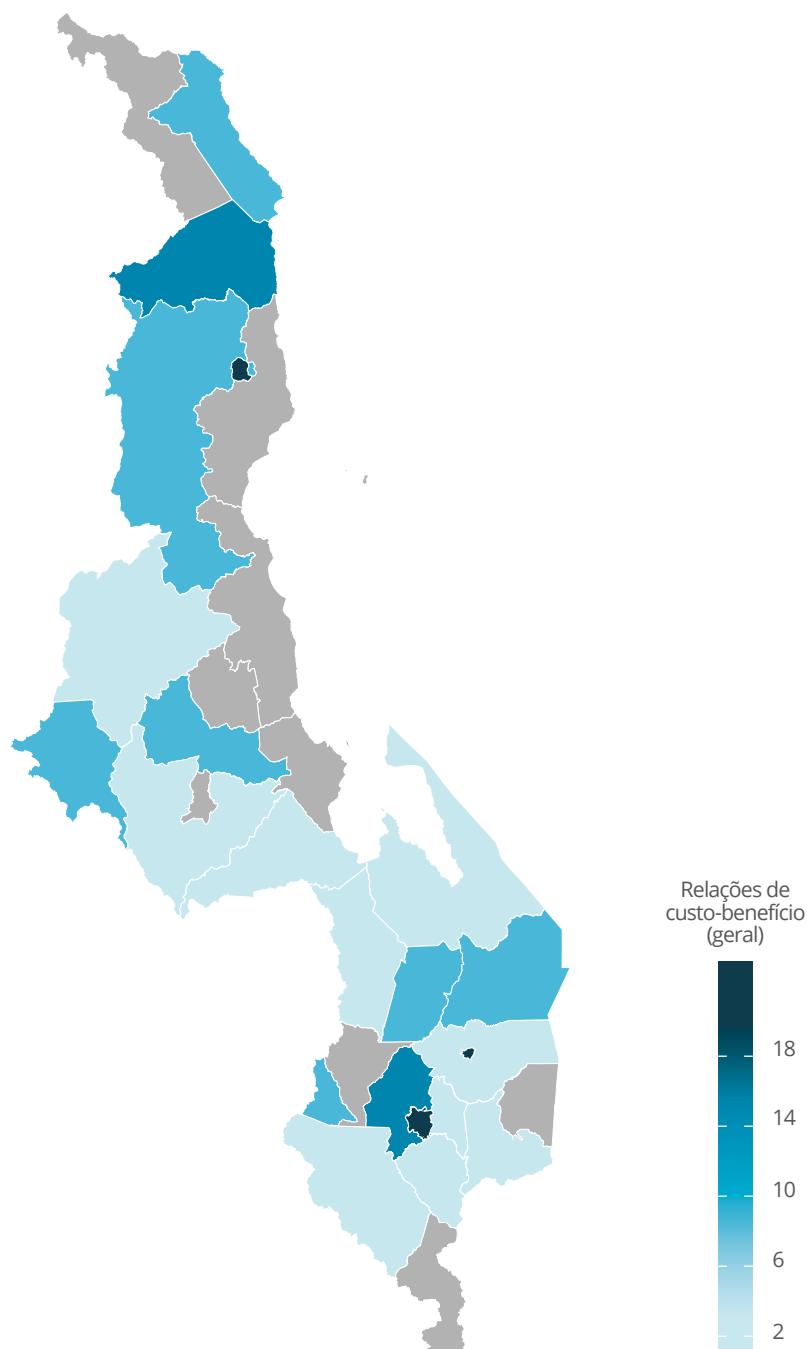
de investir na alimentação escolar e, portanto, os incentiva a aumentar as alocações de recursos domésticos para a alimentação escolar. A esse respeito, essas avaliações nacionais de custo-benefício provaram ser ferramentas muito poderosas para defender que os governos ampliem seus programas de alimentação escolar, em parte porque mostram multiplicadores positivos em todos os setores, mas também porque apelam diretamente aos ministérios das finanças que fazem alocações orçamentárias intersetoriais.

Os resultados preliminares dos sete países africanos (Burundi, Costa do Marfim, Etiópia, Malawi, Moçambique, Namíbia, Níger) sugerem que os programas de alimentação escolar são benéficos em termos de custo-benefício em todas as sub-regiões de todos os países em termos de ganhos obtidos nos setores de educação, saúde e nutrição. Dependendo da sub-região visada nos sete países, para cada dólar investido em alimentação escolar, há um benefício positivo de até 30 dólares, com a maioria na faixa de 3 a 9 dólares. Isso foi determinado pelas características específicas dos programas de alimentação escolar e pelas características socioeconômicas, educacionais e epidemiológicas locais da sub-região visada (como exemplo, *consultar a Figura 3.1 sobre o Malawi*). Em alguns locais, esses ganhos podem ser maiores para as alunas, em comparação com os alunos (Research Consortium for School Health and Nutrition, 2024). Por fim, a alimentação escolar também pode trazer grandes benefícios de equidade dentro dos países entre os mais necessitados: a transferência de valor (por beneficiário da alimentação escolar) para as famílias pode ser de até 10 a 20% das despesas anuais com alimentos entre as famílias mais pobres.

A Figura 3.1 mostra as relações de custo-benefício estimadas do programa de alimentação escolar em educação, saúde e nutrição para a maioria dos distritos do Malawi. Em cada distrito para o qual há dados, o nível de benefícios nas escolas que serviam alimentação escolar foi comparado com as escolas que não a serviam. Os resultados em todo o país variaram consideravelmente. Nenhum distrito teve um retorno inferior a 2 dólares para cada dólar investido, e alguns retornos chegaram a 18 dólares por dólar. Uma análise mais aprofundada está ajudando o governo a identificar por que alguns distritos tiveram retornos mais altos do que outros e a aplicar as lições aprendidas. Uma análise desse tipo pode ajudar a “nívelar o campo de jogo” em todo o país e fornece bons exemplos para outros países ao projetar novos programas ou buscar melhorar os programas existentes.

Figura 3.1

Relações de custo-benefício estimadas do programa de alimentação escolar em educação, saúde e nutrição combinadas, por sub-regiões (distritos) no Malawi



Fonte: Malawi Value for Money Study Team. (2024). *Value for Money of School Feeding Programs in Malawi*. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London, UK.

Alimentação escolar e resultados educacionais

Compreender os efeitos da alimentação escolar na educação pode fornecer aos governos uma visão abrangente dos retornos sociais do investimento na alimentação escolar. Se uma criança estiver com fome, ela pode não ir à escola ou ter dificuldade de se concentrar nas aulas, caso compareça. A oferta da alimentação escolar pode estimular a frequência às aulas, além de contribuir para que os alunos se mantenham atentos e assimilar melhor o conteúdo educacional. Esses caminhos plausíveis de uma intervenção de saúde escolar para os resultados educacionais destacam o potencial de avaliar os impactos da alimentação escolar no aproveitamento escolar e na aprendizagem.

A seção compara os resultados de muitos estudos realizados em diferentes países para obter uma melhor compreensão de como os programas de alimentação escolar melhoraram os resultados educacionais.

Esta é a análise mais abrangente feita até o momento. Ela mostra um efeito positivo do fornecimento de alimentação escolar em três medidas importantes: aproveitamento escolar, habilidades cognitivas e resultados de aprendizagem. Esses efeitos foram significativos. Por exemplo, eles mostraram uma grande melhoria estatisticamente significativa (até 0,15–0,20 de desvio padrão) em habilidades educacionais reais, como matemática e alfabetização.

Foi conduzida uma meta-análise envolvendo 40 grupos de tratamento em 19 países, resultando em uma das avaliações mais abrangentes já realizadas sobre os efeitos da alimentação escolar no desempenho educacional. Ela analisa as evidências sobre os programas de alimentação escolar e avalia o impacto no desempenho educacional, particularmente na escolaridade, na aprendizagem e nos resultados cognitivos, e se concentra em crianças em países de renda baixa e de renda média.

O estudo baseia-se e harmoniza revisões sistemáticas anteriores e expande o conjunto de estudos considerados, adicionando vários novos estudos. A revisão analisou avaliações de ensaios clínicos randomizados e estudos quase experimentais. Os estudos quase experimentais agregam valor particular, ao permitirem a avaliação dos programas de alimentação escolar em escala e quando fornecidos pelos sistemas governamentais. A análise de heterogeneidade foi incluída, por exemplo, por quilocalorias e ingestão de proteínas. Por fim, foi adicionada uma análise detalhada de custo-efetividade,

incluindo comparações de custo-efetividade com outras intervenções educacionais para informar o investimento e a priorização do governo. Também foi realizada uma meta-análise de efeitos aleatórios.²²

A análise para esta revisão foi realizada usando a medida educacional Anos de Escolaridade Ajustados pela Qualidade (LAYS), que é cada vez mais usada por organizações como o Banco Mundial (Angrist et al., 2021). Essa medida combina escolaridade e aprendizagem em uma única medida composta. LAYS é a analogia educacional para os Anos de Vida Ajustados por Incapacidade no setor de saúde (conforme estimado no estudo anual da Carga Global de Doenças), permitindo comparações de custo-benefício em uma variedade de resultados.

O LAYS pode ser interpretado como um ano de escolaridade de alta qualidade, ou seja, uma escolaridade que resulta em aprendizagem substancial, de acordo com os padrões globais. A medida ganhou destaque na educação e é o pilar educacional do Índice de Capital Humano do Banco Mundial. O LAYS também é usado pelo Painel Consultivo de Evidências de Educação Global para fazer recomendações sobre intervenções educacionais econômicas, um órgão co-convocado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, o Banco Mundial, o UNICEF e o Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento do Reino Unido.

Com base nessa análise, houve um efeito positivo no aproveitamento escolar, nas habilidades cognitivas e nos resultados de aprendizagem, com até 0,15–0,20 de ganhos de desvio padrão em matemática e habilidades de alfabetização. Embora a alimentação escolar possa ser cara, a análise de custo-efetividade foi realizada em todos os tipos de intervenção e os resultados revelaram alta relação custo-efetividade em relação a várias intervenções educacionais tradicionais. Os resultados mostram que a alimentação escolar pode fornecer até metade de um ano de escolaridade de alta qualidade por criança por 100 dólares gastos.

²² Os métodos incluem o cálculo de tamanhos de efeito padrão, como estatísticas de Cohen, intervalos de confiança de 95%, assim como estatísticas I^2 que quantificam a heterogeneidade e fornecem uma medida da provável generalização dos resultados em todos os cenários. Os resultados foram examinados por cada tipo de resultado e estratificados por várias dimensões-chave. Para os resultados da escolaridade, foi realizada uma análise com os resultados expressos em termos de anos de escolaridade adquiridos. Para os resultados de aprendizagem de matemática e alfabetização, assim como habilidades cognitivas, o estudo realizou uma análise com resultados expressos em termos de desvios padrão. Quando os resultados não foram originalmente relatados como desvios padrão, as unidades foram normalizadas e calculadas como desvios padrão.

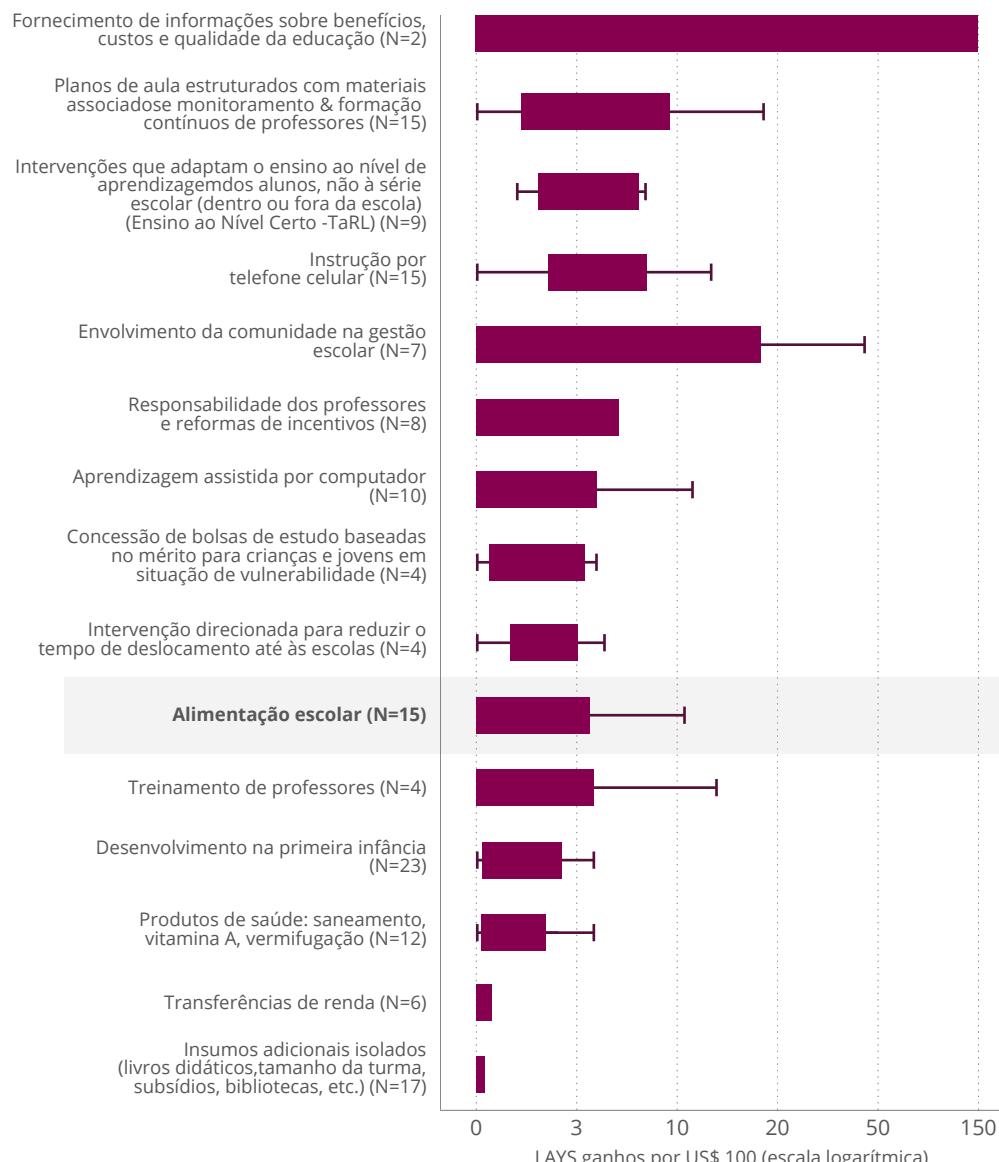
Como um subconjunto do estudo, os dados de custo incluídos foram examinados para realizar uma análise e comparação de custo-efetividade. O custo por criança identificado pelas avaliações examinadas variou de uma média de 83 dólares a uma mediana de 50 dólares por criança. Em termos de custos anuais, a alimentação escolar por criança custa aproximadamente 36 dólares em média, com o custo mediano de 22 dólares. Considerando os desvios padrão de até 0,20 na aprendizagem de matemática, isso corresponde a 0,25 anos de escolaridade de alta qualidade (ajustada à aprendizagem), conforme a metodologia proposta por Angrist (Angrist N, 2025; Angrist et al., 2020). Usando o custo médio por intervenção, estima-se que 0,30 anos de escolaridade de alta qualidade sejam alcançados a cada 100 dólares. Se o custo médio por intervenção for usado, 0,50 anos de escolaridade de alta qualidade a cada 100 dólares são alcançados.

Em uma análise comparativa de custo-efetividade, e comparando os efeitos dos programas de alimentação escolar com as intervenções educacionais tradicionais, o estudo descobriu que a alimentação escolar se classifica melhor do que alguns outros programas e políticas educacionais populares. Esses efeitos são notáveis em uma literatura que revela que mais da metade das intervenções educacionais não oferecem resultados positivos. Por exemplo, certas intervenções educacionais amplamente adotadas — como a capacitação de professores em habilidades gerais ou o fornecimento de materiais como notebooks e subsídios escolares — costumam apresentar impacto limitado ou até inexistente nos resultados de aprendizagem. Para esse fim, a alimentação escolar representa uma intervenção promissora para melhorar os resultados de aprendizagem e, em alguns casos, mais do que as intervenções educacionais convencionais.

Figura 3.2

Comparação de LAYS (Anos de Escolaridade Ajustados pela Qualidade) obtidos por 100 dólares investidos em diferentes intervenções de saúde baseadas na escola

Em comparação com intervenções educacionais tradicionais, os programas de alimentação escolar se destacam em termos de custo-efetividade, superando algumas das políticas e programas educacionais tradicionais mais populares.



Fonte: Angrist, N., Evans, D. K., Filmer, D., Glennerster, R., Rogers, H., & Sabarwal, S. (2025). How to improve education outcomes most efficiently? A review of the evidence using a unified metric. *Journal of Development Economics*, 172, 103382. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2024.103382> (em inglês).

Os programas de alimentação escolar são frequentemente fornecidos em escala pelos sistemas governamentais. O estudo que investigou a manutenção da eficácia em larga escala revelou que os resultados se mantêm surpreendentemente consistentes, mesmo quando os programas de alimentação escolar são ampliados para atender a um número significativamente maior de estudantes. Não houve relação negativa e estatisticamente significativa entre tamanhos de amostra maiores e do efeito. Isso é surpreendente, dado que a maioria dos programas sociais normalmente experimenta “quedas de tensão” e muitas vezes param de funcionar à medida que são implementados em escala (List, 2022).

No geral, os programas de alimentação escolar tiveram uma eficácia positiva e moderada no desempenho de aprendizagem. Os resultados sugerem que vários caminhos estão plausivelmente levando a aumentos nos resultados de aprendizagem – tanto em termos de a alimentação escolar ser um incentivo para se matricular na escola quanto como um mecanismo para melhorar os resultados de cognição e aprendizagem.

Alimentação escolar e resultados de proteção social

A alimentação escolar desempenha há muito tempo um papel importante como rede de proteção social, com raízes que remontam ao século XIX, quando instituições de caridade privadas e organizações religiosas na Europa ofereciam alimentos a crianças vulneráveis (Bryant, 1912). Com o tempo, a alimentação escolar evoluiu para um instrumento político formalizado em muitos países. Uma pesquisa de 2021 com 185 programas de alimentação escolar revelou que 73% tinham o fornecimento de uma rede de proteção social como um de seus principais objetivos (Global Child and Nutrition Foundation (GCNF), 2022a). Hoje, particularmente em países de baixa renda e de renda média-baixa, a alimentação escolar é frequentemente direcionada geograficamente, priorizando regiões onde as populações vulneráveis estão concentradas e onde o nível educacional é baixo.

No seu cerne, o conceito de alimentação escolar como rede de proteção social baseia-se na capacidade dos programas de aliviar a fome causada por vários choques, sejam idiossincráticos ou sistêmicos, e vulnerabilidades estruturais. O esquema de refeições ao meio-dia da Índia serve como um exemplo poderoso. Pesquisas mostram que o esquema compensou com sucesso os impactos nutricionais negativos da seca sobre as crianças (Singh et al., 2014).

Isso ilustra a capacidade da alimentação escolar de agir como um amortecedor contra a insegurança alimentar em tempos de crise, ajudando a garantir que as crianças mantenham o acesso à nutrição essencial.

A alimentação escolar é frequentemente adotada não apenas por suas funções de rede de proteção social, mas porque atende a múltiplas necessidades em vários domínios: educação, nutrição infantil e proteção social. Eles oferecem uma abordagem integrada para melhorar os resultados nas três áreas, mesmo que não sejam necessariamente a ferramenta mais eficiente em cada uma delas isoladamente. Ao servir a múltiplos propósitos, a alimentação escolar torna-se uma escolha política atraente, especialmente em ambientes com recursos limitados, onde os governos buscam maximizar o impacto dos programas públicos.

Uma ferramenta alternativa de proteção social que é frequentemente considerada juntamente com a alimentação escolar são as transferências de renda. Tanto as transferências de renda quanto a alimentação escolar visam promover a frequência escolar, ao mesmo tempo em que fornecem uma rede de proteção social, mas o fazem de maneiras diferentes. As transferências de renda oferecem às famílias apoio financeiro direto, que podem usar como acharem melhor, enquanto a alimentação escolar fornece assistência em espécie, garantindo que as crianças recebam pelo menos uma refeição nutritiva por dia na escola. A escolha entre essas duas abordagens reflete o debate mais amplo sobre “dinheiro versus comida”, que tem sido objeto de muita análise.

Revisões recentes do debate “dinheiro versus comida” mostram que nenhuma abordagem é universalmente superior (Gentilini, 2016). A eficácia relativa das transferências de renda e das intervenções baseadas em alimentos, como a alimentação escolar, é altamente específica do contexto. Em alguns casos, o dinheiro pode oferecer maior flexibilidade e empoderamento para as famílias; enquanto em outros, o fornecimento de alimentos pode ser mais eficaz para lidar diretamente com a fome e as deficiências nutricionais, particularmente quando os mercados são instáveis ou as famílias não têm acesso a alimentos nutritivos. Em última análise, a decisão de priorizar a alimentação escolar ou as transferências de renda como uma ferramenta de rede de proteção social depende das necessidades e circunstâncias específicas da população que está sendo atendida.

Quadro 3.1

O papel dos programas de alimentação escolar na proteção social e na facilitação de uma transição justa²³

Os programas de alimentação escolar contribuem de forma essencial para garantir o desenvolvimento das crianças, incluindo nutrição, saúde e educação, (Sanfilippo et al., 2012) e promovem o desenvolvimento social e econômico a longo prazo. Ao fornecer um suprimento consistente de nutrientes essenciais para as crianças, os programas de alimentação escolar aumentam as capacidades humanas e geram economias equivalentes a 10% da renda para famílias economicamente desfavorecidas e ainda mais para rações para levar para casa (Bundy et al., 2018).

O recente *Relatório Mundial de Proteção Social 2024–26* da OIT se concentra no papel essencial da proteção social universal na viabilização da ação climática e de uma transição justa. Nesse contexto, os programas de alimentação escolar têm um papel importante a desempenhar (consultar a Seção 4.1.2 in *World Social Protection Report 2024–26* (ILO, 2024)).

Ao analisar os impactos adversos de eventos climáticos cada vez mais extremos nas condições de vida (que afetam famílias e crianças), o relatório identifica, entre outras coisas, desnutrição, perda temporária de renda ou redução de renda, redução da frequência escolar, aumento dos preços dos alimentos e risco de deslocamento. Em cada caso, essas questões podem ser mitigadas por políticas de abastecimento de alimentos ou exacerbadas por mudanças nas cadeias de abastecimento de alimentos.

Ao refletir sobre o impacto das políticas climáticas, o relatório identifica a necessidade de requalificação, assim como o risco de maior desemprego que pode ocorrer com o fechamento de setores insustentáveis. As políticas de alimentação escolar têm, mais uma vez, um papel a desempenhar. As evidências sobre os efeitos no emprego da entrega de alimentação escolar em nível universal são claras e, como tal, a alimentação escolar tem um valor agregado como um componente potencial de um sistema de proteção social, além do efeito de transferência direta.

²³ Trechos deste texto baseiam-se diretamente em materiais da OIT. 2024. [Relatório Mundial de Proteção Social 2024–26: Proteção Social Universal para a Ação Climática e uma Transição Justa](#). Genebra.

As políticas climáticas podem resultar em menores rendimentos para as pessoas que trabalham em setores prejudiciais ao meio ambiente, pois as políticas buscam reduzir a produtividade nesses setores. As políticas climáticas também podem resultar em custos adicionais (por exemplo, por meio de impostos sobre o carbono) em práticas que são potencialmente prejudiciais ao meio ambiente, incluindo a produção e o transporte de energia. Tais aumentos nos custos da cadeia de suprimentos podem afetar os preços dos alimentos, aumentando o risco de que as famílias com crianças tenham acesso a menos alimentos e/ou alimentos de menor qualidade. As políticas climáticas que afetam as práticas agrícolas podem resultar em mudanças nas cadeias de abastecimento de alimentos e nos custos dos alimentos, com implicações para o acesso das crianças a alimentos adequados e nutritivos.

As políticas de alimentação escolar têm um papel claro no enfrentamento de alguns dos riscos decorrentes de crises e fatores de estresse. Independentemente do que a transição justa leve, a demanda por alimentos permanecerá inalterada (e, para muitas crianças em todo o mundo, ainda precisará ser avançada). Portanto, as implicações de uma transição justa — o foco do *Relatório Mundial de Proteção Social* — exigirão sistemas de proteção social para garantir que a demanda seja atendida pelo menos de forma igual e proporcional à necessidade, particularmente para as crianças.

Ao oferecer uma proteção social contínua e gratuita no ponto de uso para todas as crianças, cada sistema social nacional tem o potencial de garantir ao menos uma cadeia de fornecimento alimentar regulada para crianças durante a transição justa, idealmente acompanhada do acesso a um benefício infantil como componente principal de qualquer sistema de proteção social voltado à infância. Esses sistemas podem ser gerenciados de tal forma que as compras de alimentos sejam protegidas contra o aumento de preços e, de fato, se beneficiem de economias de escala em um momento em que a inflação dos preços dos alimentos provavelmente será uma preocupação. Eles também podem contribuir para o fortalecimento da força de trabalho social e ajudar a reduzir os desafios relacionados à requalificação da força de trabalho, ao desemprego e ao aumento da pobreza de renda no nível familiar, beneficiando uma parte da força de trabalho em todas as regiões de um país.

Evidências emergentes de novos estudos de controle randomizados

Em 2021, em parceria com o Banco Mundial, o WFP lançou a Janela de Avaliação de Impacto de Programas Baseados na Escola para gerar um corpo de evidências generalizáveis sobre a alimentação escolar, concluindo várias avaliações de impacto rigorosas que abordam questões semelhantes. Essas avaliações usaram projetos experimentais²⁴ para avaliar até que ponto a alimentação escolar contribui para os resultados das crianças; apoiar famílias e atores na cadeia de valor da alimentação escolar; e como diferentes modalidades de implementação do programa e intervenções complementares influenciam esses resultados. Desde o início da janela, seis avaliações de impacto experimentais começaram na Gâmbia, Jordânia, Burundi, Guatemala, Malawi e Madagascar.

Três anos após o lançamento da Janela de Avaliação de Impacto de Programas Baseados na Escola, várias descobertas surgiram das avaliações de impacto em andamento.

I. A alimentação escolar tem um impacto positivo significativo na segurança alimentar, na diversidade alimentar e no bem-estar mental das crianças, especialmente das meninas.

Na Gâmbia, um estudo controlado randomizado comparou mais de 2 mil crianças em 92 escolas que foram designadas aleatoriamente para receber uma alimentação escolar ou nenhuma intervenção.²⁵ O estudo mostrou que fornecer uma refeição quente na escola tem um impacto positivo estatisticamente significativo na segurança e na diversidade alimentar e nos indicadores de bem-estar de uma criança, como estresse e depressão. A proporção de crianças que relataram níveis aceitáveis de segurança alimentar aumentou 12%²⁶ e a proporção de crianças que relataram uma pontuação de diversidade alimentar acima da média aumentou 22%,²⁷ impulsionada pelo aumento da ingestão de vários grupos de alimentos.

²⁴ Como ensaios clínicos randomizados e testes A/B.

²⁵ Com as escolas no grupo de comparação priorizadas para a introdução gradual após a conclusão da avaliação e ampliação do programa.

²⁶ A segurança alimentar foi capturada por meio da Escala de Experiência de Insegurança Alimentar, incluindo um conjunto de oito perguntas que capturaram uma série de níveis de insegurança alimentar na semana anterior. Uma criança era considerada segura em termos de alimentos se tivesse pontuação de pelo menos cinco de oito.

²⁷ A pontuação de diversidade alimentar foi capturada por meio de um recall de 24 horas e incluiu nove grupos de alimentos. A proporção de crianças com uma pontuação de diversidade alimentar acima de cinco grupos de alimentos aumentou nove pontos percentuais, de 37% no grupo de comparação para 45% no grupo de crianças que recebem alimentação escolar, um aumento equivalente a 0,34 grupos de alimentos com uma média de comparação de 5,01 grupos de alimentos.

A proporção de crianças que relataram depressão moderada, moderadamente grave ou grave diminuiu 13%, com padrões semelhantes observados para os níveis de estresse relatados. As evidências mostram que as meninas, em particular, sofreram os maiores impactos como resultado de receber uma refeição quente.

II. Programas de alimentação escolar que compram localmente podem resultar na distribuição de mais alimentação escolar.

Muitos governos estão cada vez mais adquirindo alimentos para a alimentação escolar de pequenos agricultores com o objetivo de impulsionar a agricultura local. No entanto, as evidências empíricas sobre a melhor forma de elaborar programas descentralizados de aquisição de alimentação escolar permanecem limitadas. Os resultados das avaliações de impacto em andamento mostram que a prestação de serviços em programas descentralizados de alimentação escolar é alta. Por exemplo, uma avaliação de impacto simplificada²⁸ em Burundi comparou o desempenho do programa de alimentação escolar (por exemplo, quantidade, diversidade e qualidade das refeições) em 50 escolas selecionadas aleatoriamente que haviam adotado um novo modelo descentralizado de vouchers para commodities, no qual os produtos eram adquiridos de agricultores locais, com 45 escolas selecionadas aleatoriamente que continuaram a usar o modelo antigo de aquisição, em que o WFP comprava principalmente nos mercados internacionais. As evidências mostram que o novo modelo de vale de commodities foi bem-sucedido no aumento dos dias gerais de alimentação escolar em uma média de 75%.

III. A alimentação escolar representa uma oportunidade econômica significativa para os trabalhadores e agricultores locais.

Evidências de um estudo controlado randomizado na Jordânia mostram que a renda individual das mulheres trabalhadoras mais do que triplicou quando ofereceram trabalho na produção de refeições saudáveis no Programa Nacional de Alimentação Escolar. A renda familiar aumentou em um terço e também foram identificadas melhorias significativas na satisfação com a vida das mulheres e nas atitudes dos homens em relação às normas de gênero. Evidências da avaliação no Burundi mostram que uma proporção significativa das receitas das cooperativas veio das vendas para as escolas, mostrando o potencial da alimentação escolar para gerar renda para os

²⁸ As avaliações de impacto lean são realizadas usando um projeto experimental para testar modalidades alternativas de implementação. Em vez de se concentrar nos resultados, as avaliações de impacto reduzido se concentram na comparação de dados no nível de saída e dependem principalmente de sistemas de monitoramento já existentes para a coleta de dados. Isso tem a vantagem de minimizar os custos de coleta de dados, ao mesmo tempo em que fornece evidências confiáveis sobre a implementação.

agricultores e cooperativas locais. Dois ensaios clínicos randomizados no Malaui e no Burundi, que devem ser concluídos até 2026, estão avaliando explicitamente o impacto dos programas de alimentação escolar baseada em compras locais nos agricultores familiares e na economia local.

À medida que a primeira onda de avaliações de impacto é concluída na Jordânia, Guatemala e Gâmbia, o WFP está explorando a viabilidade de novos programas e países que se juntam à Janela de Avaliação de Impacto de Programas Baseados na Escola. Novos países serão aceitos na janela enquanto houver demanda e uma avaliação de impacto rigorosa for viável. As avaliações de impacto serão realizadas em colaboração com os parceiros técnicos do WFP, incluindo (entre outros) o departamento de Avaliação de Impacto no Desenvolvimento do Banco Mundial e o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar. Embora as perguntas de avaliação específicas para cada avaliação de impacto dependam em grande parte das prioridades do escritório nacional, espera-se que as avaliações de impacto realizadas como parte da janela contribuam com evidências rigorosas nas três áreas temáticas a seguir:

- O impacto das intervenções de alimentação escolar e atividades complementares nos resultados nutricionais, de saúde e de aprendizagem das crianças; sua relação custo-benefício relativa; e até que ponto os benefícios dos programas de alimentação escolar variam de acordo com a idade, o gênero e ao longo do ano, dependendo das flutuações sazonais, choques e fatores de estresse.
- O impacto dos programas de alimentação escolar com compras locais na economia local, incluindo a renda dos agricultores, as receitas das cooperativas e os preços de mercado; e até que ponto diferentes modelos de aquisição combinados com intervenções de cultivo e subsistência podem apoiar os agricultores e as comunidades no aumento de sua resiliência e adaptação aos choques climáticos.
- Quais modelos de compra e implementação são mais adequados e econômicos, e apoiam a transição dos programas de alimentação escolar para os governos nacionais e autoridades locais.

Quadro 3.2

Teste para alimentação escolar nutricionalmente ideal no Camboja

Um estudo randomizado por agrupamento foi realizado no Camboja, envolvendo 40 escolas em três regiões do país. Vinte crianças por escola foram selecionadas no início do estudo de acordo com critérios de elegibilidade predeterminados. As escolas foram distribuídas na proporção de 1:1 entre os grupos de controle e de intervenção.

Durante três meses, as crianças que participaram da intervenção receberam alimentação escolar que cumpria as novas diretrizes e padrões nutricionais em vez da alimentação escolar regular, enquanto as escolas de controle continuaram servindo suas refeições regulares sem qualquer modificação. As crianças nas escolas de intervenção também participaram de aulas e atividades regulares de educação alimentar, destinadas a agregar valor à alimentação escolar e apoiar o consumo das refeições aprimoradas.

A ingestão alimentar entre as crianças em idade escolar foi avaliada na linha de base e no final do estudo usando recordatórios quantitativos de 24 horas, com um segundo recordatório não consecutivo entre uma subamostra de 240 crianças. Os registros de alimentos pesados da alimentação escolar também foram calculados para medir a ingestão e o desperdício. Os dados da linha de base foram coletados de março a junho de 2023 e os dados finais foram coletados em agosto-setembro de 2024.

Os resultados primários do estudo serão o efeito nas crianças da ingestão habitual de frutas, vegetais, alimentos de origem animal e lanches ricos em sal, açúcar e gordura. Os resultados secundários incluem as diferenças na ingestão habitual de energia, proteínas e micronutrientes das crianças e dos principais grupos alimentares da dieta doméstica em todos os braços do estudo. A aceitabilidade da alimentação e a fidelidade à implementação também foram avaliadas.

Os resultados do estudo estarão disponíveis em 2025 e serão divulgados primeiro ao Ministério da Educação, Juventude e Esportes do Camboja; seguido pelas comunidades que participaram do estudo por meio de atividades de divulgação; e pelas comunidades internacionais de pesquisa e profissionais de alimentação escolar, por meio de apresentações em conferências científicas, webinários técnicos e publicações revisadas por pares.

3.2 Novas evidências sobre a prática de planejamento

O mundo alimenta aproximadamente 466 milhões de crianças todos os dias por meio de programas nacionais de alimentação escolar que os governos implementam e apoiam. Entender o que funciona e o que não funciona é fundamental para projetar programas novos e mais eficientes e para fortalecer os programas já em vigor. Esta seção explora os dados de estudos de caso de programas reais que operam em escala; em seguida, examina o progresso feito no estabelecimento de padrões para programas; e, por fim, analisa o trabalho da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão para a Alimentação Escolar, que está explorando o importante papel dos municípios na entrega de programas de alimentação escolar.

Exemplos emergentes de boas práticas em programas nacionais

A Comunidade de Práticas de “Bons Exemplos” do Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar apoia as equipes nacionais na elaboração de estudos de caso sobre programas nacionais de alimentação escolar em todos os Estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar. Os estudos de caso são escritos por equipes nacionais de acadêmicos, profissionais e partes interessadas, e o formato fornece uma maneira simples e eficaz de resumir e compartilhar experiências no planejamento da alimentação escolar. Ao documentar as inovações implementadas por agricultores, comunidades, governos, setor privado e sociedade civil, esses estudos de caso servem como fonte de inspiração para os países que buscam expandir seus programas. Mais de 50 estudos de caso de países estão atualmente em andamento e 21 estudos foram publicados até o momento, abrangendo quatro continentes. Com base nessa coleção de estudos de caso, várias ferramentas de pesquisa foram usadas para identificar boas práticas comuns. As ciências da solução, as ferramentas de análise semântica e a inteligência artificial tornaram possível destacar as primeiras “ideias inteligentes” que aparecem em vários estudos de caso, como:

Padrões nutricionais: é fundamental usar padrões nutricionais para melhorar a qualidade e a diversidade da alimentação escolar. Uma maior variedade nos cardápios contribui para refeições mais saudáveis e equilibradas.

Valorização cultural e fornecimento local: incorporar elementos culturais aos cardápios permite promover produtos locais e tradições culinárias (por exemplo, alimentos e receitas tradicionais ou regionais). Ao adquirir ingredientes tradicionais, os programas de alimentação escolar apoiam as compras locais, fortalecem os sistemas alimentares por meio de pequenos produtores e cadeias de suprimentos e contribuem para a soberania alimentar nacional.

Engajamento da comunidade: envolver alunos, pais, comunidades e autoridades locais na concepção e implementação de programas de alimentação escolar aumenta a propriedade nacional.

Abordagem escolar abrangente: adotar uma abordagem holística que vá além da oferta de refeições de qualidade, integrando ações complementares de educação nutricional e em saúde, favorece comportamentos sustentáveis e promotores da saúde. Os professores desempenham um papel crucial no incentivo a práticas que apoiam o bem-estar.

Direcionamento geográfico e orçamentário para crianças vulneráveis: alguns países direcionam orçamentos para crianças vulneráveis, contribuindo para a redução da pobreza (por exemplo, Etiópia e Benin). O direcionamento geográfico, às vezes, é empregado para proteger as crianças da radicalização ou recrutamento por grupos militantes. Enquanto outros países, como a Finlândia, introduziram refeições gratuitas para todas as crianças, posicionando os programas de alimentação escolar como uma alavanca para a equidade nacional. As famílias beneficiárias relatam melhorias significativas nas condições de vida e redução das despesas com alimentos devido aos programas de alimentação escolar (por exemplo, Burundi).

Governança coordenada: em países onde diversas entidades (incluindo ONGs) estão envolvidas, a criação de uma agência nacional permite esforços coordenados e garante o cumprimento das políticas públicas sobre padrões nutricionais e fornecimento local. Por exemplo, foram criadas agências de alimentação escolar no Burundi e no Togo, com requisitos de adesão para aqueles que trabalham no setor.

Medidas de emergência para resiliência: o estabelecimento de medidas de emergência garante a continuidade e a resiliência dos programas de alimentação escolar, como visto na Ucrânia.

Alimentação escolar sustentável: modelos de compra local, tecnologias de culinária limpa e refeições vegetarianas ajudam a reduzir a pegada de carbono da alimentação escolar (por exemplo, Quênia e França).

Investimento em infraestrutura de cantina e acesso a água potável: o investimento em infraestrutura de alimentação escolar e acesso a água potável garante a funcionalidade da cantina e melhora a conformidade com os padrões de segurança e higiene alimentar. A falta de água potável nas escolas pode levar ao fechamento de cantinas (por exemplo, Benin).

A Comunidade de Práticas de “Bons Exemplos”, juntamente com o Consórcio de Pesquisa, organiza vários eventos que permitem que os membros troquem experiências com especialistas internacionais. Por meio de discussões em vários países, os membros obtêm informações valiosas, compartilham conhecimento e acessam soluções testadas. Essa troca de conhecimento acelera a disseminação de soluções inteligentes e ideias inovadoras e promove a ampliação de programas de alimentação escolar de qualidade em todo o mundo.

Uma agricultora guatemalteca planta cebolas para vender às escolas.
WFP/Giulio d'Adamo



Estabelecer novas diretrizes e padrões holísticos nutricionais para a alimentação escolar: o ponto de partida para alcançar melhores resultados nutricionais

Várias revisões sistemáticas e a análise das boas práticas de programação descritas acima demonstraram que a aplicação de fortes padrões nutricionais para a alimentação escolar e outros tipos de alimentação escolar pode melhorar a qualidade da dieta e os resultados nutricionais entre crianças em idade escolar em várias origens socioeconômicas (Cohen et al., 2021; Durão et al., 2024; Micha et al., 2018). O desenvolvimento e a implementação de diretrizes e padrões nutricionais foram, portanto, recomendados por várias organizações para garantir que os programas de alimentação escolar atendam às suas metas de dieta e nutrição pretendidas (FAO, 2019a; Global Panel, 2015).

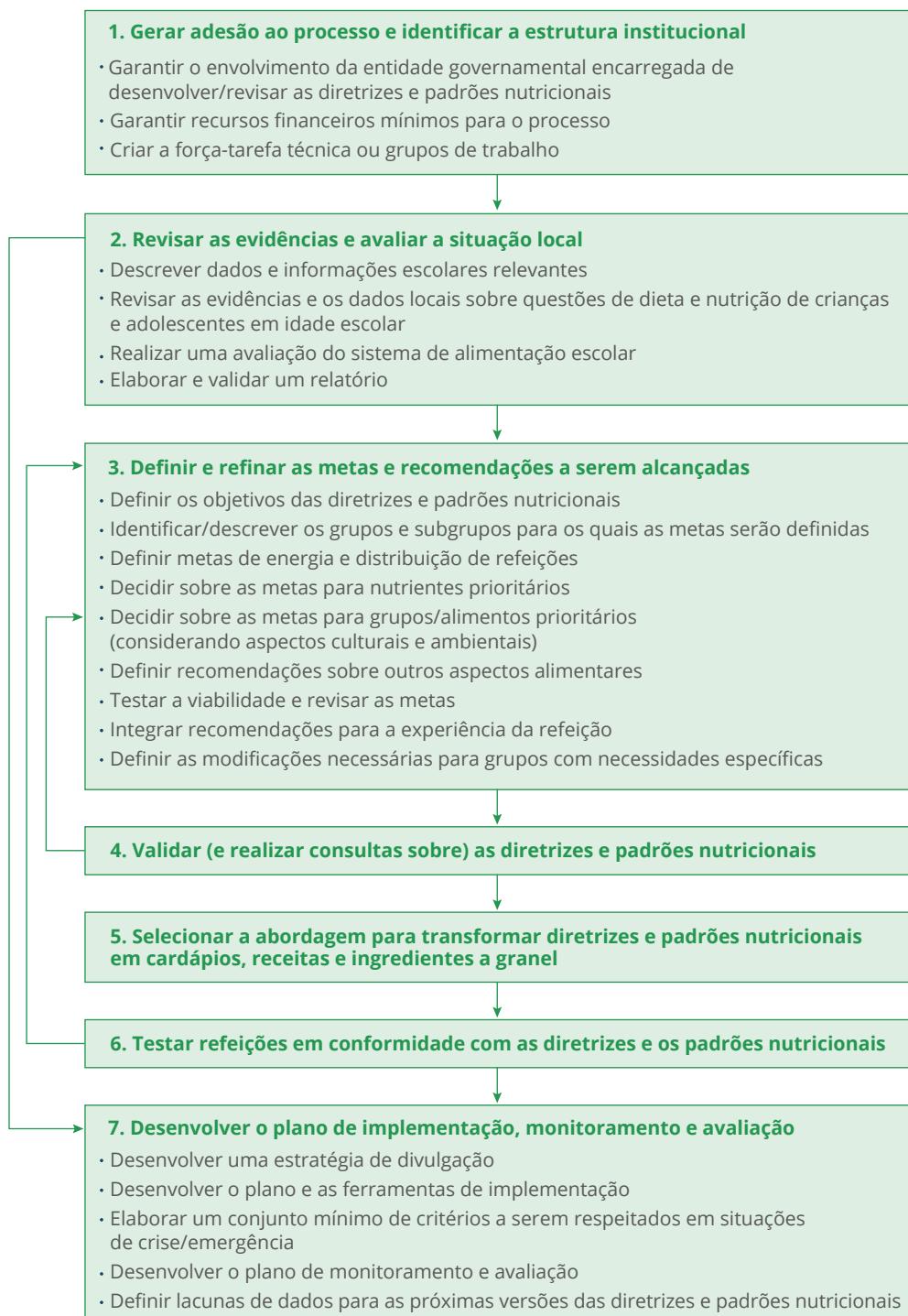
Em resposta a uma clara demanda dos países por orientação sobre como desenvolver tais diretrizes e padrões nutricionais para seus programas nacionais de alimentação escolar, a FAO (em parceria com o WFP por meio de um projeto apoiado pelo Ministério Federal Alemão de Alimentação e Agricultura) desenvolveu recentemente uma metodologia detalhada que pode ser adotada por países em todo o mundo.

Essa metodologia foi testada no Camboja e em Gana, com base em dados de várias avaliações de linha de base realizadas no âmbito do projeto. Essas avaliações incluíram pesquisas de consumo de alimentos, avaliações do ambiente alimentar escolar e estudos qualitativos das percepções e práticas das crianças e dos funcionários da escola em torno da alimentação escolar, assim como avaliações das necessidades legais e de capacidade. Em combinação com outros estudos relevantes, esses dados foram usados para derivar metas contextualizadas de energia, nutrientes e alimentos para a alimentação escolar. O processo também resultou em recomendações para melhorar a experiência da refeição e fortalecer as conexões entre a alimentação escolar e a educação alimentar.

Agora perto da conclusão, a metodologia incorpora as lições aprendidas na fase de testes e deve ser lançada em 2025. Ela aplica uma lente de direitos humanos e está estruturada em sete fases, cada uma com etapas iterativas (consultar a Figura 3.3). A metodologia não apenas considera os dados do estado alimentar e nutricional para definir metas, mas também fatores nos objetivos de sustentabilidade ambiental, possibilidades do sistema de alimentação escolar, aspectos socioculturais e possíveis consequências não intencionais da adoção dos padrões.

Figura 3.3

Visão geral das fases e etapas para desenvolver diretrizes e padrões nacionais de nutrição para a alimentação escolar



Fonte: Contribuição da equipe técnica da FAO sobre diretrizes e padrões nutricionais.

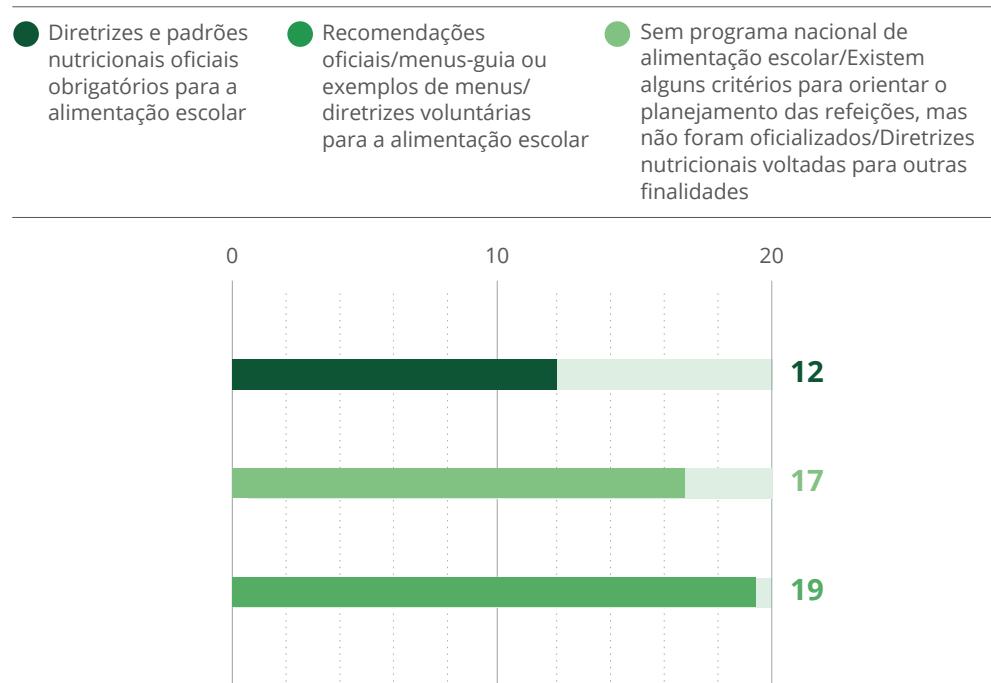
No Camboja, foi realizado um estudo para avaliar o impacto das diretrizes e padrões nutricionais para a alimentação escolar, desenvolvidos por meio da aplicação da metodologia, na qualidade da dieta das crianças. Os dados finais foram coletados e espera-se que os resultados reforcem a advocacy para otimizar o orçamento nutricional do programa (consultar o Quadro 3.2).

Paralelamente ao piloto no Camboja e em Gana, um exercício de inventário está em andamento para avaliar a situação das diretrizes e padrões nutricionais para a alimentação escolar em todo o mundo. O objetivo é identificar os desafios mais comuns que os técnicos e as partes interessadas enfrentam no desenvolvimento, implementação e avaliação de suas diretrizes e padrões nutricionais para a alimentação escolar, garantindo que a metodologia seja adequada ao seu propósito. No momento da publicação, 48 países foram entrevistados e apenas 12 relataram que tinham padrões oficiais e obrigatórios de nutrição da alimentação escolar (consultar a Figura 3.4).

Figura 3.4

Situação das diretrizes e padrões nutricionais da alimentação escolar em países que participaram do exercício de inventário

Dos 48 países entrevistados como parte do exercício de inventário, apenas 12 têm padrões obrigatórios de diretrizes de nutrição para a alimentação escolar.



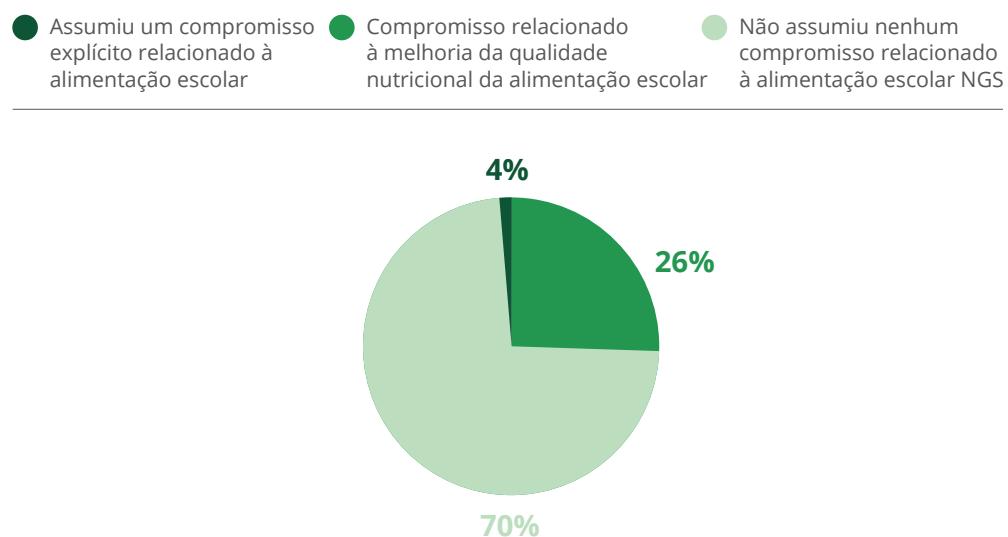
Fonte: Contribuição da equipe técnica da FAO sobre diretrizes e padrões nutricionais.

O interesse está crescendo entre os membros da Coalizão para a Alimentação Escolar para desenvolver ou atualizar seus padrões como parte dos esforços nacionais para melhorar a qualidade dos programas de alimentação escolar. Em outubro de 2024, 12 dos 46 países que assumiram compromissos se comprometeram especificamente a desenvolver ou revisar suas diretrizes e padrões nacionais de nutrição para alimentação escolar (ver Figura 3.5).

Figura 3.5

Número de países-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar com compromissos relevantes para as diretrizes e padrões nutricionais para a alimentação escolar

Cerca de 30% dos países com compromissos com a Coalizão para a Alimentação Escolar assumiram compromissos relevantes para as diretrizes e padrões nutricionais para a alimentação escolar.



Fonte: Contribuição da equipe técnica da FAO sobre diretrizes e padrões nutricionais.

Prática de programação no nível municipal: novas evidências emergentes da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro

A Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro da Coalizão para a Alimentação Escolar apresentou descobertas perspicazes e está comprometida em servir como uma plataforma para liderar novas evidências sobre o status atual dos programas de alimentação escolar e definir a agenda sobre a alimentação escolar em nível internacional.

Primeiro, foi publicado o relatório *School Meals: the transformative potential of urban food policies* (Alimentação escolar: o potencial transformador das políticas alimentares urbanas), (MUFPP, 2024) definindo uma taxonomia comum sobre a infraestrutura do serviço de alimentação escolar, os diversos modelos de programas de alimentação escolar existentes e as responsabilidades em vigor nos ambientes de alimentação escolar nas cidades. Essa taxonomia representa um avanço fundamental na criação de um vocabulário compartilhado entre as cidades, facilitando o compartilhamento das melhores práticas e melhorando o potencial de intercâmbios de aprendizagem. O relatório também oferece uma biblioteca de bons exemplos pertencentes à comunidade do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, que pode ser usada como inspiração para cidades de diferentes áreas do mundo, ansiosas para fortalecer seus programas de alimentação escolar.

Em segundo lugar, na iniciativa, foi desenvolvido o *primeiro banco de dados de sistemas alimentares urbanos* em todo o mundo. O banco de dados visa mapear o sistema alimentar urbano das cidades signatárias do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão e entender melhor as necessidades específicas de aprendizagem, por meio de uma pesquisa estruturada. O projeto da pesquisa passou por várias revisões participativas com o Comitê Diretivo do Pacto de Milão para garantir que aspectos relevantes de diferentes áreas do mundo fossem devidamente cobertos. O Consórcio de Pesquisa e a Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão para a Alimentação Escolar também apoiaram de forma abrangente o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa final incluiu 61 perguntas escritas articuladas nas seis categorias do Pacto de Milão. As áreas de investigação incluíram a estrutura de governança do sistema alimentar urbano; aspectos relacionados a dietas e nutrição sustentáveis; ações sobre equidade social e econômica; e práticas envolvendo produção, fornecimento e distribuição de alimentos e desperdício de alimentos.

O foco principal foi dedicado aos programas de alimentação escolar, com um total de 20 perguntas preparadas. A pesquisa foi enviada online para 290 cidades signatárias e foi complementada por entrevistas com funcionários responsáveis da cidade para investigar melhor um subconjunto de aspectos relacionados aos programas de alimentação escolar. Sessenta cidades responderam à pesquisa. O banco de dados emergente é o primeiro do tipo a descrever sinteticamente os esforços das cidades na governança do sistema alimentar e, especificamente, dos programas de alimentação escolar, dentro dos limites urbanos.

Ele servirá como uma nova base para pesquisas futuras, ações práticas direcionadas a experiências e lições aprendidas e para facilitar a identificação de prefeitos campeões.

Por fim, foi elaborado um *inventário abrangente das práticas do programa de alimentação escolar dos países da ASEAN*. Como parte do projeto – Disseminação de Experiências e Conhecimentos sobre Programas de Alimentação Escolar nas Cidades dos países da ASEAN – os funcionários públicos municipais de oito Estados-membros de países da ASEAN elaboraram uma proposta de trabalho com o objetivo de desenvolver projetos de programas de alimentação escolar a serem implementados em suas cidades de origem. Para cada proposta de trabalho do projeto (cocriada com as ferramentas de política alimentar desenvolvidas no projeto de pesquisa Trilhas Alimentares do Horizonte 2020), o inventário inclui detalhes sobre o status atual do programa de alimentação escolar na cidade e as necessidades específicas que a proposta visa atender. Em seguida, descreve a ambição do projeto, os objetivos específicos, a escala e a duração esperada do projeto a ser implementado, o impacto concreto em relação aos objetivos estabelecidos e o monitoramento a ser usado para medir esse impacto. Por fim, o inventário inclui um plano de trabalho detalhado para implementar a proposta de trabalho do projeto, juntamente com as possíveis barreiras que podem desafiar a implementação e os recursos financeiros e humanos necessários. O objetivo do inventário é triplo: no curto prazo, informar a implementação do projeto e fornecer apoio adequado às cidades; enquanto, no longo prazo, sistematizar o status da alimentação escolar nas cidades e avaliar se o fornecimento de alimentação escolar está aumentando ou diminuindo; e apoiar os processos de advocacy na região da Ásia-Pacífico, de acordo com os objetivos dos países da ASEAN, para colocar a alimentação escolar como uma prioridade central para os investimentos.

Quadro 3.3

Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar – Experiência do país no uso da ferramenta política SABER para autoavaliação e benchmarking de programas nacionais de alimentação escolar

Em 2011, o Banco Mundial desenvolveu a iniciativa Abordagem de Sistemas para Melhores Resultados Educacionais (SABER) para orientar os países de baixa renda e de renda média-baixa na concepção, fortalecimento e acompanhamento de suas políticas nacionais do sistema educacional. Esta iniciativa concentrou-se principalmente no setor da educação, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de estruturas políticas sólidas para melhorar os resultados de aprendizagem. Em 2012, Donald Bundy, então com a Vice-Presidência de Desenvolvimento Humano do Grupo Banco Mundial, trabalhou com uma equipe de várias agências (incluindo os autores da orientação política de 2009 intitulada *Repensando a Alimentação Escolar* (Bundy et al., 2009)) para criar duas estruturas adicionais do SABER que buscavam vincular o bem-estar infantil aos resultados educacionais: por meio de intervenções de saúde escolar (Saúde Escolar do SABER) e o fornecimento de alimentação escolar (Alimentação Escolar do SABER) (World Bank Group Education Global Practice, 2016).

A inclusão de estruturas multisectoriais coincidiu com dois marcos: primeiro, o reconhecimento do setor de educação do importante papel das intervenções de saúde e nutrição escolar para a saúde, desenvolvimento e educação de crianças em idade escolar no Fórum Mundial de Educação em Dacar, Senegal, em 2000 (UNESCO, 2014) ; e segundo, as demandas lideradas pelo país para expandir os programas nacionais de alimentação escolar como uma rede de proteção social durante a Crise Alimentar, de Combustível e Financeira de 2008 (Bundy et al., 2009)

A ferramenta política SABER do Banco Mundial ajuda os países a coletar sistematicamente informações sobre a qualidade de suas políticas de alimentação escolar e identificar prioridades açãoáveis usando uma estrutura para comparar as políticas atuais com as boas práticas (World Bank, 2012). O SABER é incomum por ser um processo liderado e realizado pelo governo, que envolve partes interessadas de todos os setores relevantes, incluindo saúde, educação e agricultura, o que ajuda a alcançar um consenso sobre compromissos nacionais ambiciosos, porém realistas, para fortalecer os programas atuais de alimentação escolar. Essa abordagem ajuda a garantir que as políticas sejam sustentadas mesmo quando houver mudanças na liderança política.

Uma revisão realizada por (Schultz et al., 2024) documentou a adoção de ferramentas políticas relevantes do SABER na última década e descobriu que o SABER foi adotado em todo o mundo, particularmente em países de baixa renda e de renda média-baixa e na África; e hoje faz parte da economia política das nações e de um mecanismo institucionalizado para os governos se autoavaliarem e fortalecerem seus programas nacionais de alimentação escolar. A ferramenta foi conduzida pelo menos 81 vezes em 59 países em todas as classificações de renda, com dois terços de todas as aplicações realizadas na África Subsaariana. Essa ampla aceitação mostra que o SABER se tornou um mecanismo institucionalizado para os governos se autoavaliarem e fortalecerem seus programas nacionais de alimentação escolar.

Figura 3.6

Número acumulado de exercícios de Saúde e Alimentação Escolar do SABER concluídos desde 2012 globalmente e na África Subsaariana, por ano



A análise de 51 pesquisas comparáveis de Alimentação Escolar do SABER concluídas entre 2012 e 2021 sugere que os países com estruturas nacionais de alimentação escolar estabelecidas há mais tempo também tendem a ser mais avançados em outras áreas políticas e vice-versa. Vários países consideraram a ferramenta útil o suficiente para concluí-la várias vezes, revelando um potencial

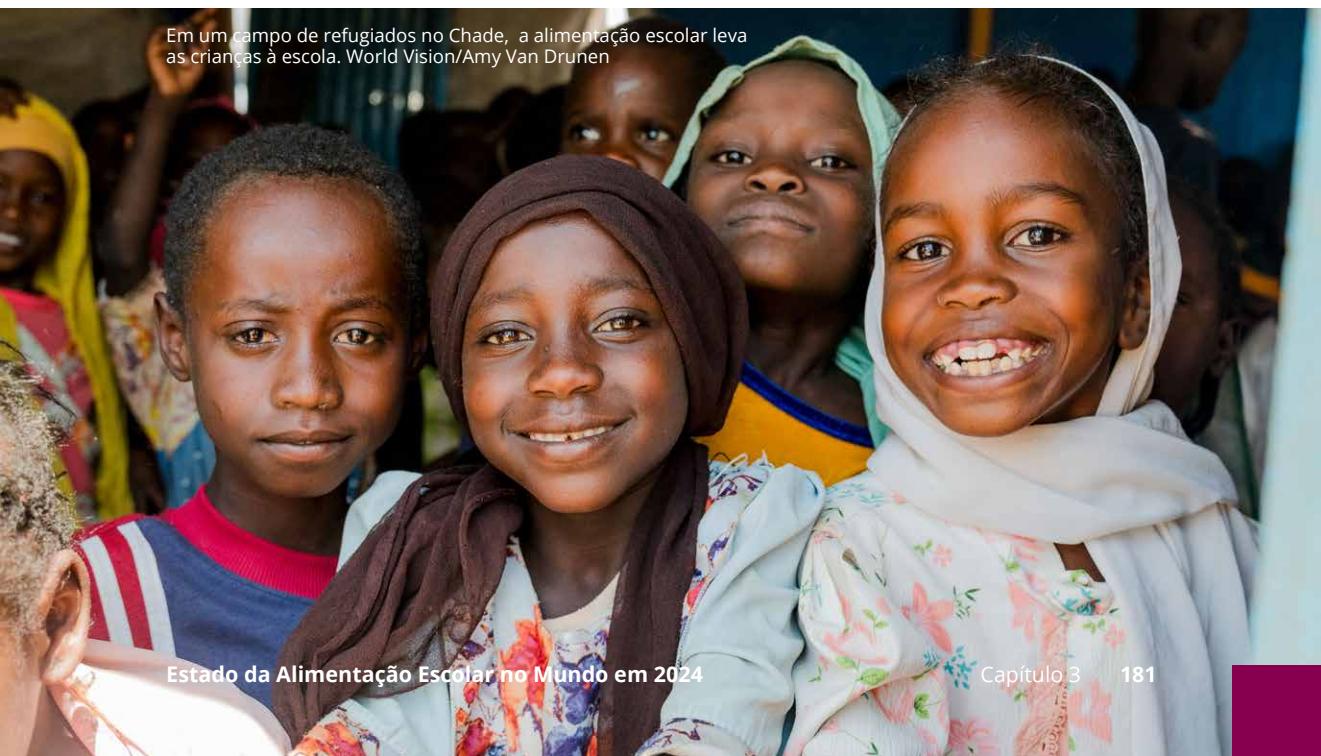
papel secundário de acompanhar o progresso da política ao longo do tempo, se administrada rotineiramente.

Dadas as complementaridades entre a alimentação escolar e outras intervenções de saúde na escola, o Banco Mundial, o WFP e o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar combinaram os principais elementos da estrutura de Alimentação Escolar do SABER e Saúde Escolar do SABER em uma única ferramenta política abrangente. O “Healthy-SABER” tem como objetivo envolver ainda mais os atores multissetoriais na concepção de políticas de saúde escolar eficazes e holísticas e esclarecer as principais áreas para novos investimentos.

Atualmente, está sendo implementado por governos em toda a África. É provável que o SABER se torne uma ferramenta cada vez mais importante para os países-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar. O SABER pode ser usado pelos Estados-membros da Coalizão como uma ferramenta para desenvolver compromissos nacionais ambiciosos, porém realistas, para melhorar e dimensionar a programação nacional atual.

A realização de exercícios repetidos também mostraria progresso em direção à presença de uma política de custos e linha orçamentária; padrões nacionais para alimentação escolar; compra local para cardápios de alimentação escolar; e se a alimentação escolar faz parte de um pacote complementar de serviços de saúde escolar.

Em um campo de refugiados no Chade, a alimentação escolar leva as crianças à escola. World Vision/Amy Van Drunen



Quadro 3.4

O Centro Global de Alimentação Escolar

Lançado em 2022, o Centro Global de Alimentação Escolar é uma plataforma de intercâmbio de conhecimentos e um balcão único para recursos e perfis de países sobre alimentação e nutrição escolar de todo o mundo.

O centro atende a dois públicos principais: profissionais, técnicos e formuladores de políticas; e crianças em idade escolar, adolescentes, funcionários da escola, famílias e todos os interessados em alimentação escolar, nutrição infantil, ambientes alimentares escolares, educação alimentar e tudo o que estiver relacionado!

O centro foi desenvolvido pela FAO em colaboração com o WFP, apoiado pelo Ministério Federal Alemão de Alimentação e Agricultura. Seu design e escopo foram ainda mais enriquecidos por meio de consultas com especialistas técnicos do UNICEF, UNESCO, OMS, FIDA, GCNF, CGIAR, LSHTM, UN Nutrition, GIZ e Coalizão para a Alimentação Escolar.

No momento da publicação, o centro inclui mais de 40 perfis de países, mostrando vários aspectos que geralmente não são documentados e publicados em outros lugares, como a forma como os critérios nutricionais para o planejamento da alimentação escolar são determinados; as políticas e instrumentos em vigor para regular o ambiente alimentar escolar; e se a educação alimentar está integrada nos sistemas escolares e como é implementada.

Cada perfil está vinculado a outras plataformas, como a Global Child Nutrition Foundation, que reúne e apresenta dados quantitativos sobre programas de alimentação escolar, e aos bancos de dados FAOLEX e Direito à Alimentação, que abrigam políticas e legislação de nutrição escolar e fornecem detalhes sobre o nível de reconhecimento que o Direito à Alimentação recebe nas constituições nacionais. Os perfis também fazem referência a estudos e relatórios relevantes realizados no país, como estudos de caso,²⁹ avaliações de impacto e muito mais.

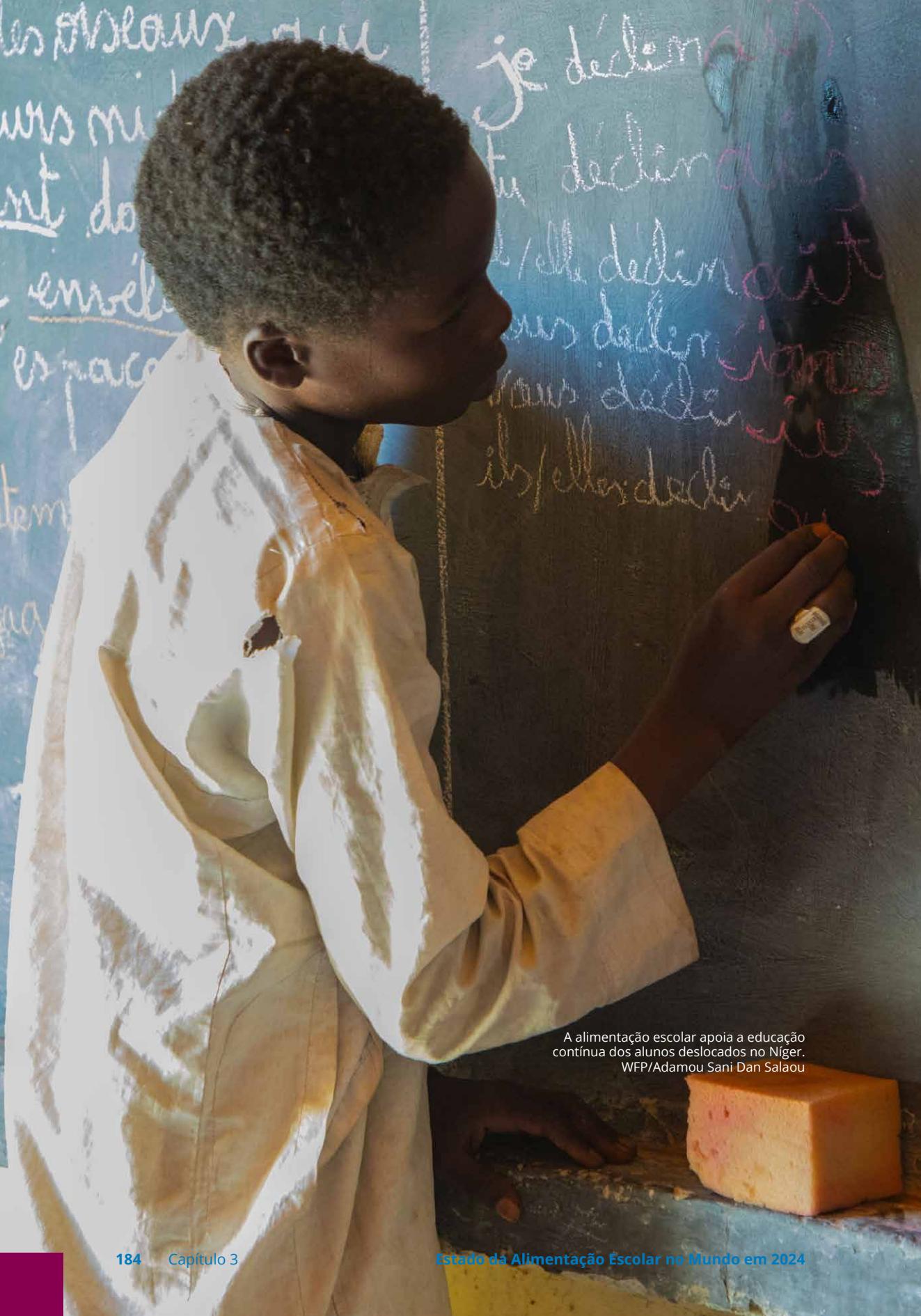
²⁹ Vários desses estudos de caso foram desenvolvidos sob a supervisão da Comunidade de Práticas de "Bons Exemplos" do Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar.
<https://www.fao.org/platforms/school-food/countries-corner/good-practices-and-case-studies/school-meals/en>

Ao navegar pelos perfis, os usuários podem descobrir detalhes dos grupos de alimentos que devem fazer parte das refeições fornecidas às crianças, em quais frequências e em que essas recomendações se baseiam. Eles também podem comparar como esses critérios nutricionais são traduzidos em cardápios e receitas; se são voluntários ou obrigatórios; e se a conformidade é monitorada no nível escolar e como. Os usuários podem explorar como a educação alimentar e nutricional está integrada nos currículos nacionais; o que se espera que os alunos aprendam; quais séries ela abrange e até mesmo acessar materiais de aprendizagem que são usados pelos alunos.

Uma característica fundamental do Centro Global de Alimentação Escolar é o “canto da juventude”, onde crianças e adolescentes em idade escolar podem compartilhar mensagens principais sobre a importância da alimentação escolar nutritiva em suas redes sociais. Eles também podem enviar vídeos, fotos e histórias que refletem o que é importante para eles e qual é a sua visão para os ambientes alimentares escolares. No final de 2024, nove alunos foram escolhidos entre mais de 60 inscrições em todo o mundo feitas por meio do centro, para se tornarem defensores da alimentação escolar da FAO-WFP-SMC. Os alunos selecionados³⁰ usarão suas vozes para defender os direitos das crianças a uma alimentação escolar nutritiva e mais sustentável, participar de eventos globais e compartilhar suas experiências por meio de várias mídias.

O centro serve como um repositório de recursos técnicos desenvolvidos por agências da ONU e outras organizações, oferecendo orientação e melhores práticas sobre vários aspectos de design de programas e políticas de alimentação e nutrição escolar. O centro também abriga as últimas revisões sistemáticas sobre as evidências dos programas de alimentação escolar, intervenções multicomponentes de alimentação e nutrição escolar, programas de educação alimentar sobre dieta, nutrição e educação e outros resultados. Saiba mais aqui: <https://www.fao.org/platforms/school-food/en>

³⁰ Saiba mais sobre os jovens defensores aqui: <https://www.fao.org/platforms/school-food/news-and-events/news/news/check-out-the-winners-of-the-school-food-youth-advocate-winner-contest!/en>



A alimentação escolar apoia a educação contínua dos alunos deslocados no Níger.
WFP/Adamou Sani Dan Salaou

Quadro 3.5

Indicadores recomendados pela Ação Global para Medição da Saúde do Adolescente (GAMA) da Organização Mundial da Saúde

A medição da saúde do adolescente tem sido historicamente inconsistente e incompleta, com várias iniciativas de medição promovendo o uso de diferentes indicadores. Isso levou à duplicação do trabalho em algumas áreas relevantes para a saúde do adolescente e a lacunas persistentes de medição em outras. Para melhorar e harmonizar a medição da saúde do adolescente e concentrar os esforços nas questões mais importantes, em 2018, a OMS estabeleceu o Grupo Consultivo da Ação Global para Medição da Saúde do Adolescente (GAMA) com o apoio de outras sete agências da ONU: o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF, UN Women, Grupo Banco Mundial e WFP.

A GAMA realizou um processo estruturado e participativo de cinco anos para selecionar um conjunto de 47 indicadores recomendados para a medição da saúde do adolescente em nível global, regional e nacional. Os indicadores ajudam a ilustrar um quadro abrangente da saúde do adolescente e fornecem uma base para identificar prioridades de ação, alocar recursos adequados, monitorar e avaliar programas e defender essa população crítica.

Os indicadores estão organizados em seis domínios que refletem a abordagem multisectorial necessária para abordar e monitorar o progresso na saúde do adolescente: políticas, programas e leis; desempenho e intervenções dos sistemas; determinantes sociais, culturais, econômicos, educacionais e ambientais da saúde; comportamentos e riscos à saúde; bem-estar subjetivo; e resultados e condições de saúde (consultar a Figura 3.7).

Figura 3.7
Domínios do indicador GAMA



A maioria dos 47 indicadores recomendados para a medição da saúde do adolescente deriva de iniciativas existentes, como a estrutura dos ODS. Portanto, quase todos os países têm dados existentes para muitos dos indicadores.

A Ação Global Acelerada para a Saúde dos Adolescentes (AA-HA!) oferece uma base fundamentada em evidências para usar indicadores em nível nacional no planejamento e na implementação sistemática de programas de saúde e bem-estar voltados para adolescentes. O ponto de partida para a implementação é entender quais dados já estão disponíveis e onde existem lacunas. Isso pode ser concluído com o apoio da OMS e seus parceiros para:

1. Identificar todas as fontes de dados relevantes e sua cobertura de adolescentes por sexo, idade e subpopulação.
2. Preencher os dados disponíveis para os indicadores de saúde dos adolescentes correspondentes.
3. Usar os dados disponíveis para priorizar ações e melhorar a saúde do adolescente.
4. Determinar as lacunas de dados e tomar medidas para preenchê-las.

Esse processo permite que os países abordem sistematicamente as questões de saúde do adolescente mais importantes e coletem informações essenciais adicionais para a ação. As partes interessadas globais também se beneficiam de dados consistentes e harmonizados para orientar as ações globais para melhorar a saúde dos adolescentes e acompanhar o progresso em todo o mundo.

3.3 Financiamento de um avanço – o papel das finanças inovadoras

O que seria necessário para financiar um avanço na oferta de alimentação escolar?

O objetivo da Coalizão para a Alimentação Escolar é garantir que todas as crianças tenham acesso a uma refeição escolar quente todos os dias letivos até 2030. Mas traduzir esse objetivo em entrega exigirá um aumento gradual no financiamento, tanto por meio de orçamentos domésticos quanto da Assistência Oficial ao Desenvolvimento. As finanças inovadoras podem desempenhar um papel de apoio importante.

A pesquisa da Iniciativa de Financiamento Sustentável para Saúde e Nutrição Escolar forneceu algumas estimativas de custos indicativas para um “grande impulso” global no financiamento da alimentação escolar (Watkins et al., 2024). Há uma escassez surpreendente de dados nessa área. A principal fonte de evidências continua sendo um estudo que usa dados de custo de mais de uma década atrás (Gelli & Daryanani, 2013). Ajustando esses dados para a inflação dos Estados Unidos, a pesquisa da Iniciativa de Financiamento Sustentável deriva de um custo de referência de 2023 de 64 dólares por ano por aluno para fornecer alimentação escolar de qualidade decente em países de baixa renda e de renda média-baixa.

Esse número é significativamente maior do que as alocações orçamentárias relatadas no *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* (WFP, 2022), o que implica que qualquer ampliação na oferta de alimentação escolar terá que incluir disposições de financiamento suplementares para os programas atuais.

A Iniciativa de Financiamento Sustentável enfatizou a natureza provisória das estimativas de custos ajustadas. Desde 2018, muitos países em desenvolvimento foram duramente atingidos pela inflação dos preços dos alimentos, o que provavelmente corroeu o valor real dos orçamentos de alimentação escolar. No entanto, o surgimento de programas nacionais de grande escala pode ter levado a reduções de custos. Essas incertezas ressaltam a necessidade de estimativas detalhadas de custos nacionais para orientar o planejamento financeiro.

Duas constatações marcantes emergem dos dados de custo e da análise da Iniciativa de Financiamento Sustentável. A primeira é que, em comparação com o índice de referência da renda nacional, uma ampliação ambiciosa dos programas de alimentação escolar parece plenamente acessível. A título ilustrativo, seriam necessários cerca de 2,7 bilhões de dólares anualmente ao longo de cinco anos para financiar uma expansão da alimentação escolar para alcançar mais 162 milhões de crianças até 2030. Isso representa menos de 0,1% do PIB para países de baixa renda e ainda menos para países de renda média-baixa. Estes são investimentos relativamente pequenos com retornos de desenvolvimento humano muito altos em termos de nutrição infantil, educação e segurança alimentar. Estima-se que a relação custo-benefício esteja entre 7 e 35 dólares (Verguet et al., 2020).

Em comparação com o índice de referência da capacidade orçamentária, o cenário de acessibilidade parece muito diferente. A segunda descoberta é que a maioria dos países de baixa renda e renda média-baixa teria dificuldade em financiar uma rápida ampliação da alimentação escolar apenas com orçamentos domésticos. A maioria desses países emergiu da pandemia de COVID-19 em uma trajetória de crescimento mais baixa, o que reduziu as receitas do governo em um momento de aumento da inflação. Enquanto isso, a dívida insustentável está expulsando investimentos sociais vitais. Em 2023/2024, os países elegíveis para empréstimos concessórios do Banco Mundial tinham um serviço da dívida programado de 88 bilhões de dólares — um valor superior ao que esses países destinam à saúde ou à educação básica. Embora as circunstâncias fiscais variem enormemente, muitos países de baixa renda e de renda média-baixa estão lutando para manter os gastos reais do setor social. No caso da África Subsaariana, uma combinação de aumento da dívida, baixos níveis de arrecadação de receita, acesso restrito a financiamento internacional acessível e queda da ajuda deixou os governos enfrentando o que o Fundo Monetário Internacional descreve como “um grande aperto financeiro”.

As finanças inovadoras podem ajudar a aliviar a pressão. Embora não haja uma definição fixa de finanças inovadoras, elas descrevem essencialmente práticas de mobilização de recursos que vão além do orçamento padrão do governo e das práticas de ajuda internacional. A alimentação escolar é notável por sua ausência nas práticas financeiras inovadoras atuais, mas novas oportunidades estão surgindo. Em um próximo relatório preparado para a Fundação Rockefeller, a Iniciativa de Financiamento Sustentável explorou o cenário financeiro inovador emergente para identificar caminhos promissores para novos e adicionais financiamentos para a alimentação escolar.

Os “impostos sobre o pecado” podem desempenhar um papel mais importante. Quase todos os governos do mundo já tributam o álcool e o tabaco e um número crescente de bebidas açucaradas, em parte para reduzir a demanda por produtos prejudiciais à saúde pública e, em parte, para gerar receita. Estimativas de modelagem baseadas em um relatório preparado pela Força-Tarefa sobre Política Fiscal para a Saúde sugerem que outros 0,6% do PIB poderiam ser arrecadados por meio de impostos sobre produtos de alto risco à saúde (Lane et al., 2021). Esses impostos são fáceis de coletar, geram benefícios para a saúde pública e podem ser projetados para produzir resultados progressivos, com os pobres garantindo mais benefícios e arcando com menos custos.

Os impostos sobre adoçantes à base de açúcar têm uma relevância especial para a alimentação escolar. Muitos governos estão agora usando programas de alimentação escolar para apoiar esforços mais amplos destinados a combater a obesidade e o excesso de peso. A publicidade de bebidas açucaradas para crianças pode ter efeitos não intencionais ou negativos. Usar a receita de impostos sobre adoçantes à base de açúcar para financiar a alimentação escolar é um exemplo de um imposto sobre um “mau público” sendo usado para promover investimentos em um “bem público”. Os impostos sobre alimentos ultraprocessados, como os introduzidos na Colômbia, têm um efeito semelhante.

A receita de hidrocarbonetos também pode ser mobilizada. Muitos países da África Subsaariana e de outras regiões devem garantir receitas significativas da riqueza de recursos naturais, incluindo hidrocarbonetos. Muitas vezes, a riqueza dos recursos naturais é associada à fraca governança, ao lento crescimento econômico e à distorção dos benefícios para grupos sociais mais ricos, a chamada “maldição dos recursos”. Investir as receitas de hidrocarbonetos que entrarão em operação nos próximos anos na alimentação escolar converteria um ativo econômico (temporário) em benefícios (permanentes) de desenvolvimento humano. Países como Senegal, Moçambique e Tanzânia, que provavelmente garantirão receitas substanciais de hidrocarbonetos, poderiam seguir o exemplo da Bolívia, que financia um programa universal de alimentação escolar quase inteiramente com um imposto sobre hidrocarbonetos (Sustainable Financing Initiative for School Health and Nutrition, 2024b).

A destinação de receitas para a alimentação escolar pode servir ao duplo propósito de construir apoio para a tributação e aumentar os níveis de investimento. Muitos economistas de finanças públicas levantam preocupações justificadas sobre a prática de atribuir receitas a linhas orçamentárias específicas, apontando para a rigidez, a volatilidade dos fluxos financeiros e a fraca responsabilidade que muitas vezes se segue. No entanto, a maioria dos países, tanto ricos quanto pobres, destina receitas. Estabelecer uma ligação direta entre a fonte de receitas e os benefícios que podem surgir pode ajudar a defender impostos específicos, fornecer um fluxo previsível de financiamento e construir contratos sociais entre governos e seus cidadãos. Um exemplo notável vem das Filipinas, que destinaram as receitas dos “impostos sobre produtos de alto risco à saúde” para gastos com o seguro nacional de saúde. Pode haver um caso igualmente convincente para destinar parte das novas receitas fiscais de adoçantes à base de açúcar, alimentos ultraprocessados e riqueza de recursos naturais para a alimentação escolar.

A cooperação internacional tem um papel a desempenhar no apoio à transição dos governos para o financiamento integral dos seus programas de alimentação escolar. Atualmente, o esforço de ajuda internacional para a alimentação escolar é cronicamente subfinanciado, totalizando apenas 287 milhões de dólares em 2021, ou 0,1% da assistência ao desenvolvimento, e mal coordenado. Estima-se que sejam necessários 1,2 bilhão de dólares em financiamento internacional para uma grande ampliação dos programas de alimentação escolar. As finanças inovadoras podem mudar esse cenário (Watkins et al., 2024).

Os fundos globais de saúde ilustram o que é possível. O Fundo Global de Combate à Aids, TBC e Malária recorre a uma ampla gama de trocas de dívida, acordos de cofinanciamento e receitas de negócios de marcas corporativas para financiar seu trabalho. Cerca de um quarto da receita canalizada por meio da Gavi, a iniciativa global de vacinas, é proveniente de finanças inovadoras, incluindo títulos subscritos por governos doadores. Embora os fundos de saúde tenham suas próprias características distintas, eles demonstram que a consolidação e a coordenação dos esforços do governo, doadores, filantrópicos e da sociedade civil em torno de metas bem definidas podem criar plataformas para finanças inovadoras em escala.

Nem todas as opções de finanças inovadoras oferecem soluções prontas para a lacuna de financiamento da alimentação escolar. O caso mais claro é o das trocas de dívida (Hurley; & Martin, 2024). Em princípio, os credores podem renunciar a reivindicações de pagamentos futuros do serviço da dívida, permitindo que os governos direcionem a economia para investimentos no setor social, incluindo a alimentação escolar. Na prática, apenas um pequeno grupo de credores oficiais do “Clube de Paris” fornece acordos de troca de dívida, e as regras atuais limitam o escopo para a troca de dívida não concessional. Isso significa que a maioria dos acordos de troca de dívida fornece financiamento limitado e deixa dívidas insustentáveis intactas. A maior parte dos pagamentos realizados por países de baixa renda e de renda média-baixa é destinada a credores privados e fornecedores de mercados emergentes — dívidas que, em geral, não são contempladas em acordos de troca de dívida. Embora haja algumas exceções recentes a essa regra, envolvendo o financiamento da conservação marinha, as opções atuais permanecem limitadas. Isso pode mudar se mais membros do Clube de Paris e credores de mercados emergentes fornecerem acordos de troca de dívida, e as regras forem alteradas para permitir trocas de dívida não concessional. No entanto, uma solução de financiamento sustentável exigirá um alívio da dívida mais amplo, que inclua todos os grupos de credores.

O financiamento climático é outra fonte potencial de financiamento inovador para a alimentação escolar. Conforme destacado no documento técnico do Consórcio de Pesquisa sobre alimentação escolar e sistemas alimentares, programas de alimentação escolar bem projetados e devidamente financiados podem contribuir de forma importante para uma transição verde justa (Research Consortium for School Health and Nutrition, 2023). A aquisição desses programas fornece aos governos um veículo para apoiar a agricultura de baixo carbono, sustentável e regenerativa, ao mesmo tempo em que apoia os meios de subsistência dos pobres rurais por meio de alimentação escolar com compras locais, um componente vital da adaptação às mudanças climáticas. Os mercados criados pelos programas nacionais de alimentação escolar podem criar oportunidades de investimento nas culturas resistentes à seca e biofortificadas necessárias para proteger a segurança alimentar em uma era de aquecimento global.

Apesar desses efeitos bem estabelecidos, a alimentação escolar tem estado quase totalmente ausente do diálogo sobre o financiamento climático (Sustainable Financing Initiative for School Health and Nutrition, 2024a, 2024b). Isso representa uma oportunidade perdida. Atualmente, a precificação do carbono gera 105 bilhões de dólares por ano, e esse número deve aumentar acentuadamente. O financiamento da adaptação às mudanças climáticas também está em ascensão. Em 2023, os bancos multilaterais de desenvolvimento disponibilizaram 29 bilhões de dólares em financiamentos. A pesquisa encomendada pela Iniciativa de Financiamento Sustentável sobre o portfólio do Fundo Verde para o Clima não encontrou quase nenhuma evidência de financiamento para a alimentação escolar.

Para mudar isso, a alimentação escolar precisará ser posicionada como parte de esforços mais amplos para alinhar a reforma do sistema alimentar com iniciativas para lidar com os riscos climáticos e de desastres, que devem começar com os governos nacionais. Uma razão para a ausência de alimentação escolar no financiamento da adaptação às mudanças climáticas é a sua omissão nos documentos de Contribuição Nacionalmente Determinada, por meio dos quais os governos estabelecem seus compromissos com a Agenda de Paris. Incluir o fornecimento de alimentação escolar em documentos de Contribuição Nacionalmente Determinada pode ser uma ação concreta. Além disso, os bancos multilaterais de desenvolvimento e os fundos climáticos poderiam fazer muito mais para integrar a alimentação escolar em suas operações. Há também uma necessidade urgente de redistribuir o financiamento mobilizado por meio de taxas de carbono.

Mecanismos de financiamento combinado também podem contribuir.

Embora essa categoria de finanças inovadoras abranja uma vasta gama de instrumentos, incluindo investimentos verdes, sustentáveis, sociais e títulos de impacto, ela descreve a mobilização de investimentos privados por meio de finanças públicas na forma de garantias de risco. Em certos aspectos, a alimentação escolar não é passível de financiamento misto porque esses tipos de investimento precisam gerar lucro para os investidores. No entanto, há um potencial inexplorado para parcerias público-privadas investirem no desenvolvimento da agricultura de pequenos agricultores e das pequenas e médias empresas que ligam as fazendas às escolas.

Novas abordagens para garantias de risco podem ter um papel mais significativo. Fornecer garantias pode reduzir os riscos associados aos empréstimos, permitindo que os bancos multilaterais de desenvolvimento emprestem mais. O Mecanismo Internacional de Financiamento para a Educação combina garantias de risco e subsídios de taxa de juros para desbloquear o financiamento do banco multilateral de desenvolvimento em termos acessíveis. Enquanto a ajuda tradicional oferece um dólar em assistência ao desenvolvimento para cada dólar em subsídios, o Mecanismo Internacional de Financiamento para a Educação combina garantias de risco e subsídios para oferecer 7 dólares em apoio a cada dólar. Aproveitar esse efeito multiplicador pode transformar o financiamento da alimentação escolar em muitos países.³¹

Nos próximos anos, o impulso por trás das finanças inovadoras deve ganhar ritmo. A força-tarefa de Taxas de Solidariedade Global estabelecida na conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP 28) deve apresentar um relatório até 2025 e fazer recomendações sobre uma série de taxas de finanças inovadoras. O G20 pediu um esforço renovado para mobilizar finanças inovadoras para os ODS.

Uma proposta, descrita em um relatório preparado para a Presidência brasileira do G20, pede um imposto de 2% sobre a riqueza dos bilionários, uma medida que arrecadaria até 250 bilhões de dólares por ano em todo o mundo. A viabilidade política e econômica da intervenção pode ser debatida, mas o fato de que quatro dias de receita de um imposto modesto sobre 3 mil das pessoas mais ricas do mundo seriam suficientes para financiar a alimentação escolar para a “ambição de 162 milhões de crianças” é um reflexo das desigualdades chocantes do mundo e um lembrete do que pode ser alcançado por meio de finanças inovadoras.

³¹ A engenharia financeira é explicada em detalhes aqui: <https://iff-education.org/wp-content/uploads/2023/07/IFFED-Explainer.pdf>

3.4 Próximos passos

Este capítulo mostra a extraordinária complexidade dos tópicos envolvidos na pesquisa e nas evidências sobre programas de alimentação escolar. O trabalho envolve uma abordagem multisectorial incomum, tanto em termos de resultados quanto de desenho do programa. Em termos de resultados, é evidente que os programas de alimentação escolar têm consequências importantes para a educação, saúde, nutrição, capital humano, capacidade de ganho, proteção social, meio ambiente, saúde planetária e sistemas agrícolas. Em termos de insumos, todos esses setores são novamente importantes, assim como a dieta, a economia do trabalho, a economia política, as tecnologias de culinária e a gestão de programas. Mesmo esta extensa lista não é abrangente; por exemplo, todos os aspectos da gestão também são relevantes. Não é surpresa, então, que grande parte do trabalho relatado aqui seja altamente técnico e específico, e que a pesquisa e as evidências incluídas nesta edição estejam incompletas e em um estágio inicial. As edições subsequentes da publicação continuarão a se basear nesses tópicos.

Uma conclusão importante é que a compreensão nessa área está evoluindo e se tornando mais integrada. Não é por acaso que grande parte desse trabalho foi liderado por iniciativas decorrentes da Coalizão para a Alimentação Escolar em resposta à demanda de seus países-membros, assim como tópicos abordados por unidades especializadas do WFP, FAO, OMS e outras agências da UN com um mandato que inclui a ampla gama de questões relevantes para os programas de alimentação escolar.

Estudo de caso 7

Investimento do Peru em prontidão para desastres para garantir que a alimentação escolar chegue às populações vulneráveis

O governo peruano, com o apoio do WFP, fez investimentos significativos no fortalecimento da capacidade de resposta do seu sistema de proteção social em emergências. O Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social desenvolveu estruturas jurídicas e regulamentos para permitir que os programas sociais expandam e ajustem seu design em emergências; e aprovou protocolos para orientar o que acontecerá com sete programas nacionais em situações de emergência. Para os programas nacionais de alimentação escolar, os protocolos incluem o treinamento de administradores escolares em preparação para emergências; o direcionamento de escolas em regiões de alto risco vulneráveis a emergências, especialmente aquelas que atendem a populações indígenas amazônicas; e a atribuição de responsabilidades pela coleta e coordenação de dados locais. O governo realizou simulações e exercícios nas regiões com maior risco de desastres naturais causados pelos padrões climáticos do El Niño para testar os protocolos desenvolvidos. Os protocolos estão vinculados a um plano de ativação financeira, que inclui novos financiamentos de emergência. O objetivo é garantir que a alimentação escolar e outros programas continuem a funcionar eficazmente durante os desastres e possam ser usados para apoiar respostas de emergência adicionais.

O programa nacional de alimentação escolar está atualmente passando por uma reformulação destinada a garantir uma dieta diversificada, nutritiva e culturalmente apropriada, com uma abordagem participativa que inclui alimentos frescos dos mercados locais e da agricultura familiar, indo além do seu foco logístico tradicional.

Esse redesenho incluirá novas modalidades, uma das quais está sendo testada em algumas escolas com o apoio do WFP, por meio de transferências de dinheiro para comitês de gestão escolar compostos por pais.

Estudo de caso 8

Reforma da nutrição escolar na Ucrânia em meio à guerra: preparando-se para a recuperação

Sob a iniciativa da primeira-dama, Olena Zelenska, a Reforma da Nutrição Escolar da Ucrânia tornou-se uma das principais prioridades para garantir uma rede de proteção social educacional e nutritiva para as crianças. Desde o lançamento da reforma em 2020, a iniciativa recebeu forte apoio político e financeiro de agências governamentais e parceiros nacionais e internacionais.

A guerra na Ucrânia deixou cerca de 5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar em todo o país, agravada pela redução substancial no acesso dos alunos à alimentação escolar. Em tempos de guerra, o bem-estar de crianças e adolescentes é especialmente crítico, pois muitos jovens passam por traumas psicológicos agravados por condições de vida instáveis e acesso inconsistente a alimentos.

Em outubro de 2023, a Ucrânia aderiu à Coalizão para a Alimentação Escolar e o Gabinete de Ministros da Ucrânia aprovou a Estratégia para Reformar o Sistema de Nutrição Escolar para 2023-2027. Essa estratégia tornou-se a base para programas regionais e ajudou as comunidades a determinar as áreas prioritárias de trabalho. A Reforma da Nutrição Escolar tem quatro objetivos estratégicos:

- Aumentar as capacidades financeira e institucionais das comunidades para implementar a reforma;
- Modernizar a infraestrutura dos blocos alimentares³², implementando diferentes modelos de organização alimentar – cozinhas básicas, cozinhas de apoio, fábricas de cozinha;
- Aumentar a capacidade de recursos humanos e criar centros culinários para treinar trabalhadores de blocos alimentares; e
- Focar na melhoria dos hábitos alimentares dos alunos e na conscientização dos alunos, pais e partes interessadas sobre a escolha de alimentos saudáveis e de qualidade.

O governo da Ucrânia continuou seus esforços para estabelecer uma política de alimentação escolar gratuita. Para apoiar esses esforços, a Ucrânia e o Consórcio de Pesquisa da Coalizão para a Alimentação Escolar, com o apoio do Escritório Nacional da OMS na Ucrânia, seu Escritório Regional para a Europa e o WFP, desenvolveram um resumo de políticas para traduzir em ação as pesquisas existentes sobre alimentação escolar gratuita universal. Este resumo de políticas analisou a implementação e a expansão dos programas de alimentação escolar no contexto dos esforços de reconstrução pós-guerra da Ucrânia.

³² “Blocos alimentares” é o termo que o governo usa para refeitórios.

Em setembro de 2024, mais de 800 mil alunos tinham acesso à alimentação escolar, um aumento significativo em comparação com os anos anteriores, especialmente considerando os desafios contínuos causados pela guerra. Notavelmente, os alunos de grupos vulneráveis foram priorizados, recebendo refeições gratuitas por meio de financiamento local.

Desde a introdução do apoio estatal (a partir de outubro de 2024):

- Por iniciativa do Presidente da Ucrânia, todos os alunos do ensino fundamental passaram a receber refeições quentes gratuitas, financiadas por uma subvenção do orçamento estatal;
- Aproximadamente 48 milhões de dólares foram alocados para fornecer refeições para mais de 1 milhão de alunos do ensino fundamental; e
- O número total de alunos cobertos por refeições quentes aumentou para 1.603.000.

Olhando adiante, a Ucrânia está ampliando o programa em todo o país. A partir de 2025, mais de 450 mil alunos do ensino médio nas regiões da linha de frente receberão alimentação escolar gratuita, com planos de expansão para todos os níveis de ensino até 2026, trazendo a visão de uma nutrição escolar universal e equitativa ao alcance.

Medidas extraordinárias foram tomadas para não deixar as crianças mais vulneráveis para trás: escolas subterrâneas foram construídas em diferentes cidades próximas à linha de frente para oferecer aos alunos melhores oportunidades de se beneficiarem com segurança de uma educação presencial, apesar da ameaça de ataques aéreos. Durante os esforços de recuperação pós-guerra, um programa robusto de alimentação escolar pode ser um catalisador para impulsionar a agricultura nacional e a economia de forma mais ampla.

O governo da Ucrânia também promoveu ativamente a Reforma da Nutrição Escolar em diferentes fóruns internacionais. A Ucrânia organizou a primeira Cúpula Regional Europeia de Alimentação Escolar em Kiev, em novembro de 2024, onde se reuniram mais de 500 participantes, incluindo representantes de mais de 20 países.

A Reforma da Nutrição Escolar é implementada no contexto mais amplo das reformas digitais. Em 2022, a Ucrânia revisou a legislação de compras para melhorar o sistema público e tornar as informações de compras públicas mais transparentes. As compras públicas, inclusive para alimentação escolar, agora ocorrem por meio de um mercado eletrônico, o *Prozorro Market*, cuidadosamente monitorado e controlado pelos órgãos de auditoria relevantes.

O Prozorro Market é uma plataforma de compras eletrônicas desenvolvida inicialmente em 2016 por ativistas civis ucranianos e outros parceiros internacionais. Mais tarde, foi adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico e Comércio. Ela simplifica o processo de aquisição para clientes do governo, fornecendo um catálogo centralizado de fornecedores e produtos pré-qualificados. Esse sistema permite ciclos de aquisição mais rápidos, ao eliminar a necessidade de longa documentação de licitação e processos de qualificação de fornecedores.

Estudo de caso 9

A Guatemala se digitaliza: o novo aplicativo móvel de alimentação escolar impulsiona o programa de alimentação escolar

Na Guatemala, o Ministério da Educação e o WFP desenvolveram um aplicativo móvel inovador que conecta pequenos agricultores ao programa nacional de alimentação escolar, a maior iniciativa de proteção social do país.

O aplicativo permite que as organizações de pais nas escolas façam pedidos de alimentos nutritivos e produzidos localmente diretamente de pequenos agricultores certificados. O aplicativo foi validado por mais de 500 agricultores e 840 escolas, com o objetivo de agilizar o processo de aquisição, promover a transparência e garantir que os produtos frescos cheguem aos alunos de maneira eficiente.

Os pequenos agricultores se beneficiam significativamente desta iniciativa. O aplicativo reduz a necessidade de visitas presenciais às escolas para garantir contratos, economizando tempo e esforço, ao mesmo tempo em que expande as oportunidades econômicas dos agricultores, encurtando a cadeia de valor. Os agricultores agora podem visualizar e responder a solicitações de alimentos de escolas próximas, garantindo uma renda mais estável e um melhor apoio para suas famílias. Esse sistema não apenas melhora a qualidade nutricional da alimentação escolar, mas também fortalece os laços com a terra e preserva as tradições culturais.

Desde 2017, a Guatemala se comprometeu a revitalizar a economia local, obtendo 70% da alimentação escolar de agricultores familiares. Essa abordagem desempenhou um papel fundamental na prevenção da desnutrição e na promoção de hábitos alimentares saudáveis. O aplicativo móvel desenvolvido pelo Ministério da Educação e pelo WFP exemplifica como a tecnologia pode preencher a lacuna entre a agricultura de pequenos agricultores e as escolas, promovendo o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.

Estudo de caso 10

Lesoto aprofunda o compromisso multisectorial com a alimentação escolar com compras locais por meio de uma política de alimentação escolar atualizada

Em 2023, Lesoto reforçou sua dedicação à alimentação escolar por meio da revisão da Política Nacional de Alimentação Escolar para fortalecer a colaboração multisectorial e priorizar as abordagens locais. A política revisada foi aprovada em 2024 e baseia-se na primeira política de alimentação escolar do Lesoto, emitida já em 2014. Ela reflete a visão de um programa sustentável que garante refeições diárias nutritivas aos alunos usando alimentos de origem local, implementados inteiramente por atores nacionais.

Uma característica marcante da nova política é a ênfase na criação de mercados estáveis para os agricultores locais e no estímulo às economias rurais. Ancorada em uma estrutura multisectorial, a política alinha os objetivos de educação, saúde, agricultura, comércio e desenvolvimento social, promovendo uma melhor aprendizagem, segurança alimentar e redução da pobreza, e buscando a propriedade compartilhada do programa por todos os setores.

O quadro institucional da Política Nacional de Alimentação Escolar propõe um comitê de direção multisectorial liderado pelo Ministério da Educação e Treinamento, reunindo os principais ministérios e partes interessadas. Estabelece diretrizes para o orçamento compartilhado e a sustentabilidade financeira, incluindo o desenvolvimento de mecanismos legais para delimitar fundos para a alimentação escolar e mobilizar recursos por meio da colaboração interministerial e da participação da comunidade.

Em 2023, o WFP contribuiu para moldar esse processo de revisão, apoiando o Ministério da Educação e Treinamento para validar a política com as principais partes interessadas nacionais; convocando parlamentares para advocacy de alto nível; e ajudando a estabelecer um órgão de coordenação multisectorial para harmonizar as atividades de alimentação escolar, evitar a duplicação e melhorar a eficiência.

À medida que Lesoto continua a posicionar a alimentação escolar como um impulsionador do desenvolvimento e do capital humano, exemplifica como a política coordenada, os sistemas alimentares locais e a advocacy podem impulsionar mudanças transformadoras.

Capítulo 4

O papel global e estratégico do WFP na saúde e nutrição escolar



Uma menina do Tajiquistão se prepara para as aulas. WFP/Giulio d'Adamo

O papel e a política do WFP em relação à alimentação escolar evoluíram e amadureceram nos últimos 20 anos, tornando a alimentação escolar um dos programas emblemáticos da organização e uma de suas áreas de programa mais bem documentadas e fundamentadas em evidências.

Em 2020, o WFP tomou medidas deliberadas para fortalecer e definir com mais clareza seu papel de liderança global na área de alimentação escolar, por meio do lançamento de uma estratégia de dez anos que visava mudar a forma como o WFP:

- trabalhava e agia em parceria; aprimorando suas capacidades de advocacy, convocação e influência para que pudesse se tornar um facilitador dos esforços globais, regionais e nacionais em alimentação escolar e saúde e nutrição escolar; e
- trabalhou com os governos, aumentando a sustentabilidade e a institucionalização de seus esforços por meio de uma melhor compreensão das prioridades e desafios nacionais, melhor uso de evidências e maior foco no fortalecimento dos sistemas e planos nacionais.

Cinco anos depois, este capítulo apresenta dados e informações qualitativas para avaliar o progresso na implementação e adoção da estratégia.

Em geral, as informações mostram como o WFP evoluiu ao colocar os governos no centro de seus esforços, intensificando seu papel como organizador e facilitador de parcerias, além de investir em suas capacidades de fornecer assistência técnica e apoio de políticas públicas. Esta publicação inclui alguns indicadores e dados que não são monitorados pelo WFP em sua estrutura de resultados corporativos, ilustrando como são necessários investimentos adicionais em medição para entender completamente a extensão da contribuição do WFP para essa área de trabalho.

Um dos resultados mais importantes da estratégia de dez anos do WFP é a Coalizão para a Alimentação Escolar. Fundada em 2021, a Coalizão se destaca por sua abordagem inovadora à colaboração multilateral. Adotando uma abordagem sistêmica e multissetorial, a Coalizão é uma rede com mais de 108 governos (em vez do sistema da ONU) como seu centro. É uma comunidade em evolução que compartilha boas práticas e optimiza a cooperação entre os países para apoiar uma estratégia de expansão.

Como seu secretariado, o WFP desempenha um papel de apoio, ajudando a criar as condições para que a Coalizão funcione e prospere. Conforme previsto na estratégia, a mudança do WFP de parcerias transacionais ou operacionais para abordagens mais estratégicas e colaborativas levou a um ecossistema vibrante de mais de 140 parceiros que interagem e aproveitam as capacidades uns dos outros. Os parceiros da Coalizão agora incluem: agências da ONU, instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento (incluindo o Banco Mundial e o Banco Islâmico de Desenvolvimento), ONGs, instituições de pesquisa, fundações e muito mais (uma lista completa de parceiros da Coalizão para a Alimentação Escolar está incluída no Capítulo 2).

Um compromisso renovado com a institucionalização dos programas de alimentação escolar levou a um aumento substancial dos programas sustentáveis e de propriedade nacional, com o apoio do WFP, e a uma mudança no próprio portfólio operacional do WFP. Por exemplo, em 2020, 40% dos países de baixa renda apoiados pelo WFP não tinham uma política de alimentação escolar e ainda não haviam decidido priorizar o programa ou incorporá-lo às estruturas nacionais. Em 2024, esse número caiu para 15%, deixando poucos países de baixa renda sem uma política nacional ou estruturas jurídicas em vigor. Na maioria dos casos, a elaboração e o projeto desses documentos foram realizados com a assistência técnica e o apoio do WFP.

No geral, o gasto total com alimentação escolar (com valores absolutos em dólares) nos países apoiados pelo WFP aumentou em mais de 187,5 milhões de dólares desde 2020. Há um aumento no financiamento em todas as categorias de fontes de financiamento, incluindo um aumento de quase 140 milhões de dólares nas despesas do orçamento nacional, refletindo o crescimento do investimento do governo em países com presença e apoio do WFP.

Em 2024, 139 milhões de crianças foram beneficiadas pela alimentação escolar em 78 países apoiados pelo WFP,³³ em relação aos 108 milhões de 2020. O investimento operacional direto do WFP permaneceu relativamente estável durante esse período, o que significa que o aumento de 31 milhões de crianças que recebem alimentação escolar nos últimos quatro anos se deve principalmente a uma expansão de programas de propriedade e financiados pelo governo, apoiados pelo WFP.

³³ O número refere-se especificamente aos países onde o WFP apoia programas de alimentação escolar. De maneira mais geral, o WFP está presente em mais de 78 países em todo o mundo.



Uma estudante de Moçambique
aprende sobre os alimentos locais.
WFP/Ana Mato Hombre

Por meio de seus esforços de assistência técnica, a presença do WFP em 78 países significa que ele pode alcançar e melhorar de forma indireta e eficiente as condições dessas 139 milhões de crianças, por exemplo, ajudando os governos a melhorar a qualidade e a diversidade dos alimentos que fornecem por meio da alimentação escolar e/ou implementando melhorias adicionais de qualidade, como a fortificação de alimentos.

Ao analisar a assistência operacional direta, a composição do portfólio do WFP também mudou, refletindo novamente a mudança em direção à propriedade e sustentabilidade do governo, conforme previsto na estratégia. Em 2013, o WFP alcançou aproximadamente 20 milhões de crianças com alimentação escolar, distribuídas uniformemente entre contextos frágeis/de baixa renda (10 milhões de crianças) e contextos de renda média (outros 10 milhões de crianças).

Hoje, o WFP reduziu quase pela metade o número de crianças que apoia em países de renda média, refletindo o compromisso com a liderança nacional e a transferência gradual, ao mesmo tempo em que aumenta o apoio em contextos frágeis onde suas capacidades operacionais são fracas. Em 2023, o WFP forneceu apoio a aproximadamente 21 milhões de crianças, com a maioria em ambientes de categoria frágil/de renda baixa (aproximadamente 15 milhões).

Essa mudança de foco ressalta o papel em evolução do WFP no apoio aos mais vulneráveis e destaca seu compromisso em adaptar a programação para abordar as realidades complexas de contextos frágeis e de baixa. Em resposta à escala crescente e intensidade das emergências, o WFP também está aproveitando suas capacidades operacionais para apoiar os governos no uso de programas de alimentação escolar em contextos frágeis e marcados por conflitos. Em países com baixa capacidade ou alta vulnerabilidade, o WFP continua oferecendo programas de alta qualidade e orientados para o contexto, garantindo que medidas de salvaguarda estejam em vigor para proteger as crianças, especialmente as meninas. A programação futura do WFP se concentrará na integração dos esforços humanitários, de desenvolvimento e de paz, aumentando as capacidades nacionais, promovendo abordagens locais e resilientes ao clima e testando intervenções multissetoriais para fortalecer a preparação e a recuperação de emergências, com o objetivo final de fazer a transição de suas operações de alimentação escolar para a propriedade nacional.

Esses esforços e a evolução da abordagem do WFP foram formalizados na nova Política de Alimentação Escolar do WFP, que foi aprovada pelo Conselho Executivo do WFP no final de 2024. A política reflete a crescente ambição dos governos em todo o mundo, aprimora a abordagem do WFP e institucionaliza seu papel de liderança global, reconhecendo a Coalizão para a Alimentação Escolar como a força motriz por trás dos esforços internacionais. Nos próximos anos, o WFP continuará a desempenhar um papel de liderança nesta área política em crescimento, juntamente com uma extensa rede de parcerias. Este capítulo desvenda como o WFP está respondendo ao ecossistema em evolução e próspero que ajudou a criar.

4.1 O papel do WFP como Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar e a expansão das suas capacidades de advocacy

Aproveitando sua presença global e experiência, o WFP pode influenciar a tomada de decisões e a definição de políticas nos níveis global, regional e local, priorizando as necessidades das pessoas mais vulneráveis. Um exemplo convincente do poder catalisador da advocacy do WFP é a Coalizão para a Alimentação Escolar, que tem sido fundamental para impulsionar a agenda de alimentação escolar nos países e posicionar o tema na agenda de desenvolvimento global.

Desde 2021, o WFP aumentou sua capacidade de advocacy, comunicação e parcerias em alimentação escolar dentro do Serviço de Alimentação Escolar e Proteção Social na sede do WFP em Roma. Esta equipe dedicada atua como secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar, com orientação estratégica da Força-Tarefa. Complementando essa capacidade centralizada, o WFP também fornece apoio aos países-membros da Coalizão por meio de esforços nos níveis regional e nacional.

À medida que a Coalizão para a Alimentação Escolar continua a crescer, contando agora com 108 Estados-membros e mais de 140 organizações parceiras, o secretariado, como o sistema de raízes de uma floresta, ajuda a alimentar, animar e orquestrar ações em todo o sistema. Mantém e desenvolve relacionamentos, gerencia o fluxo de informações e cria oportunidades para os membros se conectarem uns aos outros. Isso inclui a divulgação para novos membros; organização de reuniões e eventos periódicos; manutenção das partes interessadas informadas, capacitadas e motivadas para se envolver com as principais oportunidades de advocacy e comunicação; e ajuda a conectar iniciativas e evitar a duplicação de esforços (para uma descrição completa de como a Coalizão funciona, consulte o Capítulo 2).

Em estreita colaboração com a rede global de escritórios e colaboradores do WFP, a secretaria oferece suporte inicial às iniciativas e redes regionais, juntamente com órgãos/organizações regionais e parcerias regionais existentes, com foco na aprendizagem e apoio ponto a ponto entre regiões.

Um agricultor local em Madagascar fornece tomates às escolas.
WFP/Caitkie Vaghjee



O WFP assume as seguintes funções como secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar:

1. Direção estratégica: Desde 2021, o secretariado fornece a direção estratégica geral para a Coalizão, sob a orientação dos três copresidentes e da Força-Tarefa. Embora esse esforço seja liderado por governos, o WFP fornece a base estratégica para a Coalizão como a principal organização internacional em alimentação escolar. Isso inclui a publicação da quarta edição do relatório *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* (as edições anteriores incluem 2013, 2020 e 2022) para acompanhar a situação globalmente, entender os principais gargalos e desafios para a implementação e posicionar a questão nas agendas globais. O secretariado ajudou as várias iniciativas a se estabelecerem e lançou e facilitou a coordenação entre elas. O secretariado fornece apoio substancial a cada iniciativa, garantindo a coordenação com várias partes interessadas no ecossistema da Coalizão, incluindo os escritórios nacionais e regionais do WFP.

2. Coordenação e definição do diálogo: O secretariado apoia os Estados-membros e parceiros da Coalizão, mantém e desenvolve relacionamentos e mantém os parceiros informados e conectados. Grande parte do diálogo e da definição da agenda acontece por meio de reuniões regulares de várias partes da Coalizão. Desde 2021, o secretariado organizou 46 reuniões virtuais da Força-Tarefa, do Grupo de trabalho e do Grupo de parceiros (combinados) para definir estratégicamente o trabalho da Coalizão e estabelecer prioridades, mostrar os esforços do país e fortalecer as conexões. Uma vez por ano, há uma reunião presencial no nível ministerial da Força-Tarefa ou da Coalizão como um todo. Desde 2021, o secretariado organizou duas reuniões da Força-Tarefa (em Helsinque 2022 e Nairóbi 2024) e uma cúpula de toda a Coalizão (Paris 2023), com o Brasil sediando a próxima cúpula em 2025. Esses eventos são políticos e estratégicos, criando um impulso, então transportado por todo o sistema da Coalizão, informando as prioridades nacionais, regionais e globais.

3. Comunicações e gestão de redes: O secretariado gera o site, as redes sociais e a newsletter da Coalizão, garantindo que todos os membros e parceiros tenham acesso a documentos-chave, calendários de eventos e ativos para uma advocacy eficaz e para estabelecer conexões.

O secretariado ajudou a garantir a cobertura de meios de comunicação globais, como CNN, The Guardian, The Economist, Associated Press e Forbes, entre muitos outros meios de comunicação regionais, nacionais e baseados em idiomas. Em 2024, as redes sociais da Coalizão cobriram 70% de todos os Estados-membros da Coalizão. A amplificação pelas partes interessadas (incluindo ministros, embaixadores e organizações multilaterais) expandiu o alcance e o impacto dos esforços de comunicação, demonstrando forte alinhamento com a visão e os objetivos da Coalizão.

4. Advocacy e diálogo político: O secretariado incentiva e fornece apoio aos países na formulação de seus compromissos nacionais com a Coalizão para a Alimentação Escolar. Até o momento, 54 países apresentaram compromissos nacionais à Coalizão, que incluem mais de 400 ações em políticas, financiamento, estrutura institucional, desenho do programa, cobertura, evidências e dados, e advocacy e parcerias. A maioria dos países se alinha em pelo menos três dessas categorias e muitos expressam determinação em alcançar a cobertura universal até 2030. Por meio da rede de escritórios nacionais, regionais e globais do WFP, o secretariado apoia os países a melhorar a escala e a qualidade de seus programas de alimentação escolar, fornecendo apoio técnico e conectando os países a parceiros adequados, acelerando a assistência e promovendo o envolvimento ponto a ponto.

Em nível regional, a Coalizão ganhou força significativa. O secretariado apoiou a União Africana e o surgimento de redes regionais. Diálogos e eventos regionais levaram à criação de redes regionais de alimentação escolar, nas quais os países compartilharam as melhores práticas e apoiaram os compromissos uns dos outros. Exemplos incluem os eventos de alimentação escolar organizados pela ECOWAS em 2023 e 2024; o lançamento da rede regional de alimentação escolar da África Oriental em Ruanda; a Reunião Regional da América Latina e Caribe organizada pelo Brasil em 2023 e pelo México em 2024; e a Cúpula Europeia organizada pela Ucrânia; e a Cúpula do Sudeste Asiático organizada pelo Camboja em novembro de 2024. Também foram realizadas reuniões regionais na África Meridional.

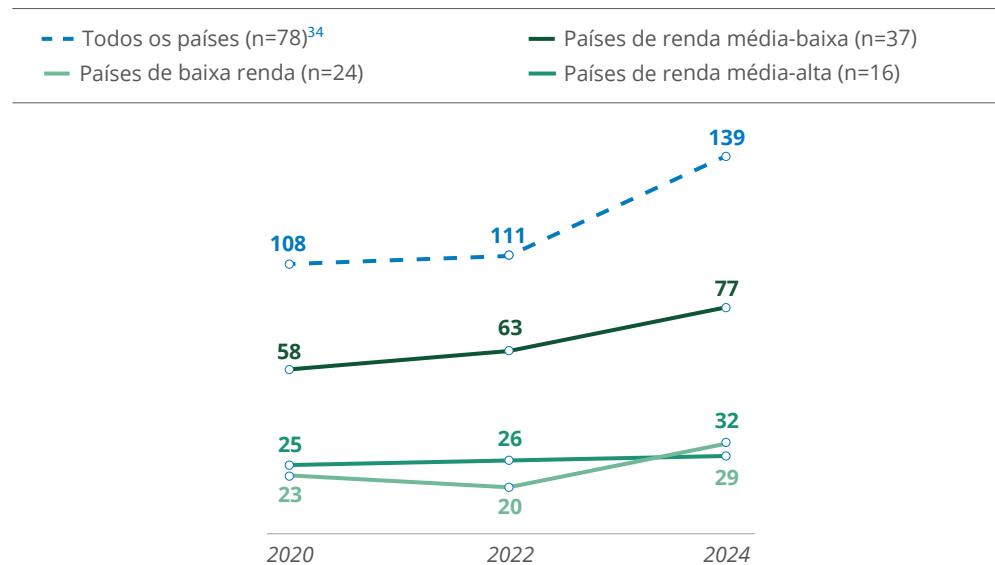
4.2 Contribuição do WFP para a expansão e fortalecimento dos programas nacionais de alimentação escolar

Em 2024, 139 milhões de crianças foram beneficiadas pela alimentação escolar em 78 países apoiados pelo WFP, em relação aos 111 milhões de crianças em 2022 (consultar Figura 4.1). A Figura 4.2 mostra que essa expansão, impulsionada por programas liderados pelo governo, bem como aqueles implementados com o apoio do WFP e de parceiros, foi mais significativa em países de renda média-baixa, onde 14 milhões de crianças a mais foram alcançadas; seguida por aumentos de 12 milhões em países de renda baixa e 3 milhões em países de renda média-alta. Esse aumento é parcialmente atribuível ao apoio técnico e às funções de advocacy do WFP e ao impulso global criado pela Coalizão para a Alimentação Escolar.

Figura 4.1

Número de crianças (em milhões) atendidas por programas de alimentação escolar em países apoiados pelo WFP

Mais de 139 milhões de crianças receberam alimentação escolar em 78 países apoiados pelo WFP em 2024, o que representa um aumento em relação aos anos anteriores.



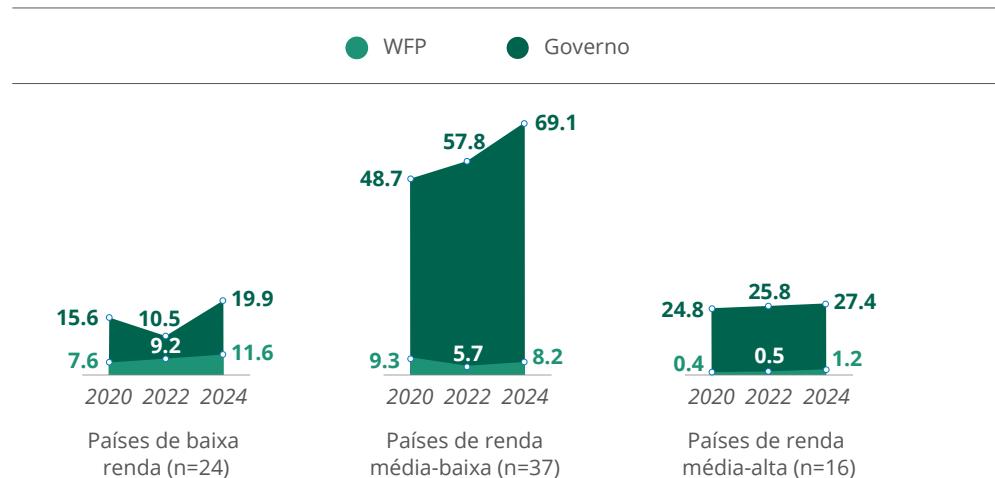
Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, WFP (estimativas, Relatórios Anuais por País), Banco Mundial (2018).

³⁴ A Venezuela está incluída no total (n=78), mas não na divisão por nível de renda, pois não possui uma categoria de nível de renda atribuída.

Figura 4.2

Número de crianças (em milhões) atendidas por programas de alimentação escolar em países apoiados pelo WFP (2020–2024) por grupo de renda

A ampliação dos programas de alimentação escolar, incluindo aqueles implementados com o apoio do WFP e de parceiros, foi mais significativa em países de renda média-baixa, onde 14 milhões de crianças a mais foram alcançadas.



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF, WFP (estimativas, Relatórios Anuais por País), Banco Mundial (2018).

Os investimentos nacionais na alimentação escolar também cresceram. Vinte e quatro países apoiados pelo WFP aumentaram seu financiamento doméstico para a alimentação escolar entre 2022 e 2024. A Figura 4.3 mostra a divisão por fontes de financiamento e a Figura 4.4 por categorias de renda. No geral, nos países apoiados pelo WFP, o gasto total com alimentação escolar – em valor absoluto em dólares – aumentou em mais de 240 milhões de dólares entre 2022 e 2024. Em termos absolutos, há um aumento no financiamento em todas as categorias de fontes de financiamento, incluindo um aumento de quase 65 milhões de dólares nas despesas do orçamento nacional. No entanto, durante esse período, o maior aumento no financiamento veio de doadores internacionais, cujas contribuições em 2024 foram substancialmente maiores em comparação com 2022.

Figura 4.3

Investimento em programas de alimentação escolar em países apoiados pelo WFP

O investimento total em programas de alimentação escolar aumentou em mais de 240 milhões de dólares entre 2022 e 2024.³⁵



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF (2021 e 2024).

A Figura 4.4 mostra uma tendência modesta de queda na porcentagem de financiamento proveniente das despesas do orçamento nacional e um ligeiro aumento correspondente na porcentagem proveniente de doadores internacionais. Essa tendência foi mais pronunciada nos países de renda média-baixa, que registraram uma mudança de 11 pontos percentuais em direção ao financiamento de doadores, enquanto as mudanças nos países de renda média-alta e baixa foram muito menores.

³⁵ A Figura 4.3 apresenta apenas as contribuições financeiras provenientes dos orçamentos governamentais nacionais e de doadores internacionais. O aumento total do investimento, no valor de US\$ 240 milhões, também leva em consideração fontes adicionais, como doadores nacionais, contribuições do setor privado e outras fontes que não estão representadas na figura.

Figura 4.4

Mudança nas fontes de financiamento em países apoiados pelo WFP

O financiamento doméstico para a alimentação escolar em países de renda média-baixa diminuiu ligeiramente, enquanto o apoio de doadores internacionais aumentou ligeiramente.



Fontes: Dados diretos do governo, pesquisas globais da GCNF (2021 e 2024).

Com o apoio do WFP, os programas em países de renda baixa e média-baixa estão sendo progressivamente institucionalizados pelos governos nacionais, enquanto o WFP continua a implementar programas de alimentação escolar em contextos frágeis e de conflito. Para apoiar a crescente apropriação nacional, o WFP forneceu assistência técnica, análise de políticas e fortalecimento de capacidades, ajudando países como Armênia, Iraque, Camboja e Benim a fazer a transição para programas de alimentação escolar cada vez mais de propriedade e financiados nacionalmente.

O WFP também facilitou a cooperação Sul-Sul e Triangular, destacou pessoal para os governos, defendeu a expansão e melhoria dos programas nacionais de alimentação escolar, facilitou consultas multissetoriais regionais e nacionais, realizou avaliações de capacidade nacional e convocou parceiros para apoiar os governos.

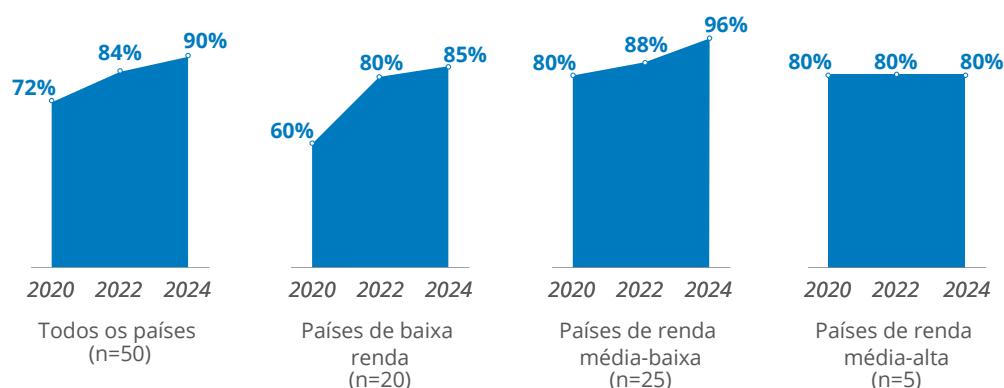
O envolvimento político sustentado do WFP e dos parceiros contribuiu para o fortalecimento dos quadros nacionais. Com base nos dados mais recentes, 59 países (onde o WFP apoiou programas de alimentação escolar) adotaram políticas, leis ou estratégias nacionais, representando 92% dos países com informações disponíveis (n=64). Desde a última publicação do relatório *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* em 2022, a República Centro-Africana, a Nigéria, o Senegal e a Ucrânia introduziram novas políticas de alimentação escolar, sinalizando uma maior vontade política e uma institucionalização mais profunda.

A Figura 4.5 ilustra as mudanças nas estruturas políticas nacionais entre os grupos de renda dos países. Embora haja um aumento geral de 6 pontos percentuais em países com políticas de alimentação escolar, o crescimento é especialmente proeminente entre os países de renda média-baixa, que tiveram um aumento de 8 pontos percentuais, enquanto os países de renda média-alta mantiveram uma taxa já alta de 80%.

Figura 4.5

Mudança nas estruturas políticas em países apoiados pelo WFP

O aumento na adoção de uma política de alimentação escolar é proeminente entre os países de renda média-baixa, que tiveram um aumento de 8 pontos percentuais entre 2022 e 2024, enquanto os países de renda média-alta mantiveram uma taxa já alta de 80%.



Fontes: Pesquisas globais da GCNF, WFP.

O WFP também colaborou com órgãos regionais, como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), para emitir diretrizes sobre alimentação escolar e saúde e nutrição escolar, que apresentam a compra local como um componente-chave³⁶ (consultar Quadro 4.1).

Quadro 4.1

As Normas e Diretrizes Mínimas da ASEAN para o Pacote de Nutrição Escolar

As Normas e Diretrizes Mínimas para o Pacote de Nutrição Escolar, lançadas em 2024, fornecem uma estrutura abrangente para melhorar o bem-estar nutricional de crianças em idade escolar em todos os Estados-membros da ASEAN. Desenvolvidas com o apoio do WFP e do UNICEF, as diretrizes descrevem padrões essenciais para a implementação, monitoramento e aplicação de programas de nutrição escolar. O pacote enfatiza cinco áreas de ação principais: acesso a alimentos nutritivos, um ambiente escolar saudável, serviços de saúde e nutrição, alfabetização nutricional e promoção de atividades físicas regulares. A alimentação escolar é um componente central, projetado para garantir que as crianças recebam dietas equilibradas que apoiem seu desenvolvimento físico e cognitivo. Ao adquirir alimentos localmente, as diretrizes também visam incentivar os governos da ASEAN a impulsionar as economias locais e apoiar os pequenos agricultores. Os padrões defendem a colaboração multisectorial, envolvendo os setores de educação, saúde, agricultura e bem-estar social, para criar uma abordagem holística da nutrição infantil. Esta iniciativa reflete o compromisso dos órgãos regionais, especialmente o compromisso da ASEAN, de combater a desnutrição e promover um futuro mais saudável para as populações jovens.

³⁶ <https://asean.org/book/minimum-standards-and-guidelines-for-the-asean-school-nutrition-package/>

Apoio a sistemas de informação governamentais

Dois exemplos de sistemas de informação governamentais apoiados pelo WFP são fornecidos abaixo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar da Jordânia é implementado pelo Ministério da Educação com o apoio do WFP. É a maior rede de proteção social voltada para crianças na Jordânia, beneficiando 520 mil alunos com alimentação e lanches escolares diariamente. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é implementado por meio de duas modalidades: (i) barras de tâmaras fortificadas; e (ii) o modelo de Alimentação Saudável. O modelo de Alimentação Saudável adquire ingredientes de pequenos agricultores e padeiros locais. Os ingredientes são limpos e embalados em dez cozinhas comunitárias que empregam 250 mulheres vulneráveis. O modelo de Alimentação Saudável inclui um currículo de Mudança de Comportamento Social voltado para a nutrição e adequado à idade, que utiliza jogos interativos e mensagens para conscientizar crianças e seus pais sobre bons hábitos alimentares.

De acordo com as prioridades da Estratégia Nacional de Alimentação Escolar da Jordânia (2021–2025), o WFP apoia várias iniciativas de fortalecimento de capacidades e sistemas para entregar gradualmente o programa ao Ministério da Educação. Isso incluiu o desenvolvimento de um módulo de alimentação escolar dentro do sistema de gerenciamento de dados do Ministério da Educação, o EMIS. O WFP fez parceria com a UNESCO e o Governo da Jordânia para projetar o módulo de acordo com a estrutura de monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar; e realizou um curso de treinamento de instrutores para equipar funcionários e pontos focais no nível de diretoria em todo o país sobre como usar e preencher adequadamente o sistema. O módulo de alimentação escolar ajudará a fortalecer a qualidade dos dados e o monitoramento do programa nacional, permitindo que o governo da Jordânia tome decisões baseadas em evidências.

O Escritório Multinacional do WFP para o Caribe oferece assistência técnica aos países da região para integrar os dados da alimentação escolar em bancos de dados educacionais, incluindo o apoio à digitalização para o setor educacional na Jamaica.

Quadro 4.2

Guia de Ferramentas de Saúde e Nutrição Escolar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

Em 2024, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral revelou seu Guia de Ferramentas de Saúde e Nutrição Escolar, transformando as Diretrizes de Alimentação Escolar da comunidade e as Diretrizes de Alimentação Escolar com Compras Locais da AUDA-NEPAD em conselhos acionáveis para os Estados-membros. O guia oferece orientação, ferramentas e recursos abrangentes para ajudar os Estados-membros da comunidade a desenvolver mecanismos e planos de ação nacionais eficazes para melhorar os programas de saúde e nutrição escolar. Projetado para o setor educacional com uma abordagem multisectorial, o guia de ferramentas tem como alvo principal os formuladores de políticas e gerentes de programas em educação e outros setores-chave envolvidos na melhoria da educação, saúde e nutrição das crianças.

Desenvolvido pelo secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em colaboração com o WFP, a FAO, o UNICEF, a OMS, a UNESCO, o UNFPA e a AUDA-NEPAD, o guia de ferramentas está alinhado com a Estrutura de Escolas Promotoras de Saúde da OMS e os Padrões Globais para Escolas Promotoras de Saúde. Também incorpora boas práticas das estruturas de Recursos de Foco em Saúde Escolar Eficaz (FRESH) e SABER-SHSF. O guia de ferramentas traz recomendações baseadas em evidências e ferramentas práticas para ajudar os Estados-membros a identificar e abordar lacunas nas políticas e programas de saúde e nutrição escolar.

4.3 Apoio operacional do WFP aos países

Em 2023, o WFP trabalhou com governos em 61 países para alcançar diretamente 21,4 milhões de crianças em idade escolar – 48% das quais eram meninas – com alimentação escolar nutritiva, porções para levar para casa e transferências em dinheiro (consultar o Mapa 4.1 para o alcance geográfico dos programas de alimentação escolar do WFP). São quase 6 milhões de crianças a mais do que no último relatório sobre o *Estado da Alimentação Escolar no Mundo*. Esse aumento pode significar que as operações do WFP estão se recuperando à medida que os desafios relacionados à pandemia diminuem, mas também indicam a maior necessidade de apoio direto do WFP, muitas vezes em contextos frágeis.

Dos 61 países, 40 estavam passando por crises e/ou recebendo assistência humanitária. Nesses contextos, o WFP continua a ampliar seu apoio operacional, permanecendo ágil na resposta às mudanças de contexto e na implementação da alimentação escolar como uma rede de proteção social essencial. Desde 2013, o WFP aumentou a assistência direta para cobrir aproximadamente 50% mais crianças. Por exemplo, no Iêmen, onde o WFP implementa uma de suas maiores operações de alimentação escolar, o WFP forneceu barras/biscoitos de tâmaras fortificados e refeições no local para 1,9 milhão de crianças em 2023. O programa alcançou mais de 4.600 escolas, sua maior cobertura até o momento, retomando em 129 escolas que antes eram inacessíveis devido a conflitos e expandindo-se para 104 novas escolas.³⁷

Nos últimos anos, o número de crianças afetadas por crises cresceu. Apesar do aumento da cobertura dos programas do WFP, o financiamento para apoiar os esforços humanitários em emergências não está acompanhando o ritmo da crescente necessidade.

³⁷ Relatório Anual do WFP Iêmen 2023.

Nos países de renda média, o WFP prioriza o fortalecimento dos programas nacionais e a transição para uma maior liderança nacional, de acordo com a Estratégia de Alimentação Escolar 2020–2030 e a Política de Alimentação Escolar 2024 da organização. Por meio da assistência técnica, o WFP fortaleceu as capacidades nacionais, levando a aumentos significativos no financiamento nacional e na cobertura da alimentação escolar em muitos países, como Ruanda e Armênia (consultar o estudo de caso do país 2 e 12, respectivamente). O WFP reduziu quase pela metade a implementação direta de programas em países de renda média desde 2013. Em países como Índia e Gana, o WFP trabalha principalmente por meio de assistência técnica ao governo. Em 2023, o apoio do WFP incluiu o estabelecimento de parcerias estratégicas e o fornecimento de conhecimentos especializados para iniciativas inovadoras para integrar as compras locais com uma ligação aos pequenos agricultores, abordar as lacunas de nutrientes e desenvolver cadeias de valor locais.

Uma mulher do Camboja ajuda a filha com os deveres de casa.
WFP/Darapech Chea



Mapa 4.1

Visão geral dos programas de alimentação escolar implementados pelo WFP ao redor do mundo em 2023³⁸

● < 0,1 milhão

● 0,1 - < 0,25 milhões

● 0,25 - < 0,5 milhões

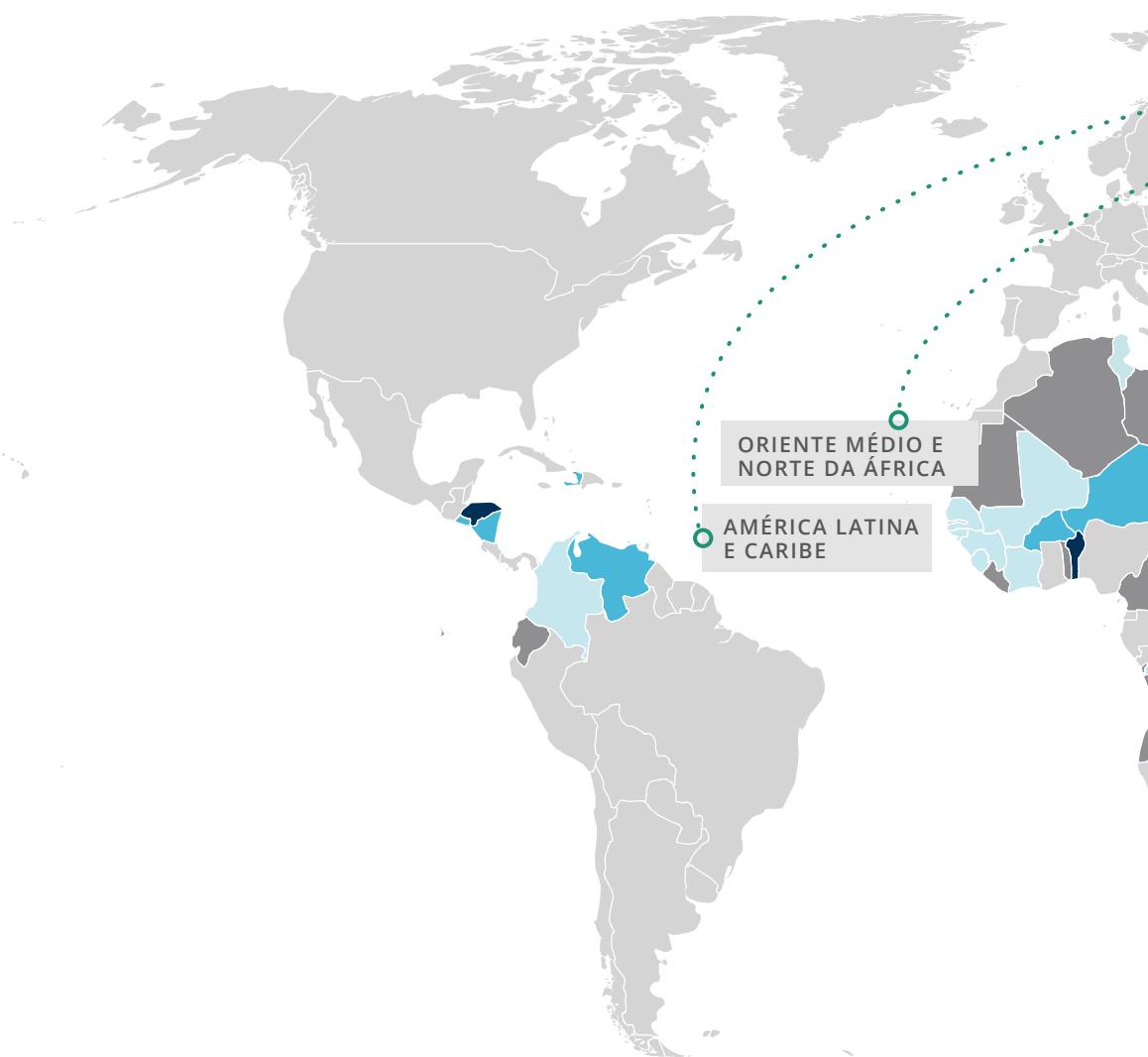
● 0,5 - < 0,75 milhões

● 0,75 - 1 milhão

● > 1 milhão

● Fronteira internacional

● Fronteira indeterminada



Fonte: WFP (2023).

³⁸ A discrepância entre a soma dos valores regionais e o valor global de 21.4 milhões deve-se ao arredondamento.

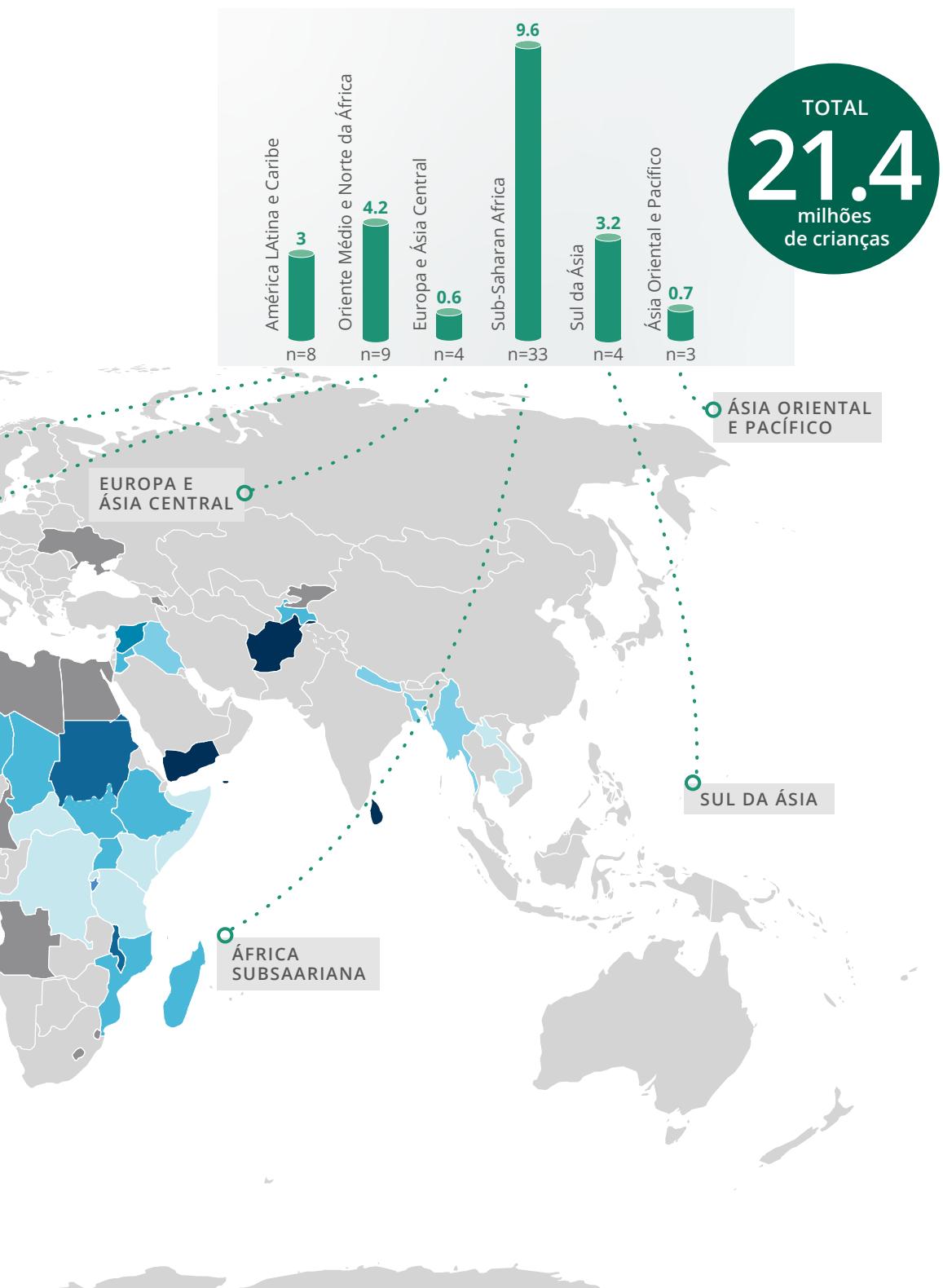
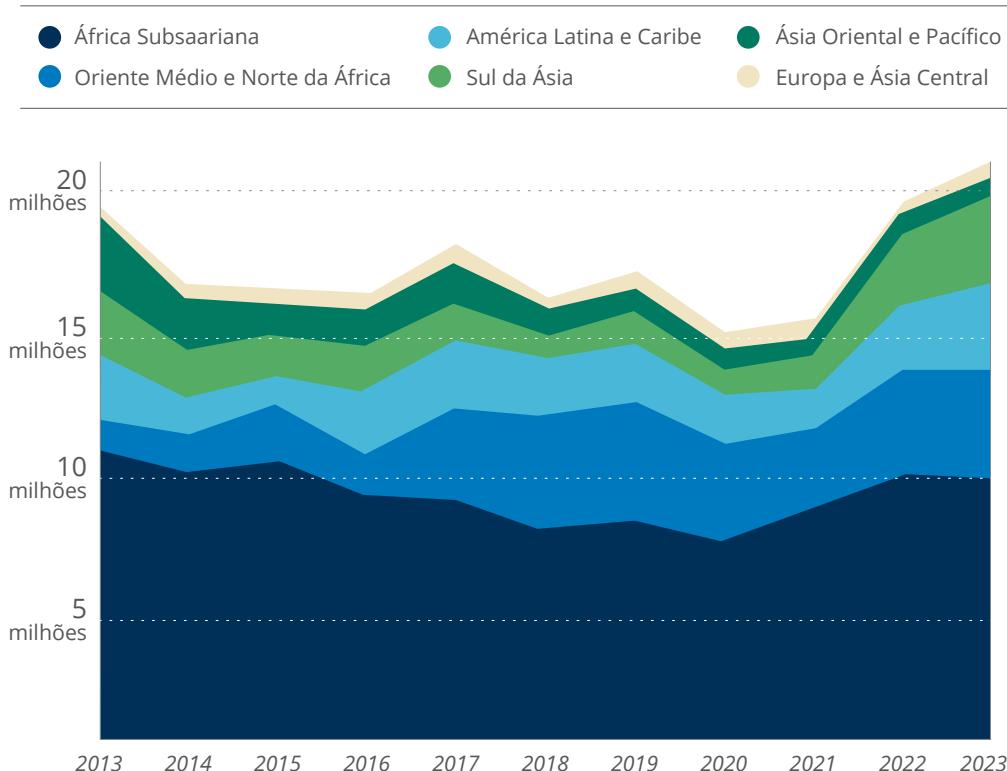


Figura 4.6

Evolução dos beneficiários diretos da alimentação escolar do WFP entre 2013 e 2023 (por região)

Houve um aumento contínuo no número de crianças em idade escolar atendidas pela alimentação escolar do WFP desde 2020. Em 2023, esse número alcançou seu nível mais alto em uma década, com 21,4 milhões de crianças, a maior parte das quais ainda se encontra na África Subsaariana.

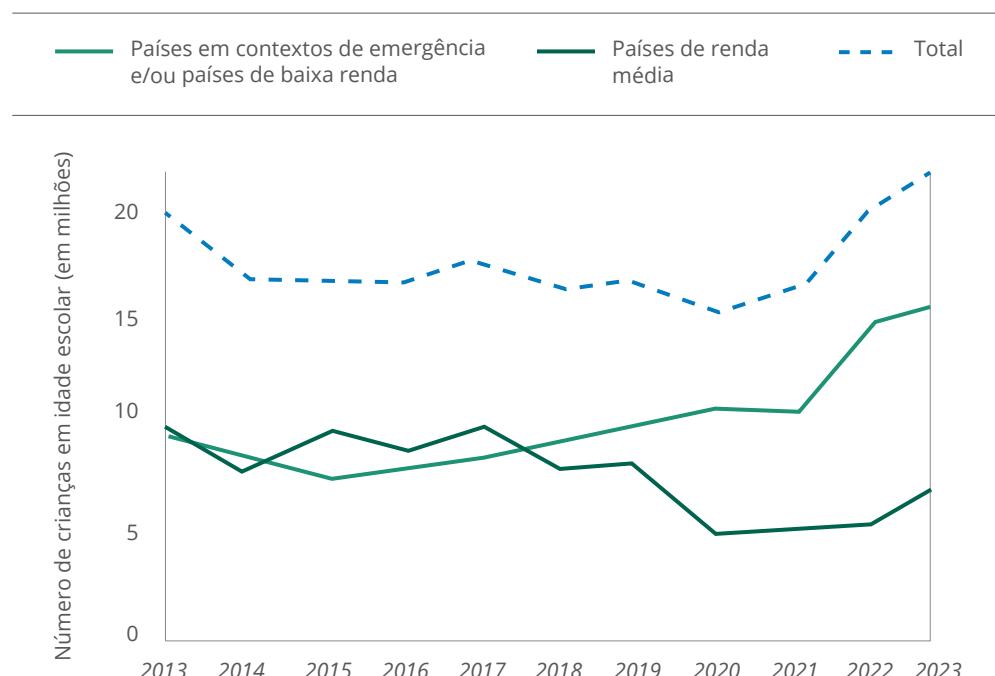


Fonte: WFP (2013-2023).

A Figura 4.7 mostra as tendências no número de crianças em idade escolar diretamente atendidas pela alimentação escolar do WFP entre 2013 e 2023, desagregadas por contexto nacional. Embora o alcance total tenha permanecido relativamente estável até 2021, houve um aumento acentuado a partir de então, chegando a mais de 21 milhões de crianças até 2023, impulsionado em grande parte pelo apoio ampliado em ambientes de emergência e de baixa renda. Nesses contextos, o alcance do WFP tem crescido de forma constante desde 2018, com um salto notável entre 2021 e 2022, refletindo a resposta da organização às crescentes necessidades em meio a crises e conflitos sobrepostos. Em contrapartida, o número de crianças atendidas diretamente pelo WFP em países de renda média diminuiu acentuadamente durante a pandemia de COVID-19 e ainda não retornou aos níveis pré-pandemia. Essa tendência reflete a mudança estratégica do WFP para apoiar programas liderados nacionalmente, à medida que os países de renda baixa fazem a transição para o status de renda média e os países fortalecem suas capacidades técnicas, institucionais e financeiras para gerenciar e sustentar a alimentação escolar de forma independente.

Figura 4.7

Número de crianças em idade escolar diretamente atendidas pela alimentação escolar do WFP ao longo do tempo (2013–2023), por contexto nacional



Fonte: WFP (2013-2023).

Quadro 4.3

Atividades de alimentação escolar do WFP em 2023

O WFP forneceu alimentação escolar, lanches e transferências em dinheiro para 21,4 milhões de crianças, 48% das quais eram meninas.

Número de crianças em idade escolar que recebem assistência por escritório regional do WFP: ³⁹

- Ásia e Pacífico: 4,5 milhões (2,1 milhões de meninas)
- Oriente Médio, Norte da África, Europa Oriental: 4,2 milhões (1,9 milhão de meninas)
- África Ocidental: 4,3 milhões (2,1 milhões de meninas)
- África Oriental: 3,2 milhões (1,6 milhão de meninas)
- África Austral: 2,1 milhões (1,1 milhão de meninas)
- América Latina e Caribe: 3,0 milhões (1,5 milhão de meninas).

Em 2023, o WFP implementou ou apoiou programas de alimentação escolar em 81 países (4 por meio de implementação direta, 20 com apenas assistência técnica e 57 com uma combinação de implementação direta e assistência técnica).

O WFP apoiou governos em 59 países na alimentação escolar com compras locais, inclusive por meio do design, implementação e desenvolvimento de políticas de programas.

³⁹ A discrepância entre a soma dos valores regionais e o valor global de 21,4 milhões deve-se ao arredondamento.

4.4 O papel do WFP na implementação da alimentação escolar em emergências

O WFP fornece alimentação escolar durante emergências, ajudando as crianças em áreas afetadas por crises a receber apoio nutricional essencial e educação continuada, sempre que possível. Uma *Avaliação de Síntese sobre Alimentação Escolar de Emergência*, publicada em maio de 2022,⁴⁰ revelou que a alimentação escolar melhorou a segurança alimentar, a frequência escolar e os resultados de aprendizagem em ambientes de emergência. A síntese também descobriu que os programas proporcionaram uma sensação de normalidade e estabilidade para as crianças em meio ao caos do conflito e do deslocamento. As principais conclusões destacaram a importância da colaboração multisectorial, envolvendo governos, comunidades locais e parceiros internacionais, para expandir o alcance desses programas e torná-los sustentáveis. Apesar dos desafios, como restrições de financiamento e obstáculos logísticos, os programas de alimentação escolar de emergência do WFP demonstraram benefícios substanciais, ressaltando a necessidade de investimento e apoio contínuos para maximizar seu impacto.

Os governos reconhecem que seus próprios programas de alimentação escolar podem ajudar a mitigar o impacto dos desastres para as crianças e suas famílias. A alimentação escolar, em períodos delicados como o confinamento da COVID-19 e a recente escalada global dos preços dos alimentos, oferece quatro benefícios centrais para proteger crianças e famílias diante de crises:

- **Acesso estável:** O acesso à alimentação escolar durante todo o ano aumenta a resiliência das crianças e de suas famílias, aumentando sua capacidade de resistir, lidar e se recuperar de desastres a longo prazo.
- **Mecanismo de enfrentamento:** Quando protegidos e sustentados em tempos de crise, os programas de alimentação escolar podem garantir que as crianças tenham acesso contínuo a alimentos, mesmo quando os recursos domésticos estão sobrecarregados ou outras fontes de renda entraram em colapso. Isso pode evitar estratégias de enfrentamento negativas, como a venda de recursos domésticos, e proteger os investimentos na saúde e educação das crianças.

⁴⁰ <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000141602/download/?ga=2.255338123.202682972.1732527057-1715565503.1706110063>



Um menino na República Democrática do Congo faz uma refeição na escola. WFP/Vincent Tremeau

- **Adaptação:** A alimentação escolar pode ser adaptada durante situações adversas para acomodar novas vulnerabilidades além do seu escopo regular. Os programas de alimentação escolar existentes podem ser usados como ponto de entrada para fornecer assistência alimentar essencial aos membros da família e a outras pessoas na comunidade. As adaptações podem incluir a alteração dos métodos de entrega, como a adição de rações para levar para casa ou pontos de distribuição na comunidade.
- **Proteção social:** A evidência dos benefícios dos programas de alimentação escolar durante desastres pode ser um poderoso incentivo para que os governos os incorporem como um instrumento regular de proteção social. Em países como Bangladesh e Sri Lanka, os programas de alimentação escolar que inicialmente foram lançados como respostas de emergência se expandiram posteriormente, continuando além do choque inicial e se tornando parte integrante das estruturas nacionais de proteção social.

Exemplos de programas do WFP em contextos de emergência incluem o Oriente Médio e o Norte da África, onde, apesar de obstáculos significativos, como interrupções na cadeia de suprimentos, danos à infraestrutura escolar, escassez de água, riscos de segurança e acesso limitado, o WFP

desenvolveu programas de alimentação escolar resilientes e específicos ao contexto, muitas vezes integrados às redes de proteção social nacionais e entregues em parceria com governos, agências da ONU, instituições financeiras internacionais, comunidades e ONGs. No Iêmen, por exemplo, o WFP beneficiou 1,5 milhão de crianças com lanches fortificados e lançou o programa Cozinhas Saudáveis para oferecer alimentação escolar com compras locais a 34.800 crianças em 2024, trabalhando em estreita colaboração com a Parceria Global para a Educação, o Banco Mundial, o UNICEF, a Save the Children e outros parceiros do Grupo de Educação. Na Síria, mais de 911.100 crianças se beneficiaram de barras de tâmaras, refeições frescas e transferências em dinheiro, com a frequência escolar subindo para 88%. O WFP fez parceria com o UNICEF e ONGs locais para implementar e ampliar esses esforços, incluindo apoio adicional em resposta ao terremoto e à crise no Líbano. No Líbano, a iniciativa de alimentação escolar do WFP — que beneficia 107 mil crianças, incluindo um grande número de refugiados sírios — foi adaptada às interrupções causadas pelo conflito em 2024, passando a oferecer lanches para consumo em casa durante os períodos de ensino remoto. O WFP retomou a alimentação escolar após um cessar-fogo em novembro de 2024 e fez parceria com o Ministério da Educação, o UNICEF, ONGs locais e a Agência Francesa de Desenvolvimento, entre outros. Em Gaza, o WFP distribuiu lanches para 117.886 crianças em espaços de aprendizagem temporários da ONU em 2024, com planos de expandir as operações conforme as condições de acesso e segurança permitirem.

No Sudão (onde o WFP implementa programas de alimentação escolar desde 1969), quase 25 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar aguda, com fome confirmada em várias regiões e taxas de má nutrição perigosamente altas entre as crianças. O WFP retomou sua iniciativa de alimentação escolar com compras locais em março de 2024, usando rações para consumo em casa em cinco estados, incluindo o Mar Vermelho, onde alcançou 42.685 alunos. Essa abordagem não só combateu a insegurança alimentar, como também contribuiu significativamente para o aumento da frequência escolar, com destaque das meninas.

O WFP ampliou suas operações para apoiar mais de 565 mil alunos e funcionários, adquirindo 9 mil toneladas métricas de cereais de seis organizações de agricultores, demonstrando a resiliência e o impacto da integração da educação, da agricultura e do envolvimento da comunidade em meio a crises.

Para capitalizar as vantagens de fornecer alimentação escolar durante emergências, os governos devem tornar os sistemas de proteção social mais “responsivos a choques”. A partir das lições aprendidas com as iniciativas globais anteriores, pode ser necessário reformular os programas para viabilizar uma expansão adaptável, adotando novos métodos de entrega; garantir o financiamento de contingência; desenvolver parcerias mais inovadoras; ou desenvolver protocolos que permitam que as mudanças sejam acionadas em caso de desastre. Em muitos países, o WFP fornece assistência técnica para apoiar essas mudanças políticas.

A alimentação escolar na Ucrânia oferece estabilidade e educação contínua às crianças.
WFP/Anastasiia Honcharuk



4.5 Empoderamento de mulheres e meninas por meio da alimentação escolar

Os programas de alimentação escolar intervêm em vários níveis: individual, familiar, comunitário, escolar e nacional. Eles representam uma oportunidade única de enfrentar os diferentes desafios que meninos, meninas e crianças com deficiência encontram, o que os impede de alcançar todo o seu potencial. A alimentação escolar pode aumentar a capacidade de ação de mulheres, meninas e crianças com deficiência, desafiando relações de poder desiguais e normas e leis discriminatórias.

De 2022 a 2024, o WFP fez progressos significativos para garantir que meninas e meninos se beneficiem igualmente das iniciativas de alimentação escolar. Esses esforços incluem direcionar as barreiras que as meninas enfrentam para frequentar a escola e continuar sua educação à medida que envelhecem, assim como intervenções para capacitar as mulheres nas cadeias locais de abastecimento de alimentos por meio da compra e preparação de alimentação escolar. O WFP tem usado cada vez mais pesquisas e evidências para levar os benefícios da alimentação escolar a todos os meninos e meninas, incluindo crianças com deficiência.

Por exemplo, em Ruanda, o WFP realizou uma avaliação para entender melhor o contexto diferenciado em que o programa de alimentação escolar com compras locais opera – especialmente como ele pode afetar meninos, meninas, homens e mulheres de forma diferente. A avaliação mostrou as desigualdades dentro das comunidades e partes interessadas do programa, identificou as raízes dos problemas e recomendou melhorias no desenho do programa. O estudo demonstrou a importância de analisar como meninos, meninas, homens e mulheres de diferentes grupos podem ser afetados de forma diferente pelo fornecimento de alimentação escolar.

Em Moçambique, o WFP implementa o programa Combate ao Absentismo e Redução de Barreiras à Educação, que fornece refeições saudáveis adquiridas localmente e promove o acesso à educação, especialmente para meninas. O programa se concentra em três componentes:

1. A oferta de formação a atores escolares e comunitários, com o objetivo de mudar as crenças e comportamentos dos alunos adolescentes que possam ser prejudiciais ou injustos para meninas e meninos.
2. A criação e consolidação de “clubes de diálogo” para promover conversas entre meninas e meninos sobre tratamento justo. Os clubes de diálogo visam criar um ambiente seguro para meninas e meninos, em que possam aprender mais sobre as desigualdades e como abordá-las.
3. A distribuição de kits de gestão de higiene menstrual para aumentar o conforto e a confiança das meninas em suas atividades diárias, reduzindo as barreiras à frequência escolar e ajudando as meninas a permanecer na escola durante toda a adolescência.

O programa Combate ao Absentismo e Redução de Barreiras à Educação destaca como uma intervenção pode combinar componentes que se complementam e se reforçam. Também demonstra como a capacitação de atores escolares e comunitários é fundamental para mudar as normas e atitudes sociais em relação à igualdade.

No Malawi, a avaliação da primeira fase do Programa Conjunto para a Educação de Meninas destacou a importância de trazer homens e meninos para as discussões sobre os direitos das meninas, não apenas como observadores, mas como atores com igual responsabilidade de promover a igualdade e a inclusão social. Também enfatizou a importância de incluir os meninos nas atividades do projeto que proporcionam benefícios visíveis, como bolsas de estudo, e a necessidade de aumentar a conscientização dos pais sobre a importância da educação de suas filhas.

Esses exemplos ilustram que os programas podem integrar medidas em diferentes estágios para abordar a desigualdade em vários níveis, atendendo às necessidades mais imediatas e práticas de meninas, meninos, mulheres e homens, ao mesmo tempo em que desencadeiam mudanças na agência, nas relações sociais e nas estruturas sociais.

Quadro 4.4

Lições aprendidas com o projeto Quebrando Barreiras para a Educação de Meninas – uma abordagem multissetorial para a educação de meninas em contextos frágeis

No Chade e no Níger, as meninas que residem em áreas de conflito enfrentam barreiras significativas à educação. Isso inclui pobreza, insegurança alimentar, casamento precoce, violência de gênero, bem como serviços de saúde e nutrição precários. Normas culturais e preocupações com a segurança exacerbam ainda mais a situação. Os conflitos no Níger, por exemplo, levaram ao fechamento de 900 escolas, o que forçou as meninas em muitas áreas a caminhar longas distâncias em terrenos perigosos para frequentar a escola, aumentando sua exposição à violência. No Chade, a presença do Boko Haram em algumas áreas aumentou os riscos para as meninas e desencorajou a frequência escolar delas. Em resposta a esses desafios, em parceria com o UNICEF e o UNFPA, o WFP implementou o projeto Quebrando Barreiras para a Educação de Meninas em áreas vulneráveis do Chade e do Níger de 2019 a 2022. Essa iniciativa, com apoio financeiro da Global Affairs Canada, adotou uma abordagem multissetorial para enfrentar os principais obstáculos ao acesso e permanência das meninas na educação, combinando alimentação escolar, incentivos em dinheiro e apoio à saúde e higiene. O WFP, um parceiro líder na iniciativa, desempenhou um papel central na melhoria dos resultados educacionais para as meninas por meio de programas de alimentação escolar direcionados. As avaliações do projeto em ambos os países reforçaram o importante papel da alimentação escolar na melhoria do acesso das meninas à educação, particularmente em ambientes frágeis. Ambas as avaliações mostraram que a alimentação escolar e os incentivos em dinheiro foram eficazes no aumento das taxas de matrícula e frequência.

No Níger, a porcentagem de meninas que fizeram os exames finais do ensino fundamental aumentou de 20% para 36%, em grande parte impulsionada pela alimentação escolar e incentivos em dinheiro, o que reduziu os encargos econômicos das famílias e encorajou os pais a priorizar a educação. No Chade, a avaliação encontrou evidências de aumento das aspirações educacionais entre alunos e famílias. A colaboração entre o WFP e seus parceiros ajudou a manter as meninas na escola, proporcionando-lhes espaços seguros e de apoio, demonstrando o valor da abordagem multissetorial do projeto. Expandir essas intervenções para alcançar mais meninas fora da escola, especialmente em áreas onde a insegurança limita o acesso à educação, será fundamental para crescer e sustentar o progresso alcançado.

Quadro 4.5

Capacitação de meninas e meninos por meio de programas de alimentação escolar na Ásia e no Pacífico

O Escritório Regional do WFP para a Ásia e o Pacífico, em parceria com a Development Pathways, realizou um estudo de pesquisa operacional de dois anos para aprender como os programas escolares poderiam ser usados como uma plataforma para abordar as causas e consequências das desigualdades entre meninos e meninas. O estudo informou a orientação operacional sobre como o WFP e seus parceiros podem trabalhar em várias dimensões para ajudar meninos e meninas a acessar as mesmas oportunidades.

As recomendações incluíram a construção de agências e capacitações individuais e coletivas; o desafio de relações de poder desiguais; e a criação de normas e estruturas sociais formais e informais mais equitativas. O estudo identificou as seguintes boas práticas na região:

- No Nepal, o WFP e seus parceiros trabalharam com o governo para desenvolver materiais educacionais e treinar professores para abordar as normas sociais em torno da gestão da higiene menstrual com suas alunas.
- No Sri Lanka, o WFP colaborou com o Ministério da Mulher, Crianças e Empoderamento Social para abordar as relações de poder desiguais e promover a liderança e o empoderamento econômico das mulheres. O WFP e o ministério treinaram Diretoras de Desenvolvimento de Mulheres que, por sua vez, fortaleceram a alfabetização financeira e a independência econômica dos provedores de alimentação escolar e das cooperativas lideradas por mulheres envolvidas no programa de alimentação escolar com compras locais.
- No Camboja, tornar as normas e estruturas sociais formais e informais mais equitativas é um objetivo importante para o WFP e o governo. O WFP se envolveu com o Ministério dos Assuntos da Mulher para defender a formalização dos contratos de cozinheiras que preparam alimentação escolar e capacitar as mulheres como fornecedoras do programa.

O estudo também identificou que as atividades de mudança social e comportamental, que atualmente se concentram em saúde e nutrição, podem ser expandidas para influenciar normas e atitudes sobre mulheres e homens na comunidade em geral. O potencial para promover o empoderamento econômico e social das mulheres por meio da alimentação escolar com compras locais emergiu claramente no estudo. Os programas podem fornecer treinamento para melhorar as habilidades e capacidades de liderança das mulheres e fornecer acesso a oportunidades de geração de renda e serviços agrícolas, construindo a agência individual e coletiva de mulheres produtoras e fornecedoras. Reconhecer cozinheiros e outros atores envolvidos no fornecimento de refeições como trabalhadores formais e fornecer-lhes salários adequados é fundamental para tratar mulheres e homens de forma justa.

Alcançar todo o potencial das abordagens transformadoras de gênero nos programas de alimentação escolar exige esforços coordenados, sistemáticos e conjuntos. Ao reunir boas práticas e analisar fatores facilitadores, lições e desafios, o WFP está contribuindo para a base de evidências para promover a igualdade e o empoderamento das mulheres por meio de programas de alimentação escolar.

Uma estudante da República Democrática Popular do Laos desfruta de sua refeição quente na escola. WFP/Vilakhone Sipaseuth



4.6 Inovação do WFP na alimentação escolar

O WFP tem integrado consistentemente a tecnologia para melhorar suas operações de alimentação escolar, alinhando-se com o Roteiro para a Cooperação Digital da ONU. A Estratégia de Alimentação Escolar 2020–2030 do WFP e a nova 2024 Política de Alimentação Escolar enfatizam os dados e a inovação digital como componentes-chave de programas eficazes. Desde 2019, o WFP desenvolveu duas ferramentas inovadoras: o School Connect e o School Menu Planner PLUS (em tradução livre, Conexão com a Escola e Planejador de Cardápio Escolar PLUS), para melhorar a eficiência, a eficácia e a gestão de custos nos programas de alimentação escolar.

School Connect

Lançado em 2020, o School Connect digitaliza os registros escolares e extrai os principais indicadores de desempenho para os programas de alimentação escolar, substituindo a coleta, revisão e registro de dados em papel, que podem ser complicados e propensos a erros. Este aplicativo permite que as escolas gerenciem digitalmente, de forma eficiente, as informações de estoques, frequência, matrícula e consumo. Ele oferece suporte a várias modalidades de refeições, incluindo refeições no local, compras escolares, dinheiro para escolas e porções para consumo em casa, e incorpora componentes de alimentação escolar com compras locais. O acesso a esses indicadores quase em tempo real permite que a equipe do programa invista mais tempo no fornecimento de apoio de qualidade às escolas, garantindo que os programas de alimentação escolar possam se adaptar com base nos dados mais atualizados e precisos possíveis. O School Connect ajuda programas em diferentes estágios de transição para a propriedade nacional em 20 países em todo o continente africano, assim como no Haiti, Honduras, Líbano e Ucrânia.

A África Ocidental e Central está liderando a adoção dessa inovação: o School Connect fornece dados em tempo real para a supervisão programática regional em 54% das escolas onde o WFP trabalha. No Benin, a ferramenta rastreia refeições para 1,2 milhão de crianças dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar Integrada e tem sido usada pelo governo como um modelo para o projeto de seu sistema nacional de monitoramento. No Campo de Refugiados de Kakuma, no Quênia, a análise de aprendizagem de máquina dos dados do School Connect informa o desenho do programa de alimentação escolar, identificando fatores que impulsionam a frequência e o abandono

escolar. No Haiti, a ferramenta reduz os tempos de resposta e fornece dados quase em tempo real sobre os movimentos de alimentos para mais de 200 mil crianças cobertas pelo programa de alimentação escolar com compras locais.

School Menu Planner (SMP) PLUS

O SMP PLUS permite que os operadores de alimentação escolar desenvolvam de forma eficiente programas de alimentação escolar nutritivos, acessíveis e sensíveis à comunidade. Este aplicativo baseado na web e alimentado por IA otimiza os cardápios da alimentação escolar, garantindo que sejam econômicos, usem alimentos disponíveis localmente e sejam nutricionalmente equilibrados. Também aumenta as oportunidades econômicas para os pequenos agricultores e apoia os esforços do governo em todo o mundo.

Até o momento, 46 países foram treinados para usar o SMP PLUS, com 29 usando ativamente o aplicativo para criar cardápios. Mais de 4 milhões de crianças se beneficiam de refeições elaboradas por meio da plataforma. Os benefícios do SMP PLUS incluem aumentar a diversidade da dieta, defender o aumento dos orçamentos de alimentação escolar, criar livros de receitas e melhorar a coordenação entre os setores envolvidos nos programas de alimentação escolar. Por exemplo, em Madagascar, um novo cardápio usando alimentos locais agora cobre 40% das necessidades de macronutrientes das crianças e 30% de suas necessidades de micronutrientes. No Lesoto, a ferramenta calculou os preços das cestas de alimentos e das opções de cardápio, o que ajudou as partes interessadas a defender um aumento no orçamento. Eventualmente, o governo aumentou o financiamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar em 65%.

Na Zâmbia, o SMP PLUS tem sido fundamental para operacionalizar a Estratégia de Aquisição de Alimentação Escolar com Compras Locais e o Plano de Diversificação da Alimentação, criando cardápios em nível distrital que atendem às necessidades nutricionais das crianças usando ingredientes locais avaliados.

4.7 Próximos passos

Olhando para o futuro, o WFP está pronto para aprofundar seu papel no avanço de programas de alimentação escolar sustentáveis e de propriedade nacional como um dos principais impulsionadores do desenvolvimento no século XXI. Com a alimentação escolar reconhecida como uma ferramenta poderosa para combater a pobreza, melhorar a educação e transformar os sistemas alimentares, o WFP se concentrará em apoiar os governos por meio de parcerias fortalecidas, assistência técnica direcionada e liderança global em políticas públicas. A expansão da Coalizão para a Alimentação Escolar reflete o crescente impulso político e o compromisso com a ampliação dos programas de alimentação escolar. O WFP aproveitará esse impulso, trabalhando com governos, agências internacionais, sociedade civil e setor privado, para apoiar os países na concepção de programas de alimentação escolar resilientes, inclusivos e específicos ao contexto, enraizados na colaboração e na responsabilidade compartilhada.

Conforme descrito em sua Política de Alimentação Escolar de 2024, o WFP priorizará três mudanças estratégicas para orientar seus esforços futuros.

- Em primeiro lugar, reforçará o seu papel de organizador e defensor, facilitando parcerias multissetoriais mais fortes em educação, saúde, agricultura e proteção social para alinhar os programas de alimentação escolar com metas de desenvolvimento mais amplos.
- Em segundo lugar, o WFP aprofundará sua colaboração com governos e parceiros para construir e financiar sistemas nacionais robustos, baseados em evidências e adaptados às prioridades locais.
- Em terceiro lugar, trabalhará para melhorar a qualidade do programa, garantindo que a alimentação escolar seja integrada à nutrição, à ação climática e à transformação do sistema alimentar. As parcerias serão fundamentais para cada uma dessas mudanças, reunindo atores em todos os níveis para compartilhar conhecimentos, alinhar recursos e dimensionar soluções.

O caminho a seguir do WFP também envolve aumentar sua agilidade operacional em contextos frágeis e humanitários, ao mesmo tempo em que incorpora resiliência de longo prazo por meio do envolvimento em políticas públicas e do fortalecimento de capacidades. O WFP continuará a trabalhar com parceiros para apoiar os esforços nacionais para tornar os programas de alimentação escolar mais socialmente inclusivos e adaptáveis a choques, garantindo que sirvam como redes de proteção social eficazes durante as crises. Ao promover um ecossistema dinâmico de colaboração entre governos, doadores, agências da ONU, ONGs e setor privado, o WFP visa gerar um impacto duradouro. Essa abordagem ajudará a institucionalizar a alimentação escolar como um elemento central do desenvolvimento do capital humano, abrindo oportunidades para milhões de crianças e contribuindo para um crescimento nacional mais equitativo e sustentável.



Agricultores colhem batatas para a alimentação escolar na Venezuela.
WFP/Gustavo Vera

Estudo de caso 11

A jornada do Camboja em direção à alimentação escolar local sustentável até 2028

O programa nacional de alimentação escolar do Camboja apoia 190 mil crianças em áreas de alta pobreza, melhorando a nutrição, a frequência e os sistemas alimentares locais, ao mesmo tempo em que contribui para a educação e o desenvolvimento da comunidade. O programa já inclui commodities regionais, promovendo a demanda por alimentos nutritivos produzidos localmente, diversificando a alimentação das crianças e apoiando as economias e a agricultura locais.

Em 2022, o Governo Real do Camboja reafirmou seu compromisso de expandir a cobertura da alimentação escolar, juntando-se à Coalizão para a Alimentação Escolar e iniciando uma Estratégia de Transição Conjunta com o WFP para alcançar a plena apropriação nacional do programa de alimentação escolar até 2028. Para orientar essa transição, o Ministério da Educação, Juventude e Esportes realizou um exercício de Abordagem de Sistemas para Melhores Resultados Educacionais – Alimentação Escolar (SABER-SF) em 2023. Isso informou o desenvolvimento de um plano de ação de fortalecimento de capacidades de longo prazo para a entrega e sustentabilidade do programa.

Para garantir a responsabilidade e a qualidade do programa, o Ministério da Educação, Juventude e Esportes desenvolveu e implementou uma estrutura abrangente de monitoramento e avaliação em todas as dez províncias-alvo onde a alimentação escolar é entregue. Funcionários de 34 escritórios distritais de educação monitoram e apoiam a entrega do programa.

Abordagens baseadas em evidências orientam o crescimento do programa

O Governo Real do Camboja fez parceria com o WFP, a Universidade de Harvard e o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar para realizar um estudo de custo-benefício, estimando o valor monetário do impacto do programa na educação, saúde e nutrição, agricultura, economia local e proteção social. Os resultados do estudo são esperados para 2025. A Iniciativa de Financiamento Sustentável da Coalizão para a Alimentação Escolar está realizando simultaneamente uma análise detalhada de custos para orientar as decisões sobre a potencial expansão do programa e as políticas de longo prazo.

Como parte de um projeto conjunto da FAO e do WFP sobre alimentação escolar nutricionalmente ideal, o Ministério da Educação, Juventude e Esportes testou diretrizes para padrões nutricionais para a alimentação escolar que também apoiam os agricultores locais (leia mais no Capítulo 3).

O Ministério da Educação, Juventude e Esportes avaliou como uma intervenção piloto para promover oportunidades para produtoras e fornecedoras por meio da aquisição para a alimentação escolar impactou as comunidades locais. Implementado em seis escolas e envolvendo 25 agricultoras, o piloto mostrou que o aumento da participação das mulheres na cadeia de suprimentos aumentou os lucros, melhorou a eficiência da produção e expandiu as oportunidades de liderança, contribuindo para uma maior resiliência da comunidade.

A legislação, Prakas nº 507, introduziu maiores quantidades de dinheiro por refeição, diretrizes para cozinheiros e construção de cozinhas, melhor orçamento. Refletindo esse compromisso fortalecido, o governo aumentou o financiamento do programa de alimentação escolar de 5,6 milhões de dólares em 2024 para 7,4 milhões de dólares em 2025.

O Camboja colaborou com as Filipinas para organizar a primeira reunião regional da Coalizão para a Alimentação Escolar na Ásia em novembro de 2024. A reunião criou uma plataforma para os governos do Sudeste Asiático compartilharem conquistas e melhores práticas, aprenderem uns com os outros e estabelecerem novas metas. Durante este evento histórico, o Governo Real do Camboja apresentou sua Política de Alimentação Escolar 2024–2035. A política esclarece os objetivos e a visão do programa nacional de alimentação escolar, atribui responsabilidades institucionais e descreve as principais iniciativas, como o desenvolvimento de uma estrutura jurídica, a melhoria dos mecanismos de segmentação, a conscientização da comunidade, a melhoria da saúde e da nutrição e a promoção do desenvolvimento agrícola e econômico. Embora a política estabeleça uma direção clara para o programa de alimentação escolar, mecanismos detalhados de implementação e planos de ação ainda estão em desenvolvimento.

Em 2024, foram formados Comitês Diretivos de Alimentação Escolar recém-estabelecidos, tanto em nível nacional quanto subnacional, compostos por representantes dos ministérios relevantes e garantindo uma abordagem multisectorial para a implementação do programa de alimentação escolar. O principal papel dos comitês é supervisionar e coordenar a implementação do programa para garantir o alinhamento com os padrões nacionais. No nível nacional, o Comitê Diretivo de Alimentação Escolar desempenha um papel crítico de liderança na tradução da Política de Alimentação Escolar em etapas açãoáveis. Isso inclui liderar o desenvolvimento do Plano de Ação da Política, que servirá como um roteiro para operacionalizar a política, detalhando claramente as funções, responsabilidades, cronogramas e requisitos de recursos para tornar sua implementação bem-sucedida em todo o país.

Com base no impulso criado pelo evento regional, o Camboja também está defendendo os esforços para integrar as iniciativas de alimentação escolar na estrutura da ASEAN.

Estudo de caso 12

Armênia assume liderança total da alimentação escolar: um modelo de compromisso nacional e desenvolvimento sustentável

Em julho de 2023, a Armênia alcançou um marco significativo ao assumir a propriedade, a gestão e o financiamento totais do seu programa nacional de alimentação escolar do WFP. Essa transição, que começou em 2016, fez parte de um plano abrangente para melhorar o desenvolvimento do capital humano e garantir o bem-estar dos alunos. Desde 2001, o WFP tem apoiado o governo na gestão e financiamento do programa de alimentação escolar, que forneceu refeições cozidas a crianças em idade escolar em dez províncias, excluindo Yerevan, para melhorar o estado nutricional e as capacidades de aprendizagem das crianças.

Com o apoio do WFP, as instalações de alimentação escolar em 1.050 escolas foram renovadas e equipadas, projetos de agricultura escolar foram estabelecidos em 60 escolas e os programas de alimentação escolar passaram da prestação de assistência em espécie às escolas para um modelo baseado em dinheiro, no qual as escolas compravam alimentos localmente. Uma Agência Nacional de Alimentação Escolar e Bem-Estar Infantil também foi criada para facilitar a implementação do programa. Em janeiro de 2023, o governo começou a financiar o programa em todas as dez regiões para crianças do 1º ao 4º ano e, em julho de 2023, gerenciou e financiou totalmente o programa.

O governo agora planeja expandir o programa para escolas na província de Yerevan, anteriormente excluída, potencialmente beneficiando mais crianças. Embora não administre mais o programa, o WFP continua a fornecer apoio técnico, promovendo práticas como a economia circular, a adoção de energia verde e os pomares escolares.

A transição é um testemunho da colaboração bem-sucedida entre o WFP, o governo armênio e outros parceiros, incluindo a Federação Russa. Essa parceria garantiu a sustentabilidade do programa e aumentou seu impacto na educação e no bem-estar dos alunos. Após a transição, o governo reconheceu ajudantes de cozinha e jardineiros como funcionários da escola, fornecendo-lhes salários. Isso afetou cerca de 3 mil indivíduos, a maioria mulheres.

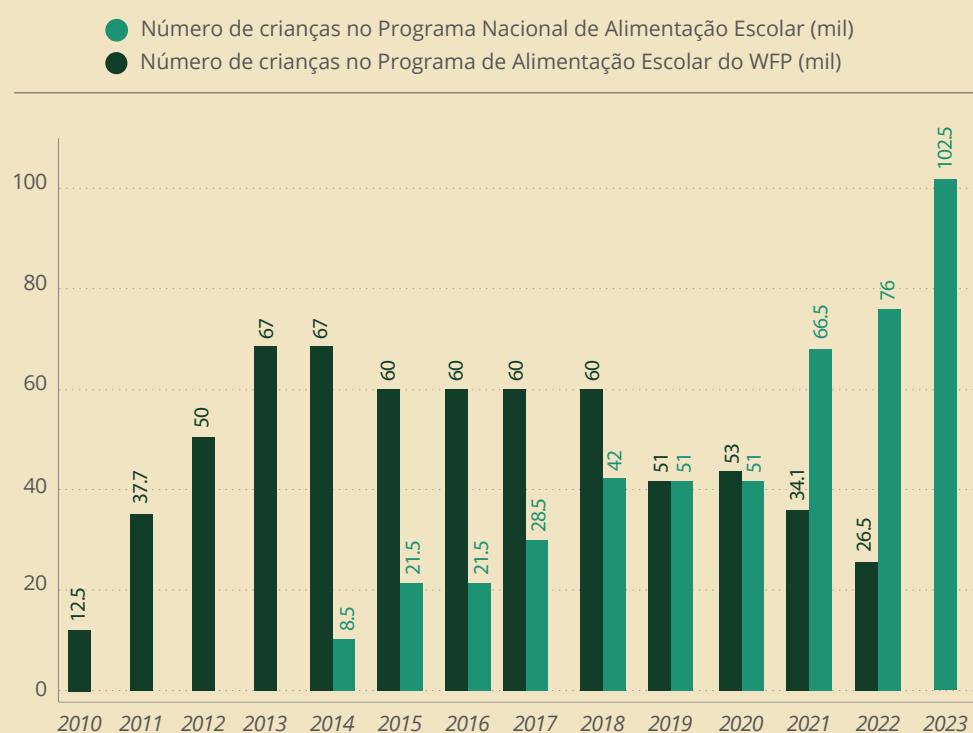
Em 2024, o governo forneceu refeições cozidas a mais de 106 mil crianças do ensino fundamental em dez províncias durante todos os 180 dias letivos. Isso representa uma cobertura significativa de 68% para alunos matriculados em escolas para todas as crianças do país, excluindo Yerevan. Aproximadamente 86% das escolas tinham cozinhas e áreas de alimentação reformadas; mais de 4 mil funcionários da escola receberam treinamento sobre a gestão da alimentação escolar; e 2,5 mil mulheres rurais foram empregadas pelo programa.

O governo estabeleceu um modelo em que os fundos gerados por estações solares e as vendas de projetos agrícolas escolares são reinvestidos na alimentação escolar. As estações solares geram aproximadamente 3.437.950 kWh de eletricidade anualmente, totalizando 387.000 dólares por ano. O programa também ajudou as comunidades a responder a choques, acomodando crianças deslocadas à força de Nagorno-Karabakh. O governo também está trabalhando na integração de produtos integrais nos cardápios da alimentação escolar.

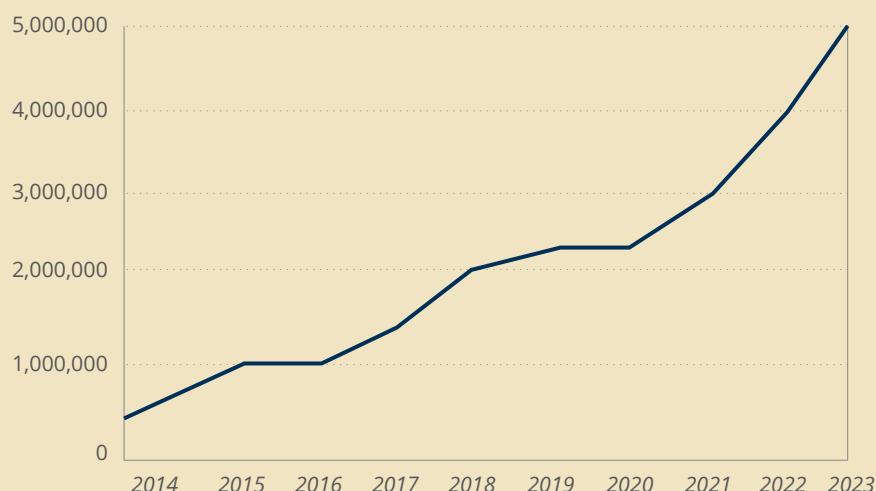
Em 2021, o governo se juntou à Coalizão para a Alimentação Escolar, comprometendo-se a tornar a alimentação escolar universalmente disponível até 2030, expandir a cobertura para Yerevan, sustentar as alocações orçamentárias e integrar a alimentação escolar na legislação nacional de educação.

Figura 4.8

Progressão da cobertura do programa de alimentação escolar na Armênia

**Figura 4.9**

Orçamento alocado pelo governo para o ano letivo (180 dias de refeição) em USD



Estudo de caso 13

O poder da alimentação escolar na transformação do Haiti

Em um país que enfrenta a violência de grupos armados, onde 50% da população precisa urgentemente de assistência alimentar, uma refeição diária na escola é uma maneira simples e eficaz de garantir que as crianças recebam pelo menos uma refeição nutritiva por dia. No Haiti, a alimentação escolar é um pilar estratégico do desenvolvimento humano. O governo haitiano, por meio do Ministério da Educação Nacional e Treinamento Vocacional, coloca seu programa de alimentação escolar no centro de sua política educacional e social.

Sob a supervisão do Ministério da Educação Nacional e Treinamento Vocacional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar desempenha um papel central no planejamento, coordenação e implementação da alimentação escolar em todo o país. O objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar é garantir que todas as crianças em idade escolar haitianas tenham acesso sustentável a alimentos saudáveis e equilibrados que atendam às suas necessidades nutricionais, apoiando assim sua aprendizagem e bem-estar.

O objetivo estratégico do programa é eliminar a fome nas escolas, fornecendo uma refeição diária, preparada localmente de acordo com padrões nutricionais rigorosos, ao mesmo tempo em que apoia a resiliência dos sistemas alimentares nacionais. As metas gerais do programa são:

- fornecer um serviço de alimentação sustentável e de qualidade;
- apoiar a economia local e a produção nacional de alimentos;
- fortalecer os mecanismos de boa governança em todos os níveis; e
- incentivar a gestão participativa e a propriedade da comunidade.

Os parceiros, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o WFP e várias ONGs, desempenham um papel no apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar de diferentes maneiras, desde o planejamento e financiamento até a implementação. O WFP e o Programa Nacional de Alimentação Escolar trabalharam juntos para atualizar a Política e Estratégia Nacional de Alimentação Escolar 2024–2030. A estratégia visa consolidar os sistemas locais de abastecimento, fortalecer as capacidades de gestão do programa, melhorar a governança no setor e transicionar gradualmente do modelo anterior, que ainda depende muito das importações, para um modelo baseado em cantinas escolares locais.

O programa fez progressos significativos nos últimos anos, com um aumento

na participação de compras de origem local. No final do ano letivo de 2023-2024, 54% das 477.678 crianças que se beneficiavam da alimentação escolar estavam matriculadas no programa de cantinas local, em comparação com 28% dois anos antes. Durante o ano letivo de 2023-2024, mais de 4.750 toneladas de alimentos, no valor de mais de 9 milhões de dólares, foram produzidas localmente e distribuídas às escolas. Para o ano letivo de 2024-2025, a meta é alcançar 70% dos alunos atendidos por meio de fontes locais, com uma ambição nacional de 100% de cobertura até 2030.

Para conseguir isso, em estreita colaboração com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o WFP está trabalhando com 170 organizações agrícolas locais, compreendendo aproximadamente 20 mil membros, para estruturar cadeias de suprimentos curtas. Esses produtores recebem apoio técnico e logístico, incluindo o estabelecimento de unidades de processamento, o fornecimento de equipamentos agrícolas e treinamento sobre práticas pós-colheita, armazenamento e controle de qualidade.

As primeiras observações revelam que as escolas integradas no programa de cantinas locais demonstram maior resiliência, com menos interrupções no fornecimento em comparação com as escolas sob o modelo tradicional. Isso sugere maior robustez do sistema local diante de choques econômicos e de segurança.

Os parceiros também estão apoiando e aproveitando a alimentação escolar como parte de uma abordagem de múltiplos impactos, inclusive em direção ao objetivo mais amplo de transformação do sistema alimentar. Por exemplo, por meio do projeto do Banco Mundial, PROMESSE, os alunos que recebem alimentação escolar também se beneficiaram da suplementação de vitamina A e vermifugação, enquanto os pais foram conscientizados sobre tópicos relacionados à nutrição e higiene, e os cozinheiros da comunidade receberam treinamento adicional. O WFP está implementando atividades complementares para promover a alfabetização e a saúde, ao mesmo tempo em que usa o programa de alimentação escolar como uma alavanca para melhorar as normas de gênero e promover a igualdade. O WFP também está procurando reduzir a pegada ambiental do programa, nomeadamente fornecendo fogões melhorados para a preparação de refeições, reduzindo assim a poluição do ar em ambientes fechados e treinando cozinheiros escolares em seu uso.

A abordagem haitiana para a alimentação escolar, liderada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, representa um modelo inovador para transformar os sistemas alimentares locais, ao mesmo tempo em que fortalece a educação, a coesão social e a resiliência nacional.

Estudo de caso 14

A jornada do Iraque para a liderança nacional da alimentação escolar

O governo do Iraque está demonstrando forte liderança e compromisso com a alimentação escolar como pedra angular de sua agenda de educação e proteção social. No ano letivo de 2023–2024, o governo forneceu alimentação escolar diária (cinco refeições por semana) a 775.686 crianças em idade escolar, representando quase 13% dos alunos do ensino fundamental. Essas refeições chegaram a crianças em 15 províncias e em 25 dos distritos mais pobres do país, com o objetivo de apoiar a retenção, a frequência e a aprendizagem das crianças nas escolas. Uma análise liderada pelo governo sobre a implementação no ano letivo de 2023–2024 mostrou que o programa forneceu 1.817 oportunidades de emprego nas áreas cobertas pelo programa.

Desde 2023, o governo implementou e financiou totalmente o programa por meio de uma alocação dedicada no orçamento nacional aprovado pelo Parlamento iraquiano para 2023–2025. Em 2024, o governo alocou 55,6 bilhões de dinares iraquianos para alimentação escolar, com aproximadamente 36,7 milhões de dólares (equivalente a 49 bilhões de dinares iraquianos) destinados a 2025.

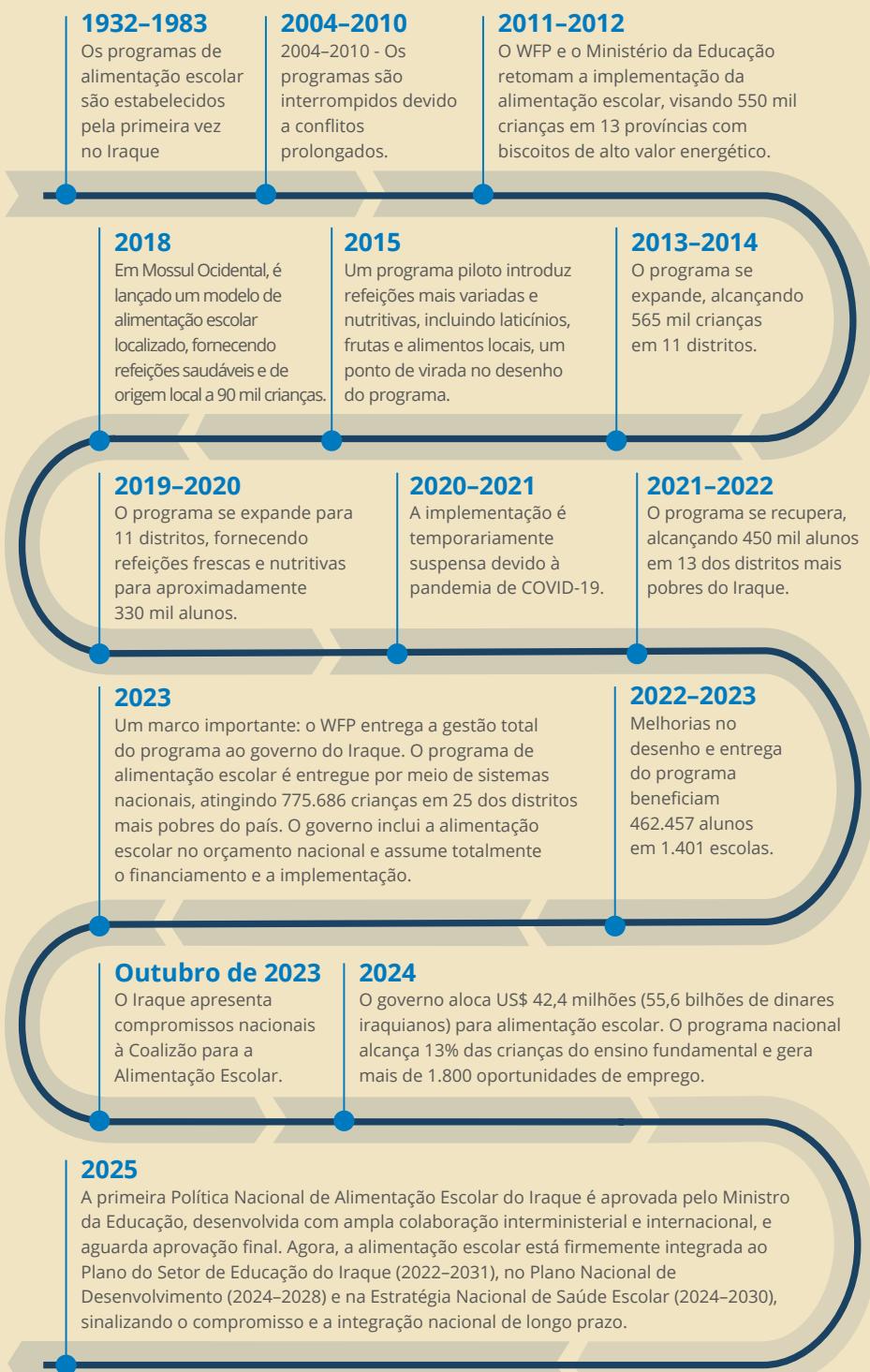
Os compromissos institucionais também se refletem nas estratégias nacionais. A alimentação escolar está integrada no Plano do Setor de Educação (2022–2031), no Plano Nacional de Desenvolvimento (2024–2028) e na Estratégia Nacional de Saúde Escolar (2024–2030). Em 2025, o Ministro da Educação do Iraque aprovou a primeira política nacional de alimentação escolar do Iraque, desenvolvida em consulta com vários ministérios, incluindo planejamento, finanças, saúde, proteção social e agricultura; organizações internacionais; e com apoio técnico e financeiro da União Europeia e do WFP. A política está atualmente pendente de aprovação pelo Conselho Ministerial para o Desenvolvimento Humano.

O programa de alimentação escolar do Iraque mostrou notável resiliência em meio a conflitos, recuperação e crescimento. Revitalizado em 2011 pelo Ministério da Educação e pelo WFP após uma pausa devido a conflitos, o programa se expandiu constantemente, desde a distribuição de biscoitos de alto valor energético até o fornecimento de refeições diversificadas e nutritivas para centenas de milhares de crianças. Embora a pandemia de COVID-19 tenha causado uma suspensão temporária da alimentação escolar em 2020, o programa se recuperou rapidamente com o Ministério da Educação e o WFP continuando a distribuição de alimentação escolar de 2020 a 2022, com reduções nos dias de alimentação escolar, alcançando mais de 770 mil alunos em 25 distritos até 2023/2024, quando foi totalmente entregue ao governo do Iraque. Em outubro de 2023, o governo reafirmou seu compromisso ao se juntar à Coalizão para a Alimentação Escolar e se comprometer a institucionalizar seu programa de alimentação escolar por meio de políticas, legislação e sistemas nacionais. Com planos de alcançar 1,4 milhão de crianças inicialmente e, posteriormente, todas as 6 milhões de crianças em idade escolar.

A estratégia do Iraque inclui o estabelecimento de um comitê de coordenação interministerial; a introdução de diretrizes de nutrição e segurança alimentar; e a criação de um sistema de monitoramento robusto, posicionando firmemente a alimentação escolar como um pilar do desenvolvimento nacional e da proteção social.

Figura 4.10

Histórico da alimentação escolar no Iraque



Estudo de caso 15

Transição para a gestão nacional do programa de alimentação escolar no Benim

O governo do Benim foi um dos primeiros a se juntar à Coalizão para a Alimentação Escolar em 2021. O presidente do Benim, Patrice Talon, atua como defensor da Coalizão, dada a sua liderança na priorização da alimentação escolar no Benim e como o programa se tornou um exemplo a ser seguido na África Ocidental e além. Após sua eleição em 2016, o presidente Talon, reconhecendo o poder transformador dos programas de alimentação escolar para as crianças do Benim, estabeleceu e expandiu rapidamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar Integrada (Programme National d'Alimentation Scolaire Intégré-PNASI).

O programa, cujo orçamento anual excede 50 milhões de dólares, tem sido financiado principalmente pelo governo do Benim desde a sua criação em 2017, com o WFP apoiando a implementação em nome do governo. Ao longo dos anos, a cobertura do programa foi expandida de 31% de todas as escolas primárias públicas em 2017 para 75% em 2023, atingindo aproximadamente 1,4 milhão de crianças em 5.709 escolas primárias públicas. O programa melhorou as taxas de matrícula e retenção escolar, melhorou o estado nutricional dos alunos e apoiou a economia local por meio da compra de produtos locais. Esse esforço resultou em um aumento na proporção de produtos locais adquiridos para o programa, de 24% em 2021 para mais de 82% em 2024, quando o WFP transferiu o programa para o governo.

Setembro de 2024 registrou um novo marco na evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar Integrada, com a transição da gestão do programa para a Agência Nacional de Alimentação e Nutrição, que foi criada para esse fim em julho de 2023. A transição fez parte de um longo processo preparatório iniciado desde o começo da parceria com o WFP em 2017 para garantir que os sistemas e capacidades certos estivessem em vigor.

O governo também apresentou compromissos à Coalizão para a Alimentação Escolar para atingir 100% de cobertura de alimentação escolar até 2026, além de melhorar a eficácia e a qualidade do programa.

Como este é o primeiro ano letivo em que a entrega do programa nacional foi implementada principalmente pela Agência Nacional de Alimentação e Nutrição, o WFP está apoiando o processo para garantir que os alimentos sejam comprados e entregues conforme planejado, documentando boas práticas durante o processo de transferência e aprendendo mais lições para a cooperação Sul-Sul. A colaboração contínua do WFP e do governo do Benim mudará o foco para a experimentação, a fim de aprender a melhorar a qualidade do programa; inovar e promover atividades complementares relevantes; e fortalecer os vínculos com a agricultura local e a geração de empregos.

RELATÓRIO ESPECIAL

Uma nova estrutura conceitual e operacional para a alimentação escolar e os sistemas alimentares: repensando as implicações dos programas nacionais de alimentação escolar para o clima, o meio ambiente, a biodiversidade e a soberania alimentar

Relatório com contribuições do Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar



No Quênia, uma aluna aprende sobre hidroponia.
WFP/Lisa Murray

Este capítulo especial apresenta um novo marco conceitual sobre a relação entre a alimentação escolar e os sistemas alimentares que a abastecem. O marco demonstra que as compras públicas de alimentos para abastecer programas nacionais de alimentação escolar podem ter um impacto significativo nos esforços globais para lidar com alguns dos maiores desafios ambientais mundiais. Esse capítulo é o resultado de dois anos de análise e representa o trabalho conjunto de 164 autores de 85 organizações diferentes em todo o mundo, representando a extraordinária importância e amplo alcance do tema.

Repensar os sistemas alimentares nunca foi tão urgente. O mundo está enfrentando uma crise nutricional global, com a desnutrição afetando metade da população mundial (FAO, 2021). A necessidade de alimentar uma população crescente, juntamente com a produção e o consumo insustentáveis de alimentos, causou esgotamento e poluição dos recursos naturais, perda de biodiversidade, desmatamento, acidificação dos oceanos e extremos climáticos (Searchinger et al., 2018; Willett et al., 2019). Os sistemas alimentares contribuem para um terço de todas as emissões de gases de efeito estufa induzidas pelo ser humano e 70% do uso de água doce, enquanto um terço de todos os alimentos é desperdiçado ao longo da cadeia de valor (Alexander et al., 2017; Crippa et al., 2021; UNEP, 2024).

A produção de alimentos é o principal impulsionador da perda de biodiversidade, principalmente devido à conversão de ecossistemas naturais para produção agrícola ou pastagem (Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition, 2023). Essas mudanças ambientais afetam nossa capacidade de produzir alimentos de alta qualidade, comprometendo ainda mais a segurança alimentar e a nutrição (Fanzo et al., 2021). Isso é especialmente prejudicial para os países do sul global, que sofrem mais intensamente os impactos de choques e estressores do que outras partes do mundo. Esses choques afetarão desproporcionalmente as crianças, com aproximadamente 1 bilhão de crianças em alto risco de sofrer de insegurança alimentar (UNICEF, 2021), ameaçando sua educação, crescimento e desenvolvimento.

A alimentação escolar é cada vez mais reconhecida como um investimento estratégico por parte dos governos para enfrentar esses desafios e promover a transformação dos sistemas alimentares. A pedido dos estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar, o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar preparou um documento técnico, *Alimentação escolar e sistemas alimentares: repensando as consequências para o clima, o meio ambiente, a biodiversidade e a soberania alimentar* (Pastorino et al., 2023), sobre como a alimentação escolar pode ser nutritiva e sustentável e atuar como uma alavancas para a transformação do sistema alimentar.

SR.1 Uma nova estrutura para entender o papel da alimentação escolar no contexto dos sistemas alimentares

O principal desafio é avançar em direção a dietas mais saudáveis com menor impacto ambiental, ao mesmo tempo em que se aprimora a economia local e nacional, incluindo a renda dos agricultores. Esse desafio precisa ser enfrentado por meio de inovações sistêmicas (Midgley e Lindhult, 2021).

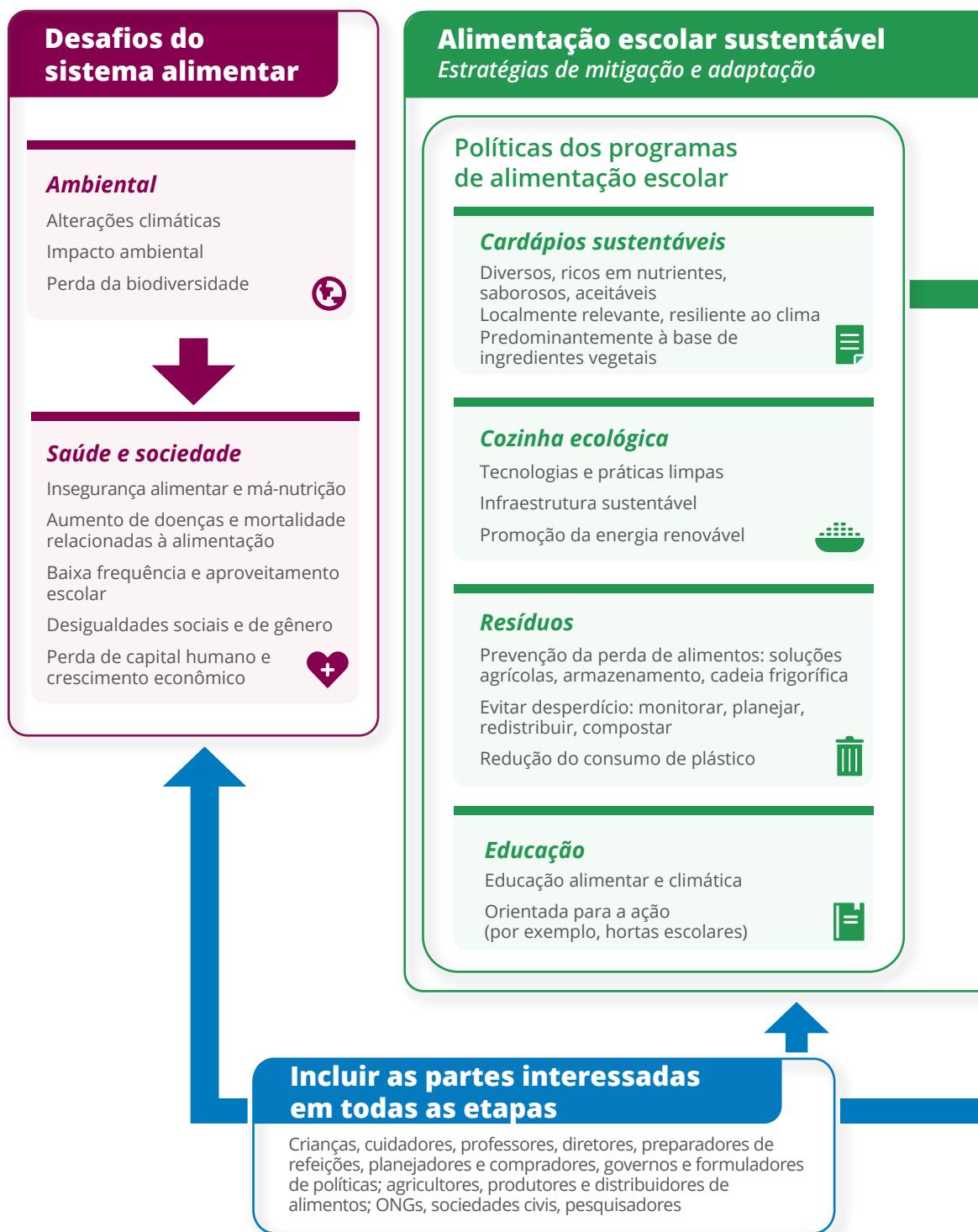
O marco conceitual e operacional apresentado no capítulo especial propõe mudanças em dois conjuntos de políticas: (i) aquelas direcionadas a fazer mudanças imediatas nos programas de alimentação escolar em quatro áreas principais: cardápios, energia para cozinhar, desperdício e educação alimentar; e (ii) políticas de compras públicas orientadas pela demanda e alinhadas com a sustentabilidade do planeta, que promovam práticas agrícolas agroecológicas, além de desenvolver sistemas alimentares sustentáveis (consultar a Figura SR.1).

Uma menina em Uganda se prepara para a aula após o almoço escolar.
WFP/Daisy Masembe



Figura SR.1

Marco conceitual e operacional para a alimentação escolar e sistemas alimentares



Políticas de compras e agricultura

Regras de compras

Incluir fatores climáticos, ambientais e socioeconômicos na política de fornecimento de alimentação escolar (por exemplo, agricultores pequenos/lokais, orgânicos)



Sistemas agrícolas sustentáveis

Priorizar a agricultura sustentável, regenerativa e agrobiodiversa
Apoiar a capacitação, compartilhamento de conhecimento, acesso a financiamento para pequenos agricultores e empresas
Modelo de alimentação escolar com compras locais (HGSF) que liga os produtores locais de alimentos às escolas



Impactos

Monitoramento, avaliação, feedback

Melhoria da segurança alimentar e da nutrição e desenvolvimento infantil
Redução de doenças e mortalidade
Maior aproveitamento escolar e menor evasão
Redução das desigualdades socioeconômicas e de gênero
Redução do estigma da pobreza
Maior capital humano e crescimento econômico
Redução do impacto ambiental e climático
Sistemas alimentares locais mais resilientes
Comunidades mais bem preparadas e capacitadas



Fonte: Pastorino, S., Backlund, U., Bellanca, R., Hunter, D., Kaljonen, M., Singh, S., Vargas, M., & Bundy, D. (2024). *Planet-friendly school meals: opportunities to improve children's health and leverage change in food systems*. The Lancet Planetary Health. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(24\)00302-4](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(24)00302-4) (em inglês).

SR.2 Alimentação escolar sustentável: políticas orientadas pela demanda para um consumo saudável e sustentável

Mudanças no cardápio que promovem a saúde ambiental e da população

Uma dieta favorável ao planeta significa acesso a alimentos saudáveis para todos, produzidos e consumidos de maneiras que não poluam ou explorem excessivamente os recursos naturais como terra e água, e que protejam a biodiversidade (Pastorino et al., 2023). Para alcançar esse objetivo, as populações devem consumir uma variedade de frutas, vegetais, grãos integrais, leguminosas e oleaginosas ricas em nutrientes, juntamente com pequenas porções de alimentos de baixo impacto e de origem animal (Willett et al., 2019). Uma dieta nutritiva e integral produzida em sistemas resilientes e sustentáveis apresenta grandes oportunidades de adaptação e mitigação das consequências relacionadas ao clima, ao mesmo tempo em que gera benefícios significativos para a saúde (IPCC, 2020). Isso requer o fortalecimento da qualidade, do tipo e da diversidade de alimentos incluídos nos cardápios da alimentação escolar e, simultaneamente, o combate às desigualdades nos sistemas alimentares globais.

A adoção de alimentos tradicionais e nativos na alimentação escolar aumenta a agrobiodiversidade, o valor nutricional e a resiliência a crises

Em contextos que enfrentam maiores riscos climáticos, a alimentação escolar ecológica deve ter como objetivo mudar os cardápios para incluir alimentos resistentes à seca ou tolerantes a inundações (conforme as condições locais exigirem), que adicionam nutrientes ao solo e interagem positivamente com as condições de cultivo locais. Isso é melhor alcançado diversificando os tipos e fontes de alimentos servidos na escola; incorporando princípios de agrobiodiversidade; e reconhecendo a importância dos povos indígenas e seus conhecimentos tradicionais como guardiões da biodiversidade (FAO, 2022a; IPCC, 2019).

A incorporação de dietas tradicionais e nativas na alimentação escolar oferece uma oportunidade para melhorar a saúde infantil, promover a agrobiodiversidade, promover um senso de conexão com o patrimônio e melhorar os meios de subsistência das comunidades. As dietas tradicionais e nativas enfatizam o uso de ingredientes sazonais de origem local, alinhando-se com práticas alimentares sustentáveis. Isso implica a adoção de espécies e variedades vegetais negligenciadas e subutilizadas, também conhecidas como plantas “perdidas”, “nativas”, “órfãs” e “de origem local” (IFPRI, 2023).

Muitas espécies e variedades de alimentos negligenciadas são significativamente mais densas em nutrientes do que as poucas variedades dominantes consumidas hoje, com níveis mais altos de micronutrientes (Akinola et al., 2020; Avallone et al., 2007; Hunter et al., 2019; IFPRI, 2023; Randrianatoandro et al., 2010). As culturas endêmicas também são mais resilientes devido à sua adaptação natural ao ambiente local, ou seja, podem suportar secas e solos inférteis e exigem pouca ou nenhuma entrada química (IFPRI, 2023). Exemplos de países que incorporam espécies locais negligenciadas em seus cardápios de alimentação escolar incluem o Brasil (Ministério da Saúde do Brasil, 2015) e a Índia (Governo da Índia, 2013).

Uma mudança para mais alimentos de origem vegetal traria os maiores benefícios para a saúde e o meio ambiente em contextos onde a carne é consumida em excesso

O consumo excessivo de carne, especialmente de ruminantes, tem o maior impacto negativo na saúde ambiental e humana (Godfray et al., 2018). Reduzir a carne vermelha e eliminar a ingestão de carne processada ofereceria benefícios significativos para a saúde humana. É importante substituir uma redução de alimentos de origem animal por alimentos vegetais integrais e não processados, como frutas, vegetais, leguminosas, nozes, sementes e grãos integrais, que atualmente são subconsumidos na maior parte do mundo. Em particular, leguminosas como feijão e lentilha oferecem uma oportunidade de mudar o componente proteico e vegetal das dietas para pratos mais saudáveis e sustentáveis: as culturas de leguminosas também melhoraram a fertilidade do solo e têm menores emissões de CO₂ e nitrogênio (Stagnari et al., 2017).

Evidências de ambientes escolares mostram que a minimização de produtos de origem animal nos cardápios escolares pode levar a uma redução de 22% no potencial de aquecimento global (Petruzzelli et al., 2023), sem qualquer comprometimento na qualidade nutricional. Os cardápios escolares de baixo carbono, definidos como mais baseados em plantas, têm o potencial não apenas de reduzir pela metade as emissões de carbono, mas também de impactar positivamente o uso da terra, o uso da água e a demanda de energia (Batlle-Bayer et al., 2021). O trabalho de modelagem estima que o fornecimento de refeições de acordo com as recomendações para padrões alimentares saudáveis e sustentáveis pode reduzir os impactos ambientais em média em 26% (12–42% em todos os indicadores ambientais) para refeições flexitarianas; 43% (18–62%) para refeições vegetarianas; e 52% (23–81%) para refeições veganas.

As maiores reduções seriam para o uso da terra, seguidas pelas emissões de gases de efeito estufa, reduzindo a probabilidade de criação de aterros poluentes (potencial de eutrofização) e a demanda pelo uso de água doce.

Essas reduções seriam maiores em países de renda alta. Em muitos países, inclusive na Europa, está em andamento um trabalho ativo para aumentar a proporção de alimentos de origem vegetal usados em programas de alimentação escolar, com muitos municípios reduzindo a carne nos cardápios escolares.

Alimentos aquáticos: uma oportunidade de incorporar pequenas quantidades de alimentos de origem animal com alto valor nutricional e menor impacto ambiental

Os alimentos aquáticos são ricos em ácidos graxos essenciais, micronutrientes e proteínas e, portanto, podem promover uma nutrição saudável na escola (Bianchi et al., 2022; Hallström et al., 2019). As análises de alimentos aquáticos com base na densidade de nutrientes e nas emissões de gases de efeito estufa revelam que certas espécies, como pequenos peixes pelágicos (por exemplo, anchovas e sardinhas, que são frequentemente consumidos inteiros) e moluscos, são particularmente ricas em nutrientes. Eles também têm emissões de gases de efeito estufa relativamente mais baixas em comparação com espécies cultivadas, como bagres e camarões, que têm alto impacto ambiental e podem levar à destruição do ecossistema (Bianchi et al., 2022; Hallström et al., 2019).

Por meio de um estudo piloto bem-sucedido, a FAO demonstrou a oportunidade de integração de peixes à alimentação escolar, aproveitando as estratégias de compras públicas (FAO, 2022b). As experiências colaborativas de países como Angola, Honduras e Peru destacam a importância de comitês multisectoriais, unindo entidades governamentais e não governamentais para integrar efetivamente o peixe nos programas de alimentação escolar. Essa abordagem colaborativa gera produtos de peixe acessíveis e aceitos localmente, ao mesmo tempo em que aumenta a conscientização sobre seus benefícios nutricionais (Toppe et al., 2021).

Mudar para soluções de cozinha ecológica para a preparação de alimentação escolar

Em todo o mundo, principalmente em países de baixa renda, 2,3 bilhões de pessoas não têm acesso a energia de cozimento limpa, eficiente, conveniente, segura, confiável (UN, 2023) e acessível e dependem principalmente de sistemas de cozimento tradicionais, usando combustíveis de alta emissão, como lenha, carvão e querosene, queimados de forma ineficiente em fogueiras ou fogões simples. Isso causa grandes impactos ambientais, econômicos, sociais, de gênero e de saúde (WFP, 2021). Os sistemas tradicionais de cozimento contribuem para o aumento dos gases de efeito estufa e causam mais de 2 milhões de mortes por ano em todo o mundo por doenças respiratórias, incluindo câncer de pulmão e pneumonia, sendo as mulheres e as crianças as mais afetadas (WHO, 2022). O cozimento a céu aberto e os fogões a carvão ou a lenha são utilizados em mais de 85% das escolas em países de baixa renda, enquanto o acesso a fogões elétricos nas escolas é mínimo em países de renda baixa e inferior a 20% em países de renda média-baixa (Global Child and Nutrition Foundation (GCNF), 2022b).

As evidências mostram que as tecnologias modernas de cozimento de energia, que consistem em biogás, gás liquefeito de petróleo, eletricidade, etanol, gás natural e cozimento solar direto, podem reduzir as emissões de carbono e contribuir para alcançar vários ODS (incluindo ODS 3, ODS 5, ODS 7 e ODS 13) (Mazorra et al., 2020; Rosenthal et al., 2018).

Grandes panelas de pressão elétricas foram consideradas duráveis e seguras e, portanto, apropriadas em ambientes escolares (Batchelor, 2021). Os resultados de projetos-piloto em Lesoto e no Quênia indicam que as panelas de pressão elétricas podem melhorar o ambiente de trabalho e o bem-estar das mulheres e abordar as desigualdades de gênero, uma vez que os funcionários das escolas são predominantemente do sexo feminino. Cozinhar com panelas de pressão elétricas economiza tempo, reduz a carga e os riscos à saúde dos sistemas tradicionais de cozimento e requer menos supervisão, o que permite que os membros da equipe realizem outras atividades produtivas, incluindo o ensino.

A introdução de soluções e tecnologias de cozimento elétrico para as escolas requer o apoio a ambientes favoráveis, confiabilidade e acessibilidade da infraestrutura de eletricidade da rede ou fora da rede, cadeias de valor e modelos de negócios (Bisaga & Campbell, 2022). Existe um potencial para atrair mais financiamento para programas de alimentação escolar, mudando de combustíveis de cozimento tradicionais para tecnologias modernas de cozimento de energia e monetizando a economia de emissões de carbono, enfatizando os benefícios de gênero e saúde das tecnologias modernas de cozimento de energia (WFP, 2021).

Impactos econômicos, ambientais e de saúde da mudança para a cozinha ecológica nas escolas

Estudos-piloto realizados no Quênia, Ruanda e Lesoto, e avaliados pela organização *Modern Energy Cooking Services*, demonstraram que cozinhar com eletricidade, tanto na rede quanto fora da rede, pode ser competitivo em termos de custos com a prática atual, economizando 60–90% dos custos em comparação com cozinhar com lenha (Leary et al., 2023; Nsengiyaremye & Yesmeen Khalifa (MECS programme), 2023). O cozimento elétrico, conhecido como e-cooking, também oferece maior agilidade, reduzindo pela metade o tempo necessário em relação aos métodos tradicionais.

As transições no combustível e nos fogões usados para cozinhar levarão a benefícios ambientais adicionais. No entanto, as oportunidades e os impactos da transição para o cozimento de energia moderna são altamente dependentes do contexto. Por exemplo, a transição da lenha para o cozimento elétrico reduzirá os encargos sobre a silvicultura, mas a importância dessa mudança dependerá da sensibilidade ecológica das florestas exploradas, e as emissões líquidas de gases de efeito estufa dependerão se a madeira colhida é classificada como não renovável. Esta é outra área prioritária para trabalhos futuros; por exemplo, o financiamento de carbono pode ser útil para ajudar a superar a barreira do custo inicial para a compra de panelas de pressão elétricas, mas depende da biomassa tradicional proveniente de fontes em grande parte não renováveis.

Uma agricultora nepalesa colhe legumes para abastecer uma escola próxima. WFP/Samantha Reinders



Prevenir a perda e o desperdício de alimentos

Cerca de um terço dos alimentos é desperdiçado: cerca de 14% dos alimentos do mundo (avaliados em 400 bilhões de dólares por ano) são perdidos depois de serem colhidos e antes de chegarem aos varejistas (FAO, 2019b). Outros 19% são desperdiçados no varejo e pelos consumidores, particularmente as famílias (UNEP, 2024). Esses alimentos perdidos e desperdiçados poderiam alimentar 1,26 bilhão de pessoas todos os anos. A perda e o desperdício de alimentos também são responsáveis por 8 a 10% dos gases de efeito estufa globais. A meta 12.3 dos ODS visa “Até 2030, reduzir pela metade o desperdício global de alimentos per capita nos níveis de varejo e consumo e reduzir as perdas de alimentos ao longo da cadeia de produção e suprimentos”.

Nos países de baixa renda, a perda de alimentos ocorre principalmente na fazenda ou após a colheita devido à contaminação por insetos e corpos estranhos, bactérias, aflatoxina ou outros fungos e bolores. Os programas de alimentação escolar podem implementar várias estratégias para reduzir as perdas de alimentos, como melhor controle de pragas, colheita, coleta, salvamento, secagem, armazenamento, preservação, preparação, reutilização e métodos de descarte. Por exemplo, as tecnologias de secagem solar de frutas e vegetais, são um método eficaz para prevenir a perda de alimentos na escola por meio da cadeia de valor (Bradford et al., 2020). A falta de cadeias de frio sustentáveis, incluindo freezers e refrigeração, resulta diretamente em 526 milhões de toneladas de perda de produção de alimentos todos os anos – aproximadamente 13% de todos os alimentos produzidos (IIR, 2021). Os desafios se tornam mais agudos em comunidades com acesso limitado à eletricidade. A capacidade de refrigeração pode permitir que as escolas armazenem produtos alimentares perecíveis e altamente nutritivos, como frutas, vegetais, ovos e laticínios, por períodos mais longos, apoiando uma dieta mais rica em vitaminas e equilibrada.

Em ambientes de alta renda, o desperdício de alimentos ocorre principalmente no nível de consumo. Por exemplo, as escolas no Reino Unido desperdiçam cerca de 80 mil toneladas de alimentos, a maioria dos quais é desperdício evitável (WRAP, 2011). Um estudo em escolas italianas estimou que o desperdício de alimentos é de 20 a 29% dos alimentos preparados (García-Herrero et al., 2019). O desperdício de alimentos nas escolas também está associado ao desperdício de recursos, tanto naturais quanto econômicos, e compromete as necessidades nutricionais das crianças em idade escolar.

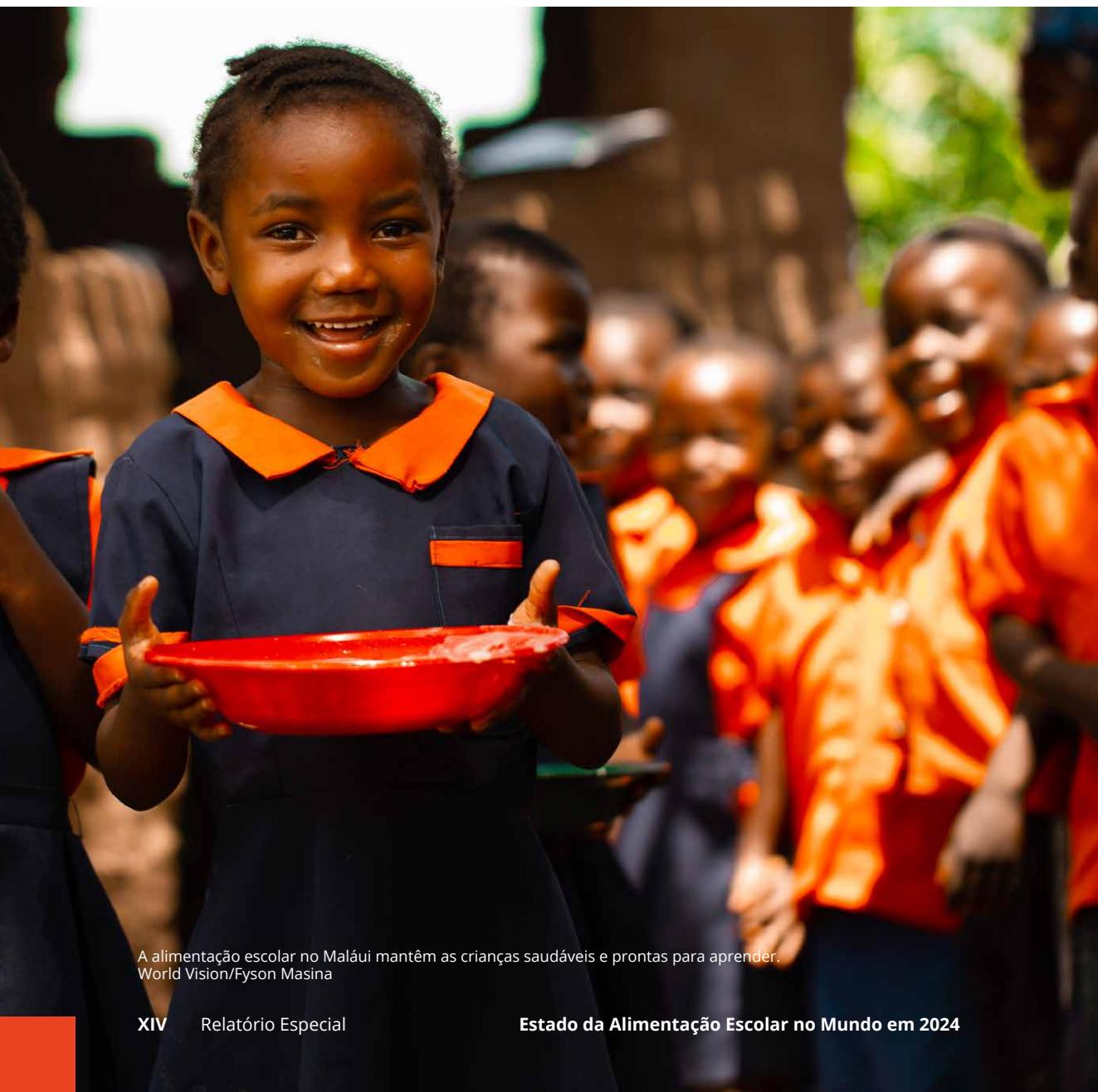
A quantificação do desperdício de alimentos é um primeiro passo essencial para identificar os problemas de desperdício existentes e para avaliar as intervenções. (Eriksson et al., 2019) Nas cozinhas escolares, o desperdício de alimentos pode ser dividido em desperdício de cozinha (armazenamento, preparação e cozimento), desperdício de porção (alimentos que são servidos, mas não chegam ao prato) e desperdício de prato (tudo o que é jogado fora dos pratos dos clientes). Para ajudar a reduzir o desperdício nas escolas e na restauração, a Agência Sueca de Alimentos desenvolveu um manual com estratégias para combater cada tipo de desperdício. (Swedish Food Agency, 2020) O planejamento do cardápio, o cálculo do tamanho da porção, a previsão e o uso de sobras são medidas eficazes para reduzir o desperdício de porções. O desperdício de pratos pode ser reduzido melhorando o ambiente de refeições, por exemplo, permitindo tempo suficiente para o almoço e aumentando a conscientização sobre o desperdício de alimentos com os alunos (Malefors et al., 2022; Swedish Food Agency, 2020).

Os alimentos que não podem ser recuperados devem ser descartados de maneira sustentável. Os resíduos alimentares descartados em aterros sanitários ou incinerados geram metano e outras emissões que causam poluição ambiental e podem representar riscos à saúde pública. (HPA, 2011) O método de descarte de resíduos alimentares utilizado tem um impacto significativo no impacto geral da alimentação escolar. As emissões de resíduos podem chegar a um terço das emissões totais de uma alimentação escolar se o descarte de alimentos for 100% em aterros sanitários. Nas escolas que usam compostagem ou digestão anaeróbica, as emissões do descarte de resíduos são muito menores. (Tregear et al., 2022) Além disso, a redução de resíduos plásticos, por exemplo, usando a estrutura priorizada da Hierarquia de Resíduos Zero, (Zero Waste International Alliance, 2022) deve ser uma prioridade.

Educação alimentar orientada para a ação e holística para estabelecer um consumo alimentar ao longo da vida, mais saudável e sustentável

Para conter o impacto negativo ambiental e relacionado a desastres do desenvolvimento humano, é essencial que as crianças sejam preparadas nas escolas, abordando questões ambientais, sociais e econômicas de maneira holística, como enfatizado pelo programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO. Como parte dessa visão, a Parceria Global para a Educação Verde apoia os programas de educação dos países na abordagem de questões relacionadas a desastres, usando uma abordagem de sistema completo que envolve todas as partes interessadas.

Aprender sobre a interconectividade dos sistemas alimentares, saúde, bem-estar e meio ambiente e desenvolver a capacidade de agir sobre essa aprendizagem é um aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável. (dos Santos et al., 2022; FAO, 2020) Institucionalizar esse tipo de educação não é uma tarefa fácil, pois há desafios importantes que podem dificultar sua integração, incluindo desafios de política, treinamento, tempo e sistema. Também é importante identificar os melhores pontos de entrada e avaliar a prontidão do sistema antes de projetar uma iniciativa sustentável de educação alimentar e nutricional.



A alimentação escolar no Maláui mantém as crianças saudáveis e prontas para aprender.
World Vision/Fyson Masina

A FAO desenvolveu um modelo para integrar a educação alimentar e nutricional eficaz nos sistemas escolares, que é informado por evidências e melhores práticas programáticas de países em todo o mundo. Ele define um processo iterativo e não rígido que deve ser cocriado com os próprios alunos. (FAO, 2020) A FAO defende a educação alimentar e nutricional baseada na escola (FAO, 2020), uma abordagem orientada para a ação que prevê oportunidades de experiência direta e práticas relacionadas ao consumo de alimentos, nutrição, culinária e agricultura em ambientes da vida real, como hortas escolares, visitas de agricultores a escolas ou vice-versa, mercados de alimentos, etc. A FAO também promove uma “abordagem escolar integral” para a educação alimentar e nutricional, envolvendo ativamente todas as pessoas que interagem no ambiente escolar, incluindo crianças, suas famílias, professores, funcionários da escola, agricultores locais, funcionários de serviços alimentares, vendedores de alimentos e funcionários do governo.

O projeto SchoolFood4Change, financiado pela UE,⁴¹ baseou-se nessas práticas, lançando uma estrutura orientada para a ação conhecida como Abordagem de Alimentação Escolar Integral. Essa abordagem posiciona as escolas como agentes de mudança fundamentais, com o objetivo de não apenas transformar o sistema de alimentação escolar, mas, por meio da educação alimentar, promover a saúde e o bem-estar das crianças. As cantinas escolares servem como locais fundamentais onde a alimentação e a educação podem exercer um impacto em cascata nas dietas de saúde planetária.

Um exemplo dessa abordagem orientada para a ação para promover hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis entre as crianças é a aprendizagem baseada em hortas (Oro et al., 2018). As hortas escolares oferecem vários benefícios, incluindo uma compreensão mais profunda dos setores de agricultura e nutrição; mudanças positivas nas atitudes em relação aos alimentos; maior conscientização sobre alimentação saudável; preservação da agrobiodiversidade; e maior compreensão dos impactos dos choques de longo e curto prazo na agricultura e na produção de alimentos. (Hunter et al., 2020) Por exemplo, nas Filipinas, as iniciativas de hortas escolares promoveram sistemas de hortas diversificados; cultivares conservados de vegetais tradicionais e adaptados localmente; e maior diversidade alimentar e consumo de frutas e vegetais ricos em nutrientes. (IIRR, 2023)

⁴¹ Mais detalhes sobre os projetos podem ser encontrados em: <https://schoolfood4change.eu/>

SR.3 O poder das compras: aproveitar a alimentação escolar como uma ferramenta para melhorar a agricultura local, o desenvolvimento sustentável social e econômico e promover a biodiversidade

Ao exigir que a alimentação escolar seja favorável ao planeta, os governos podem criar demanda por alimentos produzidos de forma mais sustentável e atuar como catalisadores para a transformação do sistema alimentar (Swensson et al., 2021). A compra de alimentos escolares tem o poder de promover práticas agrícolas que regeneram a saúde do solo e do ecossistema e promovem a biodiversidade e a resiliência. Quando acompanhadas de medidas de apoio, as compras locais de pequenos agricultores também podem contribuir para impulsionar o desenvolvimento agrícola local, fortalecer os sistemas alimentares locais, estimular a diversidade de culturas e tirar as pessoas da pobreza.

A compra pública de alimentos é expressamente reconhecida pelos ODS (Meta 12.7) como um instrumento fundamental para promover padrões de consumo e produção mais sustentáveis. Assim, é reconhecido pelas políticas nacionais e regionais em todo o mundo, incluindo as estratégias europeias "Do Campo ao Garfo" e "Acordo Verde", a Declaração de Malabo da União Africana e a Estratégia e Plano de Ação para as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Resiliente.

A compra de alimentos escolares pode ser usada para atingir diferentes metas (sociais/econômicas/ambientais) de acordo com as prioridades do governo. Isso faz com que seja um instrumento político único que pode, e está sendo adaptado a contextos e objetivos muito diferentes, em países de renda alta, média e baixa. (FAO, 2021; FAO et al., 2021; Swensson et al., 2021) Ao criar uma demanda por alimentos favoráveis ao planeta, os governos têm o poder de definir uma tendência positiva; sinalizar suas ambições para a direção futura dos sistemas alimentares; e incentivar os envolvidos na cadeia de suprimentos a alinhar seus valores de acordo, acelerando uma transição para padrões de consumo e produção de alimentos mais sustentáveis. (Foodlinks, 2013; Tartanac et al., 2021)

Compras para impulsionar a agricultura regenerativa

A compra de alimentos escolares pode usar seu poder de compra para apoiar e promover a produção agrícola que garanta a sustentabilidade ambiental

e a agrobiodiversidade. Isso inclui, por exemplo, a compra de alimentos da produção orgânica, regenerativa e agroecológica.

Do ponto de vista ambiental, as evidências mostram como o uso estratégico da compra pública de alimentos pode contribuir para a mitigação do impacto climático (Cerutti et al., 2018; SF4C, 2021), a conservação da biodiversidade (Borelli et al., 2021), o desmatamento (Falvo & Muscaritoli, 2024) e a adoção de práticas de produção sem o uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, por exemplo, práticas orgânicas e agroecológicas (FAO, 2021; Lindström et al., 2020).

Há um reconhecimento crescente entre os governos da importância da aquisição de alimentos escolares para contribuir para os resultados ambientais em todo o mundo, independentemente do nível de renda. Um exemplo é a Estratégia e Plano de Ação para as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Resiliente da União Africana (2022-2032), que identifica “o reforço do papel e da influência das compras públicas na aquisição de alimentos para apoiar dietas diversas e nutritivas, por exemplo, a alimentação escolar com compras locais” como uma área prioritária de intervenção e ação (African Union, 2022). Na Europa, muitos municípios adotaram estratégias sustentáveis de aquisição de alimentos escolares – as cidades nórdicas estão liderando o caminho, com altas parcelas de alimentos orgânicos e sazonais e alimentos aquáticos de origem sustentável adquiridos para seus programas de alimentação escolar. (FAO, 2021) Estratégias como subdividir licitações, colaborar com redes orgânicas regionais e implementar sistemas de compras dinâmicos foram adotadas para amplificar a integração de alimentos de origem local e produzidos organicamente nas escolas.

Transformação do sistema alimentar por meio da alimentação escolar com compras locais

A alimentação escolar pode permitir uma transformação mais ampla do sistema alimentar por meio de diferentes caminhos e processos, envolvendo-se com questões relacionadas à segurança alimentar, saúde pública e conservação em vários níveis de governança, tanto formais quanto informais. As principais vias de transformação incluem pequenas fazendas/familiares, mulheres agricultoras e comerciantes/processadores de alimentos.

Os resultados transformadores mais amplos catalisados pela alimentação escolar incluem: (i) empoderamento das mulheres e equidade social; (ii) adoção de produção de alimentos regenerativos e inteligentes em relação ao clima; (iii) agrobiodiversidade e gestão de recursos naturais; e (iv) soberania alimentar.

Os princípios fundamentais da alimentação escolar, o envolvimento do sistema alimentar, baseiam-se no conceito agora amplamente reconhecido de alimentação escolar com compras locais, que é definido como programas de alimentação escolar desenhados para fornecer às crianças nas escolas alimentos seguros, diversificados e nutritivos provenientes de pequenos agricultores locais. (WFP et al., 2018) Os principais componentes da alimentação escolar com compras locais incluem a aquisição local de alimentos, o envolvimento dos pequenos agricultores, alimentos nutritivos, diversidade alimentar e regularidade no fornecimento de refeições.

O apoio do WFP aos programas de alimentação escolar com compras locais expandiu-se significativamente na última década: o número de iniciativas em que o WFP apoia a concepção e implementação de programas nacionais de alimentação escolar com compras locais aumentou para 59 até 2023. Globalmente, o WFP aumentou suas compras locais de alimentação escolar para 57% do total de compras, ante 42% em 2022.

Os programas de alimentação escolar caseiros são iniciativas complexas e multisectoriais que podem ser projetadas e implementadas de várias maneiras, dependendo do contexto local. Além do fornecimento local, os programas de alimentação escolar com compras locais apoiados pelo WFP normalmente incluem os seguintes componentes:

- **Foco nutricional:** as refeições são projetadas para atender às necessidades nutricionais dos alunos, enfatizando a diversificação da dieta e refeições nutricionalmente ricas, pela inclusão de frutas, vegetais, alguns produtos de origem animal ou alimentos fortificados, por exemplo.
- **Integração educacional:** muitos programas de alimentação escolar com compras locais incorporam elementos educacionais que ensinam os alunos sobre nutrição, sistemas alimentares e práticas sustentáveis. Isso pode incluir programas de jardinagem, educação nutricional, aulas de culinária e treinamento sobre a adoção de tecnologias de cozinha ecológica.
- **Engajamento da comunidade:** os programas de alimentação escolar com compras locais geralmente envolvem pais, organizações locais e governos para promover o apoio e o envolvimento da comunidade, criando uma rede que aumenta a sustentabilidade do programa.

- **Empoderamento das mulheres:** reconhecendo o papel integral que as mulheres desempenham na cadeia de valor alimentar e na produção e preparação de alimentos, os projetos de alimentação escolar com compras locais podem promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, criando oportunidades de emprego e maior participação nos processos de tomada de decisão em diferentes pontos ao longo da cadeia de valor.

A demanda regular e previsível das instituições públicas por produtos de pequenos agricultores pode facilitar os investimentos dos agricultores para aumentar e diversificar sua produção agrícola, contribuindo para ganhos de agrobiodiversidade e biodiversidade, assim como para o aumento da renda. (Drake et al., 2016; Kelly & Swensson, 2017; Singh, 2021; Valencia et al., 2019; WFP et al., 2018) A vinculação da compra de alimentos escolares à produção agrícola local e de pequenos agricultores também pode contribuir para o fortalecimento dos sistemas alimentares locais e regionais e para a valorização dos sistemas alimentares tradicionais, sazonais e resilientes.

Há um reconhecimento crescente de que os agricultores locais e pequenos (ou familiares) podem desempenhar um papel importante na transição para sistemas alimentares justos e sustentáveis (Santacoloma & Zárate, 2021). Diversos países da América Latina e do Caribe implementaram estratégias de compras públicas de alimentos, promovendo a aquisição de produtos da agricultura familiar como ferramentas políticas eficazes para impulsionar a transformação dos sistemas alimentares. Exemplos dessa abordagem são os programas de alimentação escolar pública na Colômbia, Guatemala, Honduras, Paraguai e Peru; o sistema de compras no Uruguai; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil. (FAO, 2017, 2021; Soares et al., 2021; WFP & IDB, 2023).

No Brasil, pelo menos 30% dos alimentos adquiridos com recursos federais por meio do programa nacional devem ser comprados diretamente de agricultores familiares, priorizando as compras de assentados da reforma agrária, quilombolas e comunidades indígenas. Esses programas também dão prioridade e fornecem um prêmio de preço para alimentos produzidos por meio de práticas de produção orgânica ou agroecológica.

Das evidências à ação orientada por políticas

As abordagens ecológicas dos programas de alimentação escolar devem ser apoiadas por políticas, objetivos e instrumentos adequados e integrados para a implementação; (Swensson & Tartanac, 2020) incluir a capacitação dos responsáveis pela implementação dos programas (por exemplo, funcionários de compras) para que estejam plenamente cientes e sejam capazes de traduzir os objetivos da política em prática por meio do processo de compras; e apoiar os agricultores e as pequenas e médias empresas para que possam se atualizar e responder às demandas dos novos programas de alimentação escolar ecológicos. Isso pode incluir medidas para apoiar os pequenos produtores a aumentar, adaptar e diversificar sua produção com base em práticas de produção ecológicas, organizar-se coletivamente e participar de processos públicos de aquisição de alimentos.

Embora a multiplicidade de benefícios que os programas de alimentação escolar com compras locais têm o potencial de alcançar e o número de beneficiários que podem alcançar sejam cada vez mais reconhecidos pelos governos nacionais e locais, a falta de avaliações de impacto e estudos longitudinais continua sendo uma lacuna. Estudos preliminares realizados pela FAO mostraram que os impactos na segurança alimentar para os pequenos agricultores podem até ser negativos se não for fornecido apoio para aumentar sua produtividade e manter a diversidade alimentar nas fazendas (Giunti et al., 2022; Prifti & Grinspun, 2021). No entanto, é importante reconhecer que essa situação está ligada à natureza (multifacetada e complexa) desses programas e dos sistemas alimentares; e as consequentes dificuldades em examinar uma ampla gama de impactos potenciais simultaneamente e capturá-los de forma quantitativa e comparativa. (Brunori & Galli, 2016)

Além de abordar as lacunas de evidências relacionadas ao impacto, há uma necessidade de evidências programáticas focadas e cientificamente rigorosas para entender os principais impulsionadores, restrições, riscos e compensações das diferentes interações entre a alimentação escolar e os sistemas alimentares. Isso ajudará a desenvolver políticas e mecanismos operacionais apropriados e robustos que possam perceber o potencial da alimentação escolar em termos de mudanças nos sistemas alimentares e na saúde pública. Embora haja algumas evidências emergentes nessa área, por meio de projetos de pesquisa de ação multidisciplinar, há uma necessidade de maior engajamento em diferentes países e contextos. Tais projetos ajudariam a capturar evidências sobre processos e transição, o que é crítico, mas muitas vezes pouco estudado.

SR.4 Duas questões políticas importantes na abordagem dos sistemas alimentares e da saúde pública

Novas diretrizes sobre os padrões de alimentação escolar são um passo inicial fundamental para permitir que os formuladores de políticas, fornecedores e escolas sirvam alimentação escolar saudável e sustentável

Há uma necessidade urgente de incorporar objetivos de sustentabilidade ambiental nas políticas de alimentação escolar (dos Santos et al., 2022; Oostindjer et al., 2017). Um momento crucial para a incorporação de objetivos ambientais é durante o desenvolvimento ou a revisão das diretrizes e padrões nutricionais da alimentação escolar e das diretrizes alimentares baseadas em alimentos. Um relatório recente da Iniciativa sobre Ação Climática e Nutrição (I-CAN & GAIN, 2023) revelou que, das 70 diretrizes alimentares baseadas em alimentos revisadas, apenas 8% incluíram um compromisso de mobilizar recursos e planos para tomar medidas para conectar clima e nutrição. No entanto, alguns países pioneiros, como os países nórdicos, (Blomhoff et al., 2023) já embarcaram nesse processo. Ao planejar tal empreendimento, é importante considerar os desafios potenciais, incluindo a falta de um ambiente propício; falta de dados de ingestão alimentar específicos do contexto e de boa qualidade para crianças em idade escolar e dados de composição alimentar e pegada ambiental de alimentos disponíveis localmente; e capacidade, infraestrutura e logística limitadas. A FAO e o WFP estão atualmente elaborando uma metodologia global que os países podem adaptar para formular diretrizes e padrões nutricionais para seus programas de alimentação escolar, incorporando objetivos ambientais (FAO & WFP, forthcoming).

Em Cuba, os agricultores têm acesso a ferramentas para o cultivo.
WFP/Irshad Khan





Uma menina corre pela estufa que fornece alimentos para a alimentação escolar no Camboja.
World Vision/Dara Chhim, Ben Adams, Elissa Webster

Muitas políticas ambientalmente sustentáveis são frequentemente mais viáveis economicamente a médio e longo prazo

Em alguns casos, as mudanças podem até reduzir os custos: por exemplo, a mudança para dietas mais baseadas em vegetais; a mudança para uma culinária mais eficiente em termos de combustível; adaptação do tamanho da porção ou redução de resíduos; e cadeias de suprimentos mais curtas.

A acessibilidade financeira pode ser uma preocupação mais imediata para os formuladores de políticas, especialmente em ambientes com recursos limitados. As fontes de apoio para a alimentação escolar ecológica incluem trocas de dívidas que visam especificamente a criação de capital humano e recursos de financiamento climático. Por exemplo, o financiamento climático pode apoiar agricultores, micro, pequenas e médias empresas, empreendedores, inovadores e startups a fornecer alimentos resilientes ao clima para as escolas. No entanto, até o momento, apenas 1,7% do financiamento total para o clima é destinado à agricultura de pequena escala, que representa um terço de todos os alimentos produzidos globalmente (Climate Policy Initiative, 2020).

Conclusões



Na República Centro-Africana,
uma menina se prepara para
comer sua refeição escolar.
WFP/Aurore Vinot

A edição anterior desta publicação (2022) forneceu uma avaliação do estado dos programas de alimentação escolar à medida que as escolas reabriram após fechamentos sem precedentes após a pandemia de COVID-19, o que levou a uma crise de aprendizagem e à remoção de uma rede de proteção social essencial. Os números globais contaram uma história positiva de recuperação da cobertura global, superando os níveis pré-COVID. No entanto, a velocidade da recuperação foi desigual, com os países de baixa renda em desvantagem significativa. Durante 2021, os governos reconheceram cada vez mais a necessidade de uma nova abordagem para apoiar as crianças em idade escolar e a importância da alimentação escolar como um programa que contribui para vários objetivos essenciais. Isso levou à criação da Coalizão para a Alimentação Escolar, que, desde a sua fundação em 2021, se expandiu rapidamente tanto em termos de membros quanto de participação de parceiros.

Ao concluir a edição anterior, tentamos prever o que poderia acontecer e o que precisava ser feito. Destacamos cinco ações prioritárias para os programas de alimentação escolar: a principal prioridade era garantir que as escolas permanecessem abertas e que a cobertura dos programas de alimentação escolar fosse ampliada. As outras quatro ações se concentraram na melhoria da qualidade dos programas.

Hoje, felizmente, superamos a fase de recuperação e estamos vivenciando um novo impulso global que está impulsionando o apoio à alimentação escolar. Os programas de alimentação escolar se expandiram além de todas as expectativas, com vários países apenas agora começando a implementar uma rápida ampliação de seus programas, o que nos enche de esperança para o futuro. Esta edição marca uma clara mudança na percepção da alimentação escolar, passando de uma prioridade impulsionada por doadores para uma poderosa alavanca política de propriedade nacional. Agora estamos começando a ver o verdadeiro poder do multilateralismo reinventado em torno da alimentação escolar e sua contribuição para mudar corações e mentes em todo o mundo.

Na seção a seguir, revisitamos as ações prioritárias sugeridas em 2022 e exploramos até que ponto elas foram cumpridas. Olhando para o futuro, reconhecemos que ainda há muito a ser feito, e as perspectivas futuras são marcadas por riscos e incertezas.

Concluímos sugerindo como o novo cenário oferece a chance de responder às prioridades atuais.

1. Manter e expandir a cobertura

O relatório de 2022 identificou que a prioridade número um para os programas de alimentação escolar era: *garantir que as escolas permanecessem abertas e que a cobertura fosse mantida ou ampliada*.

A partir das últimas pesquisas relatadas no Capítulo 1 e desde a edição anterior desta publicação, a alimentação escolar se expandiu em cerca de 48 milhões de crianças, atingindo um novo marco histórico de 466 milhões de crianças em todo o mundo. Essa rápida expansão superou todas as expectativas.

A maior mudança foi registrada em países de baixa renda, onde as necessidades são maiores, enquanto os países com altos níveis de cobertura se concentraram em melhorias na qualidade dos programas.

Apesar do momento positivo, os países de renda baixa ainda estão atrasados em termos de cobertura. A rápida redução da ajuda ao desenvolvimento corre o risco de desestabilizar ainda mais os países de baixa renda, inclusive na expansão contínua dos programas de alimentação escolar.

O ponto de ação reformulado para 2025 é:

Garantir que a cobertura da alimentação escolar continue a se expandir e que a qualidade da alimentação escolar melhore.

2. Alcançar os mais necessitados

A ação prioritária sugerida para 2022 foi: *apoiar a Iniciativa de Financiamento Sustentável para ajudar os países de baixa renda a identificar formas novas e eficazes de financiar programas e ajudar todos os países na transição para a autossuficiência.*

Os números relatados no Capítulo 1 mostram que, em termos de cobertura, os países de baixa renda deram o maior salto, com um aumento aproximado de 60% na cobertura de alimentação escolar nos últimos dois anos.

Também é digno de nota que a comunidade internacional foi capaz de responder positivamente ao apelo à ação do relatório anterior e aumentar a disponibilidade de financiamento externo para a alimentação escolar em aproximadamente 20% para ajudar os países de baixa renda a dar os primeiros passos antes de fazer a transição para a autossuficiência. Como visto na seção anterior deste relatório, os investimentos gerais na alimentação escolar aumentaram globalmente, enquanto, ao mesmo tempo, a proporção de investimentos nacionais permaneceu praticamente a mesma, demonstrando a priorização da alimentação escolar pelos governos, inclusive em ambientes de renda baixa.

A Iniciativa de Financiamento Sustentável da Coalizão para a Alimentação Escolar respondeu ao apelo à ação e se envolveu em pesquisas sobre novas abordagens e inovação no financiamento da alimentação escolar. No nível nacional, desde que forneceu apoio à estratégia de financiamento a Ruanda em 2023, dez estratégias de financiamento adicionais estão atualmente em andamento, respondendo à demanda significativa dos governos.

Com a redução do financiamento dos doadores, a transição para a autossuficiência nos programas de alimentação escolar se tornará uma prioridade maior e mais urgente nos próximos anos. Os países precisam explorar não apenas esquemas de financiamento inovadores, mas também modelos novos e mais econômicos de fornecimento de alimentação escolar. São necessários esforços mais consolidados dos parceiros para apoiar os esforços nacionais e subnacionais dos países e permitir um melhor intercâmbio de conhecimentos.

O ponto de ação reformulado para 2025 é:

Aprimorar as redes e parcerias existentes e implantar conhecimentos especializados para apoiar os esforços nacionais e subnacionais para encontrar soluções específicas do contexto para melhorar os programas de alimentação escolar.

3. Possibilitar a aprendizagem

A ação prioritária sugerida para 2022 foi: *fortalecer a disponibilidade de dados críticos sobre programas de alimentação escolar por meio dos seguintes bens globais: a Iniciativa de Dados e Monitoramento, os relatórios sobre o Estado da Alimentação Escolar no Mundo e a comunidade de práticas de “bons exemplos” do Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar.*

O relatório de 2024 destaca a extensão da aceleração da pesquisa e da aprendizagem sobre programas de alimentação escolar. A Comunidade de Práticas de Bons exemplos do Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar projetou um modelo padrão para realizar estudos de caso de programas de alimentação escolar. Cinquenta e cinco estudos de caso de países estão atualmente em andamento e 21 estudos foram publicados até o momento, abrangendo quatro continentes. Com base nessa coleção de estudos de caso, várias ferramentas de pesquisa foram usadas para identificar boas práticas comuns. Em 2024, a Iniciativa de Dados e Monitoramento lançou a primeira versão do banco de dados global da Coalizão para a Alimentação Escolar para responder à necessidade de uma fonte confiável e única de dados globais sobre programas de alimentação escolar. O banco de dados será mantido e aprimorado por meio da expansão de funcionalidades e novos indicadores para preencher lacunas críticas de dados.

Esta edição destaca a complexidade das redes e intercâmbios iniciados por meio da Coalizão para a Alimentação Escolar e como ela se tornou uma nova plataforma global de aprendizagem e compartilhamento. Um objetivo futuro importante será a expansão contínua dessa poderosa plataforma e a reinvenção da parceria para garantir que os dados e as pesquisas possam ser traduzidos em políticas e ações operacionais.

O ponto de ação reformulado para 2025 é:

Expandir a adesão à Coalizão para a Alimentação Escolar como um meio de acelerar a ação do governo, permitir a aprendizagem e aumentar a disponibilidade de evidências para informar políticas e programas.

4. Transformar os sistemas alimentares

A ação prioritária sugerida para 2022 foi: *apoiar a conexão entre alimentação escolar, sistemas alimentares e mudanças climáticas. Priorizar o acesso do governo nacional a evidências independentes sobre os custos, benefícios e eficácia de diferentes desenhos de programas de alimentação escolar com compras locais, assim como sobre as mudanças climáticas e a soberania alimentar.*

A alimentação escolar é cada vez mais reconhecida como um investimento estratégico por parte dos governos, oferecendo uma plataforma para a transformação dos sistemas alimentares. A pedido dos Estados-membros da Coalizão para a Alimentação Escolar, o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar preparou um documento técnico, Alimentação escolar e sistemas alimentares: repensando as consequências para o clima, o meio ambiente, a biodiversidade e a soberania alimentar (Pastorino et al., 2023), sobre como a alimentação escolar pode ser nutritiva e sustentável e atuar como uma alavancas para a transformação do sistema alimentar.

O relatório especial apresenta um novo marco conceitual sobre a relação entre a alimentação escolar e os sistemas alimentares que a abastecem. O marco demonstra que as compras públicas de alimentos para abastecer programas nacionais de alimentação escolar podem ter um impacto significativo nos esforços globais para lidar com alguns dos maiores desafios ambientais mundiais. Esse marco é o resultado de dois anos de análise e representa o trabalho conjunto de 164 autores de 85 organizações diferentes em todo o mundo, representando a extraordinária importância e amplo alcance do tema.

Esta pesquisa e a nova estrutura são uma resposta direta aos governos de todo o mundo, priorizando a alimentação escolar com compras locais e vendo o potencial para as economias locais e a transformação do sistema alimentar. O objetivo futuro será responder a perguntas práticas e desenvolver novos modelos de alimentação escolar, levando em consideração os desafios e restrições específicos do contexto.

O ponto de ação reformulado para 2025 é:

Liberar o poder dos programas de alimentação escolar como um facilitador fundamental para a transformação do sistema alimentar e uma estratégia de investimento na prosperidade econômica e no capital humano da próxima geração.

5. Fortalecer a maior rede de proteção social do mundo

A ação prioritária sugerida para 2022 foi: *explorar o papel dos programas de alimentação escolar como a maior rede de proteção social do mundo e garantir que eles façam parte da resposta às crises alimentar e climática.*

Os programas de alimentação escolar são reconhecidos como a maior rede de proteção social do mundo e continuamos aprendendo sobre como a alimentação escolar expandiu sua cobertura e ajudou a absorver os choques durante a crise financeira de 2008 e a pandemia global de COVID-19.

A questão agora é como essa rede de proteção social pode ser ainda mais adaptada para responder a situações adversas e como os países podem se preparar melhor para futuras interrupções e crises. Essas lições e esforços de preparação são necessários nos níveis nacional e subnacional, inclusive por meio de intercâmbios entre cidades e municípios.

O ponto de ação reformulado para 2025 é:

Preparar-se para futuras crises e interrupções na cadeia de suprimentos e proteger os mais vulneráveis por meio da alimentação escolar como a maior rede de proteção social do mundo.

Referências

- Adelman, S., Gilligan, D. O., Konde-Lule, J., & Alderman, H.** (2019). School Feeding Reduces Anemia Prevalence in Adolescent Girls and Other Vulnerable Household Members in a Cluster Randomized Controlled Trial in Uganda. *Journal of Nutrition*, 149(4), 659-666. <https://doi.org/10.1093/jn/nxy305>
- African Union.** (2022). *African Union Climate Change and Resilient Development Strategy and Action Plan* (2022-2032). Available at: <https://au.int/en/documents/20220628/african-union-climate-change-and-resilient-development-strategy-and-action-plan>
- Akinola, R., Pereira, L. M., Mabhaudhi, T., de Bruin, F.-M., & Rusch, L.** (2020). A Review of Indigenous Food Crops in Africa and the Implications for more Sustainable and Healthy Food Systems. *Sustainability*, 12(8), 3493. <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/8/3493>
- Alderman, H. a., & Bundy, D.** (2011). School Feeding Programs and Development: Are We Framing the Question Correctly? *World Bank Research Observer*, 27(2), 204-221. <https://doi.org/10.1093/wbro/lkr005>
- Alexander, P., Brown, C., Arneth, A., Finnigan, J., Moran, D., & Rounsevell, M. D. A.** (2017). Losses, inefficiencies and waste in the global food system. *Agricultural Systems*, 153, 190-200. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2017.01.014>
- Angrist, N., Djankov, S., Goldberg, P. K., & Patrinos, H. A.** (2021). Measuring human capital using global learning data. *Nature*, 592(7854), 403-408. <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03323-7>
- Angrist N, e. a., .** (2025). The impact of school meals on education outcomes: A Meta-analysis, mimeo.
- Angrist, N., Evans, D. K., Filmer, D., Glennerster, R., Rogers, F. H., & Sabarwal, S.** (2020). *How to Improve Education Outcomes Most Efficiently? A Comparison of 150 Interventions Using the New Learning-Adjusted Years of Schooling Metric*. Policy Research Working Paper, Available at: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34658>
- Aurino, E., Tranchant, J. P., Sekou Diallo, A., & Gelli, A.** (2019). School Feeding or General Food Distribution? Quasi-Experimental Evidence on the Educational Impacts of Emergency Food Assistance during Conflict in Mali. *The Journal of Development Studies*, 55(sup1), 7-28. <https://doi.org/10.1080/00220388.2019.1687874>

Avallone, S., Sophie, B., Claire, M., & and Treche, S. (2007). Home-processing of the dishes constituting the main sources of micronutrients in the diet of preschool children in rural Burkina Faso. *International Journal of Food Sciences and Nutrition*, 58(2), 108-115. <https://doi.org/10.1080/09637480601143320>

Batchelor, S. (2021). *Larger Electric Pressure Cookers; Are they a possibility for institutions? Test runs on three larger EPCs*. Available at: <https://mecs.org.uk/wp-content/uploads/2021/06/Large-electric-pressure-cookers.pdf>

Batlle-Bayer, L., Bala, A., Aldaco, R., Vidal-Monés, B., Colomé, R., & Fullana-i-Palmer, P. (2021). An explorative assessment of environmental and nutritional benefits of introducing low-carbon meals to Barcelona schools. *Science of The Total Environment*, 756, 143879. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.143879>

Bianchi, M., Elinor, H., R., P. R. W., Kathleen, M., Peter, T., & Friederike, Z. (2022). Assessing seafood nutritional diversity together with climate impacts informs more comprehensive dietary advice. *Communications Earth & Environment*, 3(1), 188. <https://doi.org/10.1038/s43247-022-00516-4>

Bisaga, I., & Campbell, K. (2022). *Clean and Modern Energy for Cooking - A Path to Food Security and Sustainable Development*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/clean-and-modern-energy-cooking-path-food-security-and-sustainable-development>

Blomhoff, R., Andersen, R., Arnesen, E. K., Christensen, J. J., Enero, H., Erkkola, M., Gudanaviciene, I., Halldórsson, Þ. I., Hoyer-Lund, A., Lemming, E. W., Meltzer, H. M., Pitsi, T., Schwab, U., Siksna, I., Þórssdóttir, I., & Trolle, E. (2023). *Nordic Nutrition Recommendations 2023: Integrating Environmental Aspects*. Available at: <https://norden.diva-portal.org/smash/get/diva2:1769986/FULLTEXT06.pdf>

Borelli, T., Hunter, D., Wasike, V., Wasilwa, L., & Manjella, A. (2021). Linking farmers, African leafy vegetables and schools to improve diets and nutrition in Busia county, Kenya. In L. F. J. Swensson, D. Hunter, S. Schneider, & F. Tartanac (Eds.), *Public Food Procurement for Sustainable Food Systems and Healthy Diets* (Vol. 2). FAO, Alliance of Bioversity International and CIAT and Editora da UFRGS.

Bradford, K. J., Dahal, P., Van Asbrouck, J., Kunusoth, K., Bello, P., Thompson, J., & Wu, F. (2020). Chapter 17 - The dry chain: reducing postharvest losses and improving food safety in humid climates. In M. R. Kosseva & C. Webb (Eds.), *Food Industry Wastes (Second Edition)* (pp. 375-389). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-817121-9.00017-6>

Brunori, G., & Galli, F. (2016). Sustainability of Local and Global Food Chains: Introduction to the Special Issue. *Sustainability*, 8(8), 765.

<https://www.mdpi.com/2071-1050/8/8/765>

Bryant, L. S. (1912). The School Feeding Movement. *The Psychological Clinic*, 2(6), 29-43.

Bundy, D., Burbano, C., Grosh, M., Gelli, A., Jukes, M., & Drake, L. (2009). *Re-thinking School Feeding: Social Safety Nets, Child Development, and the Education Sector*. Washington D.C, World Bank. Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000020650/download/>

Bundy, D., Gentilini, U., Schultz, L. B., Bedasso, B. E., Singh, S., Okamura, Y., Iyengar, H. T., & Blakstad, M. M. (2024). *School Meals, Social Protection, and Human Development : Revisiting Trends, Evidence, and Practices in South Asia and Beyond (English)* Social Protection and Jobs Discussion Paper, Washington, D.C. Available at:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/099041224184540055>

Bundy, D., Silva, N. d., Horton, S., Jamison, D. T., & Patton, G. C. (2018). *Re-imagining School Feeding: A High-Return Investment in Human Capital and Local Economies* (Donald A. P. Bundy, Nilanthi de Silva, Susan Horton, Dean T. Jamison, & George C. Patton, Eds. Vol. 8). International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000116138/download/>

Cerutti, A. K., Ardente, F., Contu, S., Donno, D., & Beccaro, G. L. (2018). Modelling, assessing, and ranking public procurement options for a climate-friendly catering service. *The International Journal of Life Cycle Assessment*, 23(1), 95-115. <https://doi.org/10.1007/s11367-017-1306-y>

Climate Policy Initiative. (2020). *Examining the climate finance gap for small-scale agriculture*. Available at: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/climate-finance-small-scale-agriculture/>

Coalition for Healthy School Food. (2018). *Our Guiding Principles* Available at: <https://www.healthyschoolfood.ca/guiding-principles>

Cohen, J. F. W., Hecht, A. A., McLoughlin, G. M., Turner, L., & Schwartz, M. B. (2021). Universal School Meals and Associations with Student Participation, Attendance, Academic Performance, Diet Quality, Food Security, and Body Mass Index: A Systematic Review. *Nutrients*, 13(3). <https://doi.org/10.3390/nu13030911>

Crippa, M., Solazzo, E., Guizzardi, D., Monforti-Ferrario, F., Tubiello, F. N., & Leip, A. (2021). Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. *Nature Food*, 2(3), 198-209.
<https://doi.org/10.1038/s43016-021-00225-9>

dos Santos, E. B., da Costa Maynard, D., Zandonadi, R. P., Raposo, A., & Botelho, R. B. A. (2022). Sustainability Recommendations and Practices in School Feeding: A Systematic Review. *Foods*, 11(2).
<https://doi.org/10.3390/foods11020176>

Drake, L., Cousin, E., & Kim, J. Y. (2016). *Global School Feeding Sourcebook: Lessons from 14 Countries*. Imperial College Press.
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/24418>

Durão, S., Wilkinson, M., Davids, E. L., Gerritsen, A., & Kredo, T. (2024). Effects of policies or interventions that influence the school food environment on children's health and nonhealth outcomes: a systematic review. *Nutr Rev*, 82(3), 332-360. <https://doi.org/10.1093/nutrit/nuad059>

Eriksson, M., Malefors, C., Callewaert, P., Hartikainen, H., Pietiläinen, O., & Strid, I. (2019). What gets measured gets managed – Or does it? Connection between food waste quantification and food waste reduction in the hospitality sector. *Resources, Conservation & Recycling*: X, 4, 100021.
<https://doi.org/10.1016/j.rcrx.2019.100021>

Falvo, C., & Muscaritoli, F. (2024). Towards Deforestation-Free Public Procurement? *European Procurement & Public Private Partnership Law Review*, 19(2). <https://doi.org/10.21552/epppl/2024/2/4>

Fanzo, J., Bellows, A. L., Spiker, M. L., Thorne-Lyman, A. L., & Bloem, M. W. (2021). The importance of food systems and the environment for nutrition. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 113(1), 7-16.
<https://doi.org/10.1093/ajcn/nqaa313>

FAO. (2017). *Public Purchases of Food from Family Farming, and Food and Nutrition Security in Latin America and the Caribbean Lessons Learned and Experiences*. Available at:

<https://www.fao.org/in-action/program-brazil-fao/news/ver/en/c/335058/>

FAO. (2019a). *Nutrition guidelines and standards for school meals: a report from 33 low and middle-income countries*. Available at:

<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/d3b90456-169c-4bca-a5a8-69c4fc3a4e9e/content>

FAO. (2019b). *The State of Food and Agriculture 2019*.

<https://doi.org/10.18356/32f21f8c-en>

FAO. (2020). *School-based food and nutrition education – A white paper on the current state, principles, challenges and recommendations for low- and middle-income countries*. <https://doi.org/10.4060/cb2064en>

FAO. (2021). *State of school-based food and nutrition education in 30 low- and middle-income countries: Survey report*. Available at: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/81962f08-d695-406d-afaf-87b6c3b9161c/content>

FAO. (2022a). *School nutrition standards for safeguarding children's right to food*. Available at: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cb9128en>

FAO. (2022b). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2022: Towards Blue Transformation*. FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0461en>

FAO, International, A. o. B., CIAT, & UFRGS., E. d. (2021). *Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets*. Available at: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cb7969en>

FAO, & WFP. (forthcoming). *Operationalizing school meal nutrition guidelines and standard through procurement: A guidance manual*.

Foodlinks. (2013). *Revaluing public sector food procurement in Europe: An action plan for sustainability*. Available at:

https://base.socioeco.org/docs/foodlinks_report_low.pdf

García-Herrero, L., De Menna, F., & Vittuari, M. (2019). Food waste at school. The environmental and cost impact of a canteen meal. *Waste Management*, 100, 249-258. <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2019.09.027>

Gelli, A., Aurino, E., Folson, G., Arhinful, D., Adamba, C., Osei-Akoto, I., Masset, E., Watkins, K., Fernandes, M., Drake, L., & Alderman, H. (2019). A School Meals Program Implemented at Scale in Ghana Increases Height-for-Age during Midchildhood in Girls and in Children from Poor Households: A Cluster Randomized Trial. *J Nutr*, 149(8), 1434-1442. <https://doi.org/10.1093/jn/nxz079>

Gelli, A., & Daryanani, R. (2013). Are school feeding programs in low-income settings sustainable? Insights on the costs of school feeding compared with investments in primary education. *Food Nutr Bull*, 34(3), 310-317.

<https://doi.org/10.1177/156482651303400303>

Gentilini, U. (2016). Revisiting the "Cash versus Food" Debate: New Evidence for an Old Puzzle? *The World Bank Research Observer*, 31(1), 135-167.

<http://www.jstor.org/stable/44650021>

Giunti, S., Aurino, E., Masset, E., & Prifti, E. (2022). *Impact evaluation of home-grown school feeding programmes- Methodological guidelines*.

Available at: <https://doi.org/10.4060/cb8970en>

Global Child and Nutrition Foundation (GCNF). (2022a). *Global Survey of School Meal Programs* data set. Available at:

<https://survey.gcnf.org/2021-global-survey/>

Global Child and Nutrition Foundation (GCNF). (2022b). *School Meal Programs Around the World: Results from the 2021 Global Survey of School Meal Programs*. Available at:

<https://gcnf.org/wp-content/uploads/2023/02/Global-Survey-report-V1-1.12.pdf>

Global Child Nutrition Foundation (GCNF). (2024). *School Meal Programs Around the World: Results from the 2024 Global Survey of School Meal Programs*®. Available at: <https://gcnf.org/wp-content/uploads/2025/02/GCNF-Global-Survey-Report-2024-V1.8.pdf>

Global Panel. (2015). *Healthy Meals in Schools: Policy Innovations Linking Agriculture, Food Systems and Nutrition* [Policy Brief]. Available at:

<https://www.glopan.org/sites/default/files/HealthyMealsBrief.pdf>

Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition. (2023). Food Systems and Planetary Goals: Two Inseparable Policy Agendas. In. London,UK: Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition. Available at:

<https://www.glopan.org/planetarygoals/>

Godfray, H. C. J., Aveyard, P., Garnett, T., Hall, J. W., Key, T. J., Lorimer, J., Pierrehumbert, R. T., Scarborough, P., Springmann, M., & Jebb, S. A. (2018). Meat consumption, health, and the environment. *Science*, 361(6399), eaam5324. <https://doi.org/doi:10.1126/science.aam5324>

Grosh, M. E., Carlo, D. N., Emil, T., & Azedine, O. (2008). *For Protection and Promotion: The Design and Implementation of Effective Safety Nets*. Washington DC, World Bank. Available at: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0eb7f5f5-5ead-54a1-867c-a2741e22c864>

Hallström, E., Kristina, B., Kathleen, M., Robert, P., Peter, T., Max, T., & Friederike, Z. (2019). Combined climate and nutritional performance of seafoods. *Journal of Cleaner Production*, 230, 402-411.

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.04.229>

Hernandez, K., Engler-Stringer, R., Kirk, S., Wittman, H., & McNicholl, S.
(2018). The case for a Canadian national school food program. 5(3), 208-229.
Available at:

<https://canadianfoodstudies.uwaterloo.ca/index.php/cfs/article/view/260>

HPA. (2011). *Landfill sites: impact on health from emissions*. Available at: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20230801001208/https://www.gov.uk/government/publications/landfill-sites-impact-on-health-from-emissions>

Hunter, D., Borelli, T., Beltrame, D. M. O., Oliveira, C. N. S., Coradin, L., Wasike, V. W., Wasilwa, L., Mwai, J., Manjella, A., Samarasinghe, G. W. L., Madhujith, T., Nadeeshani, H. V. H., Tan, A., Ay, S. T., Güzelsoy, N., Lauridsen, N., Gee, E., & Tartanac, F. (2019). The potential of neglected and underutilized species for improving diets and nutrition. *Planta*, 250(3), 709-729.
<https://doi.org/10.1007/s00425-019-03169-4>

Hunter, D., Monville-Oro, E., Burgos, B., Rogel, C. N., Calub, B., Gonsalves, J. F., & Lauridsen, N. O. (2020). *Agrobiodiversity, school gardens and healthy diets: Promoting biodiversity, food and sustainable nutrition. Issues in Agricultural Biodiversity*. London (UK): Routledge.

Available at: <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/107465>

Hurley, G., & Martin, M. (2024). *Debt Swaps for School Meals: Opportunities and Constraints*. Available at: <https://www.edc.org/sites/default/files/uploads/SFI-Innovative-Finance-Note-Debt-swaps-school-feeding.pdf>

I-CAN, & GAIN. (2023). *Accelerating action and opening opportunities: a closer integration of climate and nutrition. 2023 I-CAN Baseline Assessment*. Available at: <https://www.gainhealth.org/sites/default/files/publications/documents/Accelerating-Action-and-Opening-Opportunities-A-Closer-Integration-of-Climate-and-Nutrition.pdf>

IFPRI. (2023). Bringing back neglected crops: A food and climate solution for Africa. Available at: <https://www.ifpri.org/blog/bringing-back-neglected-crops-food-and-climate-solution-africa/>

IIR. (2021). The carbon footprint of the cold chain, 7th Informatory Note on Refrigeration and Food. Available at: <https://iifiir.org/en/fridoc/the-carbon-footprint-of-the-cold-chain-7-lt-sup-gt-th-lt-sup-gt-informatory-143457>

IIRR. (2023). *Lighthouse Schools and Crop Museums in the Philippines (Research Brief 3)*. Available at:

<https://cgspace.cgiar.org/items/abf500e4-96a2-4078-bee4-a631d5ea060a>

ILO. (2024). *World Social Protection Report 2024–26: Universal Social Protection for Climate Action and a Just Transition*. Available at:

<https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/world-social-protection-report-2024-26-universal-social-protection-climate>

IPCC. (2019). *IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems Summary for Policymakers, Intergovernmental Panel on Climate Change*. Available at: www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Edited-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf

IPCC. (2020). *Summary for Policymakers. In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. Available at:

https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/SPM_Updated-Jan20.pdf

Jamison, D. T., Gelband, H., Horton, S., Jha, P., Laxminarayan, R., Mock, C. N., & Nugent, R. (2017). *Disease Control Priorities* (Third Edition ed., Vol. Volume 9. Improving Health and Reducing Poverty). Washington, DC: World Bank.

<http://hdl.handle.net/10986/28877>

Kelly, S., & Swensson. (2017). *Leveraging institutional food procurement for linking small farmers to markets: findings from WFP's Purchase for Progress initiative and Brazil's food procurement programmes*.

Available at:

<https://openknowledge.fao.org/items/6ec72b6e-3a54-41b6-bd21-4fab209bf4fa>

Kristjansson, E. A., Robinson, V., Petticrew, M., MacDonald, B., Krasevec, J., Janzen, L., Greenhalgh, T., Wells, G., MacGowan, J., Farmer, A., Shea, B. J., Mayhew, A., & Tugwell, P. (2007). School feeding for improving the physical and psychosocial health of disadvantaged elementary school children. *Cochrane Database Syst Rev*(1), CD004676.

<https://doi.org/10.1002/14651858.CD004676.pub2>

Lane, C., Glassman, A., & Smitham, E. (2021). *Using Health Taxes to Support Revenue: An Action Agenda for the IMF and World Bank* CGD Policy Paper 203, Washington, DC. Available at: <https://www.cgdev.org/publication/using-health-taxes-support-revenue-action-agenda-imf-and-world-bank>

Leary, J., Scott, N., Leach, M., Sigvaldsen, M., Onjala, B., Ochieng, S., Sarin, S., Batchelor, S., Masibo, C., Scott, P., & Muthoni, M. (2023). *Understanding the Impact of Electric Pressure Cookers (EPCS) in East Africa: A Synthesis of Data from Burn Manufacturing's Early Piloting*. Available at:

<https://mecs.org.uk/wp-content/uploads/2024/03/Understanding-the-impact-of-Electric-Pressure-Cookers-EPCs-in-East-Africa-Summary-Report-FINAL-15-3-24.pdf>

Lindström, H., Sofia, L., & Per-Olov, M. (2020). How Green Public Procurement can drive conversion of farmland: An empirical analysis of an organic food policy. *Ecological Economics*, 172, 106622.

<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106622>

List, J. A. (2022). *The voltage effect: How to make good ideas great and great ideas scale*. Crown Currency.

Malefors, C., Sundin, N., Tromp, M., & Eriksson, M. (2022). Testing interventions to reduce food waste in school catering. *Resources, Conservation and Recycling*, 177, 105997. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2021.105997>

Mazorra, J., Sánchez-Jacob, E., de la Sota, C., Fernández, L., & Lumbreras, J. (2020). A comprehensive analysis of cooking solutions co-benefits at household level: Healthy lives and well-being, gender and climate change. *Science of The Total Environment*, 707, 135968. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.135968>

Micha, R., Karageorgou, D., Bakogianni, I., Trichia, E., Whitsel, L. P., Story, M., Peñalvo, J. L., & Mozaffarian, D. (2018). Effectiveness of school food environment policies on children's dietary behaviors: A systematic review and meta-analysis. *PLoS One*, 13(3), e0194555.

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0194555>

MUFPP. (2024). *School meals: the transformative potential of urban food policies*. Available at: <https://www.milanurbanfoodpolicyact.org/resources/school-meals-the-transformative-potential-of-urban-food-policies/>

Nsengiyaremye, J., & Yesmeen Khalifa (MECS programme). (2023). *Large electric pressure cookers in schools: Evidence from Lesotho*. Available at: <https://mecs.org.uk/wp-content/uploads/2023/11/Large-electric-pressure-cookers-in-schools-evidence-from-Lesotho.pdf>

Oostindjer, M., Jessica, A.-W., Qing, W., Elisabeth, S. S., Bjørg, E., V., A. G., Alexander, S., C., P. M., Paul, R., Jarrett, S., Valerie, L. A., & and Van Kleef, E. (2017). Are school meals a viable and sustainable tool to improve the healthiness and sustainability of children´s diet and food consumption? A cross-national comparative perspective. *Critical Reviews in Food Science and Nutrition*, 57(18), 3942-3958. <https://doi.org/10.1080/10408398.2016.1197180>

Oro, E., Agdeppa, I., Baguilat, I., Gonsalves, J., Capanzana, M., Anunciado, M. S., Sarmiento, I. K., Itliong, K., & de Castro, R. (2018). *Improving Food and Nutrition Security in the Philippines through School Interventions*. Available at: https://schoolnutritionphils.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/10/school-nutrition-brief-final_soft-copy.pdf

Pastorino, S., Springmann, M., Backlund, U., Kaljonen, M., Singh, S. H., D , Vargas, M., Milani, P., Bellanca, R., Eustachio Colombo, P., Makowicz Bastos, D., Manjella, A., Wasilwa, L., Wasike, V., & Bundy, D. P. (2023). School meals and food systems: *Rethinking the consequences for climate. environment, biodiversity and food sovereignty*. Available at: <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671492>

Petruzzelli, M., García-Herrero, L., De Menna, F., & Vittuari, M. (2023). Towards sustainable school meals: integrating environmental and cost implications for nutritious diets through optimisation modelling. *Sustainability Science*. <https://doi.org/10.1007/s11625-023-01346-9>

Prifti, E., & Grinspan, A. (2021). *Impact evaluation of the Home Grown School Feeding and Conservation Agriculture Scale-up programmes in Zambia*. <https://doi.org/10.4060/cb1841en>

Randrianatoandro, V. A., Sylvie, A., Christian, P., Charlotte, R., & and Trèche, S. (2010). Recipes and nutritional value of dishes prepared from green-leafy vegetables in an urban district of Antananarivo (Madagascar). *International Journal of Food Sciences and Nutrition*, 61(4), 404-416. <https://doi.org/10.3109/09637480903563345>

- Research Consortium for School Health and Nutrition.** (2024). *Value for Money of School Feeding Programmes in Malawi*. Available at: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:eu:8333cc14-1dfd-4003-9b8f-279496120015?viewer21megaVerb=group-discover>
- Rosenthal, J., Quinn, A., Grieshop, A. P., Pillarisetti, A., & Glass, R. I.** (2018). Clean cooking and the SDGs: Integrated analytical approaches to guide energy interventions for health and environment goals. *Energy for Sustainable Development*, 42, 152-159. <https://doi.org/10.1016/j.esd.2017.11.003>
- Sanfilippo, M., Neubourg, C. d., & Martorano, B.** (2012). The Impact of Social Protection on Children. *United Nations*. <https://doi.org/10.18356/e569c117-en>
- Santacoloma, P., & Zárate, E.** (2021). How can policy environments enhance small-scale farmers' participation in institutional food procurement for school feeding? emerging institutional innovations and challenges in Latin America *In Alliance of Bioversity International and CIAT and Editora da UFRGS* (Vol. 2). Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets.
- Schultz, L., Renaud, A., Bundy, D. A. P., Barry, F. B. M., Benveniste, L., Burbano de Lara, C., Lo, M. M., Neitzel, J., O'Grady, N., & Drake, L.** (2024). The SABER School Feeding policy tool: a 10-year analysis of its use by countries in developing policies for their national school meals programs. *Front Public Health*, 12, 1337600. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.1337600>
- Searchinger, T. D., Wirsénus, S., Beringer, T., & Dumas, P.** (2018). Assessing the efficiency of changes in land use for mitigating climate change. *Nature*, 564(7735), 249-253. <https://doi.org/10.1038/s41586-018-0757-z>
- SF4C.** (2021). *SchoolFood4Change* Available at: <https://schoolfood4change.eu/>
- Singh, A., Park, A., & Dercon, S.** (2014). School Meals as a Safety Net: An Evaluation of the Midday Meal Scheme in India. *Economic Development and Cultural Change*, 62(2), 275-306. <https://doi.org/10.1086/674097>
- Singh, S.** (2021). Home-grown school feeding: promoting the diversification of local production systems through nutrition-sensitive demand for neglected and underutilized species. *In Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets*. FAO. Available at: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/3cd3e90a-4a17-4617-aa66-e631a976988c/content>
- Soares, P., Martinelli, S. S., Davó-Blanes, M. C., Fabri, R. K., Clemente-Gómez, V., & Cavalli, S. B.** (2021). Government Policy for the Procurement of Food from Local Family Farming in Brazilian Public Institutions. *Foods*, 10(7), 1604. <https://doi.org/10.3390/foods10071604>

Stagnari, F., Maggio, A., Galieni, A., & Pisante, M. (2017). Multiple benefits of legumes for agriculture sustainability: an overview. *Chemical and Biological Technologies in Agriculture*, 4(1), 2. <https://doi.org/10.1186/s40538-016-0085-1>

Sustainable Financing Initiative (SFI) for School Health and Nutrition. (2023). *School meal programmes: A missing link in food systems reform*. Available at: <https://learninggeneration.org/wp-content/uploads/2024/06/School-meals-Food-Systems.pdf>

Sustainable Financing Initiative for School Health and Nutrition. (2024a). *Climate finance*

Sustainable Financing Initiative for School Health and Nutrition. (2024b). *Hydrocarbon taxes*

Swedish Food Agency. (2020). *Handbook for reducing food waste*.

Retrieved from Available at: https://www.livsmedelsverket.se/globalassets/publikationsdatabas/handbocker-verktyg/handbook_for_reducing_food_waste.pdf

Swensson, L. F. J., Hunter, D., Schneider, S., & Tartanac, F. (2021). Public food procurement as a game changer for food system transformation. *The Lancet Planetary Health*, 5(8), e495-e496. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00176-5](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00176-5)

Swensson, L. F. J., & Tartanac, F. (2020). Public food procurement for sustainable diets and food systems: The role of the regulatory framework. *Global Food Security*, 25, 100366. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100366>

Tartanac, F., Swensson, L. F. J., Galante, A. P., & Hunter, D. (2021). Institutional food procurement for promoting sustainable diets. In B. Burlingame & S. Dernini (Eds.), *Sustainable diets: the transdisciplinary imperative* (pp. 206-220). CABI.

Toppe, J., Galante, A. P., Ahern, M. B., Avdalov, N., & Pereira, G. (2021). Development of Strategies For the Inclusion of Fish in School Feeding in Angola, Honduras and Peru. In *Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets* (Vol. 2, pp. 330).

Tregear, A., Aničić, Z., Arfini, F., Biasini, B., Bituh, M., Bojović, R., Brečić, R., Brennan, M., Colić Barić, I., Del Rio, D., Donati, M., Filipović, J., Giopp, F., Ilić, A., Lanza, G., Mattas, K., Quarrie, S., Rosi, A., Sayed, M., Scazzina, F., Tsakiridou, E. (2022). Routes to sustainability in public food procurement: An investigation of different models in primary school catering. *Journal of Cleaner Production*, 338, 130604. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.130604>

UN. (2023). *The Sustainable Development Goals: Report 2023*. Available at: https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-07/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023_0.pdf

UNEP. (2024). *Food Waste Index Report 2024. Think Eat Save: Tracking Progress to Halve Global Food Waste*. Available at: <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/45230>

UNESCO. (2014). *Monitoring and Evaluation Guidance for School Health Programs Thematic Indicators Supporting FRESH (Focusing Resources on Effective School Health)* Available at: <https://www.childhealthtaskforce.org/resources/guide/2014/fresh-monitoring-and-evaluation-guidance-school-health-programs>

UNESCO, UNICEF, & WFP. (2023). *Ready to learn and thrive: School health and nutrition around the world*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/ready-learn-and-thrive-school-health-and-nutrition-around-world-2023>

UNICEF. (2021). *The Climate Crisis is a Child Rights Crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index*. Available at: <https://www.unicef.org/reports/climate-crisis-child-rights-crisis>

UNICEF, & WFP. (2025). *Accelerating progress for school-age children and adolescents through integrated school health and nutrition programming: A UNICEF-WFP collaboration in Eastern and Southern Africa* Available at: <https://www.unnutrition.org/news/unicef-wfp-collaboration-accelerating-progress-school-age-children-and-adolescents-eastern-and>

Valencia, V., Wittman, H., & Blesh, J. (2019). Structuring Markets for Resilient Farming Systems. *Agronomy for Sustainable Development*, 39(2), 25. <https://doi.org/10.1007/s13593-019-0572-4>

Verguet, S., Gautam, P., Ali, I., Husain, A., Meyer, S., Carmen, B., Edward, L.-E., Margherita, C., Martin, M., Albert, S., Meseret, Z., Boitshepo Bibi, G., Zhihui, L., Agnes, E., Karen, H., Céline, G., Sylvie, A., Heli, K., Elizabeth, K., . . . Noam, A. (2023). Investing in school systems: conceptualising returns on investment across the health, education and social protection sectors. *BMJ Global Health*, 8(12), e012545. <https://doi.org/10.1136/bmigh-2023-012545>

Verguet, S., Limasalle, P., Chakrabarti, A., Husain, A., Burbano, C., Drake, L., & Bundy, D. A. P. (2020). The Broader Economic Value of School Feeding Programs in Low- and Middle-Income Countries: Estimating the Multi-Sectoral Returns to Public Health, Human Capital, Social Protection, and the Local Economy. *Front Public Health*, 8, 587046. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.587046>

- Watkins, K., Fiala, O., Haag, P., & Zubairi, A.** (2024). *School feeding and the Sustainable Development Goals: An agenda to combat child hunger, boost education, transform food systems and strengthen equity*. Available at: https://media.odi.org/documents/ODI_School_feeding_and_the_SDGs_Jan25.pdf
- WFP.** (2013). *State of School Feeding Worldwide 2013*. Rome (Italy), World Food Programme Available at: <https://reliefweb.int/report/world/state-school-feeding-worldwide-2013>
- WFP.** (2017). *Smart school meals - Nutrition-sensitive national programmes in Latin America and the Caribbean*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000019946/download/>
- WFP.** (2020a). *The impact of COVID-19 on school feeding around the world*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2020>
- WFP.** (2020b). *State of School Feeding Worldwide 2020*. Rome (Italy). World Food Programme. Available at: <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2020>
- WFP.** (2021). *Clean cooking in schools* Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000135946/download/?ga=2.64133674.449567611.1689170616-222920114.1678292370>
- WFP.** (2022). *State of School Feeding Worldwide 2022*. R. I. W. F. Programme. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000147725/download/?ga=2.122787723.1835173318.1745315177-747751571.1696247664>
- WFP, FAO, IFAD, NEPAD, GCNF, & PCD.** (2018). *Home-Grown School Feeding: Resource Framework*. <http://www.fao.org/3/ca0957en/CA0957EN.pdf>
- WFP, & IDB.** (2023). *The State of School Feeding in Latin America and the Caribbean 2022*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-latin-america-and-caribbean-2022>
- WHO.** (2022). *Household air pollution*. Available at: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/household-air-pollution-and-health>
- WHO and FAO.** (2006). *Guidelines on food fortification with micronutrients* (Lindsay Allen, Bruno de Benoist, & O. D. a. R. Hurrell, Eds.). WHO Library. <https://www.who.int/publications/i/item/9241594012>

Willett, W., Rockström, J., Loken, B., Springmann, M., Lang, T., Vermeulen, S., Garnett, T., Tilman, D., DeClerck, F., Wood, A., Jonell, M., Clark, M., Gordon, L. J., Fanzo, J., Hawkes, C., Zurayk, R., Rivera, J. A., De Vries, W., Majele Sibanda, L., . . . Murray, C. J. L. (2019). Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *The Lancet*, 393(10170), 447-492.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30660336/>

World Bank. (2012). *What Matters Most for School Health and School Feeding: A Framework Paper*. Washington DC Available at: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/197681468331747243/what-matters-most-for-school-health-and-school-feeding-a-framework-paper>

World Bank. (2018). *The State of Social Safety Nets* Washington, DC: World Bank. © World Bank. Available at:

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29115>

World Bank Group Education Global Practice. (2016). *SABER School Health and School Feeding*. Available at: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/239141496301589942/pdf/Systems-Approach-for-Better-Education-Results-SABER-school-health-and-school-feeding.pdf>

WRAP. (2011). *Waste Resources and Allocation Programme*. Available at: <https://www.wrap.ngo/resources/report/food-waste-schools>

Zero Waste International Alliance. (2022). *Zero Waste Hierarchy of Highest and Best Use 8.0*. Available at: <https://zwia.org/zwh/>

Lista de siglas

ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
AUDA-NEPAD	Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
COP	Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
COVID-19	Doença de Coronavírus 2019
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GAMA	Ação Global para a Medição da Saúde do Adolescente
GCNF	Fundação Global de Nutrição Infantil
LAYS	Anos de Escolaridade Ajustados à Aprendizagem
ONG	Organização Não-Governamental
SABER	Abordagem Sistêmica para Melhores Resultados na Educação
SDG	Meta do Desenvolvimento Sustentável
SMP PLUS	School Menu Planner Plus
GB	Reino Unido
ONU	Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
WASH	Sigla em inglês de “water, sanitation, and hygiene” ou água, saneamento e higiene
WFP	Programa Mundial de Alimentos
OMS	Organização Mundial da Saúde

Glossário

AGROBIODIVERSIDADE	A variedade e variabilidade de animais, plantas e microrganismos que são usados direta ou indiretamente para alimentação e agricultura, incluindo culturas, pecuária, silvicultura e pesca.
AGROECOLOGIA	A agroecologia é uma abordagem holística e integrada que aplica simultaneamente conceitos e princípios ecológicos e sociais à concepção e gestão de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis. Ela busca otimizar as interações entre plantas, animais, seres humanos e meio ambiente, ao mesmo tempo em que aborda a necessidade de sistemas alimentares socialmente equitativos, dentro dos quais as pessoas possam exercer a escolha sobre o que comem e como e onde é produzido.
ECONOMIA CIRCULAR	Refere-se a um dos modelos econômicos sustentáveis atuais, no qual os produtos e materiais são projetados de tal forma que possam ser reutilizados, remanufaturados, reciclados ou recuperados (4-R) e, assim, mantidos na economia pelo maior tempo possível, juntamente com os recursos dos quais são feitos; e a geração de resíduos, especialmente resíduos perigosos, é evitada ou minimizada e as emissões de gases de efeito estufa são evitadas ou reduzidas.
SOLUÇÕES DE COZINHA ECOLÓGICA	Combustíveis, tecnologias e práticas limpas que atingem os níveis de material particulado fino (PM2,5) e monóxido de carbono (CO) recomendados nas <u>diretrizes globais de qualidade do ar da OMS (2021)</u> .
COMUNIDADE DE PRÁTICAS	Uma reunião de indivíduos motivados pelo desejo de atravessar as fronteiras organizacionais, relacionar-se uns com os outros e construir um corpo de conhecimento acionável por meio da coordenação e colaboração.
CUSTOS	O custo por criança da alimentação escolar é estimado como o gasto total associado à alimentação escolar dividido pelo número de beneficiários. O número reflete os custos relacionados à aquisição, transporte, armazenamento e manuseio de commodities e pessoal. As contribuições da comunidade não estão incluídas (Gelli & Daryanani, 2013).
COBERTURA	A proporção de crianças matriculadas na escola beneficiadas pela alimentação escolar.
DESPARASITAÇÃO	Tratamento para controlar as infecções por vermes intestinais, como helmintos (lombrigas, micose e ancilostomídeos) e esquistossomose. A OMS recomendou dar às crianças albendazol ou mebendazol para tratar helmintos e praziquantel para tratar a esquistossomose.

DIVERSIDADE ALIMENTAR

O consumo de um equilíbrio adequado de diferentes alimentos que fornecem todos os macronutrientes e micronutrientes necessários para um crescimento saudável e uma vida produtiva.

REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL ALIMENTAR

Categoria de intervenções que fornecem assistência alimentar direta, regular e previsível às pessoas mais vulneráveis para: (i) evitar que elas caiam abaixo de um nível mínimo de segurança alimentar como resultado de um choque; (ii) aumentar sua resiliência a choques; e (3) em alguns casos, promover sua segurança alimentar (Grosh et al., 2008). O valor de varejo de uma transferência de alimentos no mercado local é chamado de transferência de renda.

SISTEMAS ALIMENTARES

Redes interligadas de relações que abrangem as funções e atividades envolvidas na produção, processamento, comercialização, consumo e descarte de alimentos da agricultura, silvicultura ou pesca.

FORTIFICAÇÃO

A prática de aumentar deliberadamente o teor de micronutrientes essenciais (como vitamina A, ferro, iodo ou zinco) nos alimentos (WHO and FAO, 2006).

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM COMPRAS LOCAIS

Um modelo de alimentação escolar projetado para fornecer às crianças nas escolas alimentos seguros, diversificados e nutritivos, provenientes de pequenos agricultores locais.

INVESTIMENTO

O orçamento total destinado à alimentação escolar pelo governo ou pelo WFP, ou uma estimativa desse orçamento. Nesta publicação, os orçamentos são estimativas baseadas em dados secundários e não em informações de balanços nacionais.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Um programa desenhado, implementado, financiado e/ou gerido, parcial ou totalmente, pelo governo, por vezes com o apoio de parceiros, para fornecer alimentos de forma regular a crianças em idade escolar.

PROGRAMA SENSÍVEL À NUTRIÇÃO

Intervenções que abordam os determinantes básicos e subjacentes da desnutrição: segurança alimentar, cuidados, acesso a serviços de saúde e um ambiente seguro e higiênico. Os programas sensíveis à nutrição também abordam o ambiente favorável por meio de assistência técnica aos governos, incluindo aconselhamento sobre políticas em setores complementares.

**AGRICULTURA
REGENERATIVA**

Sistemas agrícolas holísticos que, entre outros benefícios, melhoram a qualidade da água e do ar, aumentam a biodiversidade do ecossistema, produzem alimentos ricos em nutrientes e armazenam carbono para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Esses sistemas agrícolas são desenhados para funcionar em harmonia com a natureza, além de manter e melhorar a viabilidade econômica.

**REDES DE PROTEÇÃO
SOCIAL**

Políticas e programas que ajudam indivíduos e famílias a gerenciar riscos e volatilidade, protegê-los da pobreza e da desigualdade e ajudá-los a acessar oportunidades econômicas. Esses programas se baseiam em sistemas de entrega em nível nacional (para identificação, pagamentos e registros sociais) para garantir que as transferências da rede de proteção social cheguem aos beneficiários certos no momento certo.

**SAÚDE E NUTRIÇÃO
ESCOLAR**

Programação de saúde e nutrição desenhada para crianças em idade escolar, assim como atividades de extensão que expandem o efeito dos programas dentro das comunidades e para crianças que não estão nas escolas. Os serviços prestados por meio da Saúde e Nutrição Escolar vão além da alimentação e podem incluir intervenções adicionais, como desparasitação, vacinação, triagem visual, educação nutricional e água, saneamento e higiene (WASH).

**PROGRAMA DE
ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR**

O fornecimento de alimentos para crianças ou suas famílias por meio de programas escolares. Esses programas podem fornecer refeições, lanches ou transferências condicionais para famílias na forma de dinheiro, vales ou rações em espécie para levar para casa.

**PEQUENO
AGRICULTOR**

Não existe uma definição global inequívoca de pequeno agricultor. Muitas vezes, a escala de operação medida em termos de tamanho da fazenda é usada como critério de classificação. Por exemplo, os pequenos agricultores são frequentemente vistos como aqueles que cultivam menos de dois hectares. Mas mesmo esse tamanho de fazenda é considerado “grande” em alguns países ou regiões dentro dos países. Como resultado, outros parâmetros são às vezes usados, incluindo o volume de produção, a fonte e a quantidade de mão de obra disponível e o valor do capital e dos insumos.

PROTEÇÃO SOCIAL

Um conjunto de políticas e programas destinados a prevenir ou proteger todas as pessoas contra a pobreza, a vulnerabilidade e a exclusão social ao longo de sua vida, com especial ênfase nos grupos vulneráveis.

Anexo I

Publicações recentes do WFP e parceiros

1. Publicações do WFP

Política de Alimentação Escolar Atualizada

A Política de Alimentação Escolar atualizada do WFP destaca o impacto transformador dos programas liderados nacionalmente na melhoria da nutrição infantil, educação e desenvolvimento sustentável. Com base em 60 anos de experiência e mais de 50 transições nacionais bem-sucedidas, a política enfatiza parcerias governamentais mais fortes, design inteligente em relação ao clima e advocacy para o financiamento sustentável. Apoia os objetivos da Coalizão para a Alimentação Escolar, unindo mais de 100 países e mais de 140 parceiros para garantir que todas as crianças recebam uma refeição diária até 2030. Apesar de ter alcançado 418 milhões de crianças entre 2020 e 2022, 98% por meio de financiamento interno, ainda existem lacunas significativas nos países de baixa renda, exigindo finanças inovadoras e capacitação direcionada.

WFP. 2024. School Meals Policy. Available at:

docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000163758/download/?ga=2.239026376.936834598.1747126119-1807880131.1696253541

Estado da Alimentação Escolar no Mundo

O *Estado da Alimentação Escolar no Mundo* é o relatório bienal emblemático do WFP, fornecendo a visão geral global mais abrangente dos programas de alimentação escolar. Publicado pela primeira vez em 2013, em colaboração com o Banco Mundial e a Parceria para o Desenvolvimento Infantil, estabeleceu o WFP como líder global neste campo. As edições subsequentes de 2020 e 2022 destacaram a evolução dos programas de alimentação escolar, sua integração com a proteção social e o impacto da COVID-19. A edição de 2022 mostrou uma forte recuperação após a pandemia global, embora os países de baixa renda tenham permanecido atrás dos níveis pré-pandemia. A edição de 2024, a quarta da série, continua a construir a base de evidências para uma entrega eficaz e equitativa de alimentação escolar em todo o mundo.

WFP. 2022. *State of School Feeding Worldwide 2022. Rome, World Food Programme.* Available at:

<https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2022>

WFP. 2020. *State of School Feeding Worldwide 2020. Rome, World Food Programme.* Available at:

<https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2020>

WFP. 2013. *State of School Feeding Worldwide 2013. Rome, World Food Programme.* Available at:

<https://reliefweb.int/report/world/state-school-feeding-worldwide-2013>

Uma chance para cada aluno – Estratégia de Alimentação Escolar do WFP2020–2030

Em 2020, o WFP lançou uma estratégia de dez anos para defender o aumento do investimento na saúde e nutrição de crianças e adolescentes em idade escolar. A estratégia enfatiza o papel do WFP na convocação de parceiros, na defesa global e no apoio aos países para resolver as lacunas no fornecimento de alimentação escolar. Embora o WFP possa não liderar todas as intervenções, ele aproveita seus mais de 60 anos de experiência, presença em mais de 100 países e profundo conhecimento das populações vulneráveis para fortalecer os programas nacionais. Ao trabalhar de forma colaborativa e com base em sua experiência técnica, o WFP visa tornar os programas de alimentação escolar um componente central do desenvolvimento nacional e das estratégias de capital humano de longo prazo.

WFP. 2020. *A Chance for Every Schoolchild – WFP School Feeding Strategy 2020–2030.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000112101/download/>

Análise da situação da alimentação escolar – necessidades e desafios na programação do WFP

Este documento faz parte de uma análise de situação mais ampla realizada pelo Serviço de Programas Escolares do WFP, com o apoio do Centro de Excelência do WFP, no final de 2018. Informa a implementação da Estratégia de Alimentação Escolar 2020–2030 do WFP, identificando as principais áreas de ação organizacional para fortalecer a entrega de programas de alimentação escolar e assistência técnica. A análise se concentra em seis áreas prioritárias: direção estratégica, qualidade do programa, parcerias, capacidade da força de trabalho, sistemas e geração de evidências.

Esses elementos são essenciais para apoiar os países na construção de programas de alimentação escolar eficazes e sustentáveis que respondam às prioridades nacionais e contribuam para melhores resultados de aprendizagem, nutrição e desenvolvimento.

WFP. 2018. *School Feeding Situation Analysis – Needs and Challenges in WFP Programming.* Available at:
<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000112503/download/>

Alimentação escolar em 2018 – além do relatório anual de desempenho da série 2018

Este relatório temático, desenvolvido pela Divisão de Gestão de Desempenho e Relatórios do WFP e pelo Serviço de Programas Escolares, captura o progresso do WFP nos programas de alimentação escolar e reflete sobre as lições aprendidas para moldar a estratégia futura. Ele analisa as conquistas de 2018 e 2019 no apoio a crianças, famílias e comunidades vulneráveis por meio de intervenções escolares, com base em relatórios de desempenho anuais e nacionais. O relatório também apresenta insights inéditos de um exercício de inventário de 2018, que incluiu avaliações, auditorias e consultas nos níveis nacional, regional e global. Essas descobertas informaram diretamente o desenvolvimento da nova estratégia global de alimentação escolar do WFP, marcando um passo fundamental na direção do programa.

WFP. 2019. *School Feeding in Ghana - Investment Case - Cost Benefit Analysis Report.* Available at:
<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000108072/download/>

WFP. 2019. *Costs-benefits Analysis of WFP Benin School Feeding Programme.* Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000114270/download/>

WFP. 2019. *School Feeding in 2018 – Beyond the Annual Performance Report 2018 Series.* Available at:
<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000110344/download/>

2. Orientação do programa e avaliações selecionadas

WFP. 2020. *From the School Gate to Children's Plate: Golden Rules for Safer School Meals.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000105252/download/>

As Diretrizes de Segurança e Qualidade Alimentar para Alimentação Escolar Mais Segura atribuem aos gestores do programa de alimentação escolar a responsabilidade pela qualidade e segurança gerais dos alimentos fornecidos nas escolas, e aos responsáveis pela concepção de treinamento para cozinheiros e manipuladores de alimentos no nível escolar, os princípios básicos de segurança alimentar e boas práticas para a seleção, armazenamento, preparação e porção de alimentos.

WFP, FAO, IFAD, NEPAD, GCNF & Partnership for Child Development. 2018. *Home-Grown School Feeding Resource Framework. Technical Document.* Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000074274/download/>

Esta estrutura de recursos é uma ferramenta de orientação para as partes interessadas envolvidas no desenho, implementação e monitoramento de programas de alimentação escolar com compras locais e no ambiente político e institucional relacionado. As partes interessadas podem incluir governos e parceiros de desenvolvimento que fornecem assistência técnica e financeira, assim como a sociedade civil, organizações comunitárias e o setor privado.

World Bank. 2016. *Manual for SABER School Feeding Exercise.* Available at: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/239141496301589942/pdf/Systems-Approach-for-Better-Education-Results-SABER-school-health-and-school-feeding.pdf>

Este manual, publicado pelo WFP e pelo Banco Mundial em 2016, ajuda as partes interessadas a planejar e implementar uma avaliação de alimentação escolar do SABER em nível nacional.

WFP. 2022. *Joint Evaluation of the Breaking Barriers for Girls' Education Programme in Chad and Niger (2019-2022).* Available at: <https://www.wfp.org/publications/joint-evaluation-breaking-barriers-girls-education-programme-chad-and-niger-2019-2022>

Essas avaliações descentralizadas foram encomendadas pela Equipe de Programas Escolares do WFP para cobrir o Programa Quebrando Barreiras para a Educação de Meninas no Chade e no Níger (2019-2022). As avaliações foram realizadas em conjunto pelo UNICEF, UNFPA e WFP em 2023.

WFP. 2025. *Evaluation of Joint Resilience Programme in South-Central Somalia 2018-2022*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/evaluation-joint-resilience-programme-south-central-somalia-2018-2022>

Esta avaliação se refere ao Programa Conjunto de Resiliência, implementado pelo UNICEF, WFP e parceiros locais. O programa teve como objetivo abordar vulnerabilidades e promover a resiliência para mais de 3,8 milhões de beneficiários em Banadir, Gedo e Jubaland, com 90,6 milhões de euros em financiamento em duas fases. A avaliação foi encomendada conjuntamente pelos Escritórios Nacionais do WFP e do UNICEF.

WFP. 2024. *Jordan, School Meal Programme: Impact Evaluation*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/jordan-school-meal-programme-impact-evaluation>

O WFP, em parceria com o Governo da Jordânia e o Banco Mundial, realizou um estudo controlado randomizado para avaliar como um novo modelo de entrega de alimentação escolar afetou a nutrição, o comportamento e a educação das crianças e os resultados socioeconômicos dos trabalhadores da cozinha.

WFP. 2024. *Summary of Evaluative Evidence: Home-Grown School Feeding*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/summary-evaluation-evidence-home-grown-school-feeding>

Este resumo reúne evidências de 49 avaliações independentes encomendadas pelo WFP, que abrangem o período de 2018 a 2023. O resumo oferece lições sobre a programação de alimentação escolar com compras locais do WFP para informar as intervenções em andamento e futuras. Tem cobertura global, abrangendo as intervenções do WFP em 45 países.

WFP. 2023. *Lessons on School Feeding in West and Central Africa*. Available at: <https://www.wfp.org/publications/summary-evaluation-evidence-lessons-school-feeding-west-and-central-africa>

O resumo destaca as lições de Saúde e Nutrição Escolar e Alimentação Escolar com Compras Locais, compartilhando boas práticas da África Ocidental e Central para informar os programas globais.

3. Estudos de caso de países desenvolvidos pelo WFP e parceiros externos

BANGLADESH

WFP. 2018. *The Impact of School Feeding in Bangladesh*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000105838/download/>

WFP. 2019. *The School Feeding Programme in Bangladesh – A Case Study*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000112387/download/>

BENIN

Government of Benin, WFP and Mastercard. 2019. *Programme d'alimentation scolaire du Bénin - Analyse Coût-Bénéfice*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000114270/download/>

BHUTAN

WFP. 2018. *Home-grown School Feeding in Bhutan*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000105579/download/>

ETHIOPIA

WFP. 2019. *Home-grown School Feeding in Ethiopia*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000106647/download/>

GHANA

Dunaev, A. & Corona, F. 2018. *School Feeding in Ghana - Investment Case: Cost-Benefit Analysis Report*. Government of Ghana, WFP and Mastercard. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000108072/download/>

WFP. 2018. *Home-grown School Feeding in Ghana*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000105577/download/>

GUATEMALA

WFP. 2019. *Home-grown School Feeding in Guatemala*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000107060/download/>

HAITI

WFP. 2019. *Home-grown School Feeding in Haiti*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000105582/download/>

INDONESIA

Government of Indonesia, WFP & Mastercard. 2018. *National School Meals Programme in Indonesia – Cost-Benefit Analysis*. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000103420/download/>

KENYA

WFP. 2016. *Using Local Cereals and Local Mills to Supply School Meals in Kenya's Kakuma Refugee Camp.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000117001/download/>

WFP. 2018. *Home-grown School Feeding in Kenya.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000105578/download/>

KYRGYZ REPUBLIC

WFP. 2018. *How WFP Supported the Government of the Kyrgyz Republic to Optimize the National School Meals Programme: A Case Study on Nutrition-Sensitive Programming in a Lower-Middle-Income Country.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000073347/download/>

MADAGASCAR

Government of Madagascar, WFP & Mastercard. 2019. *L'analyse coût-bénéfice de l'alimentation scolaire à Madagascar.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000115670/download/>

NIGER

WFP. 2017. *Results and Lessons Learned from WFP's Efforts to Support Adolescent Girls in Niger.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000117053/download/>

RWANDA

WFP. 2019. *Home-grown School Feeding in Rwanda.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000106253/download/>

TUNISIA

WFP. 2018. *Home-grown School Feeding in Tunisia.* Available at:

<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000105580/download/>

4. Recursos de parceria selecionados

Akter, F., Chowdhury, M. A. & Shamim, A. A. 2025. School Meals Case Study: Bangladesh. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673392>

Alderman, H., Bundy, D. A. P. & Gelli, A. 2024. School Meals Are Evolving: Has the Evidence Kept Up? World Bank Research Observatory. <https://doi.org/10.1093/wbro/lkad012>

Amoussa Hounkpatin, W., Fanou Fogny, N., Bodjrenou, S., Koukou, E., Sossou, C., Assogba, E., Houndolo, M., Tossou, W., Boyiako, B., Ainin, A. & Saroumi, Y. 2024. School Meals Case Study: Benin. Working Paper – French Only. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672261>

Angrist, N., Evans, D. K., Filmer, D., Glennerster, R., Rogers, H. & Sabarwal, S. 2025. How to improve education outcomes most efficiently? A review of the evidence using a unified metric. *J Dev Econ*, 172:103382.

<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2024.103382>

Avallone, S., Giner, C., Nicklaus, S. & Darmon N. 2023. School Meals Case Study: France. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671091>

Balaban, D., Beardmore, S., Burbano, C., Ahmed, M. A., Limongi, V., Senesi, M. G., Ehsani, M., Sahu, R., Milani, P., Kaur, S., Mwabe, J., Watkins, K., Bellinger, A., Halloran, A., Konradsen, F., Schultz, L. & Bundy, D. A. P. 2024. School Meals: A Unique Strategy for Fighting Inequality, Poverty, and Hunger and Achieving the SDGs. T20 Policy Brief. Available at: https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF01_ST02 SCHOOL MEALS66d761300fce.pdf

Bremner, M. & Defeyter, G. 2023. School Meals Case Study: England. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine.

<https://doi.org/10.17037/PUBS.04671121>

Bundy, D. A. P., Gentilini, U., Schultz, L., Bedasso, B., Singh, S., Okamura, Y., Iyengar, H. T. M. M. & Blakstad, M. M. 2024. School Meals, Social Protection and Human Development: Revisiting Global Trends, Evidence, and Practices with a Focus on South Asia. Social Protection & Jobs Paper No. 2401. Washington, DC, World Bank. Available at:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/099041224184540055>

Bundy, D. A. P., Schultz, L., Antoninis, M., Barry, F. B. M., Burbano, C., Croke, K., et al. 2023. A Positive Consequence of the COVID-19 Pandemic: How the Counterfactual Experience of School Closures is Accelerating a Multisectoral Response to the Treatment of Neglected Tropical Diseases. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 378(1887).

<https://doi.org/10.1098/rstb.2022.0282>

Burundi Value for Money Study Team. 2025. Value for Money of School Feeding Programmes in Burundi [French]. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Cohen, J., Verguet, S., Giyose, B. B. & Bundy, D. A. P. 2023. Universal Free School Meals: The Future of School Meal Programs? *The Lancet*.

[https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(23\)01516-7](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(23)01516-7)

Defeyter, M. A., Bundy, D. A. P., Bremner, M. & Page, A. 2024. Hunger in the UK Classroom. In *The Routledge International Handbook on Equity and Inclusion in Education*, Chapter 19. ISBN 9781003282921

Espinosa, F., Ferre, I., Gomiciaga, S., Ancira-Moreno, M., Hernandez-Cordero, S., Bahena, L., Ordaz, L., Hernandez-Palafox, C. & Valero, I. 2025. School Meals Case Study: Mexico. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673387>

Ethiopia Value for Money Study Team. 2024. Value for Money of School Feeding Programmes in Ethiopia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Guthold, R., Newby, H., Keogh, S., Afifi, R. A., Austrian, K., Baird, S., Blum, R. W., Bundy, D. A. P., Deardorff, J., Engel, D., Klein, J. D., Kostelecky, S. M., Mackworth-Young, C., Marquez, J., NicGabhainn, S., Requejo, J., Ross, D. A., Saewyc, E. & Mohan, A. 2023. Developing a Global Approach for Measurement of Adolescent Well-Being. *J Adolesc Health*, S1054-139X(23)00439-1.

<https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2023.08.029>

Health Education and Shokuiku Division, Elementary and Secondary; Consumer Affairs and Shokuiku (Food and Nutrition Education) Div. School Meals Case Study: Japan. 2023. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671122>

International Parliamentary Network for Education, School Meals Coalition, WFP and Research Consortium for school health and nutrition. 2024. School Meals: A Toolkit for Parliamentarians. Available at:

School+meals_A+toolkit+for+parliamentarians_Final.pdf

- Jamison, D. T., Summers, L. H., Chang, A. Y., et al.** 2024. Global Health 2050: The Path to Halving Premature Death by Mid-century. *The Lancet*, 404(10462): 1561–1614. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39419055/>
- Kamau, J., Wanjohi, M. & Raburu, P.** 2024. School Meals Case Study: Kenya. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673394>
- Kodjo, A., Alao, B. H., Lawson-Drackey, M. & Tiatou, S.** 2024. School Meals Case Study: Togo. Working Paper – French Only. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672262>
- Kuusipalo, H. & Manninen, M.** School Meals Case Study: Finland. 2023. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671313>
- Liboire, B., Ndayishime, D., Simbomana, C., Ndayishiye, N., Nyandwi, V., Nkezabahizi, F., Nimubona, A., Ntunzwenimana, M., Ndayitwayeko, W. M., Nkenguruste, J. & Ndereyimana, S.** 2024. School Meals Case Study: Burundi. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672331>
- Lu, X., Bundy, D. A. P., Burbano, C., Antoninis, M. & Verguet, S.** 2024. Re-Estimating Global School Feeding Program Targets: How has the Size of the Global Population of Vulnerable School-age Children Changed Post COVID Pandemic. A Working Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition of the School Meals Coalition.
- Malawi Value for Money Study Team.** 2024. Value for Money of School Feeding Programmes in Malawi. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine.
- Memirie, S. T. School Meals Case Study: Ethiopia.** 2023. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671611>
- Mikkelsen, B. E., Bergman Madsen, B., Loklindt, L., Madsen, C. & Chang, A.** 2025. School Meals Case Study: Denmark. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672337>
- Mounssif, A., Saidi, A. & Sektaoui, M.** 2025. School Meals Case Study: Morocco. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04674456>

Namibia Value for Money Study Team. 2025. Value for Money of School Feeding Programmes in Namibia. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Ocaña Navas, J. A., Contreras Días, Y. J., Larenas, R., Guerrero Zurita, G. P., Sinchiguano Almeida, C. E., Zurita, M. G., et al. 2025. School Meals Case Study: Ecuador. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

<https://doi.org/10.17037/PUBS.04673390>

Pastorino, S., Backlund, U., Bellanca, R., Hunter, D., Kaljonen, M., Singh, S., et al. 2024. Planet-Friendly School Meals: Opportunities to Improve Children's Health and Leverage Change in Food Systems. *Lancet Planet Health.*

[https://doi.org/10.1016/s2542-5196\(24\)00302-4](https://doi.org/10.1016/s2542-5196(24)00302-4)

Pastorino, S., Springmann, M., Backlund, U., Kaljonen, M., Singh, S., Hunter, D., Vargas, M., Milani, P., Bellanca, R., Eustachio Colombo, P., Makowicz, B., Deborah, M. A., Wasilwa, L., Wasike, V. & Bundy, D. A. P. 2023. School Meals and Food Systems: Rethinking the Consequences for Climate, Environment, Biodiversity, and Food Sovereignty. Discussion Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671492>

Ponprachanuvut, P., Srisangwan, N., Keeratichamroen, A., Chammari, K., Gowachirapant, S., Chittchang, U. & Srichamnong W. 2024. School Meals Case Study: Thailand. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673375>

Research Consortium for School Health and Nutrition. Statement to the Ministerial Summit of the School Meals Coalition. 2023. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

<https://doi.org/10.17037/PUBS.04671285>

Research Consortium for School Health and Nutrition. 2024. Annual Research Statement to the Ministerial Meeting of the School Meals Coalition. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04674037>

Research Consortium for School Health and Nutrition. 2024. School Meals: Multiplying Benefits for People and Planet. In F. Veras Soares & J. G. Jaramillo Mejia, eds. 2024. Overcoming Food Security and Nutrition Roadblocks in Social Protection. Policy in Focus, pg. 46-48, Vol. 1, No. 1, October 2024. Brasília: Institute for Applied Economic Research, International Policy Centre for Inclusive Development, and World Food Programme.

Available at: <https://ipcid.org/wp-content/uploads/2024/11/PIF01-Overcoming-food-security-and-nutrition-final-1.pdf>

Research Consortium for School Health and Nutrition. 2025. The Current State, Benefits, and Exemplary Models of School Meal Programmes in the European Union: A Report Following the 19th Meeting of Child Guarantee Coordinators on School Meals. Brussels, Belgium, European Commission. Available at: https://employment-social-affairs.ec.europa.eu/document/download/f375b3a0-3821-4dbf-9ef8-ec620a335aca_en?filename=School%20Meals%20EU%20report%2020250312.pdf

Research Consortium for School Health and Nutrition. 2025. The Current State, Benefits, and Exemplary Models of School Meal Programmes in the European Union: A Report Following the 19th Meeting of Child Guarantee Coordinators on School Meals. Brussels, Belgium, European Commission.

Ruetz, A., Tasala, K., McKenna, M., Martin, A., Michnik, K., Edwards, G., Engler-Stringe, R., Everitt, T., Maximova, K., Mosby, I., Seko, Y. & Woodruff S. 2023. School Meals Case Study: Canada. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671115>

Schultz, L., Hangoma, P., Jamison, D. T. & Bundy, D. A. P., on behalf of the Authors' Writing Group. 2025. Cross-national Experiences on Child Health and Development during School-age and Adolescence: The Next 7,000 Days. In A. Alwan, M. K. Mirutse, O. F. Norheim & P. D. Twea, eds. *Disease Control Priorities*, 4th ed. Washington, DC, World Bank.

Schultz, L., Renaud, A., Bundy, D. A. P., Barry, F. B., Benveniste, L., Burbano, C., Lo, M. M., Neitzel, J., O'Grady, N. & Drake, L. 2024. The SABER School Feeding Policy Tool: a Ten-Year Analysis of its Use by Countries in Developing Policies for their National School Meals Programs. *Front Public Health*, 12(1337600):1–14. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.1337600>

Seyi-Olajide, J., Ali, A., Powell Jr., W. F., Samad, L., Banu, T., Abdelhafeez, H., et al. 2024. Surgery and the First 8000 Days of Life: A Review. *Int Health*. <https://doi.org/10.1093/inthealth/ihae078>

Slater, B., Bicalho, D., Nogueira, R. M., Viana, R., Rissatto Teixeria, A. & Marchioni, D. 2025. School Meals Case Study: Brazil School Meals Case Study: Brazil. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04673383>

Smith, E. R., Alayande, B., Ameh, E. A., Seyi-Olajide, J. O., Cotache-Condor, C., Espinoza, P., et al. 2024. Surgical Care is Critical for Advancing Adolescent Health in Low and Middle-income Countries. *World J Surg*, 1–3. <https://doi.org/10.1002/wjs.12313>

Stepanyak, O. & Sivak, D. 2024. School Meals Case Study: Ukraine. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

<https://doi.org/10.17037/PUBS.04672125>

Toossi, S., Cohen, J., Clift, J., Turner, L., Gosliner, W. & Schwartz, M. School Meals Case Study: United States of America. 2023. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671116>

Tounkara, S., Kebe, S., Hathie, I. & Tall, L. 2024. School Meals Case Study: Senegal. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672263>

The adolescent health indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent health: guidance for monitoring adolescent health at country, regional and global levels. 2024, Geneva, World Health Organization. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Available at: [The adolescent health indicators recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent health](https://doi.org/10.17037/PUBS.04672263)

UNESCO and the Research Consortium for School Health and Nutrition. 2025. *Education and Nutrition: Learn to Eat Well*. Paris, UNESCO.

<https://doi.org/10.54676/TXXQ8198>

UNESCO, UNICEF, WFP. 2023. *Ready to Learn and Thrive: School Health and Nutrition around the World*. Paris, UNESCO. <https://doi.org/10.54675/DSHQ1076>

Verguet, S., Gautam, P., Ali, I., Husain, A., Meyer, S., Burbano, C., Lloyd-Evans, E., Coco, M., Mphangwe, M., Saka, A., Zelalem, M., Giyose, B., Li, Z., Erzse, A., Hofman, K., Giner, C., Avallone, S., Kuusipalo, H., Kristjansson, E., Schultz, L. & Bundy, D. A. P., on behalf of the Analytics & Metrics Community of Practice of the Research Consortium for School Health and Nutrition. 2023. Investing in School Systems: Conceptualizing Returns on Investment across the Health, Education, and Social Protection Sectors. *BMJ Global Health*, 8: e012545. <https://gh.bmjjournals.org/content/8/12/e012545>

World Health Organization. 2024. Advances in Adolescent Health Measurement: Indicators Recommended by the Global Action for Measurement of Adolescent Health. Available at: [Journal of Adolescent Health | Advances in Adolescent Health Measurement: Indicators Recommended by the Global Action For Measurement of Adolescent Health | ScienceDirect.com by Elsevier](https://doi.org/10.17037/PUBS.04672263)

World Health Organization. 2025. *Guidance for Countries to Assess Adolescent Health and Well-being*. World Health Organization.

<https://iris.who.int/handle/10665/381331>. License: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

Anexo II

Metodologia e fontes utilizadas para estimar o número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar, cobertura e investimento

A2.1 Fontes

Semelhante ao [*Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022*](#), esta publicação baseia-se em uma combinação de fontes primárias e secundárias. Cada fonte foi selecionada com base nos seguintes critérios:

1. **Relevância:** fontes que contêm indicadores padrão sobre a alimentação escolar.
2. **Credibilidade:** fontes publicadas por instituições oficiais e acadêmicas.
3. **Disponibilidade:** fontes de acesso aberto e público.
4. **Oportunidade:** fontes publicadas recentemente.

Os dados primários para a edição de 2024 foram extraídos de duas fontes principais:

- Fontes oficiais, incluindo estatísticas oficiais de relatórios governamentais e membros da Coalizão para a Alimentação Escolar.
- [*Pesquisa Global de Alimentação Escolar*](#)[®] da GCNF patrocinada pelo USDA, publicada em 2024. A Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar[®] é propriedade da GCNF e está protegida por direitos autorais, todos os direitos reservados. Não pode ser reproduzida ou distribuída sem consentimento prévio por escrito. O financiamento para a pesquisa mais recente em 2023 e pesquisas anteriores em 2021 e 2019 é fornecido, em parte, pelo USDA sob o número de contrato FX18TA-10960G002.

Quando os dados não estavam disponíveis nas fontes acima, os dados foram extraídos de fontes empregadas em edições anteriores do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020* e *2022*. Essas fontes secundárias incluem relatórios, publicações e estudos de caso. Como em 2022, ao selecionar fontes secundárias, o princípio geral era de usar apenas fontes publicadas por instituições oficiais: governos, organizações internacionais e instituições acadêmicas (artigos acadêmicos revisados por pares).

A lista completa de fontes secundárias utilizadas para esta publicação é:

1. Relatórios Anuais do WFP por País
2. Estimativas do WFP dos Escritórios Nacionais e Escritórios Regionais
3. Banco Mundial, Estado das Redes de Proteção Social 2018 (World Bank, 2018)
4. Relatório do WFP sobre Alimentação Escolar Inteligente na América Latina e no Caribe (WFP, 2017)

Vários países apareceram em mais de uma dessas fontes secundárias. Nesse caso, apenas um ponto de dados foi usado para cada país com base nos seguintes critérios:

1. Se mais de uma fonte cita dados para o mesmo país, foram usadas fontes de dados primárias, priorizando fontes oficiais com base no ano de referência mais recente.
2. Se mais de uma fonte de informação estiver disponível para o mesmo país e o mesmo ano de referência, a fonte mais abrangente foi usada — por exemplo, uma fonte pode cobrir um programa específico, enquanto a outra fonte cobre todos os programas existentes no mesmo país.

Como resultado desses critérios de seleção, a Tabela A2.1 ilustra o número de países de cada fonte usada nesta publicação.

Figura A2.1

Divisão dos países por fontes de dados (n=176)

Aproximadamente 10% dos dados foram obtidos de estatísticas governamentais e cerca de 73% da última pesquisa global da GCNF.

- Nova fonte de dados
- Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022
- Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020
- Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2013

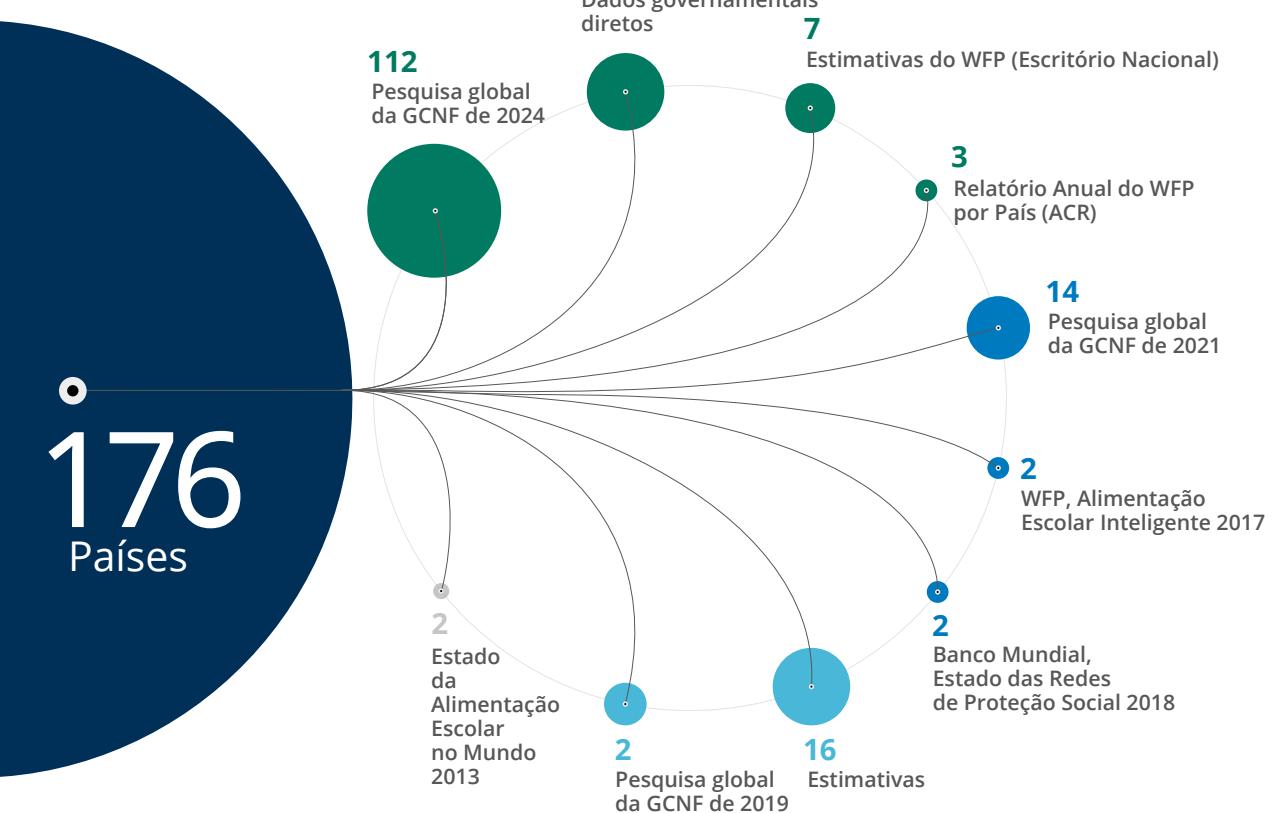


Tabela A2.1*Fontes utilizadas para dados de alimentação escolar*

Origem	Símbolo	Número de países incluídos neste relatório	Nomes dos países
Dados governamentais diretos	OS	16	Belize, Brasil, China, Colômbia, Cuba, Equador, Islândia, Índia, Quênia, Maurício, México, Federação Russa, Ruanda, Ucrânia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Uruguai.
Pesquisa Global de Alimentação Escolar da GCNF patrocinada pelo USDA 2024	GCNF 2024	112	Afeganistão, Andorra, Angola, Armênia, Áustria, Bahamas, Bangladesh, Bélgica, Benim, Butão, Bósnia e Herzegovina, Botsuana, Bulgária, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Canadá, República Centro-Africana, Chile, Congo, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Chipre, República Tcheca, República Democrática do Congo, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Estônia, Eswatíni, Etiópia, Finlândia, França, Gâmbia, Gana, Grécia, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Iraque, Irlanda, Israel, Jamaica, Japão, Jordânia, Cazaquistão, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Letônia, Lesoto, Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Madagascar, Malaui, Malásia, Mali, Malta, Ilhas Marshall, Maurícia, Mônaco, Mongólia, Marrocos, Moçambique, Mianmar, Namíbia, Nepal, Países Baixos (Reino dos), Nova Zelândia, Níger, Nigéria, Macedônia do Norte, Palau, Peru, Polônia, República da Coreia, República da Moldávia, Romênia, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, San Marino, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Sudão do Sul, Espanha, Sri Lanka, Suécia, Suíça, República Árabe Síria, Tadjiquistão, Timor-Leste, Togo, Trinidad e Tobago, Tunísia, Uganda, República Unida da Tanzânia, Estados Unidos da América, Uzbequistão, Vietnã, Iêmen, Zâmbia, Zimbábue.
Pesquisa Global de Alimentação Escolar da GCNF patrocinada pelo USDA 2021	GCNF 2021	14	Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Brunei Darussalam, Granada, Guiana, Hungria, Itália, Kiribati, Panamá, Portugal, Sudão, Tailândia, Emirados Árabes Unidos.

Pesquisa Global de Alimentação Escolar da GCNF patrocinada pelo USDA 2019

GCNF 2019 2

Comores, Indonésia.

Estimativas

Est. 16

Albânia, Bahrein, Bielorrússia, Bermudas, República Popular Democrática da Coreia, Fiji, Kuwait, Nauru, Porto Rico, Catar, Arábia Saudita, Sérvia, Seychelles, Cingapura, Tonga, Venezuela (República Bolivariana da).

Estimativas do WFP

WFP Est. 7

Bolívia (Estado Plurinacional da), Egito, Irã (República Islâmica do), Líbano, Paquistão, Filipinas, Somália.

Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2013

SOSF 2013 2

Austrália, Hong Kong (Região Administrativa Especial da China).

Banco Mundial, Estado das Redes de Proteção Social 2018

SSSN 2

Estado da Palestina, Turquia.

WFP, Alimentação Escolar Inteligente 2017

SSM 2

Nicarágua, Paraguai.

Relatórios Anuais do WFP por País 2024

WFP ACR 3

Argélia, Chade, Líbia.

A2.2 Limitações

Embora o conjunto de dados apresentado nesta publicação seja baseado apenas em fontes confiáveis, ele tem algumas limitações. A multiplicidade de fontes se traduz em diferenças de metodologia: algumas fontes relatam todas as crianças que recebem alimentação escolar em um determinado país, mas em outros países, apenas crianças do ensino primário são relatadas.

Outra limitação é a quantidade de indicadores fornecidos por cada fonte: o número de crianças é fornecido em todas as fontes, mas os dados de cobertura, os dados de financiamento e outros indicadores estavam disponíveis apenas para um conjunto mais limitado de países. As análises apresentadas nesta publicação especificam sistematicamente o tamanho da amostra disponível para cada indicador.

Além disso, os dados disponíveis não permitem uma confirmação precisa de quantas refeições por dia ou por semana as crianças receberam, nem o tipo exato de refeição (ou seja, se um lanche ou uma refeição adequada).

A discrepância nos anos de referência é uma terceira limitação do conjunto de dados apresentado nesta publicação. Enquanto algumas fontes tenham sido publicadas menos de um ano antes da publicação deste relatório, outras fontes são mais antigas e/ou apresentam dados relativos a anos escolares anteriores.

Quanto ao *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022*, a fim de fornecer uma visão abrangente dos programas de alimentação escolar em todo o mundo, esta publicação combina dados nacionais que abrangem quase uma década. Essa abordagem foi usada em relatórios semelhantes, como o Estado das Redes de Proteção Social 2018 do Banco Mundial, e fornece um bom nível de confiança para a maioria dos países e para análises e tendências entre países. A principal vantagem dessa abordagem é sua abrangência, pois maximiza o número de países para os quais um ponto de dados está disponível, mas a potencial falta de precisão de alguns pontos de dados mais antigos continua sendo uma limitação importante.

Por fim, além dos dados que abrangem quase uma década, o ano de referência para o numerador e o denominador para calcular a cobertura às vezes não corresponde (ou seja, os dados podem estar disponíveis para o número de crianças alimentadas nas escolas primárias, mas os dados mais recentes sobre o número de crianças matriculadas na escola primária para esse país podem remontar a um ano antes).

A2.3 Crianças beneficiadas pela alimentação escolar

O número de crianças que recebem alimentação escolar apresentado nesta publicação representa o número total de crianças que se beneficiam da alimentação escolar em um determinado país.

Embora a maioria das crianças que recebem alimentação escolar seja apoiada por um programa de alimentação escolar financiado e liderado pelo governo, alguns países optaram por programas de alimentação escolar geridos localmente e/ou coletam contribuições dos pais para financiar seus programas de alimentação escolar. De acordo com a abordagem do *Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2022*, os beneficiários da alimentação escolar devem ser entendidos como “crianças que recebem refeições, ou outra forma de alimentação, nas escolas” (não como “crianças que se beneficiam de alimentação escolar gratuita e financiada pelo governo”).

Quando existe mais de um programa de alimentação escolar em um determinado país, o número apresentado nesta publicação é o número total de beneficiários individuais, líquido de sobreposições, se houver. Essa operação é geralmente feita pelos provedores de dados individuais listados na seção A2.1, e o total líquido corresponde ao número relatado por cada uma dessas fontes, mas foi verificado como parte do processo de consolidação de dados. Quanto à edição de 2022, mesmo neste relatório foram encontradas três configurações possíveis, conforme descrito na Tabela A2.2 abaixo.

Tabela A2.2

Possíveis configurações de programas de alimentação escolar com a finalidade de calcular o número total líquido de crianças beneficiadas pela alimentação escolar

Situação	Cálculo do número total líquido de crianças beneficiadas pela alimentação escolar
1 O país tem apenas um programa de alimentação escolar	O número total de crianças que recebem alimentação escolar corresponde ao número de crianças que recebem alimentação escolar como parte deste programa.
2 O país tem dois ou mais programas de alimentação escolar	Os programas se sobre-põem: algumas (ou todas) as crianças se beneficiam de ambos os programas. O número de beneficiários não confere. Dependendo da situação, o tamanho do programa maior pode corresponder ao total líquido.
3 Os programas não se sobre-põem: cada programa beneficia um grupo distinto de crianças.	Os programas não se sobre-põem: cada programa beneficia um grupo distinto de crianças. O número de crianças que recebem alimentação escolar se soma: o total líquido corresponde à soma das crianças dos diferentes programas.

A2.4 Cobertura

A cobertura da alimentação escolar em um país i (C_i) é definida como o número de crianças que recebem alimentação escolar nas escolas primárias em um determinado ano (B_i) dividido pelo número total de crianças matriculadas nas escolas primárias no mesmo ano (P_i). O resultado é multiplicado por 100 para expressar a cobertura como uma porcentagem:

$$C_i = \frac{B_i}{P_i} * 100$$

Descrição das variáveis:

B_i : número de crianças beneficiadas pela alimentação escolar nas escolas primárias no país i , para um determinado ano.

P_i : número total de crianças matriculadas em escolas primárias do país i , para o mesmo ano.

C_i : taxa de cobertura da alimentação escolar nas escolas primárias no país i .

Fórmula para agregação:

A fórmula a seguir pode ser aplicada para calcular a cobertura agregada para um grupo de países x , como grupos de renda. O resultado é multiplicado por 100 para expressar a cobertura como uma porcentagem:

$$C_x = \frac{\sum B_{i,x}}{\sum P_{i,x}} * 100$$

Para cada grupo de países x , o número total de crianças beneficiadas pela alimentação escolar $\sum B_{i,x}$ é dividido pelo número total de crianças matriculadas $\sum P_{i,x}$.

Interpretação:

- As estimativas de cobertura variam entre 0 e 100%.
- Um valor mais alto para o indicador demonstra um número maior de crianças matriculadas no ensino primário que recebem alimentação escolar na escola.

A2.4.1 Cobertura da alimentação escolar nas escolas públicas

A inclusão de um indicador de cobertura da alimentação escolar na estrutura do ODS 4 sinaliza um marco significativo, preenchendo uma lacuna de longa data nos sistemas globais de monitoramento, permitindo o acompanhamento do alcance dos programas de alimentação escolar em todo o mundo. Pela primeira vez, a comunidade internacional pode contar com uma estimativa padronizada e globalmente comparável da proporção de crianças em idade escolar que recebem alimentação escolar. Embora essa abordagem garanta consistência entre os países, análises adicionais podem ajudar a fornecer uma compreensão mais útil da cobertura e das implicações políticas.

Neste anexo, oferecemos uma análise complementar inicial para uma amostra de países, que será ampliada em publicações futuras. Este anexo apresenta um recálculo da cobertura para estimar a escala dos programas governamentais apenas no sistema de ensino público. Essa análise adicional é motivada pelo fato de que, em um número significativo de países, as políticas, programas e recursos alocados para a alimentação escolar visam apenas as escolas públicas. Além disso, é importante notar a lacuna de dados existente sobre o fornecimento de alimentação escolar em escolas privadas.

A análise baseia-se em dados do Instituto de Estatística da UNESCO sobre a proporção de matrículas no ensino primário em instituições privadas. Esses números são usados para estimar a matrícula em escolas públicas e calcular uma estimativa de cobertura pública ajustada usando a seguinte fórmula:

$$\text{Cobertura de escolas públicas (\%)} = \frac{\frac{\text{número de crianças do ensino primário que recebem refeições}}{\text{matrícula no ensino primário} \times (1 - \text{parcela de matrícula no ensino primário em instituições privadas})} * 100}{}$$

A Tabela A2.3 apresenta a cobertura estimada da alimentação escolar pública para países selecionados na região da América Latina e Caribe para os quais havia dados relevantes disponíveis. Essa análise complementar é baseada no entendimento de que os números relatados pelo governo sobre a alimentação escolar para a amostra de países na Tabela A2.3 incluem apenas escolas públicas, enquanto os dados de matrícula incluem instituições públicas e privadas.

Tabela A2.3

Estimativas de cobertura pública (países selecionados na região da América Latina e Caribe)

	Número total de crianças beneficiadas pela alimentação escolar (todos os níveis)	Número total de crianças beneficiadas pela alimentação escolar (primário)	Matrícula (primário) — UNESCO	Parcela de matrícula no ensino primário em instituições privadas	Matrícula (primário) — pública	Cobertura (primário) — metodologia dos ODS	Cobertura pública (primário)
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2,619,090	1,233,764	1,394,417	9.83%	1,257,346	88%	98%
Chile	1,568,394	977,820	1,545,104	62.94%	572,616	63%	100%
Colômbia	5,904,785	2,826,401	4,140,463	19.32%	3,340,526	68%	85%
República Dominicana	1,648,304	873,601	1,155,182	19.38%	931,308	76%	94%
Guatemala	2,654,521	2,079,759	2,414,945	11.21%	2,144,230	86%	97%
Honduras	1,218,072	1,039,026	1,074,043	11.69%	948,487	97%	100%
Peru	4,243,054	2,708,077	3,819,011	25.56%	2,842,872	71%	95%

Este método complementa o indicador ODS 4, oferecendo aos governos e parceiros uma lente adicional para avaliar o progresso nacional em direção à cobertura universal da alimentação escolar. Embora essa análise se concentre atualmente em países selecionados na região da América Latina e Caribe, ela pretende ser um primeiro passo, com o objetivo de estendê-la a outras regiões do mundo à medida que a disponibilidade de dados melhorar.

Quadro A2.1

Classificação de renda dos países

Esta publicação segue a classificação do Banco Mundial de países por grupos de renda. A classificação dos países usada nesta publicação é o “ano fiscal de 2025”, que é baseado no rendimento nacional bruto (RNB) per capita de 2023 ([método Atlas](#)) e calculado da seguinte forma:

Categoria da renda	Limiares de RNB per capita
Países de baixa renda	USD 1.145 ou menos
Países de renda média-baixa	entre USD 1.146 e 4.515
Países de renda média-alta	entre USD 4.516 e 14.005
Países de renda alta	acima de USD 14.005

A lista completa de países incluídos em cada um desses grupos de renda está disponível no [site do Banco Mundial](#) e está reproduzida no Anexo III da presente publicação.

OBSERVAÇÃO: Vários países mudaram sua classificação de faixa de renda em comparação com a edição anterior. Estes países incluem:

- Samoa Americana, de média-alta para alta
- Benim, de baixa para média-baixa
- Bulgária, de média-alta para alta
- Guiné de baixa para média-baixa
- Guiana à de média-alta para alta
- Haiti, de baixa para média-baixa
- Indonésia, de média-baixa para média-alta
- Jordânia, de média-alta para média-baixa
- Líbano, de média-alta para média-baixa
- Mongólia, de média-baixa para média-alta
- Nauru, de média-alta para alta
- Nepal, de baixa para média-baixa
- República da Moldávia, de média-baixa para média-alta
- Romênia, de média-alta para alta
- Federação Russa, de média-alta para alta
- Samoa, de média-alta para média-baixa
- Sri Lanka, de média-alta para média-baixa
- Sudão, de média-baixa para baixa

- Tajiquistão, de baixa para média-baixa
- Ucrânia, de média-baixa para média-alta
- República Unida da Tanzânia, de baixa para média-baixa
- Venezuela, de média-alta para sem classificação.

Todas as comparações baseadas em renda neste relatório usam a classificação do Banco Mundial para o ano fiscal de 2025. Isso significa que, se a faixa de renda de um país mudou desde a edição anterior, ela é analisada aqui de acordo com sua classificação de renda do Banco Mundial para o ano fiscal de 2025.

Por fim, a Venezuela está excluída de todas as análises desagregadas por faixa de renda, pois atualmente não possui uma classificação oficial desde o ano fiscal de 2022.

A2.5 Investimento financeiro anual em alimentação escolar

Os cálculos para o investimento financeiro anual em alimentação escolar são apresentados na Tabela A2.4. O investimento é definido como o orçamento total destinado à alimentação escolar, ou uma estimativa desse orçamento. As informações sobre os investimentos dos países na alimentação escolar não estão disponíveis em todos os países, mas os dados disponíveis são apresentados nesta publicação. Apenas os países que têm um programa de alimentação escolar foram incluídos na estimativa de investimento.

Tabela A2.4

Quatro estimativas do investimento anual total em alimentação escolar

Fonte	Número de países	Número de crianças	Valor de investimento	Investimento global estimado (USD)
Apenas o custo real declarado	116	289,5 milhões	Orçamento alocado	65,6 bilhões
Estimativas derivadas dos custos declarados	116	289,5 milhões	Custo médio por grupo de renda	65,6 bilhões
Custo real declarado + estimativas para os países restantes	173	463,5 milhões	Orçamento alocado para 116 países que têm dados; custo médio por grupo de renda para os 57 países restantes	84 bilhões
Estimativas (todos os países)	173	463,5 milhões	Custo médio por grupo de renda	84 bilhões

Os seguintes métodos usados para estimar o investimento global em programas de alimentação escolar, conforme relatado na Tabela A2.4, são os seguintes:

(1) Investimento global relatado: **USD 65,6 bilhões**

Amostra: **116 países**

A primeira abordagem, que resultou em um valor de USD 65,6 bilhões, é baseada em orçamentos nacionais relatados. De acordo com essa abordagem, o investimento global $M_{(1)}$ é a soma de todos os orçamentos nacionais relatados (G_i) nesses 116 países para os quais os dados estavam disponíveis:

$$M_{(1)} = \sum_{i=1}^{116} G_i$$

(2) Investimento global estimado: USD 65,6 bilhões

Amostra: 116 países

A segunda abordagem, que resultou em um valor de USD 65,6 bilhões, é uma estimativa alternativa para a mesma amostra de países da primeira estimativa. Em vez de usar os números do orçamento relatados, o investimento total $M_{(2)}$ foi estimado como o custo médio total (AC) do grupo de renda (x) multiplicado pelo número de beneficiários (B) no país (i) nos 116 países:

$$M_{(2)} = \sum_{x=1}^{116} (AC_x \times B_i)$$

A Tabela A2.5 apresenta o custo médio por grupo de renda usado para este cálculo.

Tabela A2.5

Custo médio por grupo de renda usado para estimar o investimento global

Categoria da renda	Custo médio usado para estimativas
Países de renda baixa	USD 22,09
Países de renda média-baixa	USD 23,89
Países de renda média-alta	USD 84,18
Países de renda alta	USD 665,76

(3) Investimento global estimado: **USD 84 bilhões**

Amostra: **173 países**

A terceira abordagem, que resultou em um valor de USD 84 bilhões, foi calculada usando os dois métodos discutidos anteriormente, aplicados a uma amostra mais ampla para incluir não apenas países com dados de investimento relatados (n=116), mas também países sem dados, com base nos beneficiários relatados.

Ao valor de USD 65,6 bilhões, estimado usando a abordagem (1), ela adiciona uma estimativa usando a abordagem (2) para mais 57 países que são conhecidos por ter um programa nacional de alimentação escolar e para os quais não havia dados de investimento relatados disponíveis. O número de crianças que recebem alimentação escolar, conforme relatado nesta publicação, foi multiplicado para cada país pelo custo médio total correspondente ao grupo de renda desse país (Tabela A2.5). Os valores resultantes foram somados no conjunto de 57 países e na estimativa obtida usando o Método 1 ($M_{(1)}$). O cálculo completo para o Método 3 ($M_{(3)}$) é descrito da seguinte forma:

$$M_{(3)} = M_{(1)} + \sum_{i=1}^{57} (AC_x \times B_i)$$

(4) Investimento global estimado: **USD 84 bilhões**

Amostra: **173 países**

O quarto método ($M_{(4)}$), que resultou em um valor de USD 84 bilhões, foi calculado usando o método 2, aplicado à amostra completa de países onde os dados sobre o número de crianças que recebem alimentação escolar estavam disponíveis. Conforme descrito acima, o número de crianças relatado na presente publicação foi multiplicado pelo custo médio total por grupo de renda do país, e esses valores foram somados em todo o conjunto de 173 países. Esse cálculo pode ser resumido pela equação abaixo:

$$M_{(4)} = \sum_{i=1}^{173} (AC_x \times B_i)$$

Anexo III

Indicadores específicos de cada país sobre a alimentação escolar

Para permitir a comparabilidade entre países, as estimativas de cobertura neste anexo seguem a metodologia do ODS 4 com base no total de matrículas em escolas primárias (públicas e privadas). No entanto, os países podem ter taxas de cobertura mais elevadas nas escolas públicas, incluindo cobertura universal, conforme mostrado no Anexo A2.4.1 para determinados países da América Latina.

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Afeganistão	L	2018	1,341,812	Est		2018	1,341,812	Est		2022	911,741	GCNF 2024	
Albânia	UM	2018	99,041	Est		2018	99,041	Est		2018	99,041	Est	
Argélia**	UM	2019	39,632	WFP ACR	1%	2019	39,632	WFP ACR	1%	2023	40,196	WFP ACR	
Samoa Americana	H												
Andorra	H					2020-2021	1,334	GCNF 2021	13%	2022-2023	1,345	GCNF 2024	13%
Angola	LM	2017	1,516,133	AUSSF	27%	2017	1,516,133	AUSSF	27%	2022-2023	1,890,610	GCNF 2024	33%*
Antígua e Barbuda	H	2018	8,560	Est		2020-2021	6,951	GCNF 2021	68%	2020-2021	6,951	GCNF 2021	
Argentina	UM	2015	1,687,785	SSSN	36%	2020	2,810,772	GCNF 2021	44%	2020	2,810,772	GCNF 2021	
Armênia	UM	2018	103,101	Est	65%	2020-2021	105,630	GCNF 2021	66%	2022-2023	116,262	GCNF 2024	65%
Aruba	H												
Austrália	H	2012	4,800	SOSF 2013	0%	2012	4,800	SOSF 2013	0%	2012	4,800	SOSF 2013	
Áustria	H					2020-2021	475,738	GCNF 2021	59%	2022-2023	476,801	GCNF 2024	60%*
Azerbaijão	UM												
Bahamas	H					2020-2021	6,000	GCNF 2021	12%	2022-2023	6,673	GCNF 2024	18%

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Bahrein	H	2018	96,300	Est		2018	96,300	Est		2018	96,300	Est	
Bangladesh	LM	2018	2,964,528	Est	15%	2020	2,971,370	GCNF 2021	15%	2022	2,947,899	GCNF 2024	14%
Barbados	H	2018	17,097	Est		2020-2021	25,645	GCNF 2021	100%	2020-2021	25,645	GCNF 2021	
Bielorrússia	UM	2018	247,949	Est		2018	247,949	Est		2018	247,949	Est	
Bélgica	H					2020-2021	287,151	GCNF 2021	23%	2022-2023	486,479	GCNF 2024	39%*
Belize	UM	2018	29,426	Est		2020-2021	0	GCNF 2021		2024	7,633	OS	11%*
Benim	LM	2018	460,063	Est	21%	2020-2021	835,453	GCNF 2021	38%	2022-2023	1,267,366	GCNF 2024	52%*
Bermudas	H	2018	3,507	Est		2018	3,507	Est		2018	3,507	Est	
Butão	LM	2018	74,726	GCNF 2019	19%	2021	101,762	GCNF 2021	33%	2022	98,133	GCNF 2024	38%
Bolívia (Estado Plurinacional da)	LM	2013	2,383,408	SSM	100%	2013	2,383,408	SSM	100%	2024	2,619,090	WFP Est	88%*
Bósnia e Herzegovina	UM	2018	92,386	Est		2020-2021	27,698	GCNF 2021		2022-2023	66,262	GCNF 2024	19%
Botswana	UM	2018	358,854	GCNF 2019	100%	2020	569,514	GCNF 2021	100%	2022	364,859	GCNF 2024	96%
Brasil	UM	2019	40,197,071	OS	100%	2020	40,200,000	Est	100%	2024	38,531,387	OS	100%*
Ilhas Virgens Britânicas	H												
Brunei Darussalam	H					2021	34,669	GCNF 2021	73%	2021	34,669	GCNF 2021	
Bulgária	H	2018	151,852	Est		2020-2021	432,749	GCNF 2021	93%	2022-2023	420,993	GCNF 2024	97%*
Burkina Faso	L	2018	3,863,926	Est	100%	2020-2021	3,689,774	GCNF 2021	100%	2022-2023	4,449,106	GCNF 2024	100%
Burundi	L	2019	613,452	WFP ACR	28%	2020-2021	520,613	GCNF 2021	23%	2022-2023	743,570	GCNF 2024	
Cabo Verde	LM	2015	3,168	SSSN	5%	2020-2021	85,117	GCNF 2021	100%	2022-2023	90,754	GCNF 2024	
Camboja	LM	2019	281,385	WFP ACR	13%	2020-2021	277,881	GCNF 2021	12%	2022-2023	299,366	GCNF 2024	12%
Camarões	LM	2018	18,315	GCNF 2019	0%	2020-2021	195,042	GCNF 2021	4%	2022-2023	174,408	GCNF 2024	3%

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Canadá	H	2012	292,645	SOSF 2013	12%	2012	292,645	SOSF 2013	12%	2022-2023	1,173,731	GCNF 2024	
Ilhas Cayman	H												
República Centro-Africana	L	2019	241,957	WFP ACR	30%	2020-2021	215,411	GCNF 2021	26%	2022-2023	173,212	GCNF 2024	
Chade	L	2019	138,078	WFP ACR	6%	2020-2021	122,251	GCNF 2021	5%	2023	342,000	WFP ACR	8%
Ilhas Chanel	H												
Chile	H	2015	1,828,556	SSSN	100%	2020	2,029,882	GCNF 2021	100%	2022	1,568,394	GCNF 2024	63%
China	UM	2019	40,000,000	OS	39%	2020-2021	37,000,000	GCNF 2021	25%	2023	34,570,000	OS	22%
China, Região Administrativa Especial de Hong Kong	H	2008	243,984	SOSF 2013	67%	2008	243,984	SOSF 2013	67%	2008	243,984	SOSF 2013	
China, Região Administrativa Especial de Macau	H												
China, Taiwan, Província da China	H												
Colômbia	UM	2018	5,387,504	Est	63%	2018	5,387,504	Est	65%	2023	5,904,785	OS	68%*
Comores	LM												
Congo	LM	2019	141,961	WFP ACR		2020-2021	142,450	GCNF 2021		2022-2023	178,219	GCNF 2024	20%
Costa Rica	UM	2014	691,294	SSSN	100%	2014	691,294	SSSN	100%	2022	830,688	GCNF 2024	100%
Costa do Marfim	LM	2018	976,443	Est	25%	2020-2021	1,024,401	GCNF 2021	25%	2022-2023	977,631	GCNF 2024	21%
Croácia	H	2012	151,514	SOSF 2013	93%	2020-2021	405,136	GCNF 2021	100%	2022-2023	422,728	GCNF 2024	100%*
Cuba	UM	2015	827,070	SSM	100%	2015	827,070	SSM	100%	2024-2025	849,274	OS	
Curaçao	H												
Chipre	H	2019	14,717	Est	14%	2020-2021	13,263	GCNF 2021	10%	2022-2023	14,502	GCNF 2024	11%*

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
República Tcheca	H	2019	1,351,000	Est	100%	2020-2021	1,444,077	GCNF 2021	100%	2022-2023	1,243,429	GCNF 2024	92%*
República Popular Democrática da Coreia	L	2018	318,168	Est		2018	318,168	Est		2018	318,168	Est	
República Democrática do Congo	L	2019	124,485	WFP ACR	1%	2020-2021	165,000	GCNF 2021	1%	2022-2023	222,800	GCNF 2024	1%
Dinamarca	H												
Djibuti	LM	2019	19,590	WFP ACR	29%	2019	19,590	WFP ACR	28%	2022-2023	24,590	GCNF 2024	23%
Dominica	UM	2018	4,245	Est		2018	4,245	Est		2022-2023	3,442	GCNF 2024	36%
República Dominicana	UM	2016	1,739,355	SSM	100%	2016	1,739,355	SSM	100%	2022	1,648,304	GCNF 2024	76%
Equador	UM	2015	2,873,148	SSM	100%	2020-2021	2,941,952	GCNF 2021	84%	2023	2,862,662	OS	98%
Egito	LM	2018	11,201,245	Est	77%	2018	11,201,245	Est	73%	2024	13,700,000	WFP Est	85%*
El Salvador	UM												
Guiné Equatorial	UM												
Eritreia	L												
Estônia	H	2018	72,402	Est		2020-2021	221,479	GCNF 2021	99%	2022-2023	233,774	GCNF 2024	100%*
Essuatíni	LM	2018	365,089	GCNF 2019	100%	2020	379,336	GCNF 2021	100%	2022	353,546	GCNF 2024	
Etiópia	L	2018	2,539,286	GCNF 2019	16%	2020-2021	1,676,452	GCNF 2021	8%	2022-2023	6,911,733	GCNF 2024	44%
Ilhas Faroé	H												
Fiji	UM	2018	40,078	Est	19%	2018	40,078	Est	18%	2018	40,078	Est	
Finlândia	H	2018	840,000	Est	99%	2020-2021	920,700	GCNF 2021	100%	2022-2023	1,056,288	GCNF 2024	99%*
França	H	2015	6,000,000	OS	70%	2020-2021	9,294,500	GCNF 2021	76%	2022-2023	9,563,276	GCNF 2024	87%*
Polinésia Francesa	H												

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Gabão	UM												
Gâmbia	L	2018	165,422	GCNF 2019	41%	2020-2021	261,231	GCNF 2021	47%	2022-2023	268,514	GCNF 2024	47%
Geórgia	UM												
Alemanha	H												
Gana	LM	2017	1,700,000	AUSSF	39%	2020-2021	3,448,065	GCNF 2021	55%	2022	3,600,000	GCNF 2024	76%
Gibraltar	H												
Grécia	H	2018	6,130	Est	0%	2020-2021	4,870	GCNF 2021	0%	2022-2023	157,181	GCNF 2024	26%*
Groenlândia	H												
Granada	UM	2012	7,051	SSSN	53%	2020-2021	6,000	GCNF 2021	53%	2020-2021	6,000	GCNF 2021	
Guam	H												
Guatemala	UM	2018	2,459,053	Est	84%	2020	2,526,650	GCNF 2021	87%	2022	2,654,521	GCNF 2024	86%
Guiné	LM	2018	374,885	Est		2020-2021	218,714	GCNF 2021	10%	2022-2023	172,527	GCNF 2024	
Guiné-Bissau	L	2019	178,083	WFP ACR		2020-2021	224,986	GCNF 2021		2022-2023	267,799	GCNF 2024	
Guiana	H	2019	13,539	GCNF 2019		2020-2021	81,712	GCNF 2021		2020-2021	81,712	GCNF 2021	
Haiti	LM	2016	876,000	SSM		2020-2021	857,350	GCNF 2021		2022-2023	1,130,978	GCNF 2024	
Honduras	LM	2018	1,300,000	Est	80%	2020	1,256,227	GCNF 2021	100%	2022-2023	1,218,072	GCNF 2024	97%
Hungria	H	2019	1,004,376	Est	100%	2020-2021	989,550	GCNF 2021	100%	2020-2021	989,550	GCNF 2021	
Islândia	H					2020-2021	83,845	GCNF 2021	100%	2024	66,592	OS	
Índia	LM	2019	90,414,539	OS	63%	2020-2021	106,000,000	Est	55%	2023	118,000,000	OS	
Indonésia	UM	2018	100,136	GCNF 2019	0%	2018	100,136	GCNF 2019	0%	2018	100,136	GCNF 2019	
Irã (República Islâmica do)	UM	2012	2,812	SOSF 2013	0%	2012	2,812	SOSF 2013	0%	2024	8,727	WFP Est	

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Iraque	UM	2019	633,351	Est		2020-2021	350,000	GCNF 2021		2022-2023	450,000	GCNF 2024	
Irlanda	H	2008	91,152	SOSF 2013	16%	2020-2021	219,487	GCNF 2021	26%	2022-2023	261,005	GCNF 2024	30%*
Ilha de Man	H												
Israel	H	2018	775,557	Est		2020-2021	448,530	GCNF 2021	18%	2022-2023	481,813	GCNF 2024	24%*
Itália	H	2018	2,454,385	Est		2020-2021	1,402,235	GCNF 2021	21%	2020-2021	1,402,235	GCNF 2021	
Jamaica	UM	2012	311,000	SOSF 2013	100%	2020-2021	131,663	GCNF 2021	33%	2022-2023	103,879	GCNF 2024	21%
Japão	H	2018	8,863,908	OS	96%	2018	8,863,908	OS	96%	2022-2023	9,258,701	GCNF 2024	99%*
Jordânia	LM	2019	419,327	WFP ACR	37%	2019	419,327	WFP ACR	37%	2022-2023	490,000	GCNF 2024	40%
Cazaquistão	UM	2019	3,058,747	GCNF 2019	95%	2020-2021	3,058,747	GCNF 2021	88%	2022-2023	2,470,282	GCNF 2024	68%
Quênia	LM	2018	1,754,000	Est	21%	2020-2021	1,800,000	GCNF 2021	22%	2024	2,600,000	OS	
Kiribati	LM					2020	3,000	GCNF 2021		2020	3,000	GCNF 2021	
Kosovo	UM												
Kuwait	H	2018	236,744	Est		2018	236,744	Est	85%	2018	236,744	Est	
Quirguistão	LM	2018	595,000	GCNF 2019	100%	2020-2021	66,443	GCNF 2021	12%	2022-2023	545,114	GCNF 2024	89%
República Democrática Popular do Laos	LM	2018	195,546	Est	21%	2020-2021	183,529	GCNF 2021	21%	2022-2023	240,000	GCNF 2024	28%
Letônia	H	2018	102,751	Est		2020-2021	264,551	GCNF 2021	100%	2022-2023	276,963	GCNF 2024	100%*
Líbano	LM	2019	31,929	WFP ACR	6%	2019	31,929	WFP ACR	6%	2024	126,329	WFP Est	
Lesoto	LM	2018	386,923	Est	90%	2020	363,461	GCNF 2021	85%	2022	302,983	GCNF 2024	80%
Libéria	L	2019	287,456	Est	24%	2020-2021	278,043	GCNF 2021	26%	2022-2023	517,076	GCNF 2024	47%*
Líbia	UM	2019	20,754	WFP ACR		2020-2021	18,000	GCNF 2021		2023	61,709	WFP ACR	

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Liechtenstein	H												
Lituânia	H	2016	635,500	SSSN	100%	2020-2021	317,087	GCNF 2021	100%	2022-2023	251,748	GCNF 2024	100%*
Luxemburgo	H	2018	31,671	Est		2020-2021	104,702	GCNF 2021	99%	2022-2023	109,323	GCNF 2024	97%*
Madagascar	L	2018	567,763	Est	12%	2020-2021	366,693	GCNF 2021	8%	2022-2023	1,074,166	GCNF 2024	18%
Maláui	L	2018	2,936,455	Est	65%	2021	2,803,891	Est	60%	2022-2023	2,607,267	GCNF 2024	48%
Malásia	UM	2018	500,000	GCNF 2019	16%	2020	1,022,628	GCNF 2021	15%	2022	1,008,794	GCNF 2024	25%
Maldivas	UM												
Mali	L	2018	514,842	GCNF 2019	19%	2020-2021	581,014	GCNF 2021	20%	2022-2023	658,172	GCNF 2024	19%
Malta	H	2018	21,291	Est		2020-2021	21,162	GCNF 2021	79%	2022-2023	9,370	GCNF 2024	35%*
Ilhas Marshall	UM	2018	4,603	Est		2018	4,603	Est		2022-2023	12,282	GCNF 2024	100%*
Mauritânia	LM	2019	51,917	WFP ACR	8%	2020-2021	172,905	GCNF 2021	26%	2022-2023	322,884	GCNF 2024	37%
Ilhas Maurício	UM	2011	75,000	SSSN	84%	2011	75,000	SSSN	91%	2024	70,332	OS	79%*
México	UM	2015	6,357,712	SSM	45%	2020-2021	6,518,168	GCNF 2021	47%	2022-2023	6,117,617	OS	29%*
Micronésia (Estados Federados da)	LM												
Mônaco	H					2020-2021	6,071	GCNF 2021	99%	2022-2023	4,220	GCNF 2024	66%
Mongólia	UM	2018	309,355	GCNF 2019	99%	2020-2021	371,480	GCNF 2021	100%	2022-2023	382,002	GCNF 2024	100%
Montenegro	UM												
Marrocos	LM	2014	1,267,109	SSSN	29%	2014	1,267,109	SSSN	28%	2022-2023	1,442,797	GCNF 2024	26%
Moçambique	L	2019	200,302	WFP ACR	3%	2021	304,819	GCNF 2021	4%	2022	554,962	GCNF 2024	7%
Mianmar	LM	2019	353,144	WFP ACR	7%	2019	353,144	WFP ACR	7%	2022-2023	1,500,000	GCNF 2024	

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Namíbia	UM	2018	365,854	GCNF 2019	75%	2020	398,100	GCNF 2021	67%	2022-2023	518,829	GCNF 2024	84%*
Nauru	H	2018	3,233	Est	100%	2018	3,233	Est	100%	2018	3,233	Est	
Nepal	LM	2018	636,000	Est	12%	2020-2021	3,240,128	GCNF 2021	76%	2022-2023	4,819,028	GCNF 2024	100%
Países Baixos (Reino dos)	H					2020-2021	476,143	GCNF 2021	41%	2022-2023	514,980	GCNF 2024	40%*
Nova Caledônia	H												
Nova Zelândia	H					2020	42,000	GCNF 2021	11%	2022	226,100	GCNF 2024	40%
Nicarágua	LM	2015	1,200,000	SSM		2015	1,200,000	SSM		2015	1,200,000	SSM	
Níger	L	2018	193,301	GCNF 2019	5%	2020-2021	612,713	GCNF 2021	17%	2022-2023	597,387	GCNF 2024	16%
Nigéria	LM	2019	9,829,603	GCNF 2019	38%	2020-2021	9,887,000	GCNF 2021	39%	2022-2023	9,990,862	GCNF 2024	
Macedônia do Norte	UM					2020-2021	42,233	GCNF 2021	12%	2022-2023	48,865	GCNF 2024	12%*
Ilhas Marianas do Norte	H												
Noruega	H												
Omã	H												
Paquistão	LM	2018	10,405,277	Est		2018	10,405,277	Est		2024	10,041,132	WFP Est	
Palau	H	2019	2,264	GCNF 2019	100%	2020-2021	2,259	GCNF 2021	100%	2022-2023	2,216	GCNF 2024	100%
Panamá	H	2018	463,172	Est	95%	2020	385,340	GCNF 2021	71%	2020	385,340	GCNF 2021	
Papua Nova Guiné	LM												
Paraguai	UM	2014	1,085,942	SSM	100%	2014	1,085,942	SSM	100%	2014	1,085,942	SSM	
Peru	UM	2015	2,398,480	SSSN	67%	2020	4,199,532	GCNF 2021	71%	2022	4,243,054	GCNF 2024	71%
Filipinas	LM	2019	2,299,766	Est	16%	2020-2021	3,526,589	GCNF 2021	27%	2022-2023	3,651,028	WFP Est	28%

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Polônia	H	2011	730,000	SSSN	32%	2020-2021	1,826,050	GCNF 2021	75%	2022-2023	1,951,891	GCNF 2024	100%*
Portugal	H	2018	1,317,306	GCNF 2019	100%	2020-2021	1,135,742	GCNF 2021	50%	2020-2021	1,135,742	GCNF 2021	
Porto Rico	H	2018	192,425	Est		2018	192,425	Est		2018	192,425	Est	
Catar	H	2018	130,152	Est		2018	130,152	Est		2018	130,152	Est	
República da Coreia	H									2022-2023	6,307,298	GCNF 2024	100%*
República da Moldávia	UM	2018	305,300	Est	98%	2018	305,300	Est	99%	2022-2023	271,820	GCNF 2024	99%
Romênia	H					2020-2021	1,905,735	GCNF 2021	96%	2022-2023	1,672,561	GCNF 2024	88%*
Federação Russa	H	2019	8,286,908	OS	100%	2020	13,957,969	OS	100%	2023	18,049,000	OS	96%
Ruanda	L	2018	724,059	OS	7%	2018	724,059	OS	7%	2022-2023	3,908,597	OS	92%
São Cristóvão e Nevis	H	2018	4,610	Est		2020-2021	3,406	GCNF 2021	56%	2022-2023	4,077	GCNF 2024	
Santa Lúcia	UM	2019	6,824	GCNF 2019	41%	2020-2021	7,700	GCNF 2021	45%	2022-2023	8,157	GCNF 2024	49%
São Martinho (parte francesa)	H												
São Vicente e Granadinas	UM	2018	7,650	Est		2020-2021	10,231	GCNF 2021	59%	2022-2023	7,500	GCNF 2024	62%
Samoa	LM												
San Marino	H					2020-2021	2,431	GCNF 2021	97%	2022-2023	2,191	GCNF 2024	100%
São Tomé e Príncipe	LM	2018	46,766	GCNF 2019	99%	2020-2021	47,550	GCNF 2021	100%	2022-2023	48,763	GCNF 2024	
Arábia Saudita	H	2018	2,789,606	Est		2018	2,789,606	Est		2018	2,789,606	Est	
Senegal	LM	2018	587,810	Est	18%	2018	587,810	Est	17%	2022-2023	369,053	GCNF 2024	14%

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Sérvia	UM	2018	154,629	Est		2018	154,629	Est	60%	2018	154,629	Est	
Seychelles	H	2018	7,829	Est		2018	7,829	Est		2018	7,829	Est	
Serra Leoa	L	2018	836,000	Est	61%	2020-2021	485,674	GCNF 2021	28%	2022-2023	654,961	GCNF 2024	32%
Cingapura	H	2018	198,433	Est		2018	198,433	Est		2018	198,433	Est	
Sint Maarten (parte holandesa)	H												
Esllováquia	H	2018	190,631	Est		2020-2021	631,493	GCNF 2021	100%	2022-2023	775,045	GCNF 2024	100%*
Esllovênia	H	2018	104,858	Est		2020-2021	167,228	GCNF 2021	100%	2022-2023	178,205	GCNF 2024	100%*
Ilhas Salomão	LM												
Somália	L	2019	164,708	WFP ACR		2020-2021	170,796	GCNF 2021		2023	197,000	WFP Est	42%
África do Sul	UM	2018	9,200,000	Est	80%	2020	9,613,630	GCNF 2021	87%	2022-2023	9,322,860	GCNF 2024	78%*
Sudão do Sul	L	2019	460,413	WFP ACR	36%	2020	338,243	GCNF 2021	26%	2022	583,584	GCNF 2024	34%*
Espanha	H	2016	1,759,394	OS	28%	2020-2021	1,769,394	GCNF 2021	28%	2022-2023	1,985,686	GCNF 2024	35%*
Sri Lanka	LM	2018	1,467,465	GCNF 2019	84%	2020	1,067,243	GCNF 2021	62%	2022	1,077,911	GCNF 2024	66%
Estado da Palestina	LM	2014	65,000	SSSN	13%	2014	65,000	SSSN	13%	2014	65,000	SSSN	
Sudão	L	2019	1,361,789	Est	27%	2020-2021	1,890,277	GCNF 2021	39%	2020-2021	1,890,277	GCNF 2021	
Suriname	UM												
Suécia	H	2012	1,180,947	SOSF 2013	100%	2020-2021	2,177,882	GCNF 2021	100%	2022-2023	2,132,504	GCNF 2024	100%*
Suíça	H	2018	81,000	GCNF 2019	13%	2020-2021	83,544	GCNF 2021	13%	2022-2023	390,442	GCNF 2024	39%*
República Árabe Síria	L	2018	1,308,648	Est	63%	2020-2021	651,728	GCNF 2021	42%	2022-2023	706,792	GCNF 2024	33%

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Tajiquistão	LM	2019	416,899	WFP ACR	54%	2020-2021	433,000	GCNF 2021	56%	2022-2023	657,721	GCNF 2024	56%
Tailândia	UM	2019	4,081,643	GCNF 2019	82%	2020-2021	3,939,102	GCNF 2021	63%	2020-2021	3,939,102	GCNF 2021	
Timor-Leste	LM	2018	302,447	GCNF 2019	100%	2020	323,846	GCNF 2021	100%	2022	272,563	GCNF 2024	100%
Togo	L	2018	91,319	Est	6%	2020-2021	133,008	GCNF 2021	8%	2022-2023	218,567	GCNF 2024	11%
Tonga	UM	2018	9,844	Est		2018	9,844	Est		2018	9,844	Est	
Trinidad e Tobago	H	2019	141,484	Est		2020-2021	25,524	GCNF 2021	17%	2022-2023	74,287	GCNF 2024	41%
Tunísia	LM	2018	360,000	GCNF 2019	22%	2020-2021	350,000	GCNF 2021	20%	2022-2023	390,000	GCNF 2024	22%
Turquia	UM	2013	6,182,368	SSSN	100%	2013	6,182,368	SSSN	100%	2013	6,182,368	SSSN	
Turcomenistão	UM												
Ilhas Turcas e Caicos	H												
Tuvalu	UM												
Uganda	L	2018	3,651,225	GCNF 2019	34%	2020-2021	1,452,717	Est	11%	2022	1,216,700	GCNF 2024	
Ucrânia	UM	2018	762,256	Est		2018	762,256	Est		2024	1,965,671	OS	68%*
Emirados Árabes Unidos	H	2019	821,236	Est	85%	2020-2021	288,795	GCNF 2021	18%	2020-2021	288,795	GCNF 2021	
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	H	2019	1,275,318	OS	17%	2019	1,275,318	OS	17%	2019	1,275,318	OS	
República Unida da Tanzânia	LM	2017	28,000	AUSSF	0%	2017	28,000	AUSSF	0%	2022	6,883,911	GCNF 2024	53%
Estados Unidos da América	H	2018	30,000,000	GCNF 2019	100%	2020-2021	28,000,000	GCNF 2021	65%	2022-2023	30,100,000	GCNF 2024	74%*

PAÍS	Nível de renda	SOSF 2020				SOSF 2022				SOSF 2024			
		Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada	Ano de referência	Número de crianças que recebem alimentação escolar	Fonte	Cobertura estimada
Ilhas Virgens Americanas	H												
Uruguai	H	2018	273,732	Est	66%	2021	208,176	GCNF 2021	69%	2024	201,415	OS	
Uzbequistão	LM	2018	1,129,906	Est		2018	1,129,906	Est		2022-2023	289,219	GCNF 2024	11%
Vanuatu	LM												
Venezuela (República Bolivariana da)	NA	2018	1,904,346	Est		2018	1,904,346	Est		2018	1,904,346	Est	
Vietnã	LM												
Iêmen	L	2019	680,000	WFP ACR	17%	2019	680,000	WFP ACR	17%	2022-2023	1,864,000	GCNF 2024	
Zâmbia	LM	2018	1,193,996	Est	31%	2020	2,075,631	GCNF 2021	57%	2022	2,361,020	GCNF 2024	
Zimbábue	LM	2018	3,218,924	GCNF 2019	100%	2020	2,489,909	GCNF 2021	64%	2022	1,413,095	GCNF 2024	48%

* Estimativas de cobertura calculadas com base nos números de matrículas do ano anterior, devido à indisponibilidade de dados para o mesmo período de referência que o número relatado de crianças que recebem alimentação escolar.

** A estimativa relativa à Argélia reflete apenas o programa apoiado pelo WFP nos campos de refugiados.

Estado da Alimentação Escolar no Mundo em 2024

Os programas de alimentação escolar oferecem uma oportunidade de garantir o futuro das crianças do mundo, ao mesmo tempo em que proporcionam benefícios positivos para as economias e sistemas alimentares locais. Neste momento específico da história, as comunidades internacionais de desenvolvimento e humanitárias estão passando por uma mudança significativa de paradigma e redução dos recursos disponíveis.

Essa mudança marca a necessidade de fazer a transição à propriedade nacional total dos programas de alimentação escolar, sempre que possível, e a priorização contínua de países de baixa renda e contextos frágeis para apoio externo.

Esta publicação do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP) sobre o Estado da Alimentação Escolar no Mundo marca uma expansão sem precedentes na cobertura dos programas de alimentação escolar em todo o mundo. Quatro anos após a criação da Coalizão para a Alimentação Escolar, o verdadeiro potencial transformador da iniciativa agora é evidente. Os membros da Coalizão intensificaram seus esforços para expandir e melhorar os programas nacionais de alimentação escolar, ao mesmo tempo em que mudaram a percepção global da alimentação escolar para uma poderosa alavancada política de propriedade nacional em todas as faixas de renda e contextos nacionais.

O quarto de uma série de relatórios regulares que o WFP está empenhado em fornecer, o Estado da Alimentação Escolar no Mundo permite uma visão geral contínua dos programas de alimentação escolar em todo o mundo, com foco nos programas nacionais implementados pelos governos. Cada relatório subsequente continuará a seguir um formato e estrutura semelhantes e usará as melhores fontes de dados disponíveis e mais recentes para descrever a escala e a cobertura dos programas de alimentação escolar. A série não pretende oferecer uma perspectiva geral abrangente sobre todos os progressos na alimentação escolar, mas visa apresentar atualizações e um resumo dos avanços na pesquisa e na prática. Não se trata de um relatório sobre as atividades do WFP em matéria de alimentação escolar, mas sim de uma visão geral de todo o trabalho realizado neste âmbito em todo o mundo, centrada nas conquistas dos atores nacionais e subnacionais e no apoio de todos os parceiros e partes interessadas.

A publicação completa está disponível online em www.wfp.org



Via Cesare Giulio Viola 68/70,
00148 Roma, Itália - T +39 06 65131

wfp.org

@WorldFoodProgramme

@WFP

@WorldFoodProgramme

